UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MOVIMENTO SOCIAL E GÊNERO:
CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NO PIAUÍ

Lindalva Alves Cruz

Recife, Junho de 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MOVIMENTO SOCIAL E GÊNERO:
CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NO PIAUÍ

Lindalva Alves Cruz

Tese apresentada ao Programa de Pós- graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito à obtenção do grau de doutora em sociologia, sob a orientação da profª. drª. Cynthia de Carvalho L. Hamlin e coorientação da profª. drª. Josefa Salete B. Cavalcanti.

Recife, Junho de 2010

Ata da Sessão de Defesa de Tese de **LINDALVA ALVES CRUZ,** do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Aos trinta dias do mês de junho de 2010, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da comissão designada para o Exame da Tese de Doutorado de **LINDALVA ALVES CRUZ** sob o título "**MOVIMENTO SOCIAL E GÊNERO: CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NO PIAUÍ.".** A comissão foi composta pelos professores: **Profa. Dra. Cynthia de Carvalho Lins Hamlin - Presidenta/Orientadora; Profa. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti– Co-Orientadora/Titular Interna (PPGS/UFPE); Profa. Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley – Titular Interna (PPGS/UFPE); Profa. Dra. Laura Susana Duque-Arrazola – Titular Externa (Dep. Ciências Domésticas/UFRPE); Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros – Titular Externo (PPGS/UFPB).** Dando início aos trabalhos, a **Profa. Dra. Cynthia Hamlin** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida, passou a palavra à autora da Tese para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua argüição, seguindo-se a defesa da candidata. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornarem a **Profa. Dra. Cynthia Hamlin,** presidente da mesa e orientadora da candidata, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão Examinadora **aprovando a Tese por unanimidade.** E nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, secretário do programa, pelos membros da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 30 de junho de 2010.

Vinícius Douglas da Silva Nascimento – Secretário

Profa. Dra. Cynthia de Carvalho Lins Hamlin

Profª. Drª. Laura Susana Duque Arrazola

Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros

Profa. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

Profa. Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley

Lindalva Alves Cruz

Cruz, Lindalva Alves

Movimento social e gênero : construção da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais no Piauí / Lindalva Alves Cruz. – Recife: O Autor, 2010.

243 folhas.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2010.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Sociologia. 2. Movimentos sociais. 3. Cidadania. 4. Direitos sociais. 5. Trabalhadoras rurais – Piauí. I. Título.

316 301 CDU (2. ed.) CDD (22. ed.) UFPE BCFCH2010/32

DEDICATÓRIA

À srª. Rosa Silva Cruz, minha mãe; às trabalhadoras rurais, que em cada canto desse país, continuam como semente de esperança, germinado cidadania

Em memória de todas as mulheres e homens que não tiveram medo daqueles que matam o corpo e, como ofertas vivas, doaram suas vidas em defesa da mãe terra para a vida de muitos.

AGRADECIMENTO

Meus agradecimentos não estão resumidos a estas páginas de minha tese nem àquelas pessoas citadas, mas se estendem a todos (as) que, direta ou indiretamente, colaboraram para a conclusão de tamanha tarefa. Usarei os dias que virão para agradecer tanto amor e tanto carinho recebido de vocês em forma de solidariedade, nos momentos de maiores tensões na construção da tese.

Assim, Deus, pai e mãe fonte de sabedoria, é razão primeira de toda ação de graças. Minha gratidão à Província Carmelitana Pernambucana na pessoa do provincial em exercício frei Francisco de Sales Alencar Batista e cada frade do Convento do Carmo, em Recife, pela acolhida fraterna no seio dessa comunidade durante os quatro anos de estudo.

Aos meus familiares, que carinhosamente velaram por mim nesses anos de árduo exercício acadêmico. Aos meus irmãos e irmãs, cunhadas, cunhados que intensificaram os cuidados aos meus pais enquanto estive ausente.

Às irmãs de minha congregação, em especial às da irmandade Cleglia Ânesi que pacientemente souberam esperar e respeitar a necessidade de um tempo para o aperfeiçoamento profissional. Às irmãs Antonia e Dalvani, com quem pude dividir todas as dificuldades, erros e acertos.

Aos professores dr. Fredys Orlando Sorto e Alder Júlio Calado, que, com mão amiga e responsabilidade de mestres zelosos pelo crescimento intelectual, contribuíram, de forma incondicional, para que o sonho da tese não fosse calado.

Aos amigos e amigas que estiveram mais perto, nesse período, ajudando a remover as pedras do caminho e apoiando-me nos momentos mais difíceis: Lucas Bragelmann,

Simone de Jesus, Jesuíta, Nazaré Zenaide, Lucia Lemos, Paulo Moura, Castro e Lúcia, Raquel e família, Paulino Albano, Marluce Pessoa, Daniel Tamassia e J. Batista Júnior.

Aos colegas de turma, que, sempre solidários, somaram forças nos momentos difíceis, para não desanimar; souberam quebrar a rigidez acadêmica e criar laços de fraternidade. Agora não mais colegas, tornaram-se amigos e amigas.

À Capes, pelo apoio financeiro, que me possibilitou dedicação exclusiva na realização da pesquisa.

Aos professores(as) e funcionários(as) do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) os quais cotidianamente buscaram oferecer condições e apoio necessário para que nosso aprendizado fosse de qualidade.

Às mulheres trabalhadoras rurais do Piauí integrantes do CMTR(PI), que colaboraram incondicionalmente para o êxito da pesquisa, e às instituições parceiras, como o Cepes, a Caritas, a CPT, a DRT, a CUT e a SPM/PI, as quais generosamente disponibilizaram seus acervos e concederam entrevistas.

De modo especial, agradeço à profª drª. Cynthia Lins. C. Hamlin, que, com firmeza e paciência, orientou-me no processo ímpar de construção da tese. À profª drª Josefa Salete Cavalcanti, a coorientadora que, com competência, generosidade e otimismo ajudou a não desanimar. À professora drª. M. Nazareth B.Wanderley, pelo seu amor e dedicação aos estudos sobre o rural e pelo estímulo aos pesquisadores nessa área.

Enfim, a todos (as) que estão gravados no meu coração, minha gratidão, afeto, respeito e admiração. Sinto-me gratificada pela ajuda de cada um (a) de vocês na construção de uma existência que me permite ser mais solidária e acreditar que “outro mundo é possível”.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

A experiência de vida como elemento base na construção dos saberes 15

I. MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL E A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS 24

1.1 Messianismo: a esperança da terra prometida 24

1.2 Banditismo e Cangaço: um sentimento de injustiça social 26
1.3 A consolidação das organizações dos trabalhadores rurais na busca de reconhecimento político e outros direitos 28
1.4 Das ligas camponesas e dos sindicatos 30
1.5 Os primeiros sindicatos 33
1.5.1 A mediação da Igreja Católica na consolidação da organização dos trabalhadores rurais 34

1.5.2 O golpe militar e o refluxo dos movimentos sociais rurais na luta por direitos no campo 36
1.6 A retomada gradativa do cenário político por parte dos sindicatos e o fortalecimento dos movimentos sociais no campo na conquista da cidadania 38
1.7 A Nova República e as trabalhadoras rurais na luta por direitos de cidadania 42
1.8 Articulação das mulheres em âmbitos nacional e regional 43

2. TRABALHADORAS RURAIS DO PIAUÍ: mulheres em movimento 48

2.1 Alguns aspectos políticos e sociais do espaço rural onde se deu a construção do Coletivo das Trabalhadoras Rurais do Piauí 48
2.2 Como viviam as mulheres nas comunidades rurais do Piauí antes do CMTR (PI) 52
2.3 A mobilização e a organização do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí 53

2.4 Nem tudo são flores na luta das mulheres: há conflitos, resistência e tensões 61
2.4.1 Dos diferentes conflitos enfrentados pelas trabalhadoras 61
2.5 Um Coletivo autônomo e de utilidade pública 65
2.7 Configuração organizacional e metodologia de trabalho do CMTR (PI) 67
2.8 Algumas dificuldades enfrentadas pelo CMTR (PI) 73
2.9 Uma nova conjuntura política e a coparticipação popular: conselhos populares e institucionais em busca de políticas públicas 77
2.10 A atual configuração do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí 81
2.11As principais demandas do CMTR (PI) 86

CAPÍTULO 3 – CIDADANIA E GÊNERO: O DILEMA DA DOMINAÇÃO, EXPLORAÇÃO E EXCLUSÃO DAS MULHERES 89

3.1 Cidadania: um conceito abstrato na convivência social das mulheres 89
3.2 Uma visão de cidadania no Brasil 93
3.3 Gênero: um conceito que explica as contradições nas relações sociais e contribui para a resignificação da cidadania 100
3.4 A construção desigual dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres 108
3.5 Alguns vieses de reprodução das relações de dominação 109
3.6 A divisão sexual do trabalho e dominação social 112

CAPÍTULO 4 – MOVIMENTO SOCIAL E A LUTA POR RECONHECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO 116

4.1 CMTR (PI): Ações que relacionam o velho e o novo na construção da cidadania 116
4.2 Algumas contribuições do marxismo para análise dos movimentos sociais 118
4.3 A contribuição analítica de Melucci para os novos movimentos sociais: os sujeitos coletivos 121
4.4 Redistribuição e reconhecimento como condição para justiça de gênero 126
4.5 Procedimento metodológico da pesquisa 132
4.5.1 Composição da amostra e os desdobramentos da pesquisa 136
4.5.2 Tratamento dos dados coletados 140

CAPÍTULO 5 – O PERFIL DAS MULHERES ENTREVISTADAS DO CMTR (PI) 142

5. 1 Apresentação das entrevistadas e alguns elementos da realidade social no momento de suas falas 142
5.1.2 A idade das mulheres entrevistadas 151
5.1.3 Estado civil das mulheres entrevistadas e quantidade de filhos 152
5.1.4 Escolaridade das mulheres entrevistadas 154
5.1.5 A ocupação das trabalhadoras rurais e a renda 159
5.1.6 O elemento religioso na vida das trabalhadoras rurais 163
5.1.7 A presença das entrevistadas em diferentes grupos 166

CAPÍTULO 6 – MOVIMENTO DAS MULHERES RURAIS DO PIAUÍ: ENTRE O RECONHECIMENTO DE GÊNERO E A CONQUISTA DOS DIREITOS 171

6.1 Desdobramentos da luta das trabalhadoras rurais do CMTR (PI) 171
6.1.1 Reconhecimento político e de gênero na construção da cidadania 175
6.1. 2 Os novos saberes, liberdade, habilidades e reconhecimento 179
6.1.3 Libertando-se do medo: uma das amarras de gênero 182
6.1.4 Habilidade como conquista no exercício da cidadania 184
6.1 5 Reconhecimento e respeito conquistados pelas mulheres 186
6.1.6 Conquistas relacionadas aos direitos políticos 188
6.1.7 Conquista relacionada à documentação da trabalhadora rural 192
6. 2 Direitos relacionados à conquista de bens e serviços 194
6.2.1 Representação das mulheres entrevistadas sobre conquistas relativas à

propriedade da terra, bens e serviços públicos 196
6.2.2 O PRONAF Mulher: uma conquista das trabalhadoras rurais 200
6.2.3 Conquistas relacionadas aos direitos previdenciários 203
6.2.4 Conquistas relacionadas aos bens e serviços públicos 206

CONSIDERAÇÕES FINAIS 210

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 216

ANEXOS 243

LISTA DE SIGLAS

AMQC – Associação das Mulheres Quebradeiras de Coco

ANMTR – Animação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CARITAS – Confederação de Organizações Humanitária da Igreja Católica

CEBE – Comunidade Eclesial de Base

CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulheres

CESE – Centro de Educação Santa Edvwiges

CEPES – Centro de Educação Popular Esperantinense

CEMTR – FETAGA – Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Federação dos Trabalhadoras na Agricultura

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CEPRO – Fundação Centro de Pesquisa Econômica e Social do Piauí

CMTR (PI) – Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COMDEPI – Companhia de Desenvolvimento no Estado do Piauí

CNPM – Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DTR – Delegacia Regional do Trabalho

EFPT – Escola de Formação Paulo de Tarso

EJA – Educação para Jovens e Adultos

EMBRAPA – Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária

FASE – Fundação de Atendimento Soci-Educativo

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUMAC – Fundo Municipal de Apoio Comunitário

FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural

INCRA – Instituto nacional de Reforma Agrária

IICA – Instituto Interaramericano de cooperação para agricultura.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JAC – Juventude Agrária Rural

LAC – Liga Agrária Católica

MMTR (NE) – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste

MMTR (PB) – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Paraíba

MMC/ Brasil – Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil

MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco-Babaçu

MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEB – Movimento de Educação de Base

NEAD- Núcleo de Estudo Agrário e Desenvolvimento Rural

OMC – Organização Mundial do Comercio

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PT – Partido dos Trabalhadores

PC – Partido Comunista

PCPR – Programa de Combate à Pobreza Rural

SPM – Secretaria de política para as mulheres

UT – Unidade técnica

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Distribuição das mulheres nos municípios 142
TABELA 2 Índice de desenvolvimento humano e exclusão social 149
TABELA 3 Faixa etária das mulheres entrevistadas 151
TABELA 4 Estado civil das mulheres 153
TABELA 5 Quantidade de filhos das entrevistadas 154
TABELA 6 Taxa de analfabetismo no Piauí – 2002-2007 155
TABELA 7 Escolaridade das mulheres entrevistadas 156
TABELA 8 Ocupação principal das mulheres entrevistadas 160
TABELA 9 Ocupação secundaria das entrevistadas 160
TABELA 10 Renda familiar das mulheres entrevistadas 162
TABELA 11 A religião das entrevistadas 165
TABELA 12 Participação das entrevistadas em outras organizações 166
TABELA 13 Funções desenvolvidas pelas entrevistadas nas diferentes organizações 167
TABELA 14 Motivações para o envolvimento no processo coletivo 168
TABELA 15 Dificuldades enfrentadas pelas mulheres 169
TABELA 16 Ser cidadã na concepção das entrevistadas 172
TABELA 17 O CMTR (PI) na representação das entrevistadas 176
TABELA 18 Novos saberes construídos na caminhada coletiva 180
TABELA 19 A liberdade como conquista na luta das mulheres 183
TABELA 20 Habilidades desenvolvidas pelas entrevistadas por meio da luta coletiva 185
TABELA 21 As entrevistadas sentiram-se mais reconhecidas e respeitadas 186
TABELA 22 Percepção das conquistas relacionadas aos direitos políticos 189
TABELA 23 Conquista da documentação por parte das entrevistadas 193
TABELA 24 Situação das entrevistadas em relação à posse da terra 197
TABELA 25 Conquistas dos direitos previdenciários 2003
TABELA 26 Conquistas relacionadas aos bens e serviços públicos 2006

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Fotos de atividades desenvolvidas no CMTRE (PI)

ANEXO 2 – Tabela com as macrorregiões do Piauí

RESUMO

O objeto desta tese é o Coletivo das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí – CMTR (PI). A história da luta por cidadania no campo sugere que mulheres e homens percorreram caminhos diferenciados na construção de seus direitos em função do não reconhecimento da mulher trabalhadora como sujeito de direito. Isso significa que, além do seu esforço pela redistribuição de bens e serviços garantidos por meio dos direitos sociais e políticos, as trabalhadoras rurais assumiram também a luta no sentido de serem reconhecidas como sujeitos de direito. Diante disso, busquei responder à seguinte questão: a luta das mulheres do CMTR (PI) por reconhecimento contribuiu para o processo de redistribuição de bens e serviços que caracterizam os direitos sociais? Então, objetivei apreender a contribuição da referida entidade no enfrentamento das desigualdades de gênero e na conquista dos direitos e exercício da cidadania. O estudo desenvolveu-se à luz de referencial teórico feminista e de teorias relacionadas aos novos movimentos sociais. Busquei testar a hipótese de que a luta coletiva das mulheres ligadas ao CMTR (PI) por reconhecimento político e de gênero contribuiu para a conquista dos direitos sociais e, consequentemente, para o fortalecimento de sua cidadania. Adotei como técnicas de coleta e análise de dados a entrevista semiestruturada, a observação participante e a análise documental, procedimentos que facilitaram o acesso aos significados elaborados pelas trabalhadoras rurais nas suas ações por cidadania. O estudo envolveu trabalhadoras rurais de 10 municípios no estado do Piauí. Os resultados apontaram conquistas no campo do reconhecimento político e social dessas mulheres, tanto na família quanto na sociedade, o que lhes deu condições de, mediante processo participativo, interferir na elaboração de políticas públicas voltadas para questões de gênero. Isso proporcionou o processo de distribuição dos bens e serviços. Mesmo assim, tal participação e distribuição ainda são permeadas por conflitos e pela persistência das desigualdades sociais e de gênero. Logo, a luta das trabalhadoras rurais por cidadania caracteriza-se pela busca concomitante de reconhecimento e redistribuição ou pela combinação dos direitos civis, políticos, culturais e sociais.

Palavras-chave: movimento social, reconhecimento, redistribuição, cidadania.

ABSTRACT

This thesis deals with the Cooperative of the Women Rural Workers of Piauí – CMTR (PI). The story of their struggle for citizens' rights in Brazil suggests that women and men take different paths to achieve their rights, women workers not being recognized as legal subjects. This means that, besides their efforts on behalf of the redistribution of goods and services guaranteed by social and political law, these rural workers also have taken on the struggle to be recognized as persons with rights. In light of this, I have sought to respond to the following question: Has the struggle of the women of the CMTR (PI) for recognition contributed toward the process of the redistribution of the goods and services that characterize social rights? Thus I set out to learn what contributions the entity in question made when faced with the inequality of gender and in the struggle for rights and the exercise of citizenship. The study has been developed in light of feminist thought and of theories related to the new social movements. I have sought to test the hypothesis that the collective struggle for gender and political recognition on the part of women associated with the CMTR (PI), has contributed to the conquest of social rights and, consequently, to the strengthening of their citizenship. The study involved female rural workers from 10 municipalities in the State of Piauí. The results indicated achievements in the fields of political and social recognition of these women, within the family as well as in society, which enabled them, through participative process, to intervene in the elaboration of political policies addressing gender. This led to a more proportional distribution of goods and services. Even then, such participation and distribution are still permeated with conflict and the persistence of gender and social inequality. Thus the struggle of these women rural workers is characterized by the concomitant search for recognition and redistribution, for a combination of civil, political, cultural and social rights.

Key words: social movement, recognition, redistribution, citizenship.

RÉSUMÉ

L'objet de cette thèse est le Coletivo das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí – CMTR (PI) (collectif des travailleuses des zones rurales du Piaui). L'histoire de la lutte pour la citoyenneté dans le domaine suggère que les femmes et les hommes marchaient des routes différents dans la construction de leurs droits en fonction de la non-reconnaissance des femmes qui travaillent en tant que sujets de droit. Cela signifie qu'en plus de leur lutte pour la redistribution des biens et services garantis par les droits sociaux et politiques, les travailleurs ruraux ont aussi à se battre pour être reconnus comme des individus. Par conséquent, je cherche à répondre à la question suivante: la lutte des femmes CMTR (PI) pour la reconnaissance a contribué au processus de redistribution des biens et services qui caractérisent les droits sociaux? Alors, j'ai cherché à saisir la contribution de cette entité dans le visage des inégalités entre les sexes et la conquête de droits et la citoyenneté. L'étude a été élaborée à la lumière des théories féministes théoriques et liées à de nouveaux mouvements sociaux. J'ai cherché à tester l'hypothèse que la lutte collective des femmes liées à CMTR (PI) pour la reconnaissance politique et le sexe ont contribué à la réalisation des droits sociaux et de renforcer ainsi leur citoyenneté. J'ai adopté les techniques de collecte et d'analyse des données, entrevue semi-structurée, l'observation participante et l'analyse des documents, des procédures qui ont facilité l'accès aux significations produites par les travailleurs ruraux dans leurs actions par la citoyenneté. L'étude portait sur les travailleurs ruraux de 10 municipalités dans l'Etat de Piaui. Les résultats ont montré des gains dans le domaine de la reconnaissance politique et sociale de ces femmes, la famille et dans la société, ce qui leur donnait une position, par le biais d'un processus participatif, interférer dans le développement de politiques publiques liées aux questions de genre. Cette à condition que le processus de distribution des biens et services. Pourtant, une telle participation et la distribution sont encore imprégnés par les conflits et la persistance des inégalités sociales et entre les sexes. Ainsi, la lutte des travailleurs ruraux par la citoyenneté se caractérise par la poursuite de la reconnaissance et la redistribution concomitante ou une combinaison de droits civils, politiques, culturels et sociaux.

Mots-clés: mouvement social, la reconnaissance, la redistribution, la citoyenneté.

INTRODUÇÃO[1]

A EXPERIÊNCIA DE VIDA COMO ELEMENTO BASE NA CONSTRUÇÃO DOS SABERES

Até os 11 anos de idade, meu universo se limitava às fronteiras do povoado rural chamado Custa-ver[2], localizado a 36 km da sede do município maranhense de Vitorino Freire. Ali, meus avós e meus pais situaram uma propriedade – legitimando, mais tarde, o direito de posse – onde eu e meus 10 irmãos fomos criados.

No Custa-ver, aprendi valores, como o amor a Deus, ao próximo, a solidariedade, a partilha e o respeito à natureza. Também aprendi os papéis de gênero na família e na comunidade. Os meninos, por exemplo, geralmente gozavam de mais privilégios e liberdade. Quando nascia um, a família avisava à vizinhança e às comunidades próximas, soltando dois fogos de artifício; quando era menina, soltava-se apenas um. Caso o pai não tivesse coragem de permanecer no quarto até o nascimento, ao ouvir o choro da criança, gritava para a parteira: "O que é?" Ela respondia: "É cabra macho, é um homem! Esse não morre afogado, nem o bicho feroz come". Outras vezes, respondia apenas: "É menina".

A autorização para ir a festas, brincar nos terreiros à noite, passear nos povoados vizinhos, decidir o modo como as meninas deviam vestir-se, como usar os cabelos era do meu pai; à mãe cabia, além dos trabalhos domésticos, como a todas as outras mulheres da região, acompanhar os filhos às novenas, aos festejos e às brincadeiras. Embora houvesse diálogo em relação às decisões tomadas na família, a palavra final era a do pai.

De outra parte, na comunidade – quase toda formada por uma parentela –, dividia-se o poder entre nosso avô e sua mãe. Assim, enquanto brigas e desentendimentos eram resolvidos pelo nosso avô, o patriarca da família, questões de saúde, como receitar e fabricar remédios, assistir os partos, competiam à nossa bisavó. Os papéis sociais, então, iam configurando-se com base na divisão das tarefas, tanto no âmbito familiar quanto no comunitário.

Na comunidade, antes da chegada oficial da Igreja e da organização da Comunidade Eclesial de Base (CEB), todas as orações eram conduzidas pelas mulheres nas próprias

[1] Na redação desta tese, optei pelo *Acordo ortográfico da língua portuguesa* (1990),que está em vigência com o sistema anterior

[2] O nome Custa-ver foi atribuído em função do difícil acesso ao lugar.

residências. Essas mulheres também se responsabilizavam pelos festejos dos padroeiros, pelas orações da Semana Santa, do Natal e do mês de maio, o que refletia a religiosidade da tradição popular. Após a estruturação da religião no local, elas passaram a ser preteridas pelos homens, uma vez que apenas estes tinham condições de se ausentarem para obter melhor formação. Desse modo, às mulheres cabiam serviços, como a catequese das crianças, os cânticos, a arrumação das capelas, além da organização das tarefas a serem desempenhadas pelos diversos grupos das CEB, por exemplo, o grupo responsável pelas visitas às famílias, os grupos de produção artesanal, os grupos produtores de remédios caseiros, entre outros.

Quanto ao trabalho produtivo, dividiam-no entre homens e mulheres. A eles cabia a derrubada da mata (broque), a queimada, a limpeza dos restolhos (a coivara), a plantação de algumas sementes, trabalhos considerados pesados. A elas cabia ajudar na plantação das sementes, na limpeza das ervas daninhas e, por último, na colheita, trabalhos considerados leves. Na época da derrubada da mata, minha mãe e minha avó se ocupavam em quebrar coco babaçu[3], cuja venda financiava os mantimentos não produzidos em casa, consumíveis durante os meses de chuva (dezembro a maio). A jornada de trabalho da minha mãe ia além da do meu pai, pois, quando ela chegava da roça, à tardinha, ainda cumpria inúmeras tarefas domésticas. Ademais, ela contava estórias para as crianças ou lia cordel (mesmo autodidata, alfabetizou todos os filhos). Além de tudo isso, preparava todo o enxoval dos bebês, seus filhos, que chegavam a cada ano e meio ou, no máximo, a cada dois anos.

Na juventude, na década de 1980, depois da profissão religiosa na Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, passei a trabalhar diretamente nas CEB, rurais e urbanas. Ali pude observar outro tipo de atividade desempenhada pelas mulheres: elas tomavam a frente nas reivindicações ligadas à saúde, à escola, à habitação, à infraestrutura e na luta pela conservação dos babaçuais[4], entre outras.

Nessa época, surgiram os primeiros sinais de organização das mulheres na paróquia de Lago da Pedra, diocese de Bacabal, em resposta às mudanças na localidade e na circunvizinhança, as quais descreverei a seguir.

---

[3] O coco babaçu é o fruto de uma palmeira nativa da região Norte do Brasil. Na parte interna do coco, há várias sementes ou amêndoas das quais é extraído o óleo de coco babaçu. O babaçu é uma cultura extrativista, não há plantações comerciais.

[4] Isso veio contribuir para a criação do Movimento das Quebradeiras de Coco (MQCB).

Na mesma década, com o aumento da grilagem[5] de terras no Maranhão, intensificaram-se os conflitos entre as famílias de pequenos produtores e os grileiros. Os pequenos produtores (posseiros), que viviam há mais de 50 anos nas terras, de repente se viram diante de ordens de despejo efetivadas mediante forte aparato de repressão policial – ações amparadas pelo Estado e pelos latifundiários.

Diante da difícil realidade, os trabalhadores buscavam os seus direitos no sistema jurídico, e ao mesmo tempo, utilizavam outras táticas, como o bloqueio das estradas por meio da escavação de valas, a derrubada das cercas das fazendas e o abate do gado dos grandes proprietários. Em resposta, com freqüência, via-se a presença de milícias armadas a agir, geralmente, na calada da noite, nas zonas de conflito, a exemplo de Lago da Pedra, Lago Verde, São Luiz Gonzaga, Lima Campos, entre outras cidades do Maranhão. Era comum elas capturarem os trabalhadores em emboscadas e ataques surpresas, os quais culminavam em queima ou derrubada de povoados inteiros. Quanto às mulheres, muitas vezes, permaneciam no interior das casas, numa tentativa vã de proteger a propriedade; e só a abandonavam para salvar a própria vida e a dos seus filhos.

A propósito dessa violência, lembro-me de que, por volta de 1983, quando participava de uma assembléia diocesana, na sede da diocese em Bacabal, juntamente com lideranças das comunidades, religiosos, padres e o bispo, um trabalhador entrou subitamente e, em tom de desespero, disse que seu povoado estava sendo destruído pelos pistoleiros do latifúndio acobertados pela Polícia Militar. De imediato, toda a assembleia se deslocou para o povoado e pôde observar, *in loco,* a destruição. E pior: ao perceber a aproximação do grupo, cerca de 60 pessoas, o comandante da operação veio ao nosso encontro e ordenou que ninguém se aproximasse ou fotografasse a derrubada das casas.

A distância, pudemos testemunhar as mulheres e as crianças tentando retirar de suas casas os poucos pertences. A fim de observar a situação mais de perto e de ajudar aquelas mulheres, alguns de nós tentamos furar o cerco policial. Na primeira tentativa, não tivemos êxito, fomos impedidos pelo cano da espingarda de calibre 12 dos policiais. Na segunda vez, para não ser reconhecida, peguei emprestadas as vestimentas de uma trabalhadora e me afastei do policial que anteriormente impedira o acesso. Consegui, assim, furar o cerco. Encontrei as mulheres e seus filhos desesperados, assistindo impotentes à derrubada de suas casas, à

[5] Apropriação indevida das terras devolutas por meio de documentos falsificados.

destruição da propriedade e à fuga dos animais. Só após a derrubada completa, foi liberada a entrada de todas as demais pessoas, inclusive do bispo da diocese, dom Pascásio. Mais tarde, refletindo sobre o ocorrido, uma questão me veio à mente: por que as mulheres ficavam no local, e não os homens?

A partir desse questionamento, passei a perceber que, em diversas ocasiões, elas, quase sempre, é que enfrentavam a polícia, formando, desarmadas e em silêncio, barreiras humanas ao redor de suas casas. Constatei, também, nas conversas informais com a população, que, se os homens enfrentassem abertamente a polícia, com certeza, seriam mortos. Mesmo assim, muitos deles eram obrigados a permanecer semanas ocultos no mato, para não serem assassinados pelos pistoleiros, como já havia ocorrido com tantos outros, cujas viúvas já se organizavam em grupos – por exemplo, "o grupo das viúvas" que demandavam justiça pela morte de seus maridos.

Nesse período, criaram-se também outros grupos na diocese de Bacabal, a exemplo do grupo "Mulheres quebradeiras de coco", as quais lutavam pela preservação dos babaçuais e, consequentemente, pela sobrevivência de suas famílias. Uma forma de resistência empregada por tal grupo, no município Lago do Junco, consistia na prática de acender velas e proferir orações sempre que uma palmeira de babaçu fosse derrubada. Isso visava a sensibilizar os trabalhadores da importância daquelas árvores para a natureza e para a sobrevivência das famílias pobres da região. Apesar de não obter o resultado esperado, impedia-se temporariamente a derrubada das palmeiras, pois os trabalhadores, achando se tratar de macumba, ficavam intimidados, amedrontados, recusavam a continuar o eito das palmeiras.

Essas experiências deixaram claro que, na diocese de Bacabal, assim como em diferentes partes do Nordeste, as mulheres participantes das CEB estavam à frente na luta pela melhoria de vida, reivindicando algo para as suas famílias ou comunidades. No convívio com as CEB, em especial com as mulheres que as integravam, alguns aspectos das relações de gênero começaram a chamar minha atenção, por exemplo, elas faziam de tudo, mas, quando se precisava de alguém para fazer viagem ou falar em público, os homens é que sempre apareciam.

A invisibilidade delas não era casual, mas parte da cultura patriarcal da nossa sociedade, que tenta limitá-las às atividades sem expressividade política. Por exemplo: quando os sindicatos dos trabalhadores rurais não as aceitavam como sócias (além do não reconhecimento como *trabalhadora*s rurais, em suas carteiras de trabalho, eram registradas como domésticas), quem respondia pela família era o marido. Tal situação tinha impacto direto no exercício da cidadania,

uma vez que a ausência de reconhecimento contribuía para que as atividades por elas desempenhadas se confundissem com as atividades domésticas ou a estas fossem associadas exclusivamente, o que também as excluía do direito à aposentadoria, à titularidade da terra, ao crédito fundiário, entre outros direitos fundamentais (DEERE, 2002).

Minha experiência de vida foi consolidando-se junto a mulheres detentoras de potencial produtivo igual ou maior do que o dos homens, embora isso tenha sido relegado a segundo plano, em quase todos os aspectos da vida delas, em razão dos valores patriarcais. Com esse sentimento, iniciei a formação em serviço social na Universidade Federal da Paraíba e, quando ingressei no mestrado, escolhi como objeto de estudo o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano – MMTR (PB).

Meu objeto na dissertação foi identificar o impacto da participação das mulheres no referido movimento e o reconhecimento delas como sujeitos políticos na família e no movimento sindical. O resultado da pesquisa mostrou que, naquela região, todas as trabalhadoras rurais possuíam documentação, muitas do corte da cana tinham suas carteiras assinadas (fruto da luta encabeçada por Margarida Alves), como também muitas traziam a público suas reivindicações e questões antes restritas ao âmbito do lar. Durante a pesquisa, pude registrar que: 1) todas as mulheres que participavam do movimento também se associaram ao sindicato; 2) 50% já haviam exercido ou estavam exercendo liderança sindical; 3) algumas até já se haviam candidatado a prefeita, e outras, a vereadoras. Embora tudo ainda estivesse acontecendo de forma embrionária, eram visíveis os avanços na conquista de direitos.

Ao concluir o mestrado, migrei para Teresina, no Piauí, com o objetivo de assumir a coordenação dos trabalhos missionários das Irmãs Catequistas Franciscanas em alguns Estados, na região Norte e Nordeste. A atividade proporcionou-me novo contato com diferentes experiências vividas nas CEB espalhadas pelo Maranhão, Piauí, Ceará, Alagoas, Paraíba e Tocantins – locais onde estavam as irmãs em missão.

No Piauí, tentei conciliar os trabalhos internos da congregação com aulas na Universidade Federal e com algumas atividades em grupos de mulheres urbanas e rurais. Assim, conheci o Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais – CMTR (PI) –, o qual elegi como objeto de estudo, com o propósito de investigar a contribuição da referida entidade no processo de conquista e da criação continuada da cidadania daquelas trabalhadoras.

A afinidade com a categoria das trabalhadoras levou-me a perceber que as do referido coletivo assumiam posicionamento diferente do das demais da região. Apesar de enfrentarem dificuldades em todos os campos – financeiro, saúde, educação, condições de trabalho –, ainda conseguiam extrapolar os espaços domésticos, ou seja, assumiam novas posturas e interesses fora do lar. Uma delas integrava o Conselho Estadual dos Direitos Humanos; outra havia assumido a secretaria de política para as mulheres no seu sindicato; outra representava a Comissão Pastoral da Terra na reunião do MST, dentre outras. Mais tarde, conheci Maria Aparecida Alves, presidente do CMTR (PI), que me expôs a situação das mulheres rurais no Piauí e o trabalho desenvolvido pelo Coletivo quanto ao enfrentamento da opressão, discriminação e exclusão das mulheres. Aparecida reclamou ainda do não reconhecimento das demandas por elas apresentadas aos órgãos públicos, bem como da discriminação sofrida nas instituições financeiras responsáveis pelos créditos fundiários: demora no atendimento, desconfiança manifestada em relação ao pagamento da dívida, resistência em efetuar empréstimos a mulheres solteiras ou chefes de família. Em resumo, o fato de serem mulheres dificultava o acesso a bens e serviços.

Essa maior aproximação mostrou-me que as demandas de tais mulheres se relacionavam, por um lado, com os direitos sociais básicos, como, por exemplo, terra, educação, transporte, saúde, água, infraestrutura, condições de trabalho para a mulher e o homem rural, agilidade por parte do governo na execução da reforma agrária, dentre outros; por outro, com direitos culturais, como os referentes ao reconhecimento de identidades de gênero, étnicas e geracionais. Em outras palavras, embora estivessem lutando por direitos básicos de cidadania, relativos a bens e serviços considerados importantes para a existência e reprodução material delas próprias e de suas famílias, ficou evidente que não se alcançariam tais direitos sem que elas fossem reconhecidas como sujeitos de direitos. De fato, ficou claro que o modelo patriarcal que tem legitimado a condição de subordinação das mulheres leva, ao mesmo tempo, à noção de cidadania definida e construída em oposição ao elemento feminino, o que as deixa à margem do exercício dos direitos e, consequentemente, da justiça social.

Essa questão se insere no cerne da discussão contemporânea. Alguns autores enfatizam que, nas últimas décadas, os movimentos sociais dão maior ênfase à luta pelo reconhecimento, intensificando, assim, a busca pelos direitos culturais, em detrimento da luta pelos direitos econômicos. Trata-se, então, de debate quanto à política de distribuição dos bens e serviços e à

política de reconhecimento das diferenças como questões de justiça social. Trazendo essa discussão para o campo dos direitos e aplicando-a à luta das trabalhadoras rurais no Piauí, pode-se dizer que a luta por distribuição se vincula à busca por direitos sociais básicos, como saúde, saneamento, estradas, educação, terra, créditos, dentre outros, e que a luta por reconhecimento se relaciona à busca das mulheres pelos direitos políticos de participação e pelos direitos culturais pertinentes a gênero, raça, geração, religião, entre outros. Assim, elas aparecem como sujeitos de luta por reconhecimento e distribuição, organizadas em movimento e direcionadas pelas questões de gênero, buscando a implementação de políticas públicas que superem as disparidades sociais e, ao mesmo tempo, a desmistificação de normas e valores que venham a desfavorecer seu reconhecimento como pares capazes de participar da vida social em iguais condições com os homens.

Utilizar tal debate para compreender a situação das mulheres trabalhadoras rurais significa introduzir novo olhar sobre meu objeto de estudo. A propósito, uma breve análise da literatura produzida no Brasil[6] revela que, segundo as pesquisas, as mulheres conseguiram avançar significativamente como sujeitos políticos, mas as mesmas pesquisas dizem pouco em relação às conquistas na política de distribuição de bens e serviços.

Assim sendo, nesta tese, o foco central está nas demandas coletivas por direitos apresentadas pelo CMTR (PI), no sentido de se conquistar a cidadania para as mulheres, as quais, imbuídas do ideário de justiça social, ousaram desafiar os limites sociais impostos e requerer o seu reconhecimento como sujeito político coletivo, sem abrir mão da luta pela distribuição dos bens e serviços. Tais ações se tornarão o fio condutor para responder à seguinte questão: a luta das mulheres do CMTR (PI) por direitos culturais e políticos, contribuiu para maior acesso aos direitos sociais no processo de construção da cidadania delas?

A hipótese levantada é a de que a luta coletiva das trabalhadoras rurais por reconhecimento político e de gênero contribui para a conquista dos direitos sociais e, consequentemente, para o fortalecimento da cidadania das mulheres.

Como já apontei anteriormente, a desestruturação nas relações do mundo do trabalho levou os novos movimentos sociais a se voltarem mais para a conquista do reconhecimento

---

[6] Destaco os seguintes estudos: *Sindicalismo*, de Paola Capellin (1989); *Identidade da trabalhadora rural*, de Rosineide Cordeiro (2004); *Consciência política da mulher rural nas empresas agrícolas*, de Isaura Fischer (2000a); *Empoderamento da mulher rural*, de Carmen Deere e Magdalena León (2002); *O protagonismo da mulher rural*, de Fischer (2006b); *Nem caladas, Nem silenciadas*, de Farias (2001), dentre outros.

identitário em detrimento da distribuição dos bens e serviços ou, ainda, busca pela redistribuição decorre da luta por reconhecimento de identidade. A experiência do CMTR (PI) aponta para um processo de construção continuada da cidadania. Para as mulheres, a luta por reconhecimento de gênero e por redistribuição dos bens ocorrem simultaneamente.

A fim de verificar a plausibilidade da hipótese levantada, dividi a tese em seis capítulos.

No primeiro capítulo, descrevo momentos significativos das lutas sociais no campo, reconstruindo alguns aspectos do processo de organização dos trabalhadores na luta pela posse da terra e outros direitos. Em seguida, situo o aparecimento no Brasil do movimento de mulheres trabalhadoras rurais, que emergiu como um sujeito coletivo do seio do movimento dos trabalhadores rurais, articulando politicamente seus interesses e exigindo seu reconhecimento como sujeito de direitos.

No segundo capítulo, faço a descrição da emergência do CMTR (PI) desde sua idealização como uma organização específica de mulher e espaço para a construção da trabalhadora em sujeito de direito à articulação, objetivos, estratégias de luta, conflitos, parceiros e principais demandas na construção da cidadania das mulheres.

No terceiro capítulo, estabeleço um diálogo entre os conceitos de gênero e cidadania, a fim de demonstrar como a luta das mulheres e a criação da categoria analítica "gênero" ajudaram a questionar a visão de cidadania fundada nos ideais da Revolução Francesa e evidenciaram a necessidade de nova forma de operar com a cidadania, de modo a contemplar os novos sujeitos sociais que se constituíram nas lutas por inclusão social.

No quarto capítulo, abordo a contribuição teórica dos novos movimentos sociais, especialmente a de Melucci, Gohn, Scherer-Warren, que se voltaram para explicar os fenômenos coletivos surgidos, sobretudo, a partir da década de 1980, quando a orientação teórica acentuou mais os aspectos políticos e culturais dos movimentos e buscou explicar a ação dos novos atores, com base no coletivo difuso formado de atores antes negligenciados, agora sujeitos emergentes no novo contexto social. Ao debate teórico dos novos movimentos sociais associo a noção de distribuição dos bens materiais e políticas de reconhecimento, polemizados no debate teórico por alguns autores. Eis a polêmica: de um lado, alguns defendem que a política da distribuição está subordinada à conquista do reconhecimento; de outro, alguns afirmam que as lutas por reconhecimento e por redistribuição são distintas, porém devem desenvolver-se conjuntamente, com o fim de alcançar a justiça social, como sugere Fraser (2002). Esse debate

possibilitará a compreensão da luta concreta do CMTR (PI) por reconhecimento de gênero e por distribuição dos bens e serviços.

No quinto capítulo, apresento a realidade vivida pelas trabalhadoras e trago alguns aspectos do lugar e da condição a partir da qual elas continuam suas lutas para conquista e construção da cidadania. Exponho também alguns elementos que compõem o perfil e a realidade do engajamento social das mulheres entrevistadas com o objetivo de facilitar posterior análise dos sentidos que emergem do material colhido nas entrevistas, relatos e demais fontes de coletas.

No sexto capítulo, analiso o que na representação das entrevistadas se constituiu em conquista no campo dos direitos, a qual, de um modo ou de outro, as aproximou da condição de cidadã. Apresento alguns aspectos que circunscrevem pontos de inclusão das mulheres trabalhadoras rurais ao campo político (nos espaços político-partidários, sindicais ou outros) como resultado do reconhecimento de gênero, além das conquistas no campo dos direitos sociais, como direitos previdenciários, terra, saúde, educação, incluídos aí os serviços de utilidade pública.

CAPÍTULO 1

1. MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL E A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS[7]

Neste capítulo, apresento breve descrição sobre os movimentos sociais no campo, ressaltando alguns aspectos históricos e sociológicos, com o objetivo de compreender a emergência do movimento das mulheres trabalhadoras rurais do Piauí na década de 1980 e identificar certas questões relevantes que ajudarão a compreender o que levou as trabalhadoras rurais a irromperem como sujeitos políticos e a criarem as próprias organizações para lutar por direitos no campo. Para tanto, levanto algumas questões que serão aqui respondidas.

Como os trabalhadores se foram articulando dentro dos diferentes contextos históricos, políticos e econômicos para alcançar seus direitos? Quais os direitos por eles pleiteados? Havia participação das mulheres nas organizações? A conquista dos direitos se deu da mesma forma para homens e mulheres? Como as mulheres se articularam e o que elas estavam buscando?

Para trazer à baila antecedentes históricos do movimento das mulheres, construí o texto em três blocos: no primeiro, apresento determinados aspectos da organização dos grupos rurais com trabalhadores rurais; no segundo, exponho certos aspectos organizacionais dos movimentos sociais no campo, na luta por reconhecimento político dos trabalhadores, pela reforma agrária e por direitos sociais entre os anos de 1940 e 1980, quando da emergência do movimento das mulheres; no terceiro bloco, disserto sobre o processo de organização do movimento das trabalhadoras rurais e suas reivindicações.

1.1. Messianismo: a esperança da terra prometida

A falta de condições mínimas para sobrevivência da população pobre no campo, o desemprego ou mesmo a esperança na conquista de uma vida digna têm desencadeado diferentes tipos de organizações ao longo da história. São vários os exemplos de organizações dos

[7] A denominação para designar a categoria dos trabalhadores no campo usada na tese será "trabalhadores e trabalhadoras rurais," conquistada pelos homens com a aprovação do *Estatuto do trabalhador rural* em 1963 e pelas mulheres mediante reconhecimento como sujeito político na década de 1980.

trabalhadores que vão tomando forma nos diferentes momentos históricos, de acordo com as condições sociais nas quais elas emergiram e com os objetivos por eles almejados.

Manifestações significativas de grupos rurais no Brasil, na leitura de Martins (1986), coincidiram com o fim do Império e o começo da República, no século XIX. Algumas de caráter messiânico. Dois desses movimentos que mais se destacaram naquele momento: a guerra de Canudos no sertão da Bahia, sob a liderança do beato Antonio Conselheiro, de 1893 a 1897, e a guerra do Contestado no Paraná e em Santa Catarina, sob a liderança do monge José Maria, de 1912 a 1916. Um e outro buscavam resolver situações de crise que afetavam grupos formados por pobres desfavorecidos de terra para morar e trabalhar. A maioria dos componentes desses grupos – remanescente da mão de obra escrava substituída pela força livre de trabalho nas grandes lavouras de cana e café (MARTINS, 1986) – buscava a solução para seus problemas, criando e organizando comunidades lideradas por um "messias". Este – pessoa de grande legitimidade e carisma pessoal – era considerado pelo povo como capaz de implantar nova ordem social, normalmente de caráter mais igualitário, por ser portador de verdade revelada, de orientação divina (MEDEIROS, 1989).

As autoridades políticas viam tais comunidades como expressão do fanatismo religioso, e não como manifestação política. Ainda assim, segundo Martins (1986), foram violentamente combatidas por forças militares sob a acusação de quererem restaurar a velha monarquia. Todavia, o que atingia diretamente a vida deles dizia respeito à posse da terra e à falta das condições mínimas para sobrevivência no campo.

A inspiração dos movimentos messiânicos era construir nova ordem social, conseguir a posse comunitária da terra, bem como promover, pelo interior do país, a conquista da terra prometida (como nos relatos bíblicos contidos no livro do Êxodo, referente ao povo de Israel conduzido por Moisés para a terra prometida) – uma forma de se contrapor à exclusão e à opressão social vigentes.

Belo Monte foi um exemplo, no Brasil, de experiência comunitária dos sertanejos. Canudos**,** fundado em 1893, em uma fazenda abandonada às margens do rio Vazia-Barris, na região norte da Bahia (MONIZ, 1981), não demorou muito para tornar-se um dos maiores aglomerados humanos no interior da Bahia (fala-se sobre algo em torno de 25 mil habitantes). Famílias inteiras abandonavam seus trabalhos nas fazendas da região, para seguir o beato Antonio, o Conselheiro. Em três anos de existência, Canudos talvez se tenha tornado a segunda

cidade da Bahia em número de habitantes. Isso provocou escassez de mão de obra nas fazendas, para descontentamento de muitos coronéis. Em Belo Monte, os sertanejos faziam suas próprias leis e impunham sua ordem. Lá, a polícia não entrava e ninguém pagava imposto. Para estabelecer a ordem e as regras de convivência, bastava a palavra do Conselheiro. As ordens eram obedecidas à risca, pois ninguém queria abandonar Belo Monte. Impunha-se castigo aos que desobedecessem às normas de convivência. (MONIZ,1981). Mas, para a República recém-instituída, aquela experiência representava a desordem, ameaça que precisava ser combatida. A destruição total de Canudos se deu em 1897, após várias investidas policiais.

Com relação à presença e participação das mulheres em Canudos, apesar da pouca ênfase dada na literatura, sabe-se que

> [...] o mulherio constituía a parte mais numerosa dos fanáticos que seguiam para Canudos, chegando a cerca de dois terços dos vinte e seis mil habitantes que compunham o arraial. Se estas mulheres eram em número tão expressivo como afirma Calasans, nas inúmeras obras que escreveu sobre Canudos, não se compreende a omissão na literatura e na própria história a respeito dos papéis desenvolvidos por estas mulheres (CALASANS APUD BRAGA 2008, p. 05).

Nos escritos de Edmundo Moniz, há relato de que elas participaram no combate armado em defesa de Canudos, tanto na luta armada nos campos de batalha quanto na organização de piquetes femininos. Na comunidade, trabalhavam no cuidado com os doentes, como enfermeiras, e lhes cabia a responsabilidade pela educação das crianças e adolescentes (MONIZ, 1981, p. 48-49).

1.2 Banditismo e Cangaço: um sentimento de injustiça social

Nem todos os trabalhadores rurais encontraram no messianismo o caminho para resolução dos problemas sociais. Outros – sitiantes, posseiros, pequenos lavradores e criadores expulsos de suas terras, vítimas da violência dos jagunços dos coronéis –, movidos pela revolta e no intuito de fazer justiça, entravam para um bando, tornavam-se cangaceiros. Assim se originou o bandidismo, outra forma de expressão na luta pela justiça. Banditismo era a denominação para as ações dos chamados jagunços[8] e cangaceiros[9]. Estes, por mais de 20 anos,

[8] A palavra "jagunço" foi aplicada aos exércitos privados dos chefes políticos e aos combatentes sertanejos das guerras do Contestado em Canudos (MARTINS, 1986).

vaguearam por algumas regiões do país, saqueando fazendas, aterrorizando cidades e povoados, propondo "justiça" com as próprias mãos. No Nordeste, o banditismo já vinha desde o tempo da colônia, mas tornou-se mais significativo com o surgimento do coronelismo republicano. Entre 1890 e 1930, eram frequentes os conflitos e embates entre as famílias de coronéis, o que deu relevo à figura do jagunço. Muitos jagunços trabalhavam e moravam em fazendas e sua tarefa era a defesa da família e da propriedade dos coronéis. Nas palavras de Mello (1985, p. 26), "jagunço é um profissional que escolheu o ofício das armas como meio de vida". A causa que movia o banditismo sertanejo "estava nos conflitos de famílias, nas lutas pela terra, nos crimes de honra e na vingança" (MARTINS, 1986, p. 59).

Com relação ao cangaço, tratava-se de grupos de homens e algumas mulheres que agiam em bandos armados, pelo sertão, às vezes com ações marcadas pela caridade para com os pobres, porém, quase sempre com ações de crueldade e violência. Por essa razão, conforme Hobsbawm (1976, p.55) "boas ações e crueldade combinam com a imagem do cangaceiro". Já para Queiroz (1973), não havia tal sentimento de igualdade para com os miseráveis no bando dos cangaceiros, pois os bens eram divididos com os próprios comparsas e, ainda, de acordo com o combinado.

Os cangaceiros mais conhecidos na história das lutas sociais no campo, no Brasil, são: Antonio Silvino, que agiu por 20 anos, em alguns Estados do Nordeste, no início do século XX, e Virgulino Ferreira da Silva (Lampião), seu sucessor. Lampião entrou para o cangaço em 1917 e foi morto em 1938. Esses grupos agiam livres das ordens dos coronéis, desafiavam as autoridades locais, estaduais e federais, como Antonio Silvino, que chegava a telegrafar para as autoridades, desafiando-as a capturá-lo (QUEIROZ, 1991). Em certos momentos, banditismo e messianismo não se excluíam: ambos definiram os limites da rebeldia camponesa no enfrentamento do poder dos coronéis na República Velha. Tais grupos foram fortemente combatidos como "insurreição e subversão dos pobres no campo" (MARTINS, 1986: p. 62).

As expressões populares de rebeldia no campo chegaram até 1940. Para Martins (1986), o messianismo e o cangaço são interpretados sociologicamente como as primeiras formas de libertação no campo, no Brasil, visto que os sertanejos conseguiram manifestar vontade própria quando excluídos e dominados por aquele sistema político, econômico e social. De acordo com Hobsbawm (1970), as ações dos grupos "primitivos" eram ainda irracionais e os "bandos", segundo o mesmo autor, refletiam uma forma primitiva de protesto social, rebeldia quanto às

[9] Cangaceiros andavam em bandos e não trabalhavam para patrão como faziam os jagunços.

normas sociais opressoras, impostas pela classe dominante. Já conforme Thompson (1987), as iniciativas desses grupos não devem ser consideradas subpolíticas nem supersticiosas. Olhá-los assim seria uma visão pejorativa. Para Thompson, mais do que os valores financeiros, estavam em jogo, para os rebeldes camponeses, questões como *status* e prestígio, por onde perpassavam o sentido de injustiça. Dessa forma, tais manifestações possuiriam outra moralidade, subjacente ao seu momento histórico.

Assim, o messianismo e o cangaço – espécies de embrião dos movimentos sociais no campo – buscaram interferir na dinâmica social na República Velha, trazendo para o centro questões, como a conquista da terra e a necessidade de justiça social como condições básicas de sobrevivência na sociedade do seu tempo. Nesse período, embora fosse comum apenas os homens participarem dos bandos de cangaceiros, constata-se registro de algumas mulheres no cangaço. As mais citadas são as mulheres do bando de Lampião, as quais figuraram ao lado de seus companheiros: Maria Bonita (Lampião), Dadá (Corisco), Inacinha (Galo), Sebastiana (Moita Brava), Cila (José Sereno), Maria (Labareda), Lídia, (José Baiano) e Neném (Luís Pedro).

Segundo Vainsencher (2006), as mulheres começaram a participar do cangaço a partir de 1930. Elas deixavam tudo para seguir seus companheiros; participavam da mesma sorte, enfrentavam as mesmas adversidades das condições de vida do cangaceiro, embora apareçam como "preciosas colaboradoras". Para Vainsencher, a participação delas se dava de forma indireta, quando se tratava das brigadas e ou empreitadas mais perigosas. Nessas circunstâncias, "cuidavam dos feridos, cozinhavam, lavavam as roupas, e, principalmente, davam amor aos cangaceiros" (VAINSENCHER, 2006, p. 03). Segundo Queiroz (1991), a morte de Corisco em maio de 1940 marcou o fim do cangaço independente e começou um novo ciclo na organização da população dos excluídos no meio rural.

1.3. A consolidação das organizações dos trabalhadores rurais na busca de reconhecimento político e outros direitos

Até a década de 1950, não havia denominação única para designar a população dos trabalhadores do campo. Segundo Martins (1986), as denominações variavam de acordo com as regiões e, geralmente, quando se usavam certas expressões em referência à população rural,

carregavam-na de conotação pejorativa. Só a partir dos anos 1950, a expressão "camponês" chegou ao Brasil importada da Europa, trazida pelos partidos de esquerda para tentar explicar ou dar conta do movimento dos trabalhadores que se desencadeava no campo. E só em 1963, com a promulgação do *Estatuto do trabalhador rural*, a população rural masculina que vivia da agricultura ganhou o *status* de trabalhador.

No processo de reconstrução de alguns aspectos na organização dos movimentos sociais dos trabalhadores na luta por reconhecimento político e outros direitos, baseei-me, principalmente, na leitura da obra *A história dos movimentos sociais do campo*, de Leonilde Medeiros (1989), que realizara um trabalho com detalhes do período 1945 -1980. Nesse estudo, ela elegeu como marco das organizações dos trabalhadores as ligas camponesas, passando pelo desenvolvimento crescente da organização dos movimentos sociais no campo, até a década de 1980.

Nessa perspectiva, o pano de fundo para a discussão é a industrialização brasileira que se firmou no início do século XX, potencializou-se com o apoio do Estado e ganhou dinâmica própria na década de 1950. Com isso, intensificou-se no país o processo de urbanização do qual surgiram novos grupos e, consequentemente, novos interesses e necessidades.

No campo, revelavam-se as profundas contradições entre as exigências da indústria, a de produção de subsistência e a agricultura pouco modernizada para exportação. A base de produção alimentar era realizada por pequenos agricultores, o que a tornava insuficiente para atender à demanda provocada pelo crescimento das cidades. Daí, a necessidade de adequar as atividades agrícolas à nova etapa do desenvolvimento no país gerou debate sobre as formas de eliminar o "atraso" no campo, pois, ante o desenvolvimento da indústria, o campo passou a ser visto como o espaço do atraso, do feio, do distante; deveria, portanto, ser superado pelo progresso.

Do ponto de vista político, no entanto, a burguesia industrial foi fortalecendo-se, sem que as velhas oligarquias agrárias fossem alijadas do poder. Isso porque elas mantinham forte presença no Congresso Nacional, assegurando seus privilégios, às vezes, concedidos por políticas econômicas específicas e pelo ainda absoluto controle sobre a propriedade da terra. Assim, conseguiam barrar a extensão (ao trabalhador rural) dos direitos sociais e trabalhistas já conquistados pelos trabalhadores urbanos, inclusive o direito à sindicalização. Quanto aos

grandes grupos da indústria, expandiam-se e buscavam seus interesses em relação à produção e ao comércio.

Portanto, em tal panorama de rápidas mudanças conjunturais e de instabilidade política, de um lado, e de desenvolvimento econômico aliado à consolidação de um projeto de desenvolvimento para o país, do outro, os trabalhadores rurais se rearticularam e começaram a aparecer no cenário nacional à busca de reconhecimento político. Esboçaram-se, então, as primeiras formas de associação: as ligas camponesas e os sindicatos rurais.

1.4. Das ligas camponesas e dos sindicatos

Os trabalhadores rurais haviam-se mantido, até então, à margem de uma série de direitos políticos e sociais conquistados pelos trabalhadores urbanos desde a década de 1930, como, por exemplo, carteira assinada, férias remuneradas, aposentadoria, repouso semanal, sindicalização, entre outros. Em razão disso, as ligas camponesas surgiram em 1950: eram associações que emergiram com o propósito de oferecer aos sócios assistência social e jurídica, de se contraporem às precárias relações de trabalho e de fortalecer a luta pela reforma agrária.

A insatisfação contra o aumento das taxas de arrendamento deu origem às primeiras ligas camponesas em Goiás e no Triângulo Mineiro. Segundo Medeiros (1986), o primeiro enfrentamento mais expressivo das ligas com os donos das terras se deu no ano de 1950, em Orizona, Goiás. Os trabalhadores recusaram-se a pagar os 50% exigidos pelos donos da terra, valendo-se de um dispositivo da *Constituição* estadual, que estabelecia o limite da taxa de arrendamento em 20%. Essa luta foi vitoriosa e logo a experiência se estendeu a outros Estados, a exemplo de Minas Gerais e São Paulo.

Entretanto, tais ações eram severamente reprimidas e resultavam na sonegação de trabalho por parte dos fazendeiros aos que haviam participado dos movimentos. Com efeito, para sua luta e organização, os trabalhadores rurais contavam com o apoio do Partido Comunista (PC), que, no início da década de 1950, pregava o confisco da terra dos latifúndios e a distribuição gratuita aos trabalhadores sem ou com pouca terra, como forma de enfrentamento dos problemas desse segmento social.

No Nordeste, a situação deles se tornou mais grave em razão das profundas mudanças nas relações tradicionais de trabalho, caracterizadas pela moradia e pelo aforamento de terra. O

rompimento dessa relação, a negação da concessão de terra para o plantio – indispensável ao sustento da família do trabalhador – e o aumento, considerado abusivo, do foro cobrado fizeram com que a sua mobilização tomasse grandes proporções. Assim, em 1950, aconteceu o primeiro congresso estadual de trabalhadores na cidade de Palmares (PE), com o objetivo de fundar uma organização central de trabalhadores e, em 1954, deu-se o nascimento das ligas camponesas em Pernambuco, organizadas, a princípio, pelos trabalhadores do engenho Galileia, localizado no município de Vitória de Santo Antão, distante 60 km da cidade de Recife.

Tal movimento expandiu-se rapidamente, por alguns municípios e Estados do Nordeste, por causa das condições políticas e pelo fato de a base social das ligas se constituir, de modo especial, dos "foreiros", representantes de "uma categoria social ameaçada de extinção" (BASTOS, 1984, p.18). Com o surgimento das ligas, os trabalhadores assumiram o protagonismo no campo e disseminaram a fundação de sindicatos e outras organizações locais.

Em Pernambuco, as ligas camponesas colocaram em evidência a situação de verdadeira exploração ao lado do desenvolvimento proposto pelo capitalismo para o campo. O inimigo já era não só o grande latifúndio mas também a forma de desenvolvimento proposta pelo capital. Agora, sob a liderança nacional de Francisco Julião, advogado e deputado do Partido Socialista, as ligas colocaram os trabalhadores nas ruas, realizando marchas, comícios, congressos, com o objetivo de reforçar suas bases internas e de ampliar as bases de apoio nas cidades. Assim, em 1959, conseguiram a desapropriação do engenho Galileia. Tais ações projetaram as ligas nacionalmente, alimentando o debate sobre a natureza da propriedade da terra e a necessidade da reforma agrária.

Fora de Pernambuco, no início dos anos 1960, a maior base de organização se deu na Paraíba. João Pedro Teixeira se destacou como grande liderança e fundador da Liga do município de Sapé, a maior do Brasil, com cerca de 10 mil associados, a qual exerceu influência em todo o Estado. Por consequência, entre os anos de 1962 e 1963, elas se expandiram rapidamente, mas a violência tomou conta do campo, o latifúndio se armou e muitos trabalhadores foram perseguidos e assassinados, entre os quais João Pedro Teixeira, a essa altura um dos mais importantes líderes no Nordeste. Com a morte dele, Elizabeth Teixeira, sua esposa, assumiu, na Paraíba, liderança da luta com os trabalhadores, sinal de que as mulheres não estavam ausentes daquele processo de organização e de resistência. Hoje Elizabeth é um símbolo vivo da força da mulher rural na luta pela reforma agrária.

Além de pautar o debate sobre a reforma agrária, as ligas tiveram também papel importante ao denunciar as situações de violência a que os trabalhadores eram submetidos. Ao mesmo tempo, a reforma agrária passou a ser discutida também pela burguesia. Havia, então, duas formas de pressão ao governo: de um lado, os camponeses traziam à tona a questão da terra e, do outro, os donos da terra, aliados ao poder político, traziam a questão da "agricultura atrasada", alegando que esse atraso se constituía em entrave ao desenvolvimento econômico. Para os donos do capital, a questão central para a reforma agrária não era a terra, mas a técnica (MEDEIROS, 1989).

O PC, no início dos anos 1960, começou a rever sua posição quanto ao confisco da terra como meio para solucionar o problema dos trabalhadores e passou a pensar a reforma agrária "como a transformação radical da estrutura agrária". Com isso, acabaria o monopólio da terra e das relações pré-capitalistas do trabalho. Diante de tal expectativa, transformou a reforma agrária em bandeira de luta do partido e começou a reunir as forças interessadas em combater o imperialismo norte-americano, pois, naquele momento, via a contradição fundamental da sociedade brasileira vinculada aos setores capitalistas ligados com essa forma de imperialismo (MEDEIROS, 1989, p. 53-54). Assim, para que as mudanças chegassem, seria necessário não apenas divisão da terra, mas também reformulação política e reformas democráticas na *Constituição*, o que não se coadunava com o entendimento de luta defendido por parte do movimento daqueles que defendiam a verdadeira reforma agrária. Segundo Bastos (1984), o PC desviava o foco do embate pela reforma agrária para a "luta no anti-imperialismo americano na medida em que definia como contradições fundamentais as que se estabeleciam entre a nação e o capital estrangeiro" (BASTOS, 1984, p. 84). O método proposto pelo PC divergia da proposta defendida por Francisco Julião, para quem a tomada do poder via campesinato não precisaria fazer aliança com burguesia.

Enquanto isso, setores da Igreja Católica, para contrapor o avanço do comunismo no campo, se lançavam como apoio fundamental à luta e a organização dos trabalhadores em sindicatos, por meio do Movimento de Educação de Base (MEB) e da Ação Popular (AP), orientados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (MOREIRA, 2006). Voltarei a essa discussão em seção posterior, pela relevância da Igreja Católica na organização dos trabalhadores rurais no campo no Brasil.

1.5. Os primeiros sindicatos

As tentativas de organização dos sindicatos rurais não se deram separadamente da criação das associações camponesas e de outras tentativas de lutas sociais no campo. Desde a década de 1950, a ideia da criação dos sindicatos estava disseminada por todo o país, mas organizá-los era muito difícil, sobretudo para os trabalhadores rurais de determinadas regiões mais distantes, onde se tornava mais difícil lidar com as exigências burocráticas. Ademais, ainda não estava legalizada a sua criação no campo. Às vezes, criava-se mais facilmente uma associação de trabalhadores, porque se exigia menos burocracia do que para se instituir um sindicato.

As primeiras iniciativas dos sindicatos de trabalhadores rurais se deram na região de Minas Gerais, no início da década de 1950. Ao mesmo tempo, em outras regiões, como São Paulo, Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro, ocorriam manifestações de greves nas fazendas de cacau e de cana, reivindicando melhores salários, melhor sistema de medição das áreas de trabalho e do produto, pagamento de salários atrasados e remuneração das férias. Entre os anos de 1949 e 1954, sucederam-se mais de 55 movimentos grevistas, de modo que, "em 1951, o Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo reconheceu a colonos e demais assalariados agrícolas o direito a férias remuneradas" (MEDEIROS, 1989, p. 24). Outras categorias de trabalhadores rurais, como os foreiros ou arrendatários, os meeiros, entre outros, em diferentes regiões, também se mobilizavam e apresentavam dois tipos de reivindicação: a diminuição das taxas de arrendamento e a permanência na terra.

Os primeiros sindicatos rurais foram organizados pelos trabalhadores remunerados, principalmente os moradores das grandes fazendas. Por meio dessa organização, a luta por direitos trabalhistas parecia mais adequada. De certo modo, as reivindicações encontravam respaldo na *Consolidação das leis trabalhistas*, embora esta não regulamentasse os sindicatos. Graças à referida legislação, alguns conseguiram reconhecimento no Ministério do Trabalho, já em meados dos anos 1950, mas nem todos os grupos dos trabalhadores, conforme visto anteriormente, obtiveram igual êxito. Com isso, retardou-se a expansão do movimento para outras regiões do Brasil.

A ação dos trabalhadores não era homogênea: de acordo com as características locais, o movimento assumia determinadas peculiaridades. Mesmo assim, na década de 1950, havia sinais das organizações dos trabalhadores em, praticamente, todo o país.

O aumento das tensões e conflitos no campo levou o governo a criar várias medidas, a fim de conter as crescentes mobilizações dos trabalhadores. Um das medidas foi a regulamentação da sindicalização, atrelada ao Ministério do Trabalho em 1962. No ano seguinte, aprovou-se o *Estatuto do trabalhador rural*, no qual se estenderam ao campo direitos conquistados pelos trabalhadores urbanos desde 1930, tais como salário-mínimo, férias remuneradas, registro na carteira de trabalho e licença-maternidade. Outra medida, ainda no início da década de 1960, foi a criação da primeira instituição em favor da reforma agrária, a Superintendência de Política de Reforma Agrária. Todavia, as forças oligárquicas no Congresso Nacional retiveram o avanço desejado pelos trabalhadores para a efetivação da reforma agrária.

1.6. A mediação da Igreja Católica na consolidação da organização dos trabalhadores rurais

Os conflitos se aguçavam no campo e os rumos da luta pela reforma agrária começaram a fazer parte das preocupações da Igreja Católica, sobretudo a partir de 1950. Conforme já mencionei, dois foram os focos centrais dessas preocupações: o primeiro se relacionava à própria situação, definida como infra-humana, em que viviam os trabalhadores do campo; o segundo relacionava-se ao avanço do comunismo – que poderia influenciá-las de forma "negativa" –, base das ações da Igreja Católica no processo de evangelização.

O Partido Comunista como já me referi, era a principal força política que procurava representar os interesses dos trabalhadores rurais. No entanto, desde o início do governo Kubitschek (1956-1961), o PC enfrentava grandes dificuldades para avançar com a organização dos trabalhadores por causa das restrições políticas, que o obrigavam a funcionar na ilegalidade. Ao lado disso, havia certa tensão entre as ligas camponesas, sob a condução de Francisco Julião, simpatizante do regime em Cuba, e as ligas camponesas conduzidas pelo PC (BASTOS, 1984 p. 84). Isso gerou enfraquecimento e descompasso na organização dos trabalhadores rurais.

Alguns serviços de formação vinculados a Igreja Católica e voltados para a orientação dos trabalhadores surgiram em 1961: o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, a Equipe de

Sindicalização Rural da Paraíba e a Equipe de Sindicalização da Secretaria de Planejamento, da Arquidiocese de Teresina, Piauí. No ano seguinte, foi criado o Serviço de Orientação Rural no estado de Alagoas (MEDEIROS, 1989, p. 77). Com isso, a Igreja ganhou espaço na formação dos trabalhadores, quanto aos seus direitos, e na organização dos sindicatos dos trabalhadores no campo.

A Igreja Católica dispunha de estrutura organizacional bem articulada, ou seja, comunidades, paróquias e dioceses espalhadas por todo o território nacional, o que lhe proporcionou, em pouco tempo, envolver-se na organização sindical, em praticamente todo o país. Ela orientava a criação do sindicalismo cristão afastado das lutas de classe, mas defensor dos direitos dos trabalhadores e da reforma agrária baseada na propriedade familiar. A publicação da encíclica *Mater et magistra*[10], pelo papa João XXIII, reforçou o trabalho da instituição no meio rural, mediante a criação de várias organizações, a exemplo da Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e da Liga Agrária Católica (LAC) (MOREIRA, 2006).

Com o firme propósito de combater o comunismo, a CNBB defendia a extensão da sindicalização rural, afirmando que a experiência de formação de líderes iniciada no Nordeste deveria estender-se a todos os centros rurais. No entanto, como muitas organizações surgidas sob a orientação da Igreja Católica eram constituídas e lideradas por leigos na tentativa de ajudar a luta dos trabalhadores, algumas mantinham autonomia em relação à hierarquia daquela instituição, o que permitia se colocarem ao lado dos que defendiam as transformações radicais.

Toda essa mobilização fez acelerar a regulamentação da sindicalização no campo. Assim, em 1962, já era possível fundar um sindicato rural amparado pela lei. A partir daí, instaurou-se verdadeira corrida entre as diferentes forças políticas no campo, ou seja, o PC, os setores mais conservadores da Igreja Católica e os setores mais socialistas, ou seja, os mais ligados aos acontecimentos do Concílio Vaticano II. Todos atuavam no campo, em busca do reconhecimento dos sindicatos. Foi um período rico do ponto de vista organizacional dos trabalhadores, mas preocupante quanto à fragmentação do movimento e à necessidade de dar certa unidade na condução das lutas. Já durante a I Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais, realizada em julho

[10] *Mater et magistra* é uma carta encíclica do papa João XXIII, de 15 de maio de 1961, sobre a recente evolução da questão social à luz da doutrina *c*ristã, no septuagésimo aniversário da encíclica *Rerum novarum,* que tratava das questões levantadas durante a Revolução Industrial e das condições das classes trabalhadoras.

de 1963, em Natal (RN), iniciou-se a discussão sobre a necessidade de fundar-se uma Confederação Sindical. De fato, foi fundada a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), reconhecida em janeiro de 1964. A partir de então, a CONTAG assumiu dois importantes compromissos: lutar pelo reforço e pela ampliação dos sindicatos e fortalecer a unidade do movimento. Dessa forma, tal confederação passou a ser o órgão de maior representação dos trabalhadores rurais.

Para Moacir Palmeira (1985), a ação dos trabalhadores nas diferentes organizações tirou-os do isolamento e, por consequência, do anonimato político. Nesse sentido, continuando o pensamento do autor, o empenho pelo reconhecimento, pela cidadania plena e pela afirmação de identidade política construiu um corpo não apenas com questão de identidade mas também com todo o conjunto de lutas dos trabalhadores rurais.

Fortalecidos pelas diferentes expressões de luta no campo e pelas suas organizações em todo o país, os trabalhadores aumentaram a pressão por direitos sociais e passaram a questionar as formas vigentes de exercício do poder, que continuavam a ter como símbolo maior o latifúndio. A ausência e a incapacidade do Estado de formular e propor políticas públicas para o campo, agregadas aos conflitos e a outros fatores históricos de movimentação política, foram usadas para justificar o golpe militar de 1964. Segundo Palmeira (1985), "a agitação camponesa foi um dos pretextos mais fortemente utilizados pelos organizadores do golpe para, em nome da ameaça ao principio da propriedade, buscar apoio para seu projeto" (PALMEIRA, 1985, p. 43).

1.7. O golpe militar e o refluxo dos movimentos sociais rurais na luta por direitos no campo

Após o golpe militar em março de 1964, as movimentações sociais no campo passaram a ser profundamente reprimidas. A princípio, anunciou-se uma série de reformas de caráter modernizador da economia e da sociedade, algumas das quais encaminhadas no pré-64, a exemplo das reformas bancária, universitária e agrária, esta regulamentada no *Estatuto da terra*, por meio da lei 4.504, de 30/11/1964.

A promulgação do *Estatuto da terra* e a promessa de reforma agrária foram as estratégias utilizadas pelos militares para apaziguar os camponeses e tranquilizar os grandes proprietários de terra. As metas nela estabelecidas eram basicamente duas: a execução da reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura. Quase cinco décadas depois, pode-se constatar que ainda não se

contemplou a contento a primeira meta, enquanto a segunda recebeu grande atenção do governo, sobretudo quanto ao desenvolvimento capitalista da agricultura.

Passados os primeiros anos de governo militar, promulgou-se o *Ato institucional* nº 5, que vetava qualquer manifestação pública das forças sociais. No plano econômico, defendia-se o que se convencionou "milagre brasileiro", marcado pela concessão de subsídios e incentivos fiscais aos donos do capital. Consequentemente, ampliou-se a produção de bens e capital, modernizou-se o parque industrial, estimularam-se a modernização agrícola e a ocupação das fronteiras pelos grandes empreendimentos estrangeiros. Enquanto isso, o discurso sobre a reforma agrária "passou a ser substituído pelo discurso da colonização, da ocupação dos espaços vazios e da transformação tecnológica da agricultura tradicional familiar" (MEDEIROS, 1989, p. 85). Como resultado, nesse período se intensificou o êxodo rural, multiplicaram-se os despejos dos posseiros e muitas áreas de terras já conquistadas pelos trabalhadores foram reintegradas aos donos do capital, o que aumentou consideravelmente o trabalho temporário e a instabilidade do povo no campo.

Ao mesmo tempo, as organizações sociais de luta dos trabalhadores viam-se tolhidas nas manifestações de protestos e greves, a imprensa censurada, as ligas e os sindicatos fechados, as lideranças perseguidas (muitas foram presas, outras exiladas e outras assassinadas). Muitos trabalhadores também foram presos e os despejos das áreas conquistadas voltaram a ocorrer, agora sem qualquer tipo de resistência. Passado o período mais tenso da intervenção militar, alguns sindicatos resistiram e, como tarefa principal, divulgavam os direitos dos trabalhadores assegurados no *Estatuto do trabalhador*, destacando, agora, a previdência social. Essa tarefa foi muito significativa no processo de reconhecimento dos sindicatos como instituições representativas dos interesses dos trabalhadores e ajudou a reforçar a mobilização de suas bases. Então, o princípio orientador da CONTAG passou a ser o seguinte: os direitos existem, mas não são respeitados e o ponto de referência é o *Estatuto do trabalhador rural*.

Com efeito, os esforços para fazer valeram os direitos previdenciários foram contemplados quatro anos depois da assinatura do referido estatuto, assim mesmo benefícios restritos à assistência médico-social por meio do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, o FUNRURAL. Assim, um direito transformou-se em engodo, pois o sindicato, transformado em órgão receptor de políticas assistenciais, acabou por reforçar o assistencialismo rural, desviando-se do seu papel de órgão de representação política dos trabalhadores. No entanto, o sindicato

tentou captar positivamente o fardo previdenciário repassado pelo governo, ou seja, “aceitou correr o risco de trazer as práticas assistenciais para dentro dos sindicatos como um meio de estimular o aumento da sindicalização e de evitar o controle da assistência pelos políticos locais” (PALMEIRA, 1985, p. 47). De fato, as precárias condições em que viviam os trabalhadores rurais levaram a maioria deles a buscar no sindicato o atendimento a suas necessidades, uma vez que o Estado não dava conta.

Nesse período, o sindicato passou a prestar serviços assistenciais aos associados e à suas famílias (SILVA, 2008). Elas o procuravam tanto em busca dos serviços médicos e odontológicos quanto para prestação de serviços, como zeladora, atendente, secretária dentre outros, naquele espaço. Na condição de beneficiárias dependentes as mulheres, iam buscar os benefícios dispensados a seus pais ou maridos, que eram os sócios. As mulheres ainda não podiam associar-se, pois não as reconheciam como trabalhadoras, razão por que o quadro de gerenciamento era ocupado por homens, responsáveis pela gestão das ações do órgão da classe dos trabalhadores.

Olhando por outro ângulo, pode-se dizer, apesar de toda repressão sofrida e do grande esvaziamento político durante o período da ditadura militar, o movimento sindical dos trabalhadores rurais conseguiu desenvolver um sentido de autonomia política muito acentuado, o que conferiu à CONTAG credibilidade para promover a unificação de vários setores do movimento e até “uma certa homogeneização de vários setores do movimento, dos mais atuantes ao mais conservadores que a história passada tendia a dividir” (PALMEIRA, 1985, p. 49).

1.8. A retomada gradativa do cenário político por parte dos sindicatos e o fortalecimento dos movimentos sociais no campo na conquista da cidadania

Ainda sob a intervenção militar no ano 1973, a CONTAG convocou o seu segundo congresso. Nele, o debate chamou a atenção para a retomada da formação dos dirigentes sindicais e para a promoção da unidade de uma linha de ação. O propósito era evitar que a prática sindical se reduzisse aos serviços burocráticos e assistencialistas. É nesse momento que o governo mudou sua política para uma linha de ação radicalmente favorável à expropriação das populações rurais e à implantação da grande empresa capitalista no campo. Assim, intensificou nova onda de conflito no campo, concentrada predominantemente na região Norte, sobretudo em áreas já há muito tempo ocupadas (MARTINS, 1985).

Nesse contexto de vazio político dos partidos de esquerda, a Igreja Católica[11] passou a pronunciar-se, com clareza, em favor da luta dos trabalhadores. Já não apelava à caridade cristã dos proprietários, conforme ela mesma fazia na década de 1950, mas denunciava a inadequada estrutura agrária, que permitia a manutenção de grandes latifúndios e a criação de novos com incentivos governamentais. Em tais circunstâncias, alguns setores da instituição deixaram de se preocupar com o perigo comunista e se colocaram ao lado dos movimentos de luta pela terra e pelos direitos dos trabalhadores, defendendo a distribuição da terra.

A criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT)[12], nas diferentes dioceses do país, foi fundamental para a reorganização dos trabalhadores rurais. A CPT colaborou, a partir de então, para o surgimento de sindicatos de oposição e fez sérias críticas aos sindicatos inoperantes, de forma a ressaltar a necessidade de se retomar o debate sobre as bandeiras de luta e a prática sindical como instrumento de ação dos trabalhadores. A Igreja Católica assumiu, assim, posição clara diante do Estado. No período de intensa repressão aos pobres no campo e na cidade, ela tornou-se um canal de denúncia da violência no campo que atingia os trabalhadores, leigos, padres, religiosas, bispos, entre outros. Atuou, ainda, na formação de lideranças, no apoio às lutas sindicais, aos trabalhadores em geral; desempenhou papel importante na formação de uma consciência nacional e colaborou, de forma decisiva, para a redemocratização do país (MOREIRA, 2006).

Com base na realidade exposta, pode-se dizer, o acirramento das contradições do capitalismo e o enrijecimento do regime autoritário nas décadas de 1960 e 1970, no Brasil, resultaram em novas formas de intervenção nos movimentos sociais. A crescente violência no campo e a expulsão dos (as) trabalhadores (as) culminaram no acirramento dos conflitos com os donos da terra e do capital, fomentados pela inabilidade do Estado na condução de proposições adequadas para a resolução dos problemas. Isso porque os governos da ditadura não conseguiram avançar na implementação do *Estatuto da terra*, que previa a alteração da estrutura fundiária. A multiplicação desses conflitos e a gradativa retomada da cena política pelos trabalhadores e movimentos sociais sinalizavam a crise do regime militar marcado por dificuldades de natureza econômica (MEDEIROS, 1989, p. 122-143).

---

[11] As mudanças na postura da Igreja Católica e a influência da teologia da libertação nas lutas dos trabalhadores no campo podem ser vistas no livro *O dom da terra*, de Alberto da Silva Moreira, 2006.

[12] A CPT é um organismo pastoral da Igreja Católica criado em 1975. Coloca-se a serviço das causas dos camponeses e trabalhadores rurais.

O cenário de luta no país não se restringia ao campo. Ao final da década de 1970, multiplicavam-se as greves no ABC paulista, o então maior celeiro industrial. As greves, aliadas a ações pela anistia e aos conflitos no campo, forçaram os militares à abertura democrática. Nesse contexto, a CONTAG convocou os representantes sindicais para a realização do III Congresso Nacional dos Trabalhadores – evento expressivo, pois contou com as presenças de representantes sindicais de todas as partes do país. As demandas resultantes do encontro foram:

> [...] uma reforma agrária realizada em todo território nacional. Deveria beneficiar a grande maioria das famílias de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Imediata, com fixação de prazo para o assentamento das famílias beneficiadas e com participação dos trabalhadores em todas as suas etapas e níveis, desde a decisão em nível nacional até o acompanhamento dos projetos, a execução e fiscalização. (MEDEIROS, 1989, p. 117).

O mencionado congresso também marcou a visibilidade do sindicalismo para a sociedade, em especial, por causa do papel da imprensa, já menos regulada pela censura. Naquele momento, marchava-se para a busca da construção de uma central sindical única dos trabalhadores, a CUT, processo que resultou na aliança entre trabalhadores rurais e urbanos e na maior visibilidade da reforma agrária.

A aproximação dos movimentos sociais rurais aos urbanos se deu de forma a respeitar as características distintas de um e outro e contribuiu bastante para a politização das questões do cotidiano decorrentes da crise do capitalismo. De fato, a crescente mobilização dos trabalhadores no campo e na cidade dava sinais de revigoramento dos movimentos sociais. Esses e vários outros elementos conjunturais, com o retorno dos exilados e das exiladas políticas, o fim do bipartidarismo, a liberdade de imprensa, as explosões de greves pelos direitos na cidade e no campo, culminaram com a abertura gradual para o regime democrático e levaram à transição negociada, representada na eleição do presidente Tancredo Neves, que teve José Sarney como vicepresidente.

Nesse período, os trabalhadores organizados direcionaram sua atenção para a permanência na terra, o que fortaleceu a organização de antigos personagens, como posseiros e grileiros, e fez surgiram novos atores e atrizes no processo da luta pela terra, como os seringueiros na região Norte, atingidos por barragens na região Nordeste e Sul (GRZYBOYWSKI, 1991). Dentre as organizações mais destacadas na luta pela reforma no período posterior, está o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Esse

movimento surgiu em decorrência do processo de modernização da agricultura por parte do grande capital e da expansão das grandes empresas agrícolas para praticamente todo o país, apoiadas pelos recursos públicos. Assim, ampliaram as ocupações de grandes extensões de terra, provocando a intensa mobilização dos trabalhadores expropriados da terra. O MST emergiu, primeiramente no Sul, em 1982, e, depois, espalhou-se por todo o país, tornando-se o mais significativo movimento social no campo das últimas décadas. (GOHN, 2003).

Diante do novo cenário político e social da Nova República, na primeira década de 1980, dois grandes acontecimentos marcaram as lutas sociais pela terra: o IV Congresso dos Trabalhadores Rurais, promovido pela CONTAG, em 1984, e o I Congresso do MST[13] em 1985. As relevantes propostas retiradas do evento da CONTAG se direcionaram para a ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários, para a revisão da política agrícola do governo federal e para o apoio efetivo à pequena produção. Já o evento do MST pediu a reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, a desapropriação de terras em áreas superiores a 500 hectares, a distribuição das terras em poder dos Estados e das pertencentes à União, a expropriação das terras no poder das multinacionais, a extinção do *Estatuto da terra* e a criação de novas leis com a participação dos trabalhadores.

Além da expressiva mobilização sindical e do MST, outros atores sociais surgiram no campo, nos anos de 1980, a exemplo do movimento dos posseiros[14], movimento das barragens[15], das lutas dos indígenas, da luta dos assalariados do campo e o movimento das trabalhadoras rurais. Assim, essa década ficou conhecida como marco histórico da participação dos movimentos sociais na construção da democracia no Brasil e culminou com a consolidação da *Constituição* cidadã de 1988, referência primordial na igualdade de direitos (CARVALHO, 2002).

Pelo exposto, pode-se observar que os trabalhadores rurais, durante os últimos 50 anos, vêm progressivamente construindo-se como sujeitos sociais. Em trajetória caracterizada por avanços e recuos, conseguiram marcar presença de diferentes formas, a exemplo das grandes

[13] O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é o que apresenta maior grau de articulação interna entre os movimentos pela terra, por isso revela maior homogeneidade nas ações em vários conflitos particulares. Sua origem está associada às ações de resistência e às ocupações de terra por grupos de trabalhadores rurais de algum modo excluídos pelas transformações em curso (GRZYBOYWSKI, 1991, p. 22).

[14] Os posseiros participam de movimentos muito localizados. 'Cada conflito é um conflito', gerando movimentos específicos, fragmentados, apesar de serem em grande número. A amplitude dos movimentos é circunscrita à terra disputada e às famílias de posseiros aí instaladas.

[15] Os movimentos contra as barragens revelam facetas novas na luta pela terra. Trata-se, sem dúvidas, de ações contra a expropriação da terra. Não envolve diretamente aos velhos latifúndios em processo de modernização.

manifestações, greves, ocupação de terras, resistência na terra, confrontos públicos, entre outras, e revelar grupos sociais diferentes, portadores de reivindicações distintas, mas com algo em comum: "o questionamento do lugar que lhes fora imposto no interior da sociedade" (MEDEIROS, 1989, p. 211), um lugar de exclusão e negação dos direitos. Percebe-se também que houve avanços significativos rumo ao exercício da cidadania, por exemplo, a conquista dos direitos trabalhistas, a liberdade de organização social em sindicatos, associações ou outras expressões usadas pelos trabalhadores como meio para dar visibilidade às suas demandas coletivas. De modo geral, conseguiram colocar-se na sociedade como membros dotados de direitos civis, políticos e sociais, de modo a se posicionarem frente aos demais grupos sociais como sujeitos dispostos a fazer suas próprias histórias. Isso, contudo, não significa que as tensões entre o princípio da igualdade – inerente ao conceito de cidadania –, e a realidade da desigualdade no campo, na sociedade brasileira, foram superadas. Permanecem grandes desafios e, como dizem os trabalhadores, "a luta continua".

Conforme se pode depreender das esparsas referências à participação das mulheres ao longo deste capítulo, a literatura relacionada às lutas sociais no campo omitiu a participação delas. Os direitos que, durante anos, foram sendo conquistados não se estenderam às trabalhadoras rurais, embora estas fizessem parte da mesma luta. Isso significa dizer que as conquistas dos trabalhadores não se processaram da mesma forma em relação às das trabalhadoras rurais, as quais se obrigaram a procurar outros caminhos na busca dos seus direitos. Assim, elas resolveram criar as próprias organizações para pleitear os direitos conquistados pelos homens e outros específicos à sua condição de gênero.

1.9. A Nova República e as trabalhadoras rurais na luta por direitos de cidadania

A questão da cidadania para as mulheres, de um modo geral, ganhou repercussão mais expressiva no Brasil, a partir de 1975, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) decretou aquele ano como Ano Internacional da Mulher. Dali em diante, várias organizações e outras que começavam a se formar passaram a exigir do Estado ações que se destinassem a corrigir as desigualdades de gênero (FERREIRA, 1999).

No campo, o despertar das mulheres para a busca dos direitos associou-se a outros fatores, como a abertura política e renovação sindical, a luta pela consolidação da nova

Constituição de 1988 e a influência, mesmo que distante, do feminismo. Daí surgiram novas atrizes representadas pelo movimento das mulheres trabalhadoras rurais. O empenho delas no Brasil ficou, durante muito tempo, diluído nas reivindicações gerais dos trabalhadores rurais, embora sua participação nos conflitos sociais no campo não fosse fato novo.

No entanto, é mais precisamente na década de 1980 que se tem registro das primeiras organizações formais de mulheres trabalhadoras (FARIAS, 2001). Elas surgiram para reivindicar, entre outras questões, o direito ao reconhecimento do "*status* de trabalhadora" às trabalhadoras rurais (CORDEIRO, 2004). Para Deere (2004), o fato de elas participarem das comunidades eclesiais de base e dos grupos organizados da Comissão Pastoral da Terra desde décadas anteriores proporcionou-lhes a formação no campo dos direitos e despertou-as politicamente, a ponto de questionarem sua condição social. Dessa forma, as mulheres chegaram ao cenário político com demandas distintas dos trabalhadores, como saúde da mulher, participação política, linha específica de crédito, direito à aposentadoria para trabalhadora rural, dentre outras, sem abrir mão das reivindicações gerais dos trabalhadores. Na próxima seção, apresento as premissas da organização das mulheres em âmbitos nacional e regional.

1.10. Articulação das mulheres em âmbitos nacional e regional

Na tentativa de registrar sua história como movimento, as trabalhadoras rurais do país elaboraram, no ano de 2000, uma cartilha com o titulo *Mobilização nacional de mulheres trabalhadoras rurais*, na qual reconstroem, em ordem cronológica, sua mobilização em âmbito nacional.

O marco inicial ocorreu com a primeira reunião em Barueri, São Paulo, em 1986, onde estiveram presentes 36 representantes de 16 Estados. Ali realizaram trocas de experiência entre as organizações presentes, a exemplo das dificuldades de participação no sindicato, na política partidária, de compreender a conjuntura política e da falta de recursos para suas atividades. Também foram enumerados os principais avanços e conquistas em cada região, dentre as quais mereceram destaque as atividades realizadas em 1986, com a mobilização das trabalhadoras rurais para a coleta de assinaturas das mulheres nos Estados em favor da elaboração da nova *Constituição* de 1988 (ANMTR, 2000).

Dentre os principais objetivos do encontro, sobressaíram: definir as linhas de ação da Articulação Nacional das Trabalhadoras Rurais (ANMTR), traçar os objetivos e levantar as bandeiras de luta. No mesmo evento, definiram-se as prioridades para o ano de 1987, dentre as quais se destacaram: a) formação para as mulheres trabalhadoras rurais; b) divulgação do seu movimento pelos Estados; c) organização de novos grupos; d) entrega dos abaixo-assinados em caravanas de trabalhadoras rurais em Brasília, com a proposta do movimento para incluir na nova *Constituição* os direitos das mulheres trabalhadoras rurais. Alem disso, estabeleceram-se o caráter e os princípios da ANMTR: a) fortalecer a luta pela transformação da sociedade; b) descobrir-se e valorizar-se como mulher e trabalhadora; c) constituir um espaço de participação das mulheres e de discussão de propostas, de valores; d) apresentar-se como um movimento autônomo de mulheres da classe trabalhadora (ANMTR, 2000, p.03).

As mulheres, ao caracterizarem o movimento, decidiram por construir um lugar de fala para si no qual pudessem ser gestadas as propostas de luta em relação aos seus direitos. Assim, dando continuidade às atividades em âmbito nacional, realizaram, em 1988, o II Encontro Nacional, no mesmo local do anterior: Barueri (SP). Nessa ocasião, constituiu-se a Coordenação Nacional do Movimento das Trabalhadoras Rurais, com três representantes de cada região. Elegeram, na ocasião, um lema para estimular a articulação das trabalhadoras em cada Estado: "Todo trabalho organizado conduz à vitória". (ANMTR, 2000, p. 5). A partir da criação de uma coordenação nacional, ficou mais fácil a mobilização e a condução das ações das trabalhadoras rurais por direitos de cidadania em todo o país.

Na década de 1990, a ANMTR intensificou a luta pelos direitos previdenciários, pela aposentadoria para as trabalhadoras rurais aos 55 anos e para os homens trabalhadores rurais aos 60 anos, assim como pela documentação e salário-maternidade para elas.

A luta em âmbito nacional refletia, de certo modo, o que já acontecia em cada região do país. Como se percebe nos dados cronológicos apresentados na cartilha elaborada pela ANMTR no ano de 2000, a organização das mulheres no Nordeste já começara na década de 1970. Segundo Giuliani (1989), foi paralelamente à luta pela renovação sindical no interior do Nordeste que aí nasceram os primeiros grupos feministas. Esses, por sua vez, exerceram influência sobre a emergência dos movimentos das trabalhadoras rurais, a exemplo do grupo Ação Mulher, em 1978, em Recife; grupo Maria Mulher, em João Pessoa, em 1979; a Casa da Mulher do Nordeste, em 1980; o SOS Corpo, no mesmo ano, em Recife (GIULIANI, 1989).

No interior dos sindicatos, as primeiras reivindicações postas pelas mulheres estavam vinculadas ao direito à sindicalização e à participação no processo administrativo, pois, até então, elas não podiam associar-se ao sindicato com igualdade de direitos em relação a seus companheiros. A partir do ano de 1982, fora dos espaços sindicais, nasceram os primeiros grupos de mulheres trabalhadoras rurais, dentro dos quais elas podiam ouvir suas próprias vozes e elencar a discussão por outros direitos, que não conseguiam discutir no movimento sindical.

Os grupos mais expressivos naquele momento foram o Centro das Mulheres do Cabo, em 1981, no estado de Pernambuco, e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais no brejo paraibano, em 1982. Em 1983, surgiram o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul. Em 1988, nasceu o Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí CMTR (PI). Posteriormente surgiram, de forma organizada, as trabalhadoras nos estados do Maranhão, Alagoas e nos demais Estados da federação brasileira (FARIAS, 2001).

Ainda na década de 1980, as mulheres conseguiram que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) instituísse a Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora Rural, ligada ao Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais. A organização das mulheres trabalhadoras rurais ganhou maior visibilidade no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, quando, no seio das instituições sindicais dos trabalhadores, teve início a discussão sobre classe e gênero como tema que começou a ser debatido pelos movimentos sindicais urbano e rural (SILVA, 2008).

Em processo contínuo, em 1992, deu-se o I Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT, realizado também em São Paulo. Ali se determinou como um dos principais eixos de atuação garantir às mulheres rurais os direitos sociais conquistados na *Constituição* de 1988, dando relevância ao direito à terra, à igualdade entre trabalhadoras urbanas e rurais e à co-chefia do núcleo familiar. Ainda em 1992, surgiu a Comissão Nacional de Mulheres da CONTAG. A partir de então, as trabalhadoras rurais incorporaram a dimensão de gênero na agenda do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, alterando, inclusive, a linguagem, a começar pela utilização da expressão “trabalhadoras”. Além disso, alterou-se a nomenclatura dos sindicatos para Sindicato dos Trabalhadores e **Trabalhadoras** Rurais (SILVA, 2008).

Hoje são inúmeras as organizações das trabalhadoras rurais em, praticamente, todo o Brasil. Atreladas à estrutura sindical ou autônomas, elas estão fazendo sua história. O surgimento dessas diferentes formas de organização exprime o quanto as mulheres trabalhadoras vêm crescendo na participação política e alargando os espaços institucionais antes ocupados pelos homens. Elas vão construindo articulações em todo o país e se caracterizando como sujeitos de ações transformadoras.

Articuladas em âmbito nacional e organizadas em âmbito regional, prosseguem sua luta sob direção de duas grandes coordenações: uma que congrega os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais do Sul do Brasil, denominado Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), e uma coordenação na região Nordeste denominada Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, o MMTR (NE).

A primeira conseguiu aglutinar vários movimentos estaduais em torno de uma forma de ação política e sob a definição ampla do que representaria ser mulher camponesa:

> O termo inclui pequena agricultora, pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias frias, diarista, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. (BORDALO, 2005, p.10).

A segunda, o MMTR(NE), resistiu a sair do espaço sindical, porque o considerou importante instrumento político para os trabalhadores e trabalhadoras rurais; e continua a usar a designação trabalhadora rural. Já o MMC defende que a sindicalização deve ser refutada em prol da afirmação do movimento das mulheres, como ferramenta de conquista de direitos políticos, dentre outros (BORDALO, 2005). O movimento seria a sua própria expressão política.

Mesmo com posições diferentes em relação às formas tradicionais de representação política dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, hoje, tanto a articulação das trabalhadoras rurais do Sul quanto a articulação das do Nordeste significam representatividade política muito forte em todo o país, o que aumenta, cada vez mais, a visibilidade política.

O tratamento dado às mulheres rurais no Piauí não era muito diferente do atribuído às mulheres nos movimentos sociais e sindicatos em todo o Brasil. O descaso em relação à sua condição e seus direitos sociais, políticos e culturais se processava da mesma forma. Daí a reação de algumas mulheres nas reuniões e assembleias sindicais ao final dos anos 1980, no Piauí: denunciavam um contexto predominantemente masculino no qual não encontravam espaços, condições para expor suas preocupações sobre a situação da trabalhadora rural. Aos

poucos, as trabalhadoras foram percebendo que suas demandas ali seriam sempre secundárias, pois que, antes de mais nada, privilegiavam-se questões econômicas, classistas e do mundo do trabalho. Diante disso, elas decidiram criar espaço próprio onde suas falas fossem ouvidas e elas pudessem apropriar-se dos mecanismos políticos e reivindicar seus direitos. Hoje, o CMTR (PI) está desenvolvendo ações em prol da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais.

No tocante às circunstâncias descritas, volto à questão inicial. Os trabalhadores e as trabalhadoras, a princípio, lutavam pelos mesmos direitos de cidadania. As mulheres, convém destacar, conforme os relatos bibliográficos, estiveram presentes desde as primeiras expressões de luta no campo, mas, até a década de 1980, cerca de 29 anos atrás, não eram reconhecidas como trabalhadoras rurais nem como sujeitos de direitos, condição que as deixava distante dos direitos assegurados aos trabalhadores em geral. Talvez, para conquistar os direitos sociais, tenha sido necessário começar pelo reconhecimento de gênero por meio do sujeito coletivo, ou seja, enquanto elas se mantiveram isoladas e desprovidas da consciência de que a condição de mulher as distanciava dos direitos, não conseguiram avançar na conquista da cidadania.

Diante do exposto, no próximo capítulo, trato da seguinte questão: o que as trabalhadoras rurais do Piauí fizeram para enfrentar as condições adversas à conquista dos direitos e avançar no processo de construção continuada da cidadania?

CAPÍTULO 2

TRABALHADORAS RURAIS DO PIAUÍ: mulheres em movimento.

Neste capítulo, em que disserto sobre o CMTR (PI), inicio-o, apresentando alguns aspectos políticos e sociais que formaram o contexto no qual se deu sua emergência e desenvolvimento. Em seguida, demonstro como as mulheres se organizaram e se construíram na condição de sujeito coletivo, no enfrentamento das injustiças de gênero e de toda forma de exclusão social. Destaco também as estratégias usadas por elas, os conflitos, os parceiros que apoiaram sua luta e demandas na tentativa de construção da cidadania.

2.1 Alguns aspectos políticos e sociais do espaço rural onde se deu a construção do Coletivo das Trabalhadoras Rurais do Piauí

O espaço rural vem passando por significativas mudanças quanto à sua caracterização como espaço de produção agrícola e como lugar de diferentes atores sociais. Tais mudanças nos levam a questionar a visão, alimentada em décadas anteriores, de que ali reside o atraso, a privação ao conforto, enfim, de um lugar homogêneo. Hoje, ao contrário, percebe-se como um lugar dinâmico, possível de abrigar vários sujeitos sociais e de proporcionar sua integração social, ou seja, não se trata mais apenas de lugar de produção agrícola, embora essa ainda seja sua mais forte característica. (WANDERLEY, 2001).

Na década de 1980, impulsionados pelo processo de redemocratização do país e pela esperança de que as liberdades políticas poderiam vir imbuídas de novos direitos, muitos atores sociais se organizaram no campo e na cidade. No campo, a luta girava, principalmente, em torno das questões da terra, conforme mencionei no capítulo anterior, da reforma agrária e das condições para morar e trabalhar. Com isso, multiplicaram-se as organizações sociais, os grupos, os movimentos, comprometidos ou não, com a luta dos trabalhadores. Por outro lado, aumentaram os conflitos entre o latifúndio e trabalhadores, a grilagem de terras e a resistência dos posseiros; desencadeou-se também o processo de ocupações das terras ociosas, sobretudo, por parte do movimento dos trabalhadores sem terra (MST).

Na zona rural do Piauí, a situação não era diferente: de um lado, aumentava o avanço da monocultura da soja e da cana-de-açúcar com elevado padrão de tecnificação, concentração de capital, de terra e de exploração da mão de obra do trabalhador (MORAES, 2009); de outro, as famílias, sem incentivo para a melhoria do solo, sem financiamento suficiente para produção que assegurasse a reprodução da força de trabalho do grupo familiar e sem uma reforma agrária que segurasse as famílias na terra, lutavam pela sobrevivência na agricultura familiar. (INCRA, 2005).

A história de luta das mulheres trabalhadoras rurais se inscreve no quadro compreendido no interior da conjuntura nacional da década de 1980, quando o processo de articulação entre sociedade civil e política tomava novo rumo. Assim, o nascimento do CMTR (PI) se insere no campo das mudanças ocorridas no âmbito nacional associadas aos elementos estruturais da região e ao avanço do movimento feminista, que questionava, cada vez mais, a opressão de gênero nos diferentes espaços sociais.

As mudanças no âmbito nacional se relacionavam ao processo de abertura política e ao fortalecimento da sociedade civil no empenho pela redemocratização, que conduziu o país à refundação da ordem democrática – a abertura que agilizou a reestruturação de forças políticas (DAGNINO, 2002). Esse processo representou o resgate do Estado de direito e das prerrogativas institucionais, culminando com a elaboração da *Constituição* de 1988, que põe em evidência temas como descentralização, reordenamento institucional, controle social e universalização dos direitos. A verdade é que as ações pela redemocratização ganharam força com o amplo movimento pelas eleições diretas, o qual alimentou a esperança das diferentes forças sociais de que a volta da liberdade de expressão, dos direitos de ir e vir e dos direitos civis chegasse, ao mesmo tempo, com a ampliação dos direitos políticos e sociais, de modo a garantir um padrão digno de vida.

Na metade dos anos 1980, a sociedade civil atingiu um grau de consolidação capaz de assimilar a pluralidade dos interesses dos diferentes sujeitos sociais, daí a proliferação dos diferentes movimentos empenhados em conquistar seu lugar legítimo no Estado democrático. De outra parte, o processo de expansão do capitalismo no campo estava calcado na expropriação do trabalhador rural e na concentração da terra, no sentido de se explorar a monocultura para exportação. Isso, de certo modo, mudou o conceito das grandes extensões de terras desocupadas

– tidas, por muito tempo, como sinônimo de atraso, desolação e isolamento do campo –, mas os efeitos dessa mudança pouco significou para melhoria da vida dos pobres (MARTINS,1986).

No Piauí, a terra estava concentrada nas mãos de poucos – herança do processo de colonização que lá elevou o latifúndio à condição de elemento natural imprescindível ao funcionamento do sistema econômico (SOUSA MARTINS, 2003) –; as relações econômicas e de gênero mantinham nítidos traços do período colonial; os pequenos agricultores agregados às grandes fazendas assumiam o trabalho submetidos ao sistema de arrendamento na agricultura de subsistência e na coleta dos produtos extrativistas, principalmente o coco babaçu, usado como complemento na renda familiar. Além do mais, a estrutura familiar se moldava segundo o padrão patriarcal, no qual o trabalho duro das mulheres se tornava invisível, e a sexualidade e a liberdade de movimento eram altamente controladas (THAYER, 2001).

Os conflitos na região norte do Estado começaram a se agravar em decorrência da elevação das taxas cobradas pelos latifundiários aos trabalhadores pelo uso da terra.Isso diminuiu a possibilidade de as famílias se manterem nas áreas de trabalho, o que estimulou a migração de membros das famílias para os centros urbanos bem como a luta pela posse da terra e pelo controle dos produtos extrativistas (ADAD E LIMA, 1987).

Estudos realizados no Estado, na década de 1980, revelaram que o Piauí apresentava estrutura fundiária e distribuição de renda no campo das mais concentradas do Nordeste. Segundo Adad e Lima (1983)

> [...] Entre os anos 1960 a 1980 o crescimento da concentração fundiária no Piauí foi mais intenso que no total da região, com base no índice de GINI, calculado com os dados do IBGE do ano de 1983, o índice de concentração ao uso da terra no Estado cresceu de 0, 7835 para 0, 8652, enquanto na região Nordeste o aumento foi de 0,8006 para 0,8196. Nesse período, a política de aproveitamento das terras públicas estaduais estava sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Piauí (COMDEPI). No intuito de promover o desenvolvimento econômico no Estado, a COMDEPI alienou através das empresas agropecuárias grandes extensões de terras públicas. (ADAD E LIMA 1983, p. 84- 85).

Assim, ampliou-se a concentração de terras nas mãos de poucos, porém com reduzida produtividade ou totalmente ociosas. Enquanto isso, os pequenos agricultores, a maioria sem terra, continuavam trabalhando sob o sistema de arrendamento ou de posse.

A situação do pequeno produtor e família era agravada pelo fato de a agricultura de subsistência não contar com incentivo suficiente para poder intensificar a produção e repor a força de trabalho. Resultado: desagregação da família pela expulsão de seus membros para a periferia das cidades ou abandono das pequenas unidades de produção. Por outro lado, as famílias impedidas de acesso a terra, pelo caráter concentracionista do Estado e pela elevação dos preços, iam instalando-se em áreas devolutas ou em propriedades abandonadas (*Ibid*).

Isso acarretou a concentração das famílias dos trabalhadores em algumas áreas, a exemplo da região norte do Estado, que passou a contar com maior número de "posseiros, 62,5%, arrendatários, 57,1%, e parceiros, 92,5%", o que contribuiu para, em tal região, se iniciarem grandes conflitos pela posse da terra. A principal causa dos conflitos deveu-se às grilagens, ou seja, os grileiros cercavam as grandes áreas, proibiam as atividades extrativas e a caça e começavam a cobrar renda aos posseiros desavisados, além de usarem de violência para retirá-los dessas áreas (ADAD E LIMA, 1983, p. 86).

Não cabe aqui analisar os conflitos daí surgidos, por não ser o foco deste estudo, mas trazer subsídios para delinear a situação conjuntural em que viviam os trabalhadores rurais a qual trouxe à tona a problemática da mulher rural.

A luta pela posse da terra e pela apropriação de seus frutos se deu associada à proposta de renovação sindical estruturada fora da instituição, o que originou um grupo de oposição em busca da implantação de nova política voltada aos interesses daqueles que o sindicato devia representar. Propunha-se substituir os dirigentes representantes dos interesses da classe dominante por legítimos representantes da categoria por meio de eleições. Para tanto, tal grupo encontrou apoio necessário em alguns setores da Igreja Católica em cujas bases se estruturava o debate em torno da problemática da classe trabalhadora. Isso pode ser compreendido por duas vias: de um lado, o descompromisso do sindicato, que, naquele momento, não conseguia ser um espaço para o debate e para a luta; de outro lado, alguns setores da Igreja Católica vinham destacando-se pelo trabalho exercido em defesa dos trabalhadores. Além do mais, outros órgãos haviam sido criados para assessorá-los, a exemplo do Centro de Educação Popular Esperantinense (Cepes) (MEDEIROS, 1996).

Na CPT é que os trabalhadores conseguiram reunir-se para exteriorizar suas insatisfações, debater os problemas e organizar o confronto com os sindicatos pelegos no enfrentamento do latifúndio no campo. Foram esses trabalhadores e instituições que contribuíram para as

mudanças sindicais, inclusive chegaram a ocupar a direção dos sindicatos em alguns municípios (JOSÉ MEDEIROS, 1996). Exatamente em tal processo e reflexões reside o embrião da luta das trabalhadoras rurais, quando também o feminismo está em processo de expansão em âmbito nacional. Os grupos de mulheres já surgiam no campo e na cidade, conforme análise no capítulo anterior, e as questões de opressão referentes às mulheres começavam a ganhar visibilidade. Eram as próprias mulheres que, algumas vezes, traziam para o debate público (na academia, nos grupos e movimentos sociais ou na imprensa escrita, ou televisiva) o que antes se restringia ao âmbito do lar: a opressão, a violência, a negação da mulher como sujeito de direito (PINTO, 2003).

2.2 Como viviam as mulheres nas comunidades rurais do Piauí antes do CMTR (PI)

Às mulheres trabalhadoras rurais no Piauí, além da extrema pobreza e insegurança que afetavam toda a sua família, se impunham outros agravantes: a exclusão social dos direitos e a discriminação de gênero.

De acordo com elas próprias, antes de fazerem parte do Coletivo, a maioria vivia subordinada no interior de suas famílias – a autoridade dos pais e irmãos mais velhos passavam para a autoridade do marido. A rotina diária dividia-se entre a casa, a roça e a igreja, com poucas exceções. Em casa, cabiam-lhes múltiplas tarefas relacionadas com a reprodução, ou seja, cuidar das crianças, fazer faxina, lavar roupa e cozinhar, além de prover a água para o consumo de toda a família, criar os pequenos animais para complementar a alimentação e a renda familiar. Ademais, elas trabalhavam na roça, no cultivo da lavoura da família junto com o marido e, às vezes, as crianças. Lá colhiam o feijão, o arroz, quebravam o milho, quebravam o coco, limpavam o mato etc. – trabalhos considerados leves. Na igreja, algumas assumiam os trabalhos da catequese das crianças, os cuidados da capela, às vezes celebravam os cultos ou assumiam a tesouraria da comunidade. Quando se faziam presentes nas ações em favor da conquista da terra e outros direitos, sua presença ficava diluída, portanto, invisível na luta geral dos trabalhadores.

Ao homem cabia tratar dos negócios da família, tanto na casa quanto na rua, ir ao banco, responder no sindicato pela família, participar das reuniões, da política, planejar e executar o trabalho da roça, como, por exemplo, o que plantar, onde plantar, como vender e, o mais importante, como aplicar o resultado da produção do trabalho.

A invisibilidade do trabalho das mulheres, tanto nas tarefas em casa quanto na roça, era tido, até certo ponto, como ordem natural das coisas, pois via-se o trabalho da roça como domínio masculino por causa do valor de troca do que se produzia. Em razão do papel de gênero na divisão do trabalho, as mulheres não eram reconhecidas como trabalhadoras rurais, apesar da natureza indispensável de sua atividade para a sobrevivência da família. Como se vê, o trabalho feminino e a mulher ficavam sem reconhecimento social (FISCHER, 2006).

Assim, o esposo decidia quase tudo sozinho. Isso significa dizer que a mulher poderia estar presente nos espaços fora da intimidade da casa, mas não era reconhecida politicamente; ajudava na produção, mas não exercia nenhum poder de decisão sobre os seus resultados. Esse apagamento de posição nas lidas diárias gerou consequências materiais trágicas para os direitos das mulheres: até o final da década de 1980, negava-se às trabalhadoras rurais do Piauí, como às demais, a condição plena de sócias do sindicato, razão pela qual não podiam requerer alguns poucos direitos assegurados à categoria, como aposentadoria, crédito fundiário, salário-maternidade, entre outros. A seguir, transcrevo trecho de uma carta escrita por um grupo de mulheres sobre a realidade vivida por elas em suas comunidades:

> [...] a situação aqui não é das melhores, principalmente para as mulheres, não temos alimentação digna, não temos trabalho, nem terra para morar e plantar. Sofremos violência de nossos maridos, às vezes estupros, abortamos por falta de condições financeiras e assistência médica nos municípios. Falta educação para nossos filhos. Testemunhamos os filhos passando fome, sofremos discriminação, doenças, desconfiança das próprias companheiras e o descompromisso dos governantes na promoção da igualdade. Mas estamos nos organizando nos Sindicatos, Movimentos Populares, CEB`S, etc. (CMTR-PI, 1992).

Foi com essa disposição de encontrar saídas para a situação de sofrimento, marginalização e exclusão social que as mulheres se lançaram na construção do CMTR (PI).

2.3. A mobilização e a organização do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí

A síntese histórica aqui relatada sobre o CMTR (PI) resulta de minucioso trabalho de pesquisa (escuta e leitura de cada relatório, ata, *folders*, boletins, fotos, conversas, vídeos, reuniões, entrevista) organizado pelas trabalhadoras rurais e suas assessoras durante tantos anos de história. Não tenho a pretensão de esgotar a riqueza e o saber acumulados pelos anos de luta

do CMTR (PI), daí por que farei um recorte no conteúdo encontrado, direcionando minha atenção àquilo que me propus no início deste capítulo.

O CMTR (PI) é o primeiro movimento de mulheres rurais no Piauí. No mesmo Estado, há hoje diferentes organizações no campo. Das três mais antigas, duas são estaduais – o CMTR (PI) e a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais CEMTR – FETAG (PI) – e uma regional, a Articulação de Mulheres Quebradeiras de Coco babaçu (AMQCB).

O CMTR (PI), objeto deste estudo, nasceu no ano de 1988 como "conseqüência de uma enorme necessidade que as mulheres sentiram de se organizarem em busca de seus direitos, uma vez que não se sentiam reconhecidas como trabalhadoras na sociedade" (RELATÓRIO DO CMTR (PI), 1988). De acordo com as idealizadoras do movimento, a condição desse isolamento já vinha sendo apontada nas reuniões da CPT. Até então, só os homens tinham acesso à formação sindical, à política, à participação nas discussões sobre reforma agrária; só eles estavam aptos a concorrer nas chapas sindicais, a fazer viagens intermunicipais, mobilizando outros trabalhadores. Enfim, a eles se davam as condições básicas para lutar pelos direitos; quase tudo era para os homens e com os homens. Isso vinha acarretando algumas dificuldades familiares: a ausência contínua dos maridos em casa sobrecarregava as mulheres com as responsabilidades domésticas e na realização do trabalho dos maridos. A situação estava tornando-se tensa nas famílias. Por outro lado, as poucas mulheres que participavam das reuniões não conseguiam expressar seus problemas, pois naquele ambiente predominava o elemento masculino. Assim, faltavam-lhes forças para fazer valer suas propostas. Daí, começaram também a reclamar da ausência das companheiras nas reuniões, nas discussões e nas assembleias. Enquanto isso, elas tomaram conhecimento de que, em alguns Estados, já havia movimento de mulheres trabalhadoras rurais, como, por exemplo nos estados da Paraíba, de Pernambuco etc. Isso as encorajou a que, na assembleia estadual da CPT em Teresina, em novembro de 1987, fosse realizada a primeira reunião de mulheres trabalhadoras rurais, a fim de discutirem como encaminhar a proposta de criação de um movimento no Piauí. A reunião considerada embrionária aconteceu ali mesmo, com nove mulheres que haviam participado da mencionada assembleia ao lado de 71 homens. Dentre elas, algumas já vinham de outras instituições: uma representante do Centro de Educação Popular Esperantinense (CEPES)[16]; outra

[16] Centro de Educação Popular Esperantinense é uma entidade não governamental da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundado em setembro de 1984, o qual presta serviço de educação e assessoria popular aos movimentos

da Comissão Pastoral de Terra (CPT); outra da Organização de Apoio à Ação Social da Igreja Católica (Caritas)[17] e uma do movimento dos trabalhadores sem terra (MST). As outras procediam das comunidades eclesiais de base (CEB).

Naquele dia, lançou-se a semente do que viria a ser o Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí. Aconteceu, então, a exposição de ideias, que seriam aprofundadas em reunião marcada para o dia 19 de dezembro do mesmo ano. Nessa reunião, realizada no Parque Piauí, em Teresina, com a presença das mesmas nove mulheres, ficou decidido que seria criado no Estado o movimento de mulheres trabalhadoras rurais, que questionavam:

> [...] porque nós mulheres, que somos mais da metade da população brasileira, não estamos participando desse momento tão importante de tomada de decisão na sociedade? Porque só os homens participam? Como vamos fazer para acontecer as mudanças que agente tanto quer que aconteça, se nós mulheres não participamos? (RELATÓRIO DA CPT, 1988).

Tais questionamentos, associados a tantos outros, serviram de trampolim para a discussão de como seria o processo de criação do movimento. A estratégia inicial foi contar com o apoio da CPT, da Caritas diocesana e do Cepes – as três entidades que, naquele momento, apoiavam as lutas populares no estado do Piauí. O apoio viria da seguinte forma: as três dariam assessoria às mulheres tanto no campo da formação das trabalhadoras quanto na elaboração de projetos financeiros, uma vez que as referidas entidades já sabiam quais instituições disponibilizavam os recursos, sem os quais as mulheres não lograriam êxito. Com isso, as trabalhadoras aproveitariam também as bases em que essas entidades de apoio já desenvolviam seus trabalhos

---

sociais do campo e da cidade, além de apoio técnico a projetos econômicos de produção e assessoria à democratização institucional, e ainda serviço de documentação e comunicação.

[17] A CÁRITAS Brasileira faz parte da Rede Caritas Internationalis, rede da Igreja Católica de atuação social, composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Organismo da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), foi criada em 12 de novembro de 1956 e é reconhecida como de utilidade pública federal.Atua na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário na perspectiva de políticas públicas, com uma mística ecumênica. Seus agentes trabalham junto aos excluídos e excluídas, muitas vezes, em parceria com outras instituições e movimentos sociais. Atualmente, a CÁRITAS Brasileira tem quatro diretrizes institucionais: defesa e promoção de direitos; incidência e controle social de políticas públicas; construção de um projeto de desenvolvimento solidário e sustentável; fortalecimento da Rede CÁRITAS.

na maior parte do estado. Inicialmente as mulheres usaram as estruturas físicas da CPT, para fazer as reuniões, guardar os arquivos e outras necessidades.

Para mobilizar as companheiras e divulgar o movimento, usaram os meios de comunicação disponibilizados pela CPT, por exemplo, os jornaizinhos, inclusive os maridos que vinham às reuniões da CPT e do sindicato. Tudo servia para estimulá-las a participarem do movimento. Ainda hoje, o movimento usa a divisão do estado por regiões, conforme a usada pelas dioceses nos trabalhos pastorais.

Outro passo significativo foi a confecção de uma cartilha em parceria com o Cepes e CPT, com o objetivo de sensibilizar as mulheres nas comunidades e fazê-las conscientes de sua realidade. O conteúdo da cartilha consta de fatos reais da vida das trabalhadoras rurais narrados por elas mesmas: contam-se o sofrimento e as dificuldades enfrentadas no cotidiano. Para facilitar e atrair mais a atenção das trabalhadoras, ilustraram-se as histórias com exemplo de algumas mulheres que se destacaram pela liderança e pela luta em favor da libertação do povo hebreu encontradas no Antigo Testamento e já conhecidas, como: Ester, Rute, Débora, Judite e outras. A esse conteúdo acrescentou-se a discussão sobre nove temas ligados à dimensão política e de gênero, o que mais tarde daria o tom da luta. Os temas escolhidos para discussão, foram organizados na seguinte sequência: mulher e organização; a mulher e o sindicato; a mulher e a política; a mulher e os direitos; a mulher e as relações de gênero; a mulher e a sexualidade; por que a cozinha e a Igreja?; as diferentes formas de participação da mulher na sociedade. O nono encontro seria uma espécie de avaliação e tinha como proposta discutir os resultados práticos e a repercussão da cartilha na comunidade.

A confecção desse material – processo demorado e difícil – implicava tempo para coleta e organização das histórias, recursos para custear as despesas e uma equipe disponível para organizar o material. Enquanto isso, nas comunidades de diferentes municípios, difundia-se a ideia da criação do grupo.

Na região norte do Estado, mais precisamente em Esperantina e municípios circunvizinhos, desde 1985, vinham sendo realizados encontros que já reuniam mais de 40 mulheres quebradeiras de coco babaçu a fim de reivindicarem a libertação dos babaçuais na região. Isso criava em algumas mulheres muita sensibilidade para luta.

As entidades de apoio que trabalhavam com as comunidades iam divulgando o que estava acontecendo em relação à confecção do subsídio e estimulando as mulheres a participarem das reuniões. Assim, no período 20 a 24 do mês outubro de 1988, realizou-se o primeiro encontro estadual das mulheres trabalhadoras rurais do Piauí na cidade de Teresina, do qual participaram 60 mulheres representantes de 28 municípios, a saber: Bocaina, Alagoinha, Piripiri, Simões, Parnaíba, Batalha, Paulistana, Luzilandia, D. Expedito, Francisco Santos, Teresina, Esperantina, Amarante, Oeiras, Tainópolis, Picos, Pio IX, Nazaré, S. J. da Canabrava, Floriano, Paulistano, Pedro II, Cocal, Joaquim Pires, Matias Olimpio, Campo Maior, São José do Piauí, Marcolândia. Muitas delas eram esposas dos sindicalistas; outras participavam das comunidades de base; algumas já participavam da CPT, do Cepes; e outras ainda não se haviam engajado em organizações.

Os registros desse encontro mostram que aquele foi um acontecimento inédito na vida das mulheres rurais. Ali elas eram protagonistas, donas de suas falas – falavam de si para si e para outros. Em pequenos grupos, elas se apresentavam; cada qual podia expressar seus anseios e expectativa em relação ao encontro. Ao lado disso, havia muita timidez, conforme os relatos, e muitas expressões de sofrimento pelas dificuldades enfrentadas para chegarem até Teresina.

Os temas apresentados tinham como base a conjuntura brasileira, as conquistas das mulheres na *Constituição* de 1988 e as eleições municipais. Elas saíram dali cientes dos direitos assegurados aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais na *Constituição* federal de 1988, com destaque especial para os direitos previdenciários, sociais e o princípio de igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres.

Outro aspecto importante foi a identificação por parte de muitas trabalhadoras de que a situação de exploração na qual viviam estava ligada à questão da política partidária em seus municípios, os quais dependiam dos latifundiários. Ali elas puderam mapear as forças políticas no Estado e os interesses defendidos pelas forças oligárquicas. Ademais buscaram compreender melhor as propostas eleitorais do Partido dos Trabalhadores (PT), que defendia uma proposta de governo em defesa dos interesses dos trabalhadores e começava a ser divulgado nos municípios.

Outro destaque no relatório é o fato de elas terem identificado as entidades e movimentos existentes no Estado que prestavam apoio à luta dos trabalhadores. Dentre outras, assinalaram as mais importantes: os sindicatos comprometidos com a luta dos trabalhadores; alguns setores da

Igreja Católica por meio de algumas paróquias, das pastorais sociais e grupos de prestação de serviços, CPT, Caritas, e as entidades do movimento popular, como: Cepes, Cepac, CUT e o MST. Tais organizações significavam a esperança e apoio para organizações populares. Segundo as narrativas das mulheres, foram quatro dias de troca de experiência e construção coletiva de novos conhecimentos.

Esse primeiro encontro se encerrou com os seguintes encaminhamentos: as mulheres voltariam a seus municípios com o compromisso de criarem grupos, lutarem pelos direitos assegurados na *Constituição* federal de 1988 – principalmente aqueles pertinentes a elas mesmas – por mudanças nos quadros políticos e com o compromisso também de mobilizar as mulheres em torno das reivindicações encaminhadas pelo movimento bem como promover articulação delas nas regiões e em todo o estado. Na concepção das próprias trabalhadoras, ali, no primeiro encontro, elas começaram a nascer politicamente (MMTR-PI, 1988).

Nessa ocasião, foi lançada a primeira de uma série de cartilhas confeccionadas pelas próprias trabalhadoras como subsídio para a formação das demais mulheres nos municípios. Como 28 municípios estavam representando as seis regiões do Estado, isso facilitou a disseminação do movimento de forma rápida. Ali também se escolheu a primeira equipe para dinamizar a caminhada do movimento: seis trabalhadoras rurais assinaram a responsabilidade de coordenar as ações – uma presidenta, uma vice-presidenta, uma tesoureira, uma secretária e duas conselheiras fiscais. Essa coordenação passou a dinamizar os trabalhos do movimento com assessoria e ajuda das entidades populares citadas anteriormente.

Os primeiros passos foram criar, nos municípios, grupos de mulheres e trabalhar a formação delas, usando os temas sugeridos na cartilha, com ênfase na conscientização política, na formação sobre os seus direitos e na importância da participação das mulheres nos espaços políticos.

Durante os anos de 1988 e 1992, as mulheres conseguiram criar grupos em todas as seis regiões do Estado. Foi rápido e dinâmico o trabalho realizado em todo o Estado. O primeiro boletim informativo da associação, de setembro de 1990, noticiou que elas, nos diferentes municípios, discutiam, dentre outros direitos, o de sindicalização, os demais direitos trabalhistas e os previdenciários. Veja-se a expressão de uma delas citada no boletim: “uma das maiores vitórias do movimento das mulheres foi descobrir que o lugar das mulheres não é só estar no

Sindicato, mas é também liderá-lo, não só ficar no movimento, mas é também dar a direção para o mesmo" (BOLETIM IMFORMATIVO do CMTR (PI), 1990). No mesmo periódico, noticiaram-se os primeiros passos das mulheres em direção às praças públicas, nos diferentes municípios, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, quando gritaram a favor dos seus direitos, contra a violência e a discriminação. Um trecho transcrito do *Boletim Informativo*, de 1990, revela:

> O município de Bocaina na comemoração do dia 08 de março levou às ruas 300 pessoas para protestaram contra a discriminação da mulher, na mesma ocasião as mulheres refletiam sobre a situação da mulher no campo e protestava contra a violência. O município de Alagoinha na manifestação do 08 de março contou com 350 participantes. O tema da caminhada girava em torno da participação da mulher na sociedade. O município de Itaínopolis celebrou o 08 de março com participação de 300 pessoas na manifestação. O município de Francisco Santos comemorou o 08 março com passeata, discutindo o tema sobre o papel da mulher na sociedade. Expedito Lopes discutiu na passagem do 08 de março a temática: a mulher e a sociedade. O movimento de mulheres do município de Picos contou com a presença de 400 mulheres na celebração do 08 de março. As mulheres do município de União conseguiram reunir na primeira celebração do 08 de março 200 mulheres e discutiu nas ruas o tema: o papel da mulher na sociedade, os direitos da mulher, aqueles que garantem igualdade entre homens e mulheres. As mulheres em Esperantina celebraram o 08 de março com 500 mulheres nas ruas e discutiram o tema: a condição de discriminação da mulher na família e a identidade da mulher dentro e fora da Igreja. Em Teresina na capital do estado as trabalhadoras rurais conseguiram reunir 100 mulheres na celebração do 08 de março. As temáticas debatidas durante as comemorações foram: discriminação da mulher, violência e desrespeito. O município Piripiri contou com a presença de 100 mulheres nas ruas no dia 08 de março a temática trabalhada: a mulher precisa se organizar (BOLETIM INFORMATIVO, do CMTR (PI) de 1990).

Os registros revelam que o movimento foi tomando forma, assumindo dinâmica própria, criando o método de trabalhar com as mulheres e definindo algumas reivindicações bem como o lugar das reivindicações, ou seja, o que antes não saia da garganta, agora ia ecoar nas praças públicas. Aproveitando o dia 08 de março, ali denunciavam: a) discriminação da mulher trabalhadora rural; b) as condições da mulher rural no campo, sem documento, sem terra, sem escola, sem estrada, sem saúde e, muitas vezes, vítima de violência; c) o fechamento dos espaços de participação para a trabalhadora rural, inclusive, por parte do próprio sindicato; d) o papel submisso da mulher na sociedade. Além disso, convocavam as mulheres a se organizarem.

Aos poucos, a associação foi descobrindo os caminhos mais viáveis para organizar-se. As grandes distâncias entre os municípios e a capital do Estado, assim como as dificuldades de deslocamento para as reuniões levaram as mulheres a criar coordenações regionais no sentido de dinamizar a caminhada do movimento nas regiões. Para isso, cada município formava um grupo;

os grupos constituíam as regiões, formando uma coordenação com representatividade de cada grupo das bases. A coordenação central percorria as regiões conforme agenda organizada, a fim de formar os grupos regionais. Determinadas temáticas eram estudadas por todas as mulheres nas diferentes regiões.

O primeiro regional (entende-se região), de acordo com os registros, foi o de Picos em junho de 1989, do qual participaram 49 mulheres provenientes dos municípios de Picos, Francisco Santos, Ipiranga, Santa Cruz, Pe. Marcos Simões, Pio IX, Alagoinha, Bocaina, Nazaré, Floriano, Mons. Hipótito, Itainópolis, São João da Canabrava, Paulistana. Os temas ali trabalhados foram: o papel da mulher na sociedade, os direitos das mulheres na *Constituição* de 1988 e análise política dos presidenciáveis.

Os relatórios dos encontros deixam transparecer a metodologia adotada nas reuniões. Com a contribuição das assessoras, as trabalhadoras rurais participavam de todo o processo das reuniões: da inscrição, arrumação do ambiente, divisão e organização dos grupos de estudo do momento de mística[18]. Participavam, ainda, da composição dos cantos para animação dos encontros, poesias, das apresentações culturais, da preparação e exposição temáticas, da administração dos recursos para o andamento do encontro na coordenação e da dinamização o próprio encontro.

Os relatórios e boletins informativos do CMTR (PI) referentes ao ano de 1991 dão conta de que a coordenação conseguiu realizar encontros em todos os seis regionais, com um número crescente de mulheres trabalhadoras rurais. Nesse ano, realizou-se um encontro em cada município; assim, elas marcaram presença em 69 municípios, quer por meio dos regionais, quer por meio dos municipais ou das mobilizações por ocasião do dia 08 de março. O número de participantes nas celebrações do Dia Internacional da Mulher aumentou significativamente nos municípios, evento em que as reivindicações giraram em torno de demandas, como o fim da violência contra a mulher, melhoria do atendimento à saúde nos municípios, água de qualidade, aposentadoria da trabalhadora rural aos 55 anos, melhoria no campo da educação, sobretudo com a exigência de três turnos nas escolas municipais e estaduais.

O número de mulheres associadas nos sindicatos de acordo com os relatórios também "aumentou bastante". Ainda em 1991, um grupo de mulheres do CMTR(PI) passou a integrar o Movimento Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), presente nos

[18] Momento de meditação, oração, espiritualidade, que acontece em todos os encontros das trabalhadoras rurais.

estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará na luta pelo babaçu livre.Também se integrou ao Movimento da Trabalhadoras Rurais do Nordeste. Como registrado no capítulo anterior, articulava a luta das trabalhadoras rurais no Nordeste, unia o Nordeste ao Brasil, integrando-as à Animação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) e à luta delas em âmbito global.

2.4 Nem tudo são flores na luta das mulheres: conflitos, resistência e tensões.

O ano de 1992 foi marcante na história do CMTR (PI): deu-se a consolidação do movimento como sujeito coletivo autônomo. Também, naquele ano, as mulheres começaram a discutir sua própria realidade, trazendo-a para o centro do debate. Assim, o programa de formação para 1992, em todas as regiões, iniciou-se com oficinas sobre corpo, sexualidade e afetividade.

Essa temática levou-as a falarem de si mesmas. Inicialmente, elas se manifestavam com dificuldade, desconhecimento em relação ao seu corpo. Tudo era feio, vergonhoso. Elas mesmas diziam que não sabiam valorizar-se como mulheres, não conheciam sua beleza feminina; em quase tudo, dependiam da permissão dos maridos, inclusive para comprar um vestido, por exemplo, pois o dinheiro viria deles. E, à medida que iam falando de si e da sua realidade cotidiana, evidenciavam-se os conflitos de gênero. E mais: apesar de a maioria ser casada e mãe, conservava muitos tabus em relação à sexualidade, não conheciam como funcionava o corpo, não eram livres para falar de prazer. Tinham vergonha de fazer os exames preventivos contra as doenças sexualmente transmissíveis, o que, segundo elas, causava muitas mortes, sobretudo, provocadas pelo câncer no colo do útero e câncer mamário. A saúde da mulher, então, passou a constituir-se objeto de suas preocupações até hoje (RELATÓRIO DO IV ENCONTRO DO CMTR(PI), 1992).

2.4.1 Dos diferentes conflitos enfrentados pelas trabalhadoras

Em relação aos conflitos, o primeiro a ser enfrentado foi na família, pois o marido e os filhos não queriam admitir a saída da mulher de casa. Na fala delas, percebe-se o drama enfrentado pela maioria para continuar no movimento: “[...] eu só saía de casa se alguém fosse

pedir a meu marido, como se eu fosse uma criança. Eu nem tinha coragem de falar com ele. Cada vez uma pessoa de confiança dele ia lá pedir autorização, até que um dia eu decidi acabar com isso." (Diva)[19]

Outra mulher relatou: "[...] quando eu falava que ia para as reuniões, meu marido dizia que mulher que ficava saindo de casa era para fazer o que não deve, mulher que sai muito de casa é sem vergonha, não tinha o que fazer. Eu ficava triste, mas deixei ele falar até cansar".(Celina)

As trabalhadoras, muitas vezes, sentiam-se agredidas moralmente não só pela família, mas também pelos vizinhos, que começavam a difamá-las, chamá-las de vagabundas. Disse uma delas:

> [...] muitas companheiras desistiram da caminhada por não suportarem as críticas dos vizinhos, que ficavam controlando a hora da saída e a hora da chegada em casa, principalmente quando se tratava de reuniões fora da comunidade. Quando conseguiam convencer os maridos e filhos, enfrentavam as críticas lá fora ouvimos muitas piadas de mau gosto a nosso respeito. (Hilda)

Percebe-se que, na realidade, tiveram muito medo de perder seus maridos, que as ameaçavam, obrigando-as a escolher família ou o movimento. Uma das entrevistadas disse que: "Certa vez, uma senhora compareceu ao encontro com suas poucas roupas e a criança pequena nos braços". Ao se apresentar-se, declarou: "[...] quando eu voltar, não sei se eu ainda tenho casa, porque meu esposo disse que, se eu viesse para esse encontro, não era mais para eu voltar para casa, porque ele não deixava mais eu entrar em casa."(Guilhermina).

Todas as mulheres, tiveram a atitude de indignação contra tantas ameaças e continuaram encorajando-se mutuamente a resistir até as últimas consequências, sem desanimar. Essa, segundo elas, era a condição para, um dia, conquistar os direitos. Muitas arriscavam, com muita coragem, continuar a participar das reuniões, porque ali, segundo elas, aprendiam a ser gente. Essas experiências são apenas algumas ilustrações, dentre inúmeras, contadas ou escritas pelas mulheres.

Outra realidade gerava tensão: a falta de autonomia financeira para elas custearem as despesas pessoais e das viagens. O movimento se sustentava com muita dificuldade apenas, com

[19] As entrevistadas serão apresentadas no capitulo 5 e em anexo.

apoio financeiro de algumas entidades[20] solidárias à causa da cidadania das mulheres, o qual pagava as viagens e as hospedagens durante os encontros, mas elas só recebiam o dinheiro ao final do evento. Cada vez que tinham que sair de casa era "uma novela", segundo uma delas, o marido não queria dar o dinheiro: "[...] Tirar dinheiro de onde, se não tinha"? Acrescentou: "[...] trabalhador rural só pega em algum dinheiro no tempo que vende a colheita ou algum bicho de criação, e aquele dinheirinho já está todo destinado para as necessidades da família". Eis a razão por que, muitas vezes, elas, com as bagagens arrumadas, desistiam da viagem.(Amélia)

Diante disso, começaram a organizar, em seus municípios, pequenos grupos de produção na tentativa de acrescentar algo mais à renda familiar: "[...] para nós termos nosso dinheirinho e não precisar ficar pedindo ao marido para comprar tudo que nós precisávamos"(Guilhermina). A partir daí, foram implementando várias iniciativas de geração de renda. As trabalhadoras rurais de Piripiri saíram na frente: organizaram um grupo de confecção de roupas no sentido de gerar renda, praticar administração de recursos sem a interferência dos homens. No município de Pio IX, elas criaram grupos de fabricação de remédios caseiros, de geladinhos e hortas comunitárias. À medida que iam partilhando as experiências, outras iniciativas iam sendo criadas em outros municípios.

Outro conflito de natureza mais ampla enfrentado por algumas mulheres se dava nas áreas de luta pela posse da terra. Tomei como exemplo a comunidade Barreto do Otávio, município de Barras. Essa comunidade viveu sério conflito de terra. Segundo depoimento de uma delas (membro da atual diretoria do CMTR), o embate teve início com a proibição da entrada na terra para a colheita do coco-babaçu, o que provocou a seguinte reação:

> O dono das terras proibia, mas a necessidade obrigava o povo a pegar escondido e vender. O proprietário mandou derrubar as casas das pessoas, mas em mutirão as casas eram levantadas, ele derrubando e nós levantado. E assim nós lutamos até que conseguimos a desapropriação das terras. (Jasmim).

O outro conflito ocorreu em Currais Novos. Uma das mulheres do Coletivo enfrentou o proprietário das terras o qual começou a criar problemas para que os moradores desistissem de lutar pela terra. Para isso, ele agia no sentido de eliminar as lideranças. Como as pessoas não se

[20] A que mais se destaca é a Oxfam. A Oxfam International é uma confederação de 13 organizações e mais de 3000 parceiros, a qual atua em mais de 100 países na busca de soluções para o problema da pobreza e da injustiça, por meio de campanhas, programas de desenvolvimento e ações emergenciais.

intimidavam, ele passou a ameaçar de morte dona Jasmim, membro do CMTR (PI) e líder na luta. Veja-se a narração de uma das diretoras do CMTR(PI):

> [...] o proprietário, quase todo dia, ia à casa dela mandar que ela tirasse as coisas dela dali e procurasse um rumo.Teresa, sem ter para onde ir, começou a enfrentar o proprietário, dizendo: "[...] eu não quero terra pra comer, quero terra pra morar e trabalhar. Eu estou aqui e aqui eu fico, só saio daqui se você me matar." Um vez, o proprietário, com arma na mão, fitou nos olhos de Jasmim como quem queria disparar a arma, e ela acrescentou: "[...] se você quiser me atirar, você me atira, mas daqui eu não saio". Muitos homens e mulheres deixaram aquela comunidade com medo de morrer, mas Teresa continuou firme com aqueles que ficaram e conseguiram conquistar a terra. (Hilda).

Outro exemplo é o da senhora Mariana, residente no município de São João do Arraial, a qual passou 18 anos lutando com seus companheiros e companheiras para conquistarem o pedaço de terra onde mora hoje, com toda sua família. Mariana era a mulher "marcada para morrer". Foi fortemente perseguida por pistoleiros. Segundo ela mesma, ficou semanas escondida nos matos, nos períodos mais críticos da luta pela terra, sem poder voltar para casa e cuidar dos filhos. Ela contou que os pistoleiros chegavam à comunidade à procura da casa de dona Mariana. O povo, que já sabia da ameaça, não informava. Um dia, porém, segundo a própria perseguida,

> [...] chegaram dizendo que eu fosse à cidade para consertar um documento que estava errado. Eu fui, e lá eles me prenderam acusada de ladrona de coco e por não pagar a renda exigida pelo patrão. Eu fiquei, durante 11 dias, na cadeia pública, na cidade de Esperantina, enquanto ainda amamentava minha filha com menos de um ano de idade. Quando retornei da prisão, a criança não reconhecia mais o peito e desistiu de mamar.

E, mais recentemente, no ano de 2006, Joana, saiu de casa para uma reunião. Quando chegou de volta à sua comunidade, Lagoa dos Macacos, município de União (PI), onde ela havia residido durante 32 anos, desde que nasceu, encontrou sua casa derrubada pelo proprietário das terras. Antes, porém, ele retirara as poucas coisas pertencentes a ela, pegara o marido (um senhor doente) e o levara para uma casa de farinha em outra comunidade. Quanto às crianças, saíram para a casa da avó e, de lá, viram o ato da destruição. De acordo com Joana, havia uma razão para tudo isso:

> É que o patrão viu que eu sou uma pessoa desenvolvida, consciente dos direitos e estava conseguindo desenvolver os outros. Já tinha criado a associação dos moradores, já tinha conquistado um pedaço de estrada que não tinha, tínhamos conseguido luz, do

> Programa Luz para Todos. Ele ficou com medo, porque o objetivo era também conseguir a terra, por isso ele me tirou de lá.

Assim, as trabalhadoras vivenciaram múltiplas formas de conflitos, com familiares, (gerados pela sua resistência e teimosia), conflitos gerados pela violência do latifundiário, conflito pela sua participação nas diretorias sindicais etc. Elas carregam na memória o brutal assassinato de Margarida Maria Alves[21] e de Antônia Flor, essa com mais de 60 anos, assassinada na comunidade Gameleira, Piripiri (PI), em sua residência, resistindo ao despejo determinado pelo latifúndio em dezembro de 1984. Entretanto, usam a coragem das "mártires da terra", expressão delas mesmas, para estimulá-las a não desistir de lutar, uma forma de honrar o sangue das companheiras.

Embora as trabalhadoras rurais não falem nem haja registro nos relatórios sobre os conflitos internos, é notável a ocorrência destes conflitos. Nas assembléias, percebe-se que existem divergência entre elas, às vezes tensões, conflito de poder, sobretudo porque algumas se sobressaem mais, estão mais em evidencia na mídia, nas viagens; no entanto elas não gostam de falar sobre o assunto. Quando falam do movimento, apresentam-no como o lugar ideal para a libertação das mulheres.

O crescente número de municípios com grupos de mulheres organizadas revela a dimensão e a extensão das ações desencadeadas pelo movimento, as quais provocavam também reações, por parte de quem estava no poder. Isso porque as trabalhadoras começaram a romper a invisibilidade política, depois que os casos se divulgavam nos meios de comunicação, principalmente nas romarias da terra, nas comemorações do dia 08 de março. No ano de 1991, elas começaram as discussões sobre a necessidade de o movimento criar estrutura própria e pleitear melhores condições para conduzir a luta que se espalhava por todo o Estado. Em virtude do processo de rápida expansão e crescimento do número de mulheres a aderir ao Coletivo, a CPT, já não tendo mais condições de abrigar o movimento em suas dependências, aconselhou-as a criar uma estrutura própria, a tornar-se uma entidade reconhecida juridicamente, para poder assumir e responder pelos seus atos.

2.5 Um Coletivo autônomo e de utilidade pública

[21] Líder sindical brutalmente assassinada em Alagoa Grande, na Paraíba, em agosto de 1983.

Quatro anos de história. O movimento precisava caminhar com os próprios pés, já estava crescido e agora enfrentaria outras exigências: dar assistência jurídica às trabalhadoras e poder apresentar-se como entidade autônoma perante a sociedade. Desse modo, no dia 14 de novembro de 1992, reunidas na cidade de Teresina (PI), em assembleia geral, fundaram, com o nome de Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí, a associação das trabalhadoras rurais. Daí, elaborou-se um estatuto que regula suas atividades e fixa os objetivos. O CMTR (PI) tornou-se, assim, uma entidade civil sem fins lucrativos, assumindo as seguintes características: popular, democrática, autônoma, apartidária e de luta, com sede e foro na cidade de Teresina, capital do estado do Piauí, e base territorial de âmbito estadual (Ata, 14/11/1992).

Seus objetivos ficaram assim estabelecidos:

> a) promover a articulação de mulheres trabalhadoras do Piauí para lutarem contra a discriminação e a marginalização, visando à sua organização política, social, econômica e cultural;
> b) organizar as mulheres para construírem nova relação de gênero, mudando as relações de poder hoje existentes, em vista da verdadeira igualdade entre homens e mulheres;
> c) lutar pelos direitos das mulheres em relação ao trabalho, à segurança, creche, cultura, saúde, previdência social e à reforma agrária;
> d) trabalhar no sentido de elevar o nível da consciência e participação política da mulher para que ela possa defender os seus direitos e combater todo e qualquer tipo de violência;
> e) apoiar os movimentos populares e entidades que lutam pela melhoria das condições de vida da classe trabalhadora.

Pelo exposto, os objetivos do CMTR (PI) são ousados e ultrapassam as reais condições de luta das mulheres, razão por que as trabalhadoras traçaram algumas estratégias para alcançar êxito. Primeiro, estabeleceram a eleição de uma diretoria para continuar a dinamizar os trabalhos e a vida da organização; em seguida, determinaram que, em caso de necessidade além do seu alcance, recorreriam à obtenção de serviços técnicos de pessoas ou organizações capazes de

assessorá-las. Quanto aos recursos necessários ao desenvolvimento das atividades, estabeleceram que seriam feitos convênios com entidades afins, instituições públicas ou privadas e com agências de cooperação internacional.

Com relação às associadas, reza o art. 5º, do estatuto da associação, que o número de membros se limita a 60 sócias, sem distinção de cor, credo religioso ou político, as quais se propõem a participar ativamente das suas atividades, realizando tarefas para a efetivação dos objetivos expressos no estatuto. O corpo de associadas compõe-se de três categorias: sócias fundadoras, efetivas e colaboradoras. As primeiras são aquelas que assinaram a ata de fundação; as efetivas, aquelas admitidas conforme o disposto no artigo 7º, do estatuto[22]; e as sócias colaboradoras, aquelas referenciadas pela assembleia geral e que contribuem voluntariamente para o crescimento da entidade, com direito a voz. O público que integra o CMTR(PI) é, pois, heterogêneo, agrega mulheres de diferentes categorias de trabalhadoras rurais, como quebradeiras de coco, professoras, costureiras, merendeiras, dentre outras. Assim, o CMTR(PI), além das trabalhadoras na agricultura, abriga mulheres com outros engajamentos sociais, como pastorais sociais, movimentos populares e outros grupos que pertençam à organização de trabalhadoras rurais em seus municípios (ESTATUTO DO CMTR(PI),1994).

Após a aprovação do estatuto em 1994, o CMTR (PI) passou a ser dirigido por uma assembleia geral constituída de todas as sócias no gozo dos seus direitos, com reuniões ordinárias a cada três anos, e por uma diretoria composta por seis membros, (presidente, vice-presidente, primeira secretária, segunda secretária, primeira tesoureira, segunda tesoureira) e um conselho fiscal composto de seis membros – três titulares e três suplentes eleitos com a diretoria por ocasião da assembléia ordinária.

As mulheres, sem a ajuda direta da CPT, assumiram a direção de sua caminhada. Aos poucos foram construíndo um referencial coletivo – "nós, mulheres trabalhadoras rurais". Embora timidamente, já se ouve nova linguagem, muitas vozes se levantam. A instituição foi inserindo seus membros nos espaços sindicais, das associações, dos conselhos municipais. As mulheres começaram também a marcar presença nos espaços políticos.

Os pequenos avanços são estímulos para a crescente mobilização das mulheres; o testemunho corajoso vai espalhando-se e contaminado positivamente essas incansáveis

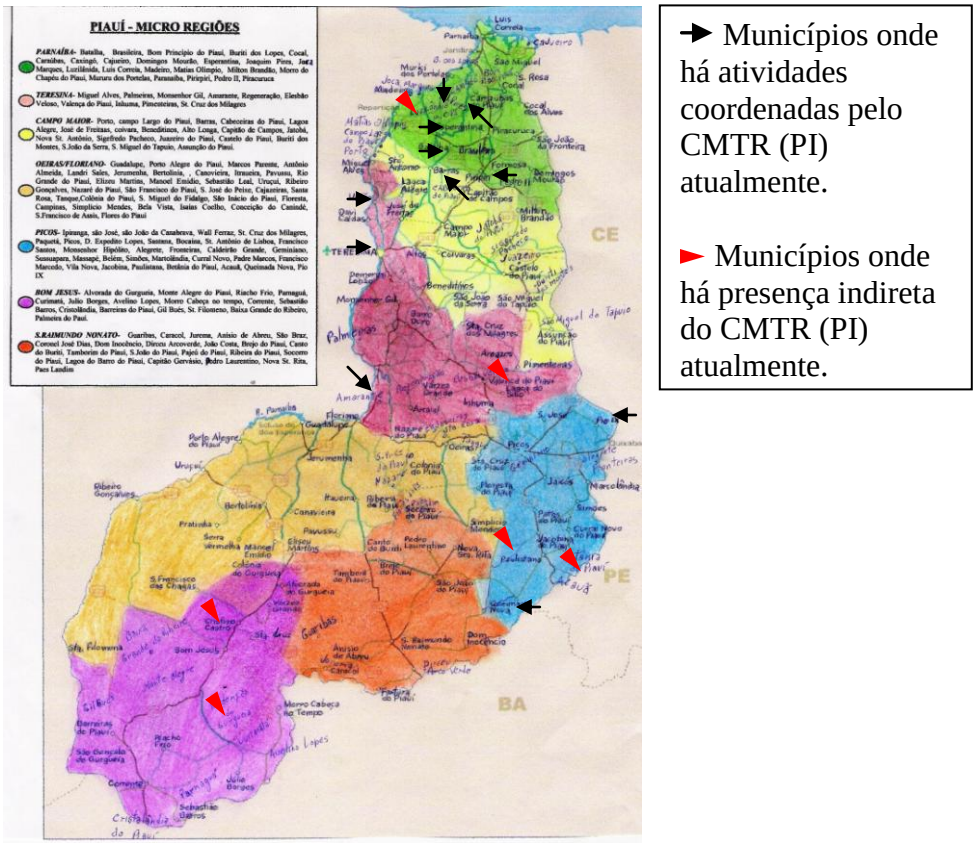
[22] "Art. 7º - a admissão de novas sócias far-se-á mediante proposta apresentada por sócia com *ad referendum* da Assembleia Geral" (Estatuto do CMTR (PI) 1994).

trabalhadoras que, às vezes, seguem driblando a fome, a dor, a desesperança na busca dos direitos e da melhoria de vida.

2.7 Configuração organizacional e metodologia de trabalho do CMTR (PI)

No ano de 1994, encontrei um quadro organizacional que possibilitou ter ideia da extensão de atuação do CMTR (PI). O Coletivo passou a seguir um plano trienal de trabalho, elaborado durante a assembleia geral e aprovado por todas. O objetivo era organizar as atividades comuns e facilitar o cumprimento e a participação de todas. Como visto anteriormente, os trabalhos do CMTR (PI) são desenvolvidos em municípios organizados por regiões. Os critérios para tal organização foram os mesmos usados pelas dioceses em todo o Estado e aproveitados pela maioria dos movimentos populares, diferentemente da divisão atual do estado que será visto no capitulo 5. A seguir, listo as regionais e mostro como estava dividido o Estado em sete microrregiões, nas quais atuava o CMTR (PI) até meados da década de 1990. As setas no mapa abaixo indicam os municípios nos quais o CMTR (PI) desenvolvia algum tipo de atividades no momento da pesquisa.

Sete microrregiões



➔ Municípios onde há atividades coordenadas pelo CMTR (PI) atualmente.

► Municípios onde há presença indireta do CMTR (PI) atualmente.

Fonte: Arquivos da CPT (2008)

1) a região norte è composta pelos municípios de Batalha, Brasileira, Bom Princípio do Piauí, Buriti dos Lopes, Cocal, Caraúbas, Caxingó, Cajueiro, Domingos Mourão, Esperantina, Joaquim Pires, Joca Marques, Luzilândia, Luiz Correia, Madeiro, Matias Olímpio, Milton Brandão, Morro do Chapéu, Mururu dos Portelas, Parnaíba, Piripiri, Pedro II e Piracuruca;

2) à região de Teresina pertencem os municípios de Miguel Alves, Palmeira, Monsenhor Gil, Amarante, Regeneração, Elesbão Veloso, Valência do Piauí, Inhuma, Pimenteiras, Santa Cruz dos Milagres, União, Barro Duro, Alto e Várzea Grande;

3) a região de Campo Maior abrange os municípios de Porto, Campo Largo do Piauí, Barras, Cabeceiras do Piauí, Lagoa Alegre, José de Freitas, Coivara, Beneditinos, Alto Longar, Capitão de Campos, Jatobá, Nova Santo, Antonio, Sigefredo Pacheco, Juazeiro do Piauí, Castelo do Piauí, Buriti dos Montes, São João da Serra, São Miguel do Tapuio, Assunção do Piauí;

4) a região de Floriano abrange Guadalupe, Porto Alegre do Piauí, Marcos Parente, Antonio Almeida, Landri Sales, Jerumenia, Bertolinia, Canovieira, Itraueira, Pavussu**,** Rio Grande do Piauí, Elizeu Martins, Manuel Emídio, Sebastião Leal, Uruçuí, Ribeiro Gonsalves, Nazaré do Piauí, São José do Peixe, Cajazeiras, Santa Rosa, Tanque, Colônia do Piauí, São Miguel do Fidalgo, São Inácio do Piauí, Floresta, Campinas, Simplício Mendes, Bela Vista, Isaias Coelho, Conceição do Canindé, São Francisco de Assis, Flores do Piauí;

5) à região de Picos pertencem Ipiranga, São José, São João da Cana Brava, Wall Ferraz, Santa Cruz dos Milagres Paquetá, Dom Expedito Lopes, Santana, Boacaína, Santo Antonio de Lisboa, Francisco Santos, Monsenhor Hipólito, Alegrete, Fronteiras, Caldeirão Grande, Germiniano, Sussuapara, Massapé, Belém, Simões, Martolandia, Curral Novo, Padre Marcos, Francisco Marcedo, Vila Nova, Jacobina, Paulistana, Betania do Piauí, Acauã, Queimada Nova, Pio IX;

6) formam a região de Bom Jesus: Alvorada do Gurgueia, Monte Alegre do Piauí, Riacho Frio, Paranaguá, Curimatá, Julio Borges, Avelino Lopes, Morro, Cabeça no Tempo, Corrente, Sebastião Barros, Cristolandia, Barreiras do Piauí, Gil Bues, Santa Filomena, Baixa Grande do Ribeiro, Palmeira do Piauí;

7) à região de São Raimundo pertencem Guaribas, Caracol, Jurema, Anísio de Abreu, São Braz, Coronel José Dias, Dom Inocêncio, Dirceu Arco Verde, João Costa, Brejo do Piauí, Capitão Gervásio, Canto do Buriti, Tamburim do Piauí, Pajeú do Piauí, Ribeiro do Piauí, Socorro do Piauí, Lagoa do Barro do Piauí, Pedro Laurentino, Nova Santa Rita, Paes Landim.

O número de municípios mapeados pelas mulheres chega a 178[23]. Na maioria delas, já havia a presença da Igreja Católica por meio das CEB, do movimento e da luta sindical, da CPT. Outros contavam com a presença do MST. Isso, de certo modo, facilitava o trabalho das mulheres. A dinamização dos trabalhos até a instituição jurídica da entidade seria praticamente impossível sem a ajuda das instituições parceiras, que as apoiavam em todos os aspectos: na organização, elaboração de projetos financeiros, metodologia de trabalho, inclusive na prática e planejamento das atividades. Isso contribuiu para dar certa segurança às trabalhadoras rurais, as quais, de início, enfrentavam grandes dificuldades pela falta de habilidade em lidar com grandes grupos, com o público, pela ausência do hábito de leitura, pelo medo de viajar e de se expressarem diante de autoridades, pelo alheamento às noticias, aos acontecimentos nacionais.

[23] De acordo com a 7ª edição do livro *Piauí em número* (2005), os municípios do Piauí somam 223.

Segundo elas mesmas, o medo de falar constituía-se no maior entrave em suas vidas, principalmente em virtude do baixo nível de escolaridade. Por isso, tal aspecto foi muito trabalhado nos primeiros anos, por meio de oficinas e de treinamento. Assim, começaram a falar nos estudos feitos nas comunidades, nos regionais, nos encontros com outros grupos de trabalhadoras em outros Estados. Além do mais, recebiam muita formação sobre os direitos das mulheres e conscientização política. Ainda assim, elas tinham ainda inseguranças, mas se disseram aptas a responder às exigências a cada dia maiores. Por ocasião da aprovação do estatuto em 1994, já estavam inseridas em outros espaços, como diretorias sindicais e associações na comunidade; algumas já estavam candidatando-se a pleitos políticos, animando atos públicos no dia oito de março, em muitos municípios.

A partir de 1994, consolidou-se o Coletivo com a seguinte forma: uma associação de mulheres trabalhadoras rurais com um número de 60 associadas, formada por três categorias – as sócias fundadoras, as efetivas e as colaboradoras – e conduzida por uma diretoria composta por 12 membros com a colaboração das seis coordenações regionais. O número de participantes de cada coordenação regional variava de acordo com o número de municípios em cada região.

A diretoria, conforme já mencionei, era eleita por ocasião da assembleia geral a cada três anos; as coordenações regionais eram escolhidas também no mesmo período pelas representantes dos municípios de cada região. Aquela se encontra bimestralmente.

A dinâmica criada pelos encontros permitia muita vivacidade e expressividade do Coletivo, razão por que as mulheres com cargos na direção da entidade tinham dificuldades para conciliar os trabalhos na roça, na casa e cumprir a agenda das reuniões, o que, muitas vezes, levava ao aumento dos conflitos, vindos também porque o trabalho na associação não lhes conferia remuneração, era voluntário. Uma vez por ano ocorre um encontro estadual com representantes de todos os municípios, onde há grupos organizados; há também um encontro por ano em cada regional com representante de todos os municípios do regional; acontece um encontro de formação em cada município, uma vez por ano, independentemente das mulheres estarem ligadas ao CMTR (PI); ocorre ainda, um encontro quinzenal com os grupos de produção de base em cada município.

É possível perceber que a preocupação central das lideranças do Coletivo era propiciar formação em diferentes campos do saber. Embora programada para o Estado, as ações se diversificavam. As diferenças regionais com as especificidades de cada contexto, portanto,

davam o tom da luta em cada região. Mas aqui me deterei às demandas gerais encaminhadas pela entidade em estudo e abraçadas em todos os regionais. De qualquer forma, vale destacar, quando se examinam atentamente os relatórios e registro das falas das mulheres, percebe-se que elas mantinham lutas específicas em cada região. São aspectos importantes, mas não é o foco de meu estudo.

O programa de formação para o triênio 1995-1997 continha um conteúdo voltado para a política partidária, pautado na análise de conjuntura feita habitualmente em todos os encontros, referente à atuação dos partidos políticos na realidade local e à realidade política, social e econômica em âmbito nacional. Outro conteúdo contemplava o sindicalismo, acrescido do estímulo às mulheres no sentido de ocuparem os quadros de coordenação nos sindicatos. Outra temática foi gênero, incluída a sexualidade, afetividade, as relações familiares e, sobretudo, a questão da saúde da mulher. Tudo isso sem abrir mão da temática que vinha sendo discutida como eixo norteador, desde os primeiros encontros: os direitos constitucionais das mulheres. Ainda no mesmo triênio, ofereceram-se a elas capacitação para pequenos empreendimentos, mediante projetos geradores de renda, de acordo com a capacidade produtiva dos municípios: criação de pequenos animais, roça comunitária, artesanatos, produção de material de limpeza e cooperativa. Os relatórios dos encontros de formação desse triênio mostram, enfim, a presença de homens trabalhadores rurais nas reuniões das mulheres, às vezes como presidentes de sindicatos ou em outras lideranças, os maridos, filhos etc. Isso as deixava muito animadas, pois sem a conscientização deles para a questão de gênero, retardar-se-iam as mudanças na construção de uma sociedade mais igualitária.

As mulheres chegaram a 1998 com rica bagagem de formação e com significativas conquistas a serem celebradas. Elas mesmas fizeram uma pesquisa no sentido de avaliar os avanços e as conquistas depois dos 10 anos de caminhada. Com isso, conseguiram trazer dados relevantes provenientes de uma amostra de 88 sindicatos, com o objetivo de perceber de que forma as mulheres estavam assumindo, de fato, o espaço sindical. Então, escolheram 20 sindicatos na região de Teresina, 08 na de Bom Jesus, 07 na de São Raimundo Nonato, 20 na região de Picos, 04 na de Floriano e 29 na região Norte. Nesses 88 sindicatos, o número de associados era de 165.631, dentre os quais 68.760 eram mulheres e, destas, 254 pertenciam aos quadros de direção daqueles sindicatos. O Coletivo ficou surpreso pelo número relativamente pequeno de mulheres – descobriu-se que não havia interesses ou estímulo por parte da maioria

dos sindicatos na inserção das mulheres em seus quadros. De acordo com o relatório da mencionada pesquisa, só 30% desses sindicatos realizavam trabalhos com mulheres.

Outro dado importante refere-se ao número de grupos de mulheres por município. Elas pegaram uma mostra de 15 municípios: Pio XI, Piripiri, São João do Arraial, Esperantina, Francisco Santos, Barras, Monsenhor Gil, Alagoinha, Regeneração, Itainópolis, Cristino Castro, Amarante, Parnaíba, Luzilândia e Batalha. A pesquisa revelou que, neles, havia 34 grupos de mulheres, os quais funcionavam regularmente com o total de 579 trabalhadoras envolvidas. A faixa etária variava entre 20 e 60 anos, com predominância daquelas entre 40 e 50 anos.

Aqui busco relacionar certos elementos percebidos por algumas mulheres como conquistas, conforme aparecem nos relatórios de avaliação dos 10 anos de caminhada. Começo pela comemoração do dia 08 de março em, praticamente, todas as regiões do Estado, definida com o surgimento do CMTR (PI) e agora legitimada momento de denúncia pública contra exploração, discriminação e violência contra a mulher; de campanha de documentação das trabalhadoras rurais em todo Estado; de ocupação de alguns espaços fora do âmbito do lar; de participação por parte das trabalhadoras de pleitos eleitorais; de parceria com outros movimentos populares, dentre outras. De acordo com os relatórios e as entrevistas, os anos de 1989 a 1995 foram os de maior crescimento do CMTR (PI), porque vários fatores contribuíram para isso: em primeiro lugar, a estreita parceria com a CPT, Cepes e Caritas; em segundo, a contribuição das agências de cooperação internacional, como Oxfam, que financiaram as atividades do CMTR(PI) durante alguns anos; em terceiro lugar, a disposição das trabalhadoras rurais que trabalham sempre voluntariamente na conquista da cidadania.

2.8 Algumas dificuldades enfrentadas pelo CMTR (PI)

Na comemoração dos 10 anos de caminhada do CMTR (PI), evidenciaram-se os avanços do Coletivo no sentido do que elas apresentam como conquistas em direção à cidadania das mulheres. Porém ficou clara também a diminuição das atividades e das condições necessárias para manter o mesmo ritmo de luta. Daí a existência ainda de inúmeras dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras rurais: as condições de saúde no meio rural, falta de escola de qualidade que contemple a realidade das trabalhadoras, falta de transporte, de estrada, de água, de políticas de incentivo à agricultura familiar. Mas a mais preocupante é a dificuldade financeira, tanto que,

para o deslocamento de um lugar para outro só é possível com a ajuda das instituições de cooperação internacional. A instalação da sede do CMTR (PI) aumentou as despesas: água, luz, telefone, conservação da sede, uma secretária para atender, pelo menos, durante meio expediente, porque todas as trabalhadoras rurais residem distante da sede.

O CMTR (PI), desde a sua criação, dependeu da ajuda financeira externa e interna para manter todas as atividades. As grandes distâncias entre as comunidades e a sede dos municípios, entre estes as sedes regionais e a capital, encareciam o deslocamento das trabalhadoras. Embora com a ajuda da CPT, do Cepes, da Escola Paulo de Tarso (EFPT)[24], a entidade precisava manter assessoria permanente no campo da formação no de serviços de contabilidade e jurídicos. Diante dos poucos recursos, tornou-se precária a elaboração de material para a formação, das mulheres, a confecção e a circulação do boletim informativo, a manutenção dos encontros, visitas da coordenação aos regionais, os encontros municipais, a capacitação das lideranças dos grupos de produção etc. A partir de 1995, o Coletivo começou a receber comunicado de que as agências de cooperação internacional que vinham mantendo suas atividades estariam encerrando a colaboração em virtude do redirecionamento de seus recursos para outras atividades. A Oxfam e alguns grupos de amigos italianos ligados à Igreja Católica também ajudavam, até então, o CMTR (PI) a manter as atividades. Tal processo foi gradativo, mas não demorou muito para que os efeitos se fizessem sentir na prática da instituição. De fato, o CMTR(PI) já vinha desenvolvendo iniciativas no sentido de aumentar o poder aquisitivo das trabalhadoras por meio de incentivo à criação dos grupos de produção nos municípios, porém o elevado nível de pobreza não permitia que os poucos recursos dali provenientes excedessem as necessidades do grupo familiar.

Diante disso a entidade decidiu pleitear ajuda a órgãos do Estado: buscou parceria com as prefeituras, para continuar desenvolvendo suas atividades, mas dificilmente encontrava apoio em virtude da posição política assumida nos municípios e mesmo em âmbito estadual. Vale lembrar que a política no estado do Piauí, até bem pouco tempo, estava nas mãos dos coronéis e

[24] A Escola de Formação Paulo de Tarso (EFPT), fundada em 06 de fevereiro de 1994, é uma associação civil, autônoma, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, que visa à formação de trabalhadores rurais para o fortalecimento e a consolidação dos movimentos sociais do campo.

.

latifundiários de quem dificilmente viria apoio a iniciativas como as desenvolvidas pelas trabalhadoras rurais.

Com a escassez de recursos, as mulheres passaram a contar com pequenas ajudas do MMTR (NE), do Cese, da Contag, do Fundo de Apoio a Pequenos Projetos, da Fase e de alguns sindicatos rurais. Alguns apoios pontuais de instituições públicas mantinham tarefas essenciais, como os encontros regionais, os encontros da diretoria e uma assembleia estadual por ano.

No Plano Trienal 1998-2001, observam-se as seguintes prioridades para as linhas de ação no campo da formação: continuar com a formação sobre a implantação e administração dos projetos de geração de renda; trabalhar as relações de gênero na família e educação; aprofundar o debate sobre a importância da documentação para as mulheres. No campo da ação, destaca-se o acompanhamento aos grupos de mulheres, às comunidades em seus projetos de geração de renda e aos encontros regionais. No campo político: aumentar a pressão aos órgãos públicos para a garantia dos direitos das mulheres, como aposentadoria, salário-maternidade, creche, profissionalização das trabalhadoras rurais, e continuar a conscientização política com o objetivo de renovação dos quadros políticos nos municípios e no Estado.

As mulheres pareceram perceber a necessidade de articular o enfoque de gênero a uma estratégia de cidadania democrática. Suas preocupações e ações apontavam no sentido de incorporar a perspectiva de gênero às políticas públicas, seja no campo da saúde, do trabalho, da educação etc. Nesse sentido, já em 1998 e 1999, fizeram parceria com a Escola de Formação Paulo de Tarso (EFTP) para participar do programa de formação que girava em torno das temáticas: “mulheres”, “jovens” e “políticas publicas para pequena produção”. A parceria envolveu a EFPT, CMTR (PI), AMQC, CMTR- Fetag (PI) e o Cepes. O curso de formação e apoio às mulheres se deu na região Norte do Estado, região profundamente marcada pelo conflito de terra e luta pelo coco- babaçu. Tratava-se de formação para grupos mistos – um meio de incorporar mais os homens no debate de gênero, sobretudo quanto ao processo de formação sobre gênero e geração de renda. A formação mista passou a ser prática no CMTR (PI).

Influenciadas também pelos debates internacionais provocados pelo movimento feminista, sobretudo a partir de 1995 com a discussão “políticas públicas e pobreza”, as trabalhadoras rurais do Piauí começaram a traçar propostas para um plano de desenvolvimento rural no Estado, para o qual, porém, precisariam fortalecer o poder de pressão no próprio Estado. Nas discussões a esse respeito, apareceram propostas, como: reforma agrária e melhores

condições de trabalho no sentido de favorecer a renda dos trabalhadores e trabalhadoras rurais; criação de mais emprego para beneficiar as mulheres; busca de convênios para ajudar as associações no campo; oferecimento de curso de capacitação profissional na área da agricultura; criação de linhas de crédito mais acessível para financiar projetos; criação do bloco de nota para o produtor e a produtora rural e de um instrumento que comprovasse a mulher como trabalhadora rural; desenvolvimento de mercado para a absorver a produção das mulheres; favorecimento de acesso à água no sentido de as mulheres poderem trabalhar com projetos de irrigação; incentivo à educação para jovens e adultos no campo e a cursos profissionalizantes nos quais se valorizassem os recursos naturais de cada região.(RELATÓRIO DO ENCONTRO ESTADUAL DE NOVEMBRO DE 1999).

Essas ideias resultaram do amadurecimento político e revelam a ligação à discussão em âmbito mais global. O discurso que perpassava agora os grupos do CMTR (PI) fazia parte da discussão em preparação à marcha mundial das mulheres, a qual teve como eixo central as exigências: "terra, trabalho, direitos sociais, autodeterminação das mulheres e soberania do país" (CARTA DAS MULHERES BRASILEIRAS, FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2000). Assim, elas se iam dando conta de que, para alçarem à cidadania, seria necessário o reordenamento no conjunto das formas de agir do governo, por meio da implantação das políticas voltadas para justiça de gênero. A propósito disso, no ano de 2000, as trabalhadoras rurais do Piauí integraram a marcha de 25 mil trabalhadoras rurais a Brasília, a primeira Marcha das Margaridas, cujo lema foi: "2000 mil razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência" – lema condizente com a realidade das trabalhadoras rurais e uma forma de tornar pública a situação de desigualdade na qual elas viviam não só no Brasil mas também em grande parte do mundo. Na ocasião, todas as trabalhadoras aproveitaram o evento para fazerem críticas ao governo brasileiro pela postura neoliberal que, segundo as denúncias, levaria o Estado a curvar-se aos interesses das empresas transnacionais e do capital financeiro em detrimento dos direitos da classe trabalhadora e das mulheres. A verdade é que a manifestação das mulheres em âmbito mundial ganhou repercussão a seu favor no campo dos direitos.

No Brasil, a Marcha das Margaridas, de 2000, foi a primeira de uma série de três em três anos: a última, com a participação do CMTR(PI), ocorreu em 2007 com o lema "Construindo 2007 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista" (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2007). Particularmente, as trabalhadoras rurais do Piauí têm

estado atentas à luta mundial das mulheres e buscado, com todas as forças, fazer valer a luta pelos direitos na sua realidade local; porém seu poder de ação vem tornando-se cada vez mais limitado conforme se constata no triênio 1998 a 2000. Avaliando esse período, revela-se que o número de municípios atingidos pelas ações do CMTR(PI) tem sido cada vez menor por falta de recursos. Ainda assim, conseguiram desenvolver reuniões de formação com as coordenações nos seis regionais, mas já não puderam visitar os 56 municípios com os quais vinham trabalhando sistematicamente. Durante esse triênio, o enfoque trabalhado nos encontros foi sobre as relações de gênero, geração de renda, políticas públicas e saúde da mulher. Durante o triênio 2002-2005, as ações conjuntas do CMTR (PI) foram mais limitadas ainda, pois a situação do Coletivo piorou em termos financeiros. Consta nos relatórios que, em 2003, com o pouco recurso que as trabalhadoras conseguiram, realizaram apenas sete encontros municipais: Em Pio IX, com 50 mulheres; em Paulistana, com 68; em Queimada Nova, com 62; em Alagoinha, com 28; em Floriano, com 45 mulheres e homens; em Amarante, com 42 mulheres; em Barras, com 41. Conseguiram ainda fazer a assembleia estadual com a participação de 22 mulheres. (RELATÓRIO DAS ATIVADES DO CMT (PI), 2003)

2.9 - Uma nova conjuntura política e a coparticipação popular: conselhos populares e institucionais em busca de políticas públicas.

Em novembro de 2003, as trabalhadoras rurais do Piauí conseguiram realizar o seu primeiro fórum estadual em parceria com a Embrapa, CPT e a Fetag. O evento teve como tema "Trabalhadora rural e sua importância na agricultura familiar". Objetivos: continuar a informação sobre os seus direitos, conhecer as experiências de geração de renda desenvolvidas pelas trabalhadoras rurais de Timom (MA) e encaminhar aos órgãos competentes demandas que contribuiriam para melhoria da qualidade de vida. O fórum contou com a presença de, aproximadamente, 100 trabalhadoras rurais provenientes de 16 municípios pertencentes a três regiões: Norte, Teresina e Picos. Várias entidades prestigiaram o evento com apoio e presença, dentre as quais o MMTR-NE, trabalhadoras dos movimentos rurais da Paraíba e do Maranhão. As do Maranhão apresentaram suas experiências de grupos de produção com exposição dos produtos artesanais e mostra da criação de caprinos, dentre outros. (RELATÓRIO DO FÓRUM DAS TRABALHADORAS RURAIS, 2003).

Ao termino do fórum, encaminharam às instâncias governamentais responsáveis pelo desenvolvimento rural no Estado algumas propostas de ações para serem implementadas pelo governo, no sentido de favorecer a melhoria da vida das trabalhadoras e trabalhadores rurais: agilidade no processo de reforma agrária nas áreas estaduais em conflitos; maior atenção às famílias assentadas mediante a implementação da política de desenvolvimento rural; desburocratização na liberação do crédito fundiário para trabalhadora rural; educação para jovens e adultos no campo; melhoramento nas estradas, nos transportes públicos; água para as regiões mais secas; qualificação e ampliação do atendimento à saúde no campo; implantação de delegacias especializadas para mulheres na zona rural; apoio às iniciativas de produção das mulheres nas diferentes regiões; intensificação dos programas de apoio às comunidades quilombolas (RELATÓRIO DO PRIMEIRO FÓRUM DAS TRABALHADORAS RURAIS DO PIAUÍ, 2003).

Ainda no ano 2003, segundo os relatórios, o CMTR (PI) participou do fórum estadual sobre a convivência com o semi-árido, discutindo sobre água, terra, segurança alimentar, economia popular solidária, educação contextualizada, biodiversidade, auto-organização e direitos das mulheres. Nesse evento, o CMTR (PI) colaborou com a rica experiência de trabalho por parte das mulheres. No mesmo ano, a referida associação participou nas conferências municipais e estaduais em preparação à I Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres a realizar-se em Brasília, em julho de 2004, da qual participaria um número significativo de mulheres do CMTR(PI). O Coletivo, embora com seu potencial limitado, sempre está envolvendo novas mulheres que a ele se referem como espaço dinâmico e gerador de vida.

Nos anos de 2004 e 2005, segundo a coordenação, o CMTR (PI) manteve os encontros bimestrais da diretoria e conseguiu fazer dois encontros estaduais, trabalhando as temáticas "saúde da mulher", "gênero", "políticas públicas", "economia solidária". A partir de 2004, aproximou-se da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) para discutir sobre o programa Economia Solidária que estava sendo implantado no Estado. Desde então, passou a receber apoio da DRT e participar do mencionado programa, aproveitando as experiências de geração de renda já desenvolvidas desde a década de 1990.

Diante da escassez dos recursos, houve mudança na forma de o Coletivo conduzir as ações. De acordo com as coordenadoras, a entidade reorganizou a forma dos encontros: a partir de 2004, os encontros de formação, antes realizados nos regionais, tornaram-se estaduais, e uma

vez por ano. Ainda assim, o CMTR (PI) não mais conseguiu articular todas as regiões e concentrou suas atividades, sobretudo, nos municípios de regiões mais próximas da sede: região Norte, região de Teresina e de Picos. Recentemente, pode-se testemunhar a presença do Coletivo em apenas 10 municípios.

A grande distância entre os municípios e a sede favoreceu certo isolamento das mulheres. De acordo com as próprias associadas, quando os recursos foram minguando, por algum tempo os grupos dos diferentes municípios agiram de forma pontual, em suas regiões. Depois, alguns deles, não mais conseguindo ter programação própria, faziam as mulheres se incorporarem em outras lutas, o que não será possível demonstrar neste trabalho.

O período de maior agravamento da crise financeira do CMTR(PI) foi entre 2000 e 2006, o qual coincidiu com dois grandes acontecimentos no campo da política que trouxeram muita esperança às trabalhadoras rurais: a eleição para presidente de Luis Inácio Lula da Silva, em 2002, e a de Wellington Dias para governador do estado do Piauí, também em 2002. Tais acontecimentos são narrados pelas trabalhadoras como parte da conquista política dos movimentos populares, inclusive o delas, pois segundo elas, tanto Lula quanto Wellington marcaram presença em momentos significativos da luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Piauí, construindo com eles e elas a esperança de dias melhores. Elas consideram tais eventos como recompensa à soma dos esforços dos movimentos populares.

Logo nos primeiros anos de governo, tanto de Lula quanto de Dias, implantou-se no estado do Piauí o Programa de Combate à Pobreza Rural e as políticas de desenvolvimento rural em parceria entre os dois governos. O objetivo com esse empreendimiento era contribuir para o alívio da pobreza rural e suas consequências mediante: a) a provisão de investimentos comunitários orientados para a criação de infraestrutura básica e geração de renda e de emprego para as camadas mais pobres do meio rural; b) a descentralização da alocação de recursos e tomada de decisões em ambito locais, mediante o apoiando-se os conselhos municipais e as associações de beneficiários no planejamento, priorização de subprojetos, execução e manutenção de investimentos; e c) o estímulo à criação e à consolidação de organizações comunitárias – associações e conselhos municipais – que poderiam servir como instrumento de planejamento, de controle social, de expressão das necessidades e das capacidades das comunidades pobres para a superação das barreiras ao seu desenvolvimento econômico e social.

O PCPR II focalizou sua ação em 221 municípios piauienses. A execução estava prevista para ocorrer em duas fases: a primeira no período de 2002-2005; a segunda no período de 2005-2009. O custo total do programa estimava-se em 60 milhões de dólares norte-americanos. Para a primeira fase, destinaram-se U$$ 30 milhões, dos quais U$$ 22,5 milhões oriundos do empréstimo e U$$ 7,5 milhões contrapartida estadual[25]

As exigências para que o programa chegasse às comunidades e as famílias fossem beneficiadas envolviam as lideranças nas comunidades, as experiências organizacionais já consolidadas, como mutirão e associações. O fato de o governo Wellington Dias haver saído das bases de luta dos trabalhadores o fez envolver grande número das organizações populares, das ONG das lideranças populares no seu governo. Inclusive, conferiu um cargo de confiança a uma das lideranças do CMTR(PI), Maria Aparecida Alves. Alves assumiu, no primeiro mandato do governador, a **coordenação estadual de política para as mulheres** na Secretaria de Assistência Social do Estado. Igualmente, as mulheres trabalhadoras muito se envolviam nos conselhos municipais. Isso, às vezes, significava acúmulo muito maior de tarefas para elas, pois, exigia-se sua presença nos espaços do "aparelho" estatal, na roça, na casa e no movimento. Como argumenta Gohn (1997), "o campo popular deixou de ser apenas um discurso da oposição e passou a objeto das políticas públicas; elaboram-se leis, decretos e regulamentos legislativos; criaram-se espaços na estrutura de poder, por meio da promulgação de conselhos fóruns "(GOHN,1997, p. 17).

Na verdade, as mulheres alimentam os ânimos em relação à conquista dos direitos com a ampliação dos espaços de participação, porém, ao lado dos pequenos benefícios provenientes do governo no Piauí, outra realidade se mostra assustadora para a população rural: o crescimento do agronegócio naquele Estado, que se dá em detrimento da agricultura familiar, tema debatido com preocupação pelos movimentos, inclusive pelo o CMTR(PI).

No seminário regional da CPT realizado em Fortaleza (CE), em junho de 2008, quando se discutia sobre o impacto do agronegócio na região Nordeste a CPT do Piauí apresentou o seguinte quadro referente à realidade desses investimentos em ambito nacional:

[25] O projeto completo poderá ser acessado em: http://www.monografias.com/trabajos26/combate-a-pobreza/combate-a-pobreza.shtml,

> O Agronegócio produz para o mercado mundial, para quem paga mais sem se preocupar com a segurança alimentar. Em 1993 a área agrícola plantada era de 48,6 milhões de hectares, já 2004 saltou para 63 milhões de hectares. Já a área destinada para soja saltou de 10,6 milhões de hectares em 1993, para 21,6 milhões de hectares, em 2005. Enquanto isso, a área destinada para o plantio de arroz baixou de 4,6 milhões de hectares, em 1993 para 3,7 milhões de hectares, em 2004; a área para o feijão, de 4,7 passou para 4,3 milhões de hectares. Enquanto o agro-negócio recebeu 27,15 bilhões de reais no ano/safra 2003/2004, a agricultura familiar recebeu apenas 2,83 bilhões de reais; Já no ano/safra 2005/2006, o agro-negócio recebeu 50 bilhões de reais, enquanto a agricultura familiar recebeu apenas 7 bilhões de reais, ou seja, os agricultores familiares, que são muitos, recebem pouco e os fazendeiros, que são poucos, recebem muito. (CPT do Piauí, 2008).

A realidade é contrastante e revela que os trabalhadores e trabalhadoras rurais em todo Brasil têm diante de si um grande desafio: apesar das iniciativas governamentais na implementação de programas de combate à pobreza, os programas que beneficiam o grande capital são inúmeras vezes maiores. Isso torna a luta das trabalhadoras e trabalhadores cada dia mais exigente, para assegurar direitos já conquistados e ampliar o investimento na produção de subsistência dos agricultores.

2.10 A atual configuração do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí

Após seis anos sem que um projeto financeiro fosse aprovado, o CMTR (PI) conseguiu que uma ONG suíça, denominada Brucke le Pont firmasse compromisso de contribuir financeiramente, durante dois anos consecutivos, com possibilidade de renovar o referido projeto por mais dois anos. Assim, a entidade retomou, com mais intensidade, suas atividades, inclusive a programação de formação nos municípios. Apesar de tais recursos, só reativaram as atividades em dez municípios: Morro do Chapéu, São João do Arraial, União, Barras, Batalha, Pirirriri, Amarante, Pio IX, Queimada Nova, Esperantina.

No ano de 2006, consta nos relatórios um seminário regional em parceria com o MMTR(NE) sobre o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, com o objetivo de debater a situação. Como o assunto já fazia parte da preocupação do CMTR(PI) desde sua criação, isso contribuiu para a entidade se dispor a participar da campanha de documentação lançada pelo governo federal. A documentação da mulher rural é o primeiro avanço na conquista dos demais direitos, dizem as mulheres. Outra preocupação do CMTR(PI) discutida no mesmo seminário estava relacionada à organização política, econômica e social das trabalhadoras rurais. Ali, a entidade chamou a atenção das trabalhadoras para a organização

política e convocou-as a rever sua própria situação política: na família, na comunidade, associação, sindicato, partido político e grupos de produção etc.

As trabalhadoras, por sua vez, relatam as dificuldades ainda enfrentadas nesses espaços. Em relação à política partidária, algumas alegam:

> não é porque as mulheres não gostam de política que nós temos essa participação tão pequena, tão minoritária. Ainda hoje o acúmulo de tarefas que as mulheres estão envolvidas dificultam a participação das mulheres nos partidos políticos e nos pleitos eleitorais (Betina).

Outras realçam uma lista de obstáculos à sua participação nas campanhas eleitorais. Primeiro, faltam de recursos econômicos para bancar minimamente a campanha e interesse real dos partidos de tornar candidata uma trabalhadora rural, além do enfrentamento da dupla ou tríplice jornada de trabalho; terceiro, falta compromisso dos partidos para incluir a agenda dos direitos humanos das mulheres nos programas; por fim, a precariedade das leis que garantem a participação das mulheres, constitui ainda grande empecilho. (RELATÓRIO DO CMTR (PI) DE 2008). Em depoimento, uma das fundadoras do Coletivo declarou que se candidatou apenas com a "cara e a coragem", por três mandatos consecutivos, para vereadora no município de Piripiri, pelo Partido dos Trabalhadores. Mesmo não tendo sido eleita, segundo ela, "estava ocupando o espaço conquistado pelas mulheres".(Guilhermina) Com isso buscava encorajá-las a não desistir de ocuparem os espaços já conquistados.

Em relação à autonomia econômica, elas vêm, nos últimos anos, discutindo e exigindo do Estado a implementação de políticas públicas de geração de renda, na tentativa de avançar na conquista de autonomia econômica, de melhores condições para levar vida digna com sua família em suas comunidades. Isso tem sido muito difícil, o crescimento aparece muito pouco. Ao trazer para o debate as experiências vivenciadas desde a década de 1990, elas criam expectativas quanto à implantação de projetos produtivos que gerem renda e possam contribuir para a autonomia financeira. Uma trabalhadora rural do município de União fez a seguinte observação:

> Temos muita dificuldade de conseguir uma geração de renda pra gente, porque, quando se trata das mulheres participarem de um projeto, é de responsabilidade da família. Aí a mulher não é considerada como parte integrante da produção. Ainda é reforçada a desvalorização do trabalho da mulher, que, por não ser considerado produtivo, não tem o mesmo valor que o trabalho dos homens (Joana).

As próprias trabalhadoras sinalizam que é necessário continuar investindo no sentido de equiparar a valorização do trabalho das mulheres e dos homens, bem como investir na criação de mecanismo que proporcione renda para elas, de modo a permitir maior autonomia nas decisões familiares.

Assim, o CMTR (PI) chegou a 2007, retomando gradativamente as suas ações junto às mulheres dos municípios mais próximos da sede. A programação constou de três encontros semestrais da diretoria e as oficinas realizadas nos municípios supracitados. A participação nas oficinas em cada município variou entre 50 e 60 mulheres. Os conteúdos programados para as oficinas educativas foram: economia solidária; gerenciamento e empreendimento na produção e comercialização, no sentido de contribuir para alternativa geradora de trabalho e renda, bem como para a satisfação direta da necessidade das comunidades; a saúde da mulher, com ênfase nas doenças sexualmente transmissíveis. Segundo elas, não há oportunidades de discutir essa temática em outros espaços: o médico se limita apenas às consultas. Diz uma delas: "nem posto de saúde, nem o programa de saúde da família, nem a escola estão provendo ou refletindo sobre as informações corretas sobre a saúde para as mulheres e os adolescentes". Há preocupação na fala das mulheres, pois elas são as que mais sofrem como vítimas das doenças sexualmente transmissíveis e como responsáveis pelos filhos adolescentes, muitas vezes vítimas da desinformação. Assim disse outra trabalhadora: "As dificuldades em tratar do assunto acabam trazendo maiores problemas, como adolescentes e adultos com doenças sexualmente transmissíveis, por não entenderem a importância de métodos contraceptivos."

No entanto, em meio às dificuldades, o MMTR(PI) encontrou motivo para grande celebração em 2006 e 2007: em 2006, a história de luta de Maria Rosalina dos Santos, sócia-fundadora do CMTR(PI), mereceu o prêmio Margarida Alves concedido a Carlos Alexandre Barboza, pesquisador. Em 2007, duas trabalhadoras rurais do CMTR(PI) concorreram ao prêmio Margarida Alves na categoria "memória", promovido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Ambas as trabalhadoras – Francisca das Chagas e Maria Aparecida Alves – foram premiadas, causa de muita alegria para o Coletivo, principalmente, pela visibilidade das trabalhadoras rurais do Piauí. Nesse mesmo ano, o Coletivo integrou a terceira Marcha das Margaridas,realizada em agosto de 2007, em Brasília, com a participação de 50.000 mulheres contra a fome, a pobreza, a violência sexista. O CMTR (PI) participou, ainda, da equipe de capacitação de educadoras, para trabalhar

com mulheres trabalhadoras rurais do Nordeste, do programa de formação de educadoras durante dois anos, e foi co-autora do livro *A Estrada da Sabedoria* na pessoa de Maria Aparecida Alves. A obra foi organizada pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste durante o ano 2006.

Encerrou-se o ano de 2007 com um seminário estadual sobre políticas públicas para as mulheres, com o objetivo de fortalecer a organização e participação da entidade. O evento contou com a presença de 80 mulheres dos municípios. Em seguida, realizou-se a assembleia do CMTR (PI) em torno do tema "empoderamento da trabalhadora rural nos espaços de poder" a fim também de prepará-las e encorajá-las para a participação político-partidária nas eleições de 2008.

A avaliação delas referente às ações desenvolvidas no ano de 2007 foi positiva, porque o CMTR(PI) se reanimou com a possibilidade de rearticular os grupos de trabalho, reabriu a sede que estivera, por algum tempo, quase fechada e contratou uma secretária e uma assessora técnica e contábil.

Nesse contexto, o CMTR (PI) ampliou sua parceria para além das organizações populares, como a Caritas, CPT, Cepes, dentre outras. Conta hoje com o apoio da Delegacia Regional do Trabalho, da Secretaria Estadual de Planejamento por meio do Programa de Combate à Pobreza Rural e do Programa de Saúde da Família vinculada à da Secretaria de Ação Social do Estado, e com o apoio da Coordenadoria Estadual de Direitos Humanos e Juventude. Quanto à Diretoria de Política para as Mulheres, o apoio se dá de varias formas: assessoria, parceria em determinadas atividades, divulgação dos eventos, infraestrutura para realização de encontros, dentre outras.

Em 2008, ano da conclusão da pesquisa de campo, comemoraram-se os 20 anos de caminhada do CMTR(PI). Participei de algumas atividades tanto durante a preparação, com assessoria nas oficinas nos municípios, quanto durante o seminário comemorativo, realizado de 7 a 9 de novembro de 2008.

A programação constou de 10 oficinas educativas nos diferentes municípios, nas quais se debateram temas que, segundo as mulheres, viriam contribuir para o *empoderamento* social, econômico e político. Para isso, no entendimento delas, seria necessária capacitação contínua sobre a participação na política, na economia e nas relações sociais. E ainda: como gerar mudanças na condição de vida de cada uma e de suas famílias. De acordo com uma das

mulheres, “hoje trabalhar o desenvolvimento sem a participação direta de nós, mulheres trabalhadoras rurais, é impossível”. Essa consciência, que é crescente nas trabalhadoras, manifesta-se nos relatórios e depoimentos, sobretudo, das participantes das oficinas municipais as quais nesse ano, aconteceram com 300 trabalhadoras rurais a discutir o tema “participação política, geração de renda e saúde da mulher.”(Lídia). Na fala de uma delas, é possível apreender o que elas pensam de si a esse respeito:

> A mulher hoje está preparada para participar. A vida inteira, em nossas famílias, passamos administrando o mínimo de recurso para suprir a necessidade dela. Demonstramos que sabemos administrar o dinheiro do PRONAF, quando o governo confiou e criou uma linha de crédito para nós, a dificuldade maior é que os homens do poder tem medo de nossa presença e dificultam ainda muito a nossa participação. (Hilda)

O CMTR (PI) buscou estimular, sobretudo nesse mesmo ano, a participação direta nos espaços de poder, disponibilizando seus nomes para candidatura nos respectivos municípios, bem como proporcionando informações básicas para vivenciarem o processo eleitoral de 2008. Buscou subsidiar a “construção do discurso e plataforma da campanha e a prática política, incorporando à busca do aperfeiçoamento da democracia, as perspectiva de gênero, raça e etnia” (CMTR (PI) RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE 2008). Ainda no mesmo ano, Maria Rosalina dos Santos, do município de Queimada Nova, a qual já havia sido candidata a prefeita no pleito anterior, conseguiu eleger-se vereadora pelo Partido dos Trabalhadores.

Durante a pesquisa de campo, constatei que, apesar das dificuldades, havia um clima de festa nesse período. Foram 10 meses de intenso diálogo e mobilização das mulheres, articulação de entidades parceiras, organização de infraestrutura para a comemoração de “20 anos de sonhos e realizações” do CMTR (PI). A ideia inicial das diretoras era mobilizar todas as mulheres que já haviam participado do Coletivo nas diferentes regiões, de modo a propiciar-lhes análise da sua história de luta e inclusão social e a estimular as mulheres e o movimento a partir dos grupos de base, enfim, a celebrar festivamente os 20 anos de caminhada. Então, foram convidadas para a comemoração 108 mulheres, lideranças rurais de 36 municípios das sete regiões do Estado, bem como representantes mulheres e homens das entidades parceiras do Piauí e da região Nordeste.

O seminário teve como tema geral “Mulher trabalhadora rural ontem e hoje”, ou seja, ênfase na vida das mulheres antes e do depois do movimento. Deu-se relevância também à temática da mão de obra escrava exportada pelo Piauí para outros Estados bem como para o

tráfico internacional de mulheres – realidade que merece atenção de todos os segmentos comprometidos com a defesa dos direitos humanos. Outro ponto de destaque na programação foi a análise da conjuntura social, política e econômica do país.

O evento – dinâmico e profundamente participativo – foi noticiado pela imprensa local como relevante na luta pela cidadania das mulheres trabalhadoras rurais do Estado e pela efetivação da democracia. O acontecimento contou com a participação de autoridades governamentais – sobretudo deputados e deputadas parceiros na caminhada do Coletivo – e as entidades parceiras mencionadas ao longo da tese.Em clima de muita alegria, encerrou-se o seminário com a noite cultural, cuja programação constou da homenagem por parte do Coletivo às pessoas ou entidades que foram destaque pela colaboração com o CMTR(PI) durante os 20 anos de caminhada. Dentre as pessoas homenageadas, ressalto Antonia Fernandes de Amorim (Suzana), uma das idealizadoras do Coletivo, a qual empresta seu nome à sede da entidade. Por fim, fez-se justa homenagem póstuma a Nazaré Flor[26], cantando-se a canção de sua autoria "Essa luta não é fácil, mas vai ter que acontecer, a mulher organizada tem que chegar ao poder".

E assim se foram duas décadas de muita luta, sofrimento e desafios que revelaram, sobretudo, a capacidade de resistência das mulheres na conquista da cidadania. A postura assumida depois do seminário comemorativo tem demonstrado que elas não estão acomodadas na conquista da autonomia financeira das trabalhadoras rurais; ao contrário, isso levou o Coletivo a, estrategicamente, priorizar para o triênio 2009-2012 a implantação e o acompanhamento de nove projetos de geração de renda nos municípios onde sua presença é mais atuante. Oficialmente o quadro de sócias continua em torno de 60. O CMTR(PI) atinge, diretamente pelas suas ações formativas, a média de 450 mulheres entre lideranças e grupos de base.

2.11 As principais demandas do CMTR(PI)

O Coletivo organizou suas reivindicações em torno de dois eixos: a luta contra o empobrecimento e exclusão social e a discriminação de gênero, que está associada à discriminação de raça/etnia e geração. Nesse sentido, as mulheres, por meio da entidade, se

[26] Liderança rural e poetisa, dedicou sua vida e suas poesias à causa da libertação da mulher e dos pobres no Ceará, no Nordeste, no Brasil e no mundo. Faleceu em 11 outubro de 2007.

empenharam, principalmente, em assegurar formação para as trabalhadoras rurais em diferentes aspectos: gênero, atuação política e sindical, gerenciamento e administração dos projetos, defesa e preservação do meio ambiente, saúde da mulher, direitos trabalhistas, previdenciários, dentre outros.

As demandas estão relacionadas: a) à reforma agrária – o título da terra, políticas públicas que favoreçam a permanência da família na terra, equidade de gênero no trabalho no campo, acesso ao crédito fundiário, desburocratização do acesso ao crédito para as mulheres –; b) à inserção das mulheres no sindicato, nos conselhos, na política partidária como espaço de promoção das mudanças sociais; c) à construção de estradas, água, luz, escola e saúde de qualidade; d) à documentação das trabalhadoras; e) à aposentadoria da trabalhadora rural aos 55 anos; f) à licença maternidade; g) à equiparação de salário; h) à formação profissional para as trabalhadoras e trabalhadores rurais; i) à segurança e ao combate à violência contra a mulher; j) à equidade de gênero na família e na sociedade; k) a políticas de preservação ao meio ambiente.

Assim, após duas décadas, o Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas, quer no campo financeiro, quer no campo político, nos conflitos internos, ou no campo do desenvolvimento de suas ações, continua reinventando formas de atuação em favor da cidadania para as mulheres. Há algumas conquistas relevantes citadas ao longo do texto, porém elas não esconderam os futuros desafios no processo de construção continuada da cidadania.

Ao delinear a história do CMTR (PI), percebe-se que as mulheres foram aos poucos desvendando os entraves para o exercício de sua cidadania e desencadeando ações que apontam para o enfrentamento das injustiças no âmbito cultural, tomando para si e para outras os direitos que competem a elas na condição de mulher e que as colocam na condição de sujeitos no processo de construção das mudanças sociais. De outra parte, porém, detectam-se ações de enfrentamento das injustiças socioeconômicas, as quais, associadas às injustiças culturais, levaram as mulheres trabalhadoras a invisibilidade política e a inacessibilidade aos direitos sociais o que tem causado sérios danos a sua cidadania.

Nesse sentido, o CMTR(PI) revelou-se um movimento que se diferencia em parte, na sua prática, das ações coletivas ocorridas na fase do regime político populista no Brasil, conforme demonstrado no capítulo anterior. Tal movimento difere também dos da década de 1970, que reivindicavam melhorias nas condições de vida, combatiam o regime militar, sem levar tanto em

consideração o reconhecimento de gênero, raça ou etnia. No entanto, difere também, em alguns aspectos, dos que na atualidade, segundo alguns autores, deslocam suas lutas para as questões do reconhecimento das identidades, buscando apenas o particular e os interesses imediatos. (GOHN, 2008).

Diante dessa referência empírica, no próximo capítulo, apresento teorias que possam explicar os fenômenos coletivos surgidos, sobretudo, a partir da década de 1980, e que se preocupam com os aspectos políticos e culturais dos movimentos sem excluir o aspecto da luta contra a desigualdade social. Assim, tais autores conseguem explicar a ação dos novos sujeitos sociais, não apenas a partir da estrutura e da ação das classes mas também do coletivo difuso formado de atores antes negligenciados. Poder-se-ia perguntar: quais as teorias que melhor explicam as demandas postas pelo Coletivo de Mulheres Trabalhadoras rurais do Piauí?

CAPÍTULO 3

CIDADANIA E GÊNERO: O DILEMA DA DOMINAÇÃO, EXPLORAÇÃO E EXCLUSÃO DAS MULHERES

Diante da hipótese de que a luta coletiva das trabalhadoras rurais por reconhecimento político e de gênero contribui para as mulheres conquistarem os direitos sociais e, consequentemente, fortalecerem a cidadania, ancoro minha discussão teórica em três eixos: cidadania, gênero e movimento social.

Neste capítulo, discuto cidadania e gênero. Cidadania como algo que, por muito tempo, vigorou como um conceito abstrato na vida das mulheres e, ao mesmo tempo, como *status* pleiteado por elas na busca de exercerem os direitos negados em razão da sua condição biológica e dos papéis socialmente atribuídos a elas. Já o gênero, discuto-o como elemento teórico que problematiza e explica os processos históricos, culturais e subjetivos pelos quais se constroem, se mantêm e se reproduzem as múltiplas formas de dominação e exploração das mulheres.

3.1 **Cidadania: um conceito abstrato na convivência social das mulheres**

No momento em que o CMTR (PI) traz para o centro de debate a cidadania das mulheres, ele está contribuindo, de certo modo, para que se revisem os parâmetros da igualdade e da justiça social. Isso porque, quando se fala em cidadania para as mulheres, torna-se evidente que houve e ainda há "processos peculiares e específicos que distinguem a sua cidadania em relação a cidadania de seus pares masculinos, a sua não inclusão no espaço social que começa a ser construído quando surge a figura masculina do cidadão no século XVIII" (MACEDO E AMARAL 2005, p 18). Tais autoras chamam a atenção também para a diferença não só em relação à exclusão dos direitos mas também aos deveres destinados às mulheres, por exemplo, a elas coube o dever de gerar e educar crianças para servirem ao Estado emergente. Dessa forma, excluí-las dos direitos civis, políticos e, posteriormente, dos direitos econômicos enunciados e atribuídos aos homens gerou realidade marcadamente estigmatizante para elas desde os primórdios da cidadania.

Sua exclusão do terreno da cidadania data desde o momento em que se forjou a ideia do cidadão ainda no mundo antigo, na realidade greco-romana. Segundo Guarinello, em seus estudos sobre a cidadania, nas cidades-Estado da antiguidade clássica,

> Embora a posição das mulheres variasse em cada cidade, em cada âmbito cultural, é fato que elas permaneceram à margem da vida pública, sem direito à participação política, restringidas em seus direitos individuais, tuteladas e dominadas por homens que consideravam o lar, o espaço doméstico, como único apropriado ao gênero feminino (GUARINELLO, 2003, p. 37).

A cidadania, portanto, estava diretamente relacionada ao masculino livre.

No século XVIII, sob o impacto das grandes transformações introduzidas pelo capitalismo, o debate sobre o tema "cidadania" ressurgiu no interior dos Estados nacionais. Mas, nessa época, a influência do iluminismo tornou possível nova abordagem das relações no espaço público, quando um conjunto de ideias filosóficas em defesa da igualdade entre os indivíduos propiciaram certo aperfeiçoamento nas relações no seio da sociedade, por meio da aplicação de princípios fundados mais na razão do que nos costumes (BOBBIO,1992). Um exemplo é o "contrato social" (comentado adiante) de Rousseau, que defendia a liberdade e a igualdade dos indivíduos. No entanto, não houve, por parte de muitos filósofos e revolucionários, o empenho com a mudança da condição social da mulher. Sorto (2009, p. 11), em seu artigo a *Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu sexagésimo aniversário*, diz:

> O Estado que emerge na modernidade é fulminado por essas ondas revolucionárias, que pouco a pouco formam os catálogos de direitos que aparecem em todas as Constituições contemporâneas. Se de um lado esse espaço estatal abre a possibilidade do diálogo permanente entre os pares da comunidade política; de outro, nega-se a muitos a fruição de direitos essenciais como a liberdade e a igualdade. Deste lado estão negros escravizados, pobres excluídos da política e da vida digna, mulheres privadas de todos os direitos. Não se pode dizer, pois, que a sociedade internacional sempre reconhecera o ser humano como detentor de direitos e obrigações. Reconhece-o como tal somente depois das tragédias bélicas do século XX. Aparece desta sorte a primeira declaração de Direitos da Humanidade, que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, só depois da II Guerra Mundial. Assim, a assertiva de que o 'homem' tem direitos é mesmo anterior à formação da sociedade estatal, mas a asserção de que pessoa tem direitos e obrigações reconhecidos universalmente é bem posterior.

Sorto não se detém à situação específica das mulheres, mas faz referência também a outros grupos excluídos, os quais, mesmo após a efetivação dos direitos, continuam a sofrer restrições:

> A recognição das referidas prerrogativas assegura no papel a condição de sujeito de direito da pessoa humana no marco internacional. Contudo, mesmo com a codificação de tantos direitos, outros tantos, porém, continuam negados na prática. Não é preciso ir longe para verificar isso, basta lembrar os problemas decorrentes da pobreza extrema na África e na América Latina, da imigração dos pobres para os países ricos, do subdesenvolvimento, dos deslocamentos forçados, da intolerância racial e religiosa. Além do mais, há problemas culturais presentes que decorrem da visão de mundo de determinadas sociedades, que enfatizam o relativo em detrimento do que é comum. De fato, aprofundou-se o relativismo cultural, que é a especificidade, em prejuízo do que é universal (SORTO, 2009, p. 12).

Com o advento da sociedade globalizada e com a quebra das fronteiras nacionais, multiplicaram-se as razões para o desenvolvimento do debate sobre cidadania a partir de diferentes concepções. Dentre outras razões, Cortina destaca uma como base em que se assentam as outras:

> [...] a necessidade, nas sociedades pós-industriais, de gerar entre seus membros um tipo de identidade na qual se reconheçam, e que os faça se sentir pertencentes a elas, porque é evidente que esse tipo de sociedade sofra de uma falta de adesão por parte dos cidadãos ao conjunto da comunidade, e sem essa adesão é impossível responder conjuntamente aos desafios que se apresentam a todos (CORTINA, 2005, p. 18),

Assim, hoje é comum se falar em múltiplas concepções de cidadania embasadas em diferentes correntes teóricas, tais como cidadania política, cidadania dos membros de um Estado nacional, cidadania transnacional, cidadania de comunidades supraestatais, cidadania cosmopolita, cidadania para uma república mundial (CORTINA, 2005). Diante dessa multiplicidade de expressões, pode-se afirmar que se trata de um conceito em expansão capaz de abrigar outros direitos exigidos por diferentes categorias dele excluídas.

A ideia da cidadania desenvolvida no âmbito do Estado nacional e como conceito em expansão tem em Marshall (1967) o célebre clássico, pois sua concepção a respeito de tal tema é ainda hoje considerada como referência. Ele esboçou uma concepção muldimensional, de modo a apresentar cidadania como um conjunto de direitos civis, políticos e sociais. Essa noção tem suas raízes na Revolução Francesa, de 1779, e na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, e se desenvolveu em momento privilegiado de vigência do Estado de Bem-Estar Social na Inglaterra.

Para ele, os direitos foram conquistados ao longo da história e são inseparáveis: “A cidadania é entendida como um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma

sociedade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e às obrigações pertinentes ao status" (MARSHALL, 1967, p. 76).

De acordo com Marshall, a cidadania é produto da história e das relações sociais. Nesse sentido, ela se constituiu na relação entre a sociedade e o Estado, de modo que o elemento civil congrega os direitos necessários à liberdade individual, ou seja, "liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça" (*ibid*, p. 66) – direitos conquistados no século XVIII. Na sequência, vem o elemento político, entendido como direito, conquistado no século XIX, de participar do exercício do poder político. Ambos os direitos, civis e políticos, receberam a denominação de direitos da primeira geração. O autor apresenta, em seguida, o elemento social, que, em resumo, se refere ao "direito a um mínimo bem-estar econômico, à segurança, ao direito de participar por completo na herança social e levar uma vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade". Aí também se situam os direitos econômicos, sociais e culturais – efetivados no século XX e chamados de direitos da segunda geração[27] .

A ênfase dada por Marshall à cidadania se associa à participação integral do indivíduo na comunidade política. Isso implica dizer que o cidadão deve participar do padrão de civilização em vigor e de sua herança social, ou seja, o indivíduo deverá ter acesso ao bem-estar e à segurança. O cidadão em Marshall transcende o mero portador dos direitos civis individuais nos quais insiste a tradição liberal e ultrapassa os direitos políticos, a participação política conforme assegura a tradição republicana; o cidadão tem assegurados os diretos sociais em caso de vulnerabilidade social. Neste caso, o Estado é responsável pelo reconhecimento de tais direitos a todos os cidadãos. Ao mesmo tempo, porém, existem prerrogativas que correspondem às obrigações dos indivíduos, ou seja, os deveres para com o Estado, dos quais nenhum indivíduo se deverá excluir. Nessa perspectiva, o exercício da cidadania implica não apenas o gozo dos direitos por parte dos indivíduos mas também o cumprimento dos deveres por parte do cidadão para com o Estado.

O modelo marshaliano pode contribuir para esta tese, porque concebe a cidadania como processo histórico possível de agregar outros direitos; porém mostra-se como limitado para abrigar as demandas por parte de parcela de determinados sujeitos excluídos da história. Em primeiro lugar, ao longo da história, a vinculação de alguns sujeitos ao espaço fora da

[27] Tossi (2008) fala dos direitos de terceira geração – os referentes à defesa do meio ambiente – e dos direitos da quarta geração – os referentes à defesa do patrimônio genético.

visibilidade política marcou significativamente a definição de esfera pública e, por consequência, a definição de cidadania, impossibilitando acesso igual para todos. Em segundo lugar, os direitos que compõem tal noção não foram passíveis de serem vivenciados da mesma forma nas diferentes realidades. No Brasil, por exemplo, a cidadania figurou, durante muito tempo, como concedida, sustentada pelas relações de mando e subserviência. A cultura política que daí originou-se foi a da política como cabide de favor, que retirava da pessoa o estatuto de cidadão (CARVALHO 2002).

A elaboração da noção de cidadania marshaliana se deu baseada na experiência histórica de países europeus nos quais o Estado de Bem-Estar estava em processo de consolidação. Além do mais, Marshall se apropriou do caráter universalizador dos direitos configurados dentro de um processo histórico, no qual havia uma concepção burguesa do direito que tinha como destinatário uma parcela privilegiada da sociedade, ou seja, cidadãos de *status* por ela reconhecido.

Assim, desde sua gênese, a cidadania de cunho liberal vem carregada de contradições, uma vez que, ao mesmo tempo, definiu o ser cidadão com um papel integrativo e definiu os excluídos do estatuto da cidadania. Como se pode observar, desde a origem, ela se tornou campo aberto para os conflitos, pois, em algum momento, os excluídos surgiriam, buscando a inclusão como cidadãos e cidadãs e denunciando a exclusão e as desigualdades. Eis a razão por que o modelo marshalliano é acusado de incluir apenas alguns sujeitos, deixando à margem aqueles que não tiveram seu *status* de cidadãos concedido, entre os quais as mulheres.

3.2 Uma visão da cidadania no Brasil

No Brasil, conforme enunciado anteriormente, não se consolidou a cidadania nos moldes da apresentada por Marshall. Entre os vários estudos sobre a consolidação brasileira, aqui destaco o de José Murilo de Carvalho, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, que retrata como se foi configurando esse fenômeno histórico ainda não vivido de modo igual por todas as pessoas.

Carvalho (2002) espelha-se no modelo marshalliano para iniciar um resgate histórico da cidadania no Brasil. De início, ele caracteriza a cidadania "um ideal que combina liberdade participação e igualdade para todos" (2002, p. 9). Do mesmo modo, ele identifica o que para

Marshall constitui o cidadão, ou seja, indivíduo pleno de cidadania é aquele que vivencia as três dimensões dos direitos: os direitos civis (direito à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei); os direitos políticos (direito à participação do cidadão no governo, direito de votar e ser votado); os direitos sociais (direito à educação, ao trabalho digno, à saúde e à aposentadoria, dentre outros, que proporcionam o bem-estar). O "cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos" e os "cidadãos incompletos seriam os que possuíssem apenas alguns direitos" (CARVALHO, 2002, p. 9). Nesse sentido, acrescenta Carvalho; "os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não cidadãos" *(ibid*).

Ao longo de tal percurso histórico, o autor se depara com uma condição peculiar de cidadania desenvolvida em nosso país: o processo de sua chegada aqui, não resultou de conquista dos cidadãos, e sim de concessão dos governantes – uma das diferenças fundamentais entre a cidadania conceituada por Marshall e a estabelecida no Brasil. Os ingleses, por sua vez, asseguraram primeiramente os direitos civis, posteriormente os políticos e os sociais. A sequência configurada por Marshall e a distância cronológica entre a efetivação de um direito e outro deixam margem para se entender que a conquista de um direito tinha relação direta com o exercício pleno do outro (CARVALHO, 2002, p.9-11). Portanto, a cidadania se assenta sobre um tripé de direitos: civil, político e social.

Já, no Brasil, segundo o mesmo autor, inverteu-se a relação na ordem dos direitos, o que talvez nos tenha deixado em desvantagem em relação aos cidadãos ingleses ou nos faça duvidar da cidadania, considerando a inglesa como padrão ideal de cidadania. A verdade é que aqui aparecem primeiro os direitos sociais, nos anos 1930, implantados no momento de limitação e "sério recuo" dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por Getúlio Vargas. Esse presidente conseguiu conciliar um sistema ditatorial e, ao mesmo tempo, popularidade junto às massas graças à concessão dos direitos no campo social, sobretudo, relacionados às leis trabalhistas, além de outros benefícios sociais concedidos de forma clientelista aos trabalhadores brasileiros, o que lhe conferiu o título de "pai dos pobres". Isso, na interpretação do autor, contribuiu para o desenvolvimento de um Estado clientelista como forma compensatória para ausência dos direitos civis e políticos e para sustentação do autoritarismo no Brasil, no pós-1930 (CARVALHO, 2002, p. 110-126). Como se percebe, no Brasil, a cidadania, a princípio, não coube aos indivíduos que a demandavam, mas ao Estado que a concedia a seus aliados.

Ao meu ver, tal fenômeno gerou uma cultura de dependência e contribuiu para uma espécie de hierarquia no uso dos direitos no Brasil, mas, ao mesmo tempo, provocou o desencadeamento dos processos de luta por parte dos segmentos excluídos, no sentido de conquistar os direitos concedidos aos outros, por exemplo, o que desenvolvo no primeiro capítulo deste trabalho, em relação aos movimentos sociais no campo. No meio rural, pode-se perceber, de modo mais acentuado, ao longo de todo o percurso histórico dos movimentos sociais, que os que detêm o poder, o capital e o saber ficam de um lado: podem exercer e acessar os direitos; já os desprovidos de tudo, ficam do outro lado à espera das benesses que eventualmente sejam concedidas pelo lado de lá, em especial em tempo de eleições. A situação em que se edificou a cidadania brasileira, portanto, dificulta tomar a ordem cronológica da geração de direitos como parâmetro para analisar a luta por cidadania das trabalhadoras rurais.

Uma vez que a ausência dos direitos de cidadania no Brasil faz parte da raiz histórica do país, segundo Carvalho (2002), os elementos necessários que poderiam gerar um Estado de cidadãos estão ausentes desde a passagem do período colonial para independência. No entendimento do referido autor, o conjunto dos direitos civis, políticos e sociais praticamente inexistiu com a independência política. O fato de ter sido feita sem a eliminação da escravidão trouxe graves prejuízos aos direitos civis. O cerceamento do voto dos analfabetos, 59 anos depois da proclamação da independência, resultou no retrocesso dos direitos políticos. (CARVALHO, 2002, p 17-39). Daí, somente os mais abastados e os letrados estavam aptos para participar do processo político nacional e dos grandes acontecimentos, em detrimento da participação da maioria.

Só por volta dos anos de 1940, os direitos civis e políticos foram assegurados por um governo militar, do general Eurico Gaspar Dutra. Com a promulgação da nova *Constituição* em 1946, o país entrou em uma fase "que pode ser descrita como sua primeira experiência democrática" (CARVALHO,2002, p. 127). Nesse período, deu-se ênfase aos direitos civis e "políticos"; vale ressaltar, porém, que apesar de assegurados os direitos políticos, em 1947, cassaram o registro do Partido Comunista, que passou a agir ilegalmente. Ainda assim, um desenho de cidadania parecia evidenciar-se no Brasil, pois, uma vez garantidos os direitos sociais, civis e políticos, estava posto o tripé da cidadania marshalliana, embora a ordem da efetivação dos direitos houvesse sido inversa.

O que teria faltado, então, para, de fato, haver-se concretizado aqui um processo democrático e assegurado o pleno exercício da cidadania? Conforme Carvalho, o mais grave estava no fato de não ter havido a participação de um povo organizado no processo de construção da cidadania. Tudo foi feito de acordo com a conveniência dos governos em cada período. Assim, a cidadania no Brasil, durante muito tempo, soava para os cidadãos não como direitos adquiridos, mas como dádiva. Em 1964, por exemplo, os direitos civis e políticos foram cerceados em virtude das medidas repressivas do golpe militar, mas, ao mesmo tempo, de acordo com Carvalho, "os governos militares investiam na expansão dos direitos sociais" (CARVALHO, 2002, p. 170). Na interpretação do mesmo autor, do ponto de vista da cidadania, o governo dos militares levou em conta a manutenção do "direito ao voto combinado com o esvaziamento de seu sentido e a expansão dos direitos sociais em momento de restrição dos direitos civis e políticos" (*ibid*). Percebe-se, diante do jogo dos governos brasileiros com relação à concessão e a retirada dos direitos, que os cidadãos não eram suficientemente capazes de assegurar a consolidação da cidadania dentro do processo democrático, pois havia poucas organizações da sociedade civil fortes e capazes de refrear o curso do golpe militar:

> A distribuição dos benefícios sociais por cooptação sucessiva de categoria de trabalhadores para dentro do sindicalismo corporativo, achou terreno fértil em que se enraizar. Os benefícios sociais não eram tratados como direitos de todos, mas como fruto de negociação de cada categoria com o governo. A sociedade passou a se organizar para garantir os direitos e os privilégios distribuídos pelo Estado. A força do corporativismo manifestou-se mesmo durante a Constituição de 1988. Cada grupo procurou defender e aumentar seus privilégios (CARVALHO, 2002, p.223).

A falta de organizações autônomas na sociedade no período que precedeu a Nova República de 1988 fez os interesses cooporativos prevalecerem, pois cada grupo buscava defender seus interesses frente ao Estado, razão pela qual, não foi possível sustentar os avanços democráticos conquistados até 1964.

Com a queda do regime militar, os direitos civis estabelecidos anteriormente foram resgatados, embora muito poucos tenham tido acesso a todos os direitos. Diante de certa estabilidade democrática a partir de 1985 e da elaboração da *Constituição* de 1988, os direitos políticos adquiriram amplitude ainda não experimentada no país, porém permaneceu o grande fosso entre a formalização dos direitos e a desigualdade social agravada pelo desemprego e a miséria da grande maioria da população; percebeu-se um agravamento em relação aos direitos civis quanto à segurança individual, (SOUZA, 2006).

Assim, concluo essa reflexão em que Carvalho (2002) traz grande contribuição para ajudar a compreender os limites da cidadania no Brasil e, ao mesmo tempo, mostrar que são diferentes os caminhos para a conquista e os graus da cidadania, a qual é um fenômeno inacabado, a ser construído, pois longe está de que todos os grupos e categorias estejam contemplados em suas necessidades específicas. No entanto, Marshall (1967) não se preocupou com questões específicas de determinados grupos sociais, como as mulheres. Pode-se perceber que a cidadania conceituada por ele tem na figura do masculino o destinatário por excelência: tanto nos grupos organizados reivindicando direitos, como no caso da massa trabalhadora na Inglaterra, quanto na concessão dos direitos por parte do Estado, como no caso brasileiro, está, em primeiro lugar o homem.

Por conseguinte, mesmo me valendo de tal concepção como referência para discussão, fazem-se necessários outros posicionamentos teóricos para chegar mais próximo do meu objeto de estudo. Recorro, então, ao de Dagnino (1994), que chamou "nova cidadania" o enfoque de cidadania proximo das demandas das trabalhadoras, porque se baseia nas ações dos movimentos sociais no Brasil por direito a ter direitos. Essa foge aos padrões de cidadania que se configurou com os direitos prontos e acabados e passa a ser construída, tendo como referência a luta contra as desigualdades sociais, contra as discriminações e todas as formas de violência. Assim, ela irá tomar forma de acordo com as necessidades ou demandas postas pelos diferentes sujeitos.

Nessa perspectiva, os movimentos sociais estão ligados às possibilidades de mudanças sociais na medida em que modificam práticas, sentidos e expectativas que incidem nas relações sociais, transformando-as. O gênero a respeito do qual trato logo a seguir significa um elemento capaz de clivar a noção formal de cidadania. Gênero e cidadania se imbricam como conceitos em expansão. O gênero termina por ampliar, influenciar positivamente – do ponto de vista dos que antes estavam excluídos – o conceito de cidadania.

A autora apresenta a "nova cidadania", atribuindo-lhe um caráter de "estratégia política" a qual permite a condição de responder a um conjunto de interesses, desejos e aspirações de grupos sociais antes não contemplados no bojo da cidadania formal. Essa nova cidadania está intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais na luta pela efetivação da democracia e "expressa o novo estatuto teórico e político que assumiu a questão da democracia em todo o mundo, especialmente a partir da crise do socialismo real" (DAGNINO, 1994, p.

104). Por consequência, associa-se às experiências de construção dos espaços públicos por diferentes sujeitos sociais e políticos, tendo como base a própria sociedade.

Ao tratar da temática "sociedade civil e a construção de espaços públicos", Teles (1994) aproxima sua reflexão da concepção de cidadania trabalhada por Dagnino**:**

> A noção de direitos e cidadania não diz respeito apenas às garantias inscritas nas leis e instituições. [...] os direitos dizem respeito, antes de qualquer coisa, ao modo como as relações sociais se estruturam. Assim, seria possível dizer que, na medida em que são reconhecidos, os direitos estabelecem uma forma de sociabilidade regida pelo reconhecimento do outro como sujeito de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legitimas. [...] os direitos operam como princípios reguladores das práticas sociais definindo regras das reciprocidades esperadas na vida em sociedade através da atribuição mutuamente acordada (negociada) das obrigações e responsabilidades, garantias e prerrogativas de cada um dos indivíduos (TELES, 1994, p. 91-92).

Desse modo, as transformações ocorridas no âmbito do Estado e da sociedade civil produziram novas relações, de maneira que o antagonismo e o confronto que caracterizavam as relações entre Estado e sociedade civil, em período recente, perdera espaço para a postura que tem apostado na possibilidade de atuação conjunta, com a participação efetiva desta última. Dagnino (2002, p.139), ao discorrer sobre as mudanças ocorridas na sociedade brasileira, afirma:

> Com o processo de democratização, abriu-se a possibilidade de um maior diálogo do Estado com as organizações da sociedade, obrigando-as a não apenas criticar as orientações políticas dos governos, como também se envolver na elaboração de políticas públicas. Por outro lado, o aparelho estatal, enclausurado na tecno-burocracia, viu-se obrigado a justificar suas ações e abrir canais para incorporar cada vez mais demandas sociais.

A nova cidadania funda suas raízes em três fatores que constituem sua base emergencial. O primeiro são os movimentos sociais urbanos e rurais na luta por direito a ter direitos: tanto o direito à igualdade quanto o direito à diferença, considerando-se gênero e etnia. O segundo diz respeito à experiência concreta dos movimentos sociais que agregaram cumulativamente ênfase mais ampla na construção da democracia em extensão e profundidade. O terceiro e último fator refere-se ao fato de que essa noção de cidadania organiza uma estratégia de construção democrática, de transformação social que "afirma um nexo constitutivo entre as dimensões da cultura e da política", ou seja, a nova cidadania "incorpora características das sociedades contemporânea, como o papel das subjetividades e a emergência de sujeitos sociais de novo tipo e de direitos de novo tipo" (DAGNINO, 1994, p. 104).

Diante do exposto, pode-se entender cidadania como um conceito em expansão no qual vêm sendo acoplados novos direitos a partir das demandas surgidas no âmbito dos movimentos sociais que, por sua vez, nascem das ações coletivas.

Assim, a luta das mulheres consegue manter gênero e cidadania em estreita relação: quanto mais gênero se aproxima de cidadania, mais o conceito desta se larga, de modo a abrigar determinadas demandas provenientes de grupos marginalizados de mulheres.

No Brasil, as mulheres em movimentos, sobretudo após a consolidação do movimento feminista, foram responsáveis por grandes mudanças na noção clássica de cidadania. Elas não só têm conseguido incorporar novos direitos e o número de participantes da cidadania, como também conseguiram influenciar a natureza dos direitos exercidos e a própria concepção de cidadania. Tomo como exemplo a *Constituição* brasileira de 1988. Essa contou, durante o processo de elaboração, com significativa participação das mulheres de todo o país, no sentido de fazer valer, na *Constituição,* o princípio de igualdade entre homens e mulheres, até então, ausente dos dispositivos normativos.

Hoje, elas, além da inclusão de grupos e da expansão da cidadania, exigem sua redefinição em direção aos vínculos e raízes sociais e vêm questionando a dimensão jurídico-estatal exclusiva com as respectivas formalizações abstratas e niveladoras das desigualdades (SILVA, 1999). Isso implica, necessariamente, recriar outra cultura de cidadania capaz de dialogar nos espaços organizados da sociedade e de modo mais relacional.

No Brasil, no conjunto das mudanças socio-históricas em relação à ressignificação da cidadania e à reconstrução da sociedade civil, está o processo constitutivo dos novos sujeitos e atores sociais responsáveis pela ampliação e diversificação das formas de organização política que vêm fortalecer uma sociedade civil organizada a partir de diferentes atores sociais.

Colocar os direitos na ótica da sociedade não significa negar a importância da ordem legal e da "armadura institucional" que deve garantir a cidadania e a democracia, pois as desigualdades e opressões nas relações de gênero são fenômenos sociais que demandam intervenções públicas de caráter estrutural. Nesse sentido, o Estado se constitui em instância privilegiada na implementação da justiça e do bem-estar.

Pelo visto, o CMTR(PI) carrega essa nova semente cultural de cidadania, porque propõe a cidadania relacional e integrativa de diversas carências, engendrada por questões, como

sexualidade, subjetividade, dentre outras, e não mais esconde dimensões de gênero, etnia, geração.

3.3 Gênero: um conceito que explica as contradições nas relações sociais e ressignifica a cidadania.

A construção teórica clássica e a história da cidadania no Brasil evidenciam a exclusão das mulheres no campo dos direitos, porém não são suficientes para abordar as questões de ordem cultural nas relações patriarcais de sociedades androcêntricas,[28] que prevaleceram durante séculos, marcando negativamente a história das mulheres. Nesse campo, para compreender melhor o processo de dominação e exploração, discriminação, exclusão e opressão das trabalhadoras rurais, valho-me do feminismo como teoria crítica que propõe analisar os processos históricos materiais, culturais e subjetivos que mantêm a mulher subordinada ao homem como condição natural, dificultando o acesso aos espaços de construção dos direitos e, conquentemente, da cidadania. Para Saffioti, "não há de um lado, a dominação patriarcal e, de outro a exploração capitalista", ou seja, não há separadamente exploração e dominação. É, sim, possível separar para efeitos analíticos, porém a associação de ambas é que provocam o distanciamento das mulheres do exercício pleno da cidadania. (SAFFIOTI, 2001, p.25)

Nas últimas décadas, os estudos sobre as mulheres têm demonstrando que estas, por meio de suas ações coletivas, interpelam a noção clássica da cidadania a qual se imbrica com o conceito de gênero num processo de ressignificação da cidadania pela inclusão de novos direitos (SILVEIRA, 1999).

A produção acadêmica sobre a condição de dominação, opressão e exploração das mulheres resultou, nas últimas décadas, em diversas referências (epistemológicas, metodológicas e conceituais) a influenciar a produção do saber nos vários campos das ciências sociais e áreas afins (FERREIRA DA CRUZ, 2008). Assim, torna-se difícil definir ou expor, de forma acabada, o que é ou em que consiste a teoria crítica feminista. Eis a razão por que trago, de maneira sucinta, algumas concepções e conceituações elaboradas pelas feministas e, em seguida,

[28] Androcentrismo designa um sistema de pensamento centrado nos valores e identidades masculinos, no qual a mulher é vista como desvio à norma, tomando-se como referência o masculino.

lanço mão daquelas que considero fundamentais para melhor compreender o CMTR(PI) na luta contra a dominação e a exploração das mulheres em busca da cidadania.

Do ponto de vista histórico, o feminismo começou a romper com os discursos e situações de dominação primeiro nos Estados Unidos e na Europa, de modo especial na França, Itália e Espanha, países onde já estava consolidado desde meados do século XIX. No Brasil, o movimento e a produção teórica se consolidaram mais recentemente, na segunda metade do século XX (BANDEIRA, 2000). Essa autora apresenta as diferentes nuances do feminismo, distinguindo três períodos históricos:

a) o primeiro toma como referência a organização das chamadas pioneiras. Compreende os 100 primeiros anos de luta das mulheres (de 1850 a 1950). Nesse período, a luta se dava em torno, principalmente, do acesso à instrução e do direito ao voto. No cotidiano da fábrica, lutavam por melhores salários, exigiam diminuição da jornada de trabalho e a melhoria das condições no espaço profissional. Eram as chamadas feministas igualitárias;

b) o segundo compreende meados de 1960 a 1980, denominado de período contemporâneo do movimento feminista, no qual se destacaram as conquistas de novos territórios de luta, de mais visibilidade das mulheres, de reconhecimento e legitimidade social. Neste mesmo período, emergiu um feminismo heterogêneo e plural, acentuaram-se, de modo especial, as configurações dos espaços institucionais e acadêmicos conquistados pelas mulheres, aumentaram as tensões pelas diferentes maneiras de pensar dentro do próprio movimento e surgiram os primeiros estudos que utilizavam a categoria “gênero”;

c) o terceiro período abrange os anos de 1990, quando se resgatou a importância da reflexão que o pensamento feminista provocara, de modo particular quanto às mudanças nas formas de produção do conhecimento e de representação da realidade a interferir na construção da teoria social, nas relações inter e intrassubjetivas e nas relações entre indivíduos e sociedade. Ao mesmo tempo, socializou-se em vários domínios, a incorporação da categoria “gênero”.

Do ponto de vista teórico, Scott (1995) sintetizou três posições teóricas na análise de gênero: a) a primeira se relaciona à abordagem patriarcal, que se concentra na questão das desigualdades entre os sexos, reconhecendo o masculino como dominante; b) a segunda é a posição teórica das feministas marxistas, que se concentra nas desigualdades de gênero como aspecto importante da diferenciação dos sexos, porém aposta na possibilidade de encontrar uma explicação material para as desigualdades gênero. Esta posição situa-se no seio da tradição

marxista e procura manter um compromisso com as críticas feministas; c) a terceira posição está dividida entre o pós-estruturalismo francês, sublinhando o papel central da linguagem na comunicação, interpretação e representação de gênero, e as teorias anglo-americanas das relações sociais, que enfatizam a influência da experiência concreta da criança com as pessoas que cuidaram dela. Essa última posição busca inspiração nas escolas da psicanálise, na tentativa de explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

No primeiro grupo de orientação teórica, o patriarcado, as estudiosas centram sua atenção na subordinação das mulheres pelos homens e encontram explicações para isso na necessidade de o homem dominar a mulher. Mary O' Brien (1981), baseando-se em Engels, define a dominação masculina como "um efeito do desejo dos homens de transcender a sua alienação dos meios de reprodução da espécie". Para a autora, o "principio da continuidade de geração restitui a primazia da paternidade e obscurece o trabalho e a realidade social do labor das mulheres no parto". Nessa perspectiva, a fonte de libertação das mulheres estaria "numa compreensão adequada do processo de reprodução", ou seja, na consideração valorativa da contradição entre a natureza do seu trabalho reprodutivo e as mistificações ideológicas que fazem os homens em relação a tal trabalho. (O'BRIEN, 1981, p. 10-12). Associando, nesse contexto, o pensamento de Firestone (1970) e de O'Brien, dir-se-ia que a reprodução humana seria como uma "amarga armadilha" para manter a mulher subordinada. Enquanto, para umas feministas, a chave da dominação no patriarcado era a reprodução, para outras, estava na sexualidade em si. Em tal concepção, a sexualidade seria para o feminismo o que o trabalho era para o marxismo, ou seja, o sexo é o que pertence realmente à mulher, é o que a faz ser como ela é. Nessa compreensão, a reificação sexual é o processo primário da sujeição das mulheres. Daí procede a afirmativa de que a fonte "das relações desiguais entre os sexos, é afinal de contas, as relações desiguais entre os sexos (MACKINNON, *apud* SCOTT,1995). Em outras palavras, as desigualdades nas relações internas no sistema das relações entre homens e mulheres se reproduzem no conjunto das relações sociais. A solução, pois, seria a elaboração de novas formas de conceber a organização social e familiar fora do esquema binário que opõe os dois sexos, renovando, assim, as noções de identidade das mulheres.

A teoria do patriarcado trouxe grande contribuição ao estudo sobre as mulheres e as relações sociais com base material na relação hierárquica entre homens, o que os habilita a controlar a mulheres. Segundo algumas, feministas o limite dessa teoria está no fato de ela

universaliza relações e consequentemente naturaliza as desigualdades, no entanto, Saffioti (2005) está de acordo com que os estudos sobre mulheres não devam ceder todo o espaço aos estudos de gênero, sob pena de se perder a maior parte do vivido por elas. Alegando registro muito recente de sua história, Saffioti defende a possibilidade de juntar as teorias de gênero e patriarcado, ou seja, para a autora "é absolutamente imprescindível que a trajetória das mulheres seja descrita para que haja empoderamento social das mulheres" (SAFFIOTI, 2005, p.40).

No segundo grupo – feminismo marxista –, a teoria constituiu sua história enraizada na luta entre as classes que, a seu modo, objetivavam constituir sociedade sem classe. As teóricas dessa corrente recorreram ao marxismo que daria base ao movimento feminista no início do século XX, por conseguinte teriam uma teoria fundada nas formulações de Marx e Engels, as quais proporcionariam estudar as relações sociais e as lutas femininas na história. A justificativa para isso residia no fato de que Marx e Engels haviam mostrado que as "estruturas da família podem mudar e que a economia é o motor das mudanças. Ambas, família e economia, romperiam os impedimentos das desigualdades femininas" (BONNICI, 2007, p. 105). Mitchell (1971), no seu livro *Women's Estate*, parte da dialética entre as regras da produção econômica e as contingências do processo de reprodução da espécie humana, para explicar a situação da mulher na sociedade. Segundo a referida a autora, a dialética "produção/reprodução" define o lugar ocupado pela mulher na sociedade de classe (MITCHELL,1971, p. 99), mas o marxismo não dá conta do entendimento das diferenças sexuais e seus componentes psíquicos. Desse modo, embora a contribuição da teoria do feminismo marxista seja relevante para estudar as desigualdades sociais, no entendimento de Mitchell, a psicanálise como ciência do inconsciente é que fornecerá a chave teórica para compreender as diferenças sexuais. (*Ibid*, p.166-167).

Hartsock (1983), referindo-se à proposição teórica fundamentada na tradição marxista, denomina-a de materialismo histórico especificamente feminista. Nesse sentido as feministas defensoras de tal posição teórica se servem da proposta teórica de Marx como ponto de partida para suas análises. Assim, não levam em conta que a visão correta da sociedade de classes é avaliável apenas considerando-se a posição das classes na sociedade capitalista. Por tal razão e por se tratar de sujeitos heterogêneos, a teoria de cunho marxista só consegue dar conta de algumas experiências vividas pelas mulheres nas relações sociais. Assim, apesar da significativa contribuição do feminismo marxista, é necessária visão mais acurada do mundo social e elaboração de esquemas mais adequados para se descreverem todas as realidades. Enquanto as

teóricas do patriarcado ficam presas ao sistema das diferenças sexuais como base para sua análise, as do marxismo se fixam no modo de produção para explicar as relações de gênero. Segundo Lovell (1997), o marxismo evidencia o registro da família e do lar quanto ao seu papel na produção da vida material, na transmissão do pertencimento de classe e propriedade, porém não se dá conta de que na família se processam as formas de opressão sexual, a violência contra a mulher, a dominação sexual, o controle e a regulação da sexualidade e da identidade de gênero. Hartmann (1976), em seu livro *Capitalism, Patriarchy*, procurou demonstrar a necessidade de considerar que o patriarcado e o capitalismo, embora sejam sistemas separados, interagem; no entanto, ao desenvolver os seus argumentos, a autora mostra a causalidade econômica como prioritária na explicação das origens e das transformações de sistemas de gênero.

No terceiro grupo – a abordagem teórica feminista pós-estruturalista –, a teoria revela a preocupação de algumas feministas encontrarem novos sistemas de pensar e apreender os fatos, de modo que se permita desligar o feminismo tanto do pensamento do humanismo racionalista liberal do qual se originou quanto de conceitos essencializantes, como o conceito de "patriarcado" ou da própria categoria "mulher". Só assim o feminismo pôde também se beneficiar do pensamento plural, da articulação com as teorias pós- estruturalistas (AMARAL E MACEDO, 2005). Nesse aspecto, a abordagem em tela apresenta, como ponto de partida para sua proposição teórica, a negação das generalizações presentes na investigação tradicional, nas ciências humanas e na filosofia. Nicholson e Fraser (1990), por exemplo, procuram formular uma articulação positiva entre o discurso político do feminismo e o do pós-modernismo; defendem a articulação entre o "antifundacionalismo filosófico", defendido por Lyotard (1989) em sua obra *A condição pós-moderna*, e as políticas feministas. Conforme se percebe, o feminismo como movimento assumiu a mesma postura do pensamento pós-estruturalista de questionar o pensamento iluminista, que assenta suas bases em dicotomias hierarquizantes, como racionalidade - irracionalidade, sujeito - objeto, natureza - cultura, corpo - mente as quais desde sempre, relegaram a mulher ao estatuto de inferioridade em relação ao homem.

Diante do exposto, pode-se estabelecer algumas diferenças entre o feminismo moderno e o feminismo pós-estruturalista. A primeira diferença relaciona-se à rejeição do sujeito como entidade ontológica unitária. Segundo Irigaray (1992), "toda e qualquer teoria do sujeito foi sempre apropriada pelo masculino" (IRIGARAY, 1992, p.133). Daí, torna-se profundamente difícil pensar uma teoria do sujeito que inclua o feminino. A segunda diz respeito ao modo como

o pós-estruturalismo rejeitou a existência da verdade única, razão por que se baseou na pluralidade de saberes e de perspectivas, a qual se assenta na tolerância dos outros e promove a heterogeneidade e a diferença. A terceira diferença envolve a polêmica entre a acusação feita ao feminismo pós-moderno e a defesa dessa acusação. O feminismo tradicional acusa o pós-moderno de esvaziá-lo de sua dimensão política. No entanto, mesmo as feministas que se declaram pós-modernas e usam essa teoria para pensar as questões de gênero, advertem para a necessidade de enquadrar os seus discursos em projeto político sem o qual o feminismo perderá o sentido. (BRAIDOTTI, 1994, *apud* MACEDO E AMARAL 2005).

Portanto, quanto às concepções teóricas feministas, permito-me concluir, não há uniformidade, o que dá margem a diferentes enfoques na leitura da realidade das mulheres. Entretanto, independentemente de concordâncias e divergências, o mais importante é que, no seio desse movimento político, se deu a origem do gênero como categoria de análise capaz de possibilitar uma releitura histórica dos processos, relações e estruturas sociais.

Para este trabalho especificamente, é relevante o uso do gênero como categoria abrangente que abrigue a análise das causas centrais de dominação presente no primeiro grupo feminista bem como as enraizadas na configuração do feminismo cultural. Nessa perspectiva, gênero será tomado para pensar o sujeito social mulheres, lidar de modo relacional com suas experiências, sem dissociar os aspectos de dominação relacionados ao trabalho, à classe (o que influencia fortemente o *status* de cidadania) e aos padrões culturais de sociedade androcêntrica (que justifica a dominação sobre as mulheres em razão de sua condição biológica). Em outras palavras, as noções presentes na configuração de gênero buscam compreender tal dominação expressa tanto na dimensão da assimetria sexual, hierarquia, subordinação, opressão, de um lado, quanto na desigualdade e exclusão social, do outro.

As relações de gênero como construções socais focalizam mulheres e homens em seus contextos socioculturais, o que é uma interpretação recente. No debate sobre tal conceito, há defensoras da ideia de que o significado da frase de Simone de Beauvoir “não se nasce mulher torna-se mulher”, escrita em seu famoso livro o *Segundo Sexo* (1949), tenha lançado a semente da interpretação do gênero como construção social. A partir de então, o feminino e o masculino – antes entendido como condição natural e biológica – passaram a ser pensados como construção sociocultural. Assim, o gênero adquiriu novo conceito na produção de novos conhecimentos.

Segundo Saffioti (2005), os primeiros estudos a mencionar "gênero" datam do ano de 1968, mas, só a partir de 1975, com os escritos de Gayle Rubin, nos quais a autora faz uma definição preliminar sobre o sistema sexo (mais ligado ao biológico) e gênero (mais ligado à construção dos papéis sociais), é que se fortaleceu o uso do gênero como conceito nas ciências sociais. Rubin, refere-se ao sistema de sexo/gênero, como um conjunto de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e no qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas (RUBIN, 1993).

No Brasil, sobretudo a partir da década de 1980, quando-se intensificaram as produções acadêmicas sobre mulheres (mas direcionadas ao caráter relacional do feminino e do masculino), difundiu-se significativamente o uso do gênero como conceito. Dentre tantas, cito BANDEIRA (2002), SOUZA-LOBO (1987), COSTA e BRUSCHINI (1992) CASTRO e LAVINAS (1992), SAFFIOTI, (1992) e SORJ (1992). Desde então, o termo "gênero" transformou-se em campo rico de exploração e de produção teórica, acrescido de outros significados. Assim, pode ser entendido como relação de poder (Scott, 1990), maneira de existir no corpo, campo de possibilidades culturais reinterpretadas mediante as relações sociais de poder e segundo Saffioti (1990), construção sociopolítica e cultural em que a opressão de gênero passa pelo caráter de classe, raça e etnia .

Tais concepções contribuem para se compreender a luta das mulheres do CMTR (PI), as quais, para avançar na conquista dos direitos sociais, precisam necessariamente vencer a discriminação pelo fato de serem mulheres. Só assim, elas poderão contribuir, de forma autônoma, com o processo de efetivação da democracia, por meio do exercício de seus direitos e do cumprimento de seus deveres.

A contribuição de Scott (1990), para se compreender o objeto de estudo sob a perspectiva de gênero, está no fato de a autora localizar o gênero historicamente em várias direções, a do simbolismo de gênero, a da normatividade social, e da dimensão política – nesta, pode-se considerar gênero na divisão social do trabalho como elemento definidor das relações de dominação. Desse modo, o entendimento de gênero é realmente importante, porquanto ajuda a compreender a transformação buscada pelas trabalhadoras rurais e a perceber as mudanças das mulheres em sujeito político.

A leitura das relações sociais sob a ótica de tal conceito proporcionou a conscientização dessas mulheres em relação às desigualdades e às discriminações impostas pela sociedade

patriarcal e as estimulou a enfrentar não só as normas escritas em forma de leis, questionando-as e exigindo novos direitos, mas também as normas sustentadas pelos valores de tradições e costumes. Assim, puderam coletivamente postular uma cultura de relações iguais com respeito às diferenças e a quebra dos padrões de representações nos quais o homem era a figura central.

Conforme Scott (1995, p.11), "mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único", uma vez que as relações construídas sobre as diferenças envolvem elementos, como as relações econômicas, a organização do trabalho, as relações de poder, os sistemas de poder, as instituições normativas, os símbolos culturais e a identidade subjetiva, aspectos que estão relacionados entre si.

Nessa mesma direção, encontrei apoio teórico em Souza Lobo (1987) segundo a qual o olhar de gênero é um modo de interrogar as práticas sociais em momentos históricos e sociedades distintas. "Os estudos sobre relações de gênero remetem a hierarquias, e nesta medida, estão questionando também as figurações de poder nas sociedades" (LOBO, 1987, p. 82). Em consonância de pensamento, Saffiotti (1992, p. 187) corrobora as percepções anteriores quando afirma que, como o gênero é relacional, quer enquanto categoria analítica, quer enquanto processo social, o conceito de relações de gênero deve ser capaz de captar a trama das relações sociais na qual as de gênero têm lugar e as transformações historicamente por elas sofridas pelos mais distintos processos sociais. Com essa abordagem, Saffioti permite inscrever a perspectiva de gênero em diferentes espaços e contextos, considerando não só as relações intergênero mas também as relações interétnicas, inter-raciais e interclasses. E mais: bem como enfatiza, ao mesmo tempo, os processos de dominação nos quais tal imbricação está envolvida. Isso é relevante, sobretudo, para analisar a realidade da mulher trabalhadora rural, nordestina, piauiense na qual as desigualdades sociais se traduzem, sobretudo, pelas marcas de raça, de gênero e de classe. Pelo exposto disponho de um leque significativo de pontos de vista teóricos com os quais posso mesclar a minha análise, porém prefiro enfatizar o par "gênero e patriarcado" como sugere Saffioti, (2005). Na próxima seção procuro demonstrar alguns aspectos da construção desigual dos papéis sociais para homens e mulheres.

3.4 A construção desigual dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres

Um olhar atento para a história e para as relações sociais permite constatar que homens e mulheres não ocupam posições iguais na sociedade. A desigualdade nas relações culminou na dominação daqueles e submissão destas. Tal realidade de dominação tornou-se a característica que permeia a relação entre eles. Tanto a desigualdade quanto a dominação e submissão foram, ao longo dos séculos, praticadas, de forma natural, pelas diferentes sociedades e passando a fazer parte do cotidiano; transformaram-se no real, aquilo que existe independentemente da percepção de quem domina e de quem é dominado. Para Saffioti (1987, p. 8), "a identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da distribuição de distintos papéis que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo". A sociedade que cria os papéis é a mesma que delimita, de forma categórica, os campos de atuação para a mulher, como determinou os espaços de atuação do homem.

Então, coube a ela a tarefa de socializar os filhos e os cuidados com a casa, daí seu campo de atuação ser, por excelência, o lar; a ele couberam as tarefas relacionadas ao espaço público, como a política, a economia, a formulação das leis e a ciência. Assim as sociedades se desenvolveram, reconhecendo a supremacia masculina como aquela que perpassa todas as classes sociais.

Estudos feitos por Saffioti (2005), Carla Basanezi (1997), Perrot (2007), Scott (1992) e Michel (1983) demonstraram que a dominação sobre as mulheres se foi estruturando ao longo do tempo, de acordo com a particularidade de cada sociedade, e adquiriu forma peculiar segundo os valores de cada civilização. Para tanto, elaboram-se leis e ideologias estruturadas, o que gerou e engendrou um modo de pensar que submeteu o mundo das mulheres ao dos homens, a tal ponto de a dominação se legitimar naturalmente. Por conseguinte, torna-se difícil situar historicamente o início da exclusão das mulheres da participação política e a dominação masculina sobre o sexo feminino.

Há, contudo, quem ouse marcar com o acontecimento histórico o ponto de partida da afirmação da superioridade masculina: o surgimento da família patriarcal (ENGELS, 1987). No entanto, para Perrot (2005), há séculos, as mulheres são mantidas sob toda forma de opressão política, cultural e religiosa, razão pela qual – considera-se – a tal invisibilidade e a dominação foram construídas vinculadas à história marcada pela trajetória de submissão do sexo feminino

ao masculino, justificada pela ideologia patriarcal, que tentou naturalizar a dominação como forma de "perpetuar a figura masculina do pai, como referência para a organização do mundo e da história" (GEBARA, 2000, p. 37-38). Tal realidade, de acordo com Saffioti (1987), vem arrastando-se aproximadamente, há cinco milênios, tempo durante o qual o homem usou a seu favor todos os mecanismos institucionais e ideológicos, tais como o direito, a política, a economia, a moral, a ciência, a medicina, a moda, a cultura, a educação e os meios de comunicação, no sentido de reproduzi-la. Os mesmos mecanismos serviram ao capitalismo, para este se sobrepor e garantir a própria reprodução (MICHEL, 1982). Assim, o patriarcalismo é, em si mesmo, fonte de desigualdade e articulou, ao mesmo tempo, hierarquias diferentes de poder, gênero, etnia e classe (SAFFIOTI,1987).

Umas das estratégias para a dominação de gênero foi manter, ao longo da história, a mulher completamente excluída dos espaços e das ações que davam visibilidade aos feitos humanos. O homem, então, ganhou vantagens e dominou quase sozinho os espaços públicos. Enquanto controlava a área pública, mantinha a mulher economicamente dependente. A dependência econômica foi gerando outras dependências, de modo a bani-la das instâncias de decisão. Com o passar do tempo, acentuou-se, também, a dependência psicológica; daí ela passou a ser conduzida em sua trajetória de vida pelas decisões dos pais e, quando casava, pelas do marido.

3.5 Alguns vieses de reprodução das relações de dominação

Os primeiros contatos do um ser humano com as pessoas e com o mundo acontecem na família, lócus onde o afeto e a autoridade estão intimamente ligados. Ali, as relações desiguais são muito claras: os mais velhos têm sempre mais poder que os mais jovens; os homens, mais poder que as mulheres. Enfim, no cotidiano, as relações de desigualdade se reproduzem (GOUVEIA E TARCIMA, 2001). Assim, os papéis sociais começam a configurar-se: o macho da espécie humana vai tornando-se homem e a fêmea vai tornando-se mulher. Mas há diferença entre a construção biológica e a construção social de cada pessoa: a segunda é moldada no interior da sociedade na qual ela interage de acordo com a cultura e os valores.

Um exemplo distante está na instituição jurídica "*Pater-Famílias*" na civilização romana, que efetivou a dominação do homem sobre a mulher por meio da tradição e por meio

institucional. Na família, consolidou-se o reconhecimento do poder do homem sobre a mulher, os filhos e os escravos. O homem era o senhor, inclusive, do destino dos filhos e de toda a família (HUGUET, 2006, p. 129). A mulher estava sempre sob o poder de um *pater* – uma forma legítima de mantê-la dominada e ausente do exercício de participação nas assembleias e do acesso à propriedade e aos bens.

Na cultura, a condição biológica da mulher foi usada como justificativa para legitimar essa dependência. Platão, em sua obra *A República*, deixa transparecer o entendimento de que ela é piedosa, mais frágil, e sua capacidade é "mais débil", enquanto o homem é "mais robusto". As mulheres, segundo o filósofo, devem desenvolver as tarefas mais leves "devido à debilidade de seu sexo" (PLATÃO, 1949, p. 209-265). Para o autor, a condição da mulher resume-se à atividade de procriação e de cuidado com os guardiões da cidade, ou seja, os homens e os filhos dos homens.

Com efeito, segundo Soares (2005), os gregos influenciaram o legado em que a mulher foi vista como um ser defeituoso e origem de muitos males. Essa imagem encontra justificativa em algumas expressões do pensamento de Aristóteles. Conforme Aristóteles, o macho é, por natureza, em tudo superior à fêmea. É da natureza que o homem domine e a mulher seja dominada. A mulher tem vontade fraca e, por isso, é incapaz de se tornar independente; precisa ser tutelada por um homem. Seu lugar é o lar. Para o filósofo grego, "homem deve mandar e a mulher obedecer". (ARISTÓTELES, 1985, p. 32-35).

Com o advento da modernidade, Rousseau (2002, p. 24-26), imbuído do pensamento moderno, buscou mudar as configurações das desigualdades sociais. Preocupado com a liberdade e a igualdade de direitos, construiu o pacto social, que, segundo ele, possibilitaria o homem a não viver regulado pelas leis naturais. Isso lhe asseguraria a igualdade de direitos e obrigações; reconhecer-se-ia, assim, o direito da sociedade acima de cada indivíduo. Para ele, a educação seria o meio indispensável para formar o cidadão participante do pacto social. Porém, no tocante à condição da mulher, nada de especial no contrato social de Rousseau, ou seja, não houve grandes avanços em relação ao pensamento filosófico de Platão e Aristóteles, pois, também no contrato social, tudo está representado pelo homem, quer na figura do pai, quer na figura do esposo. Em função da diferença biológica, a mulher como membro da sociedade deveria, sim, estar preparada para ajudar o homem a exercer sua liberdade. Em seu livro intitulado *Emílio ou*

Da Educação, Rousseau sugere que ela deveria ter educação direcionada no sentido de ajudar o homem a manter-se equilibrado e cumprir suas funções públicas.

> Essa habilidade particular concedida à mulher é uma compensação muito justa pela força que ela tem menos; sem ela a mulher não seria a companheira do homem, e sim sua escrava; é por essa superioridade de talento que se mantém como sua igual e o governa obedecendo-lhe. A mulher tem tudo contra si, nossos defeitos, sua timidez, sua fraqueza; só tem a seu favor sua arte, sua beleza. Não é justo que ela cultive a ambas? Mas a beleza não é geral; ela morre através de mil acidentes, ela passa os anos; os hábitos destroem seus efeitos. Só o espírito é o verdadeiro recurso da mulher; não esse tolo espírito a que dão tanto valor na sociedade e que não tem nenhuma valia para tornar feliz a vida, mas sim o espírito de sua condição, a arte de tirar partido de nossa condição e de nos valer de nossas próprias vantagens. É incalculável o quanto essa habilidade das mulheres nos é útil, o quanto ela dá de encanto à união dos dois sexos, como ela serve para reprimir a petulância das crianças, como ela refreia maridos brutais, como ela conserva os bons lares que, sem ela, a discórdia perturbaria. (ROUSSEAU, 2004, p 538).

No texto acima, Rousseau se refere a Sofia, a perfeita mulher para Emílio. Para ele, ela devia ser mulher como Emílio era homem. "[...] deve ter tudo que convém à constituição de sua espécie e de seu sexo para ocupar o seu lugar na ordem física" (ROUSSEAU, 2004, p.515). Com isso, o filósofo deixou transparecer que as virtudes das mulheres estão alicerçadas na ordem natural biológica, daí a diferença da educação moral para o homem, Emilio, e para a mulher, Sofia. Segundo Rousseau, a condição biológica dela determina o seu papel no meio social. Se, para a sociedade, ela é fraca, débil, indefesa pelos seus próprios aspectos naturais, deveria cumprir apenas algumas atribuições sociais em virtude de sua condição de fraqueza.

A cultura objetivada nos relatos históricos e filosóficos indiscutivelmente influenciou os colonizadores europeus nas terras brasileiras, os quais impuseram às mulheres nativas e, logo depois, às negras provenientes da África, tratamento desrespeitoso e abusivo. Em virtude disso, os portugueses, ao chegarem ao Brasil, desconsideraram, por completo, a cultura dos nativos e trataram as indígenas como escravas e instrumentos de satisfação sexual. As negras foram maltratadas ao serem usadas e abusadas como escravas dos caprichos dos senhores, que "as mantinham como concubinas. Suas esposas, movidas por frustração e ciúme, as castigavam com requintes de crueldade" (FREIRE, 2004, p. 420-421).

Na região Nordeste, conforme os relatos, as escravas trabalhavam sobretudo na roça, mas os senhores também as usavam como tecelãs, fiadeiras, rendeiras, carpinteiras, azeiteiras e nos serviços domésticos. As mulheres brancas gozavam de certos privilégios em relação às indígenas e às negras, mas tinham pouco reconhecimento nos espaços públicos. Apesar do *status*

social, as de classe abastada quase não exerciam atividades fora do lar. Segundo Falci (1997, p. 249) tais mulheres eram treinadas para desempenhar o papel de mãe de "prendas domésticas" – orientar os filhos, fazer ou mandar fazer a cozinha, costurar e bordar. Outras, menos afortunadas, viúvas da elite empobrecida, faziam doces por encomenda, arranjos de flores, bordados a crivo, davam aulas de piano e solfejo etc. Entretanto, essas atividades, além de pouco valorizadas, não eram bem vistas socialmente. Ao certo, as fontes culturais que deram suporte à organização da sociedade brasileira e à construção das relações sociais em nossa cultura foram marcadas pela desvalorização e desconhecimento da mulher como ser humano de igual valor ao homem.

A exemplo das demais mulheres, as trabalhadoras rurais também foram, ao longo dos séculos, privadas da centralidade do poder, reduzidas à condição de subordinação e limitadas às atividades desenvolvidas no espaço do lar. Aí, não se criavam direitos políticos nem se discutia cidadania, porque tais questões deveriam restringir-se ao espaço público. No sistema capitalista, a herança patriarcal foi levada a cabo, então a dominação sobre as mulheres se estendeu para além do lar: surgiu a dominação dos chefes e a preponderância dos homens na maioria das instituições, como na economia e na política.

3. 6 A divisão sexual do trabalho e dominação social

À medida que o capitalismo se consolidava, também ia desestruturando indústria doméstica e capitalizando a produção, submetendo o trabalho à condição de assalariamento. Essas transformações contribuíram para a incorporação do trabalho das mulheres na indústria têxtil, que se estabeleceu como base do assalariamento feminino. Para Hirata (2002), o que mudou com a inserção das mulheres no trabalho assalariado foi apenas o deslocamento das fronteiras, mas a divisão permaneceu como antes. No capitalismo, a divisão do trabalho serviu para indicar diferença de posicionamento na estrutura ocupacional, bem como para sinalizar que o trabalho doméstico é próprio da mulher. De acordo com Hirata (2003, p. 113), "a divisão do trabalho entre os homens e as mulheres é, em primeiro lugar, a imputação aos homens do trabalho produtivo – e a dispensa do trabalho doméstico – e a atribuição do trabalhado doméstico às mulheres, ao passo que são cada vez mais numerosas na nossa sociedade salarial as mulheres que querem entrar e se manter no mercado de trabalho".

O fato de a divisão do trabalho configurar duas faces – a produtiva (masculino) e a reprodutiva (feminino) – constituiu-se também em uma diferenciação no valor laboral. Em qualquer sociedade, o valor dado à produção é maior do que o conferido à reprodução – isso vale tanto para o sentido antropológico e ético do valor quanto para o sentido econômico.

No sentido antropológico e ético, o valor do trabalho induz à hierarquia social: "valor e princípio de hierarquia sob aparências múltiplas, permanecem imutáveis: o trabalho de um homem pesa mais do que o trabalho de uma mulher. E quem diz hierarquia, diz relação social" (HIRATA, 2003, p. 113). Desse modo, Hirata aponta duas formas de entender a divisão sexual do trabalho: a primeira remete à conceituação em "termos de vínculo social", equiparado à prática da filantropia, que dilui a atividade feminina na generalização de trabalhos, e ao trabalho solidário e complementar, o que, muitas vezes, descaracteriza sua condição de trabalho remunerado; a segunda situa-se em termos de "relação social" na qual o assalariamento exercido no seio da classe dos trabalhadores implica divisão do trabalho, contradição, antagonismo, oposição, dominação, opressão, poder. (HIRATA *apud* FISCHER, 2006, p. 29). Assim, a divisão social do trabalho contém a divisão sexual em que estão implícitas a opressão e a dominação, as quais se manifestam por meio da hierarquia de poder entre os sexos. Isso significa que a divisão sexual do trabalho conjuga subordinação feminina em termos de valor laboral e de permanência das mulheres na esfera doméstica. Elas entrariam na fábrica ou no mercado do trabalho para realizar tarefas secundárias que dispensassem o uso da força física – trampolim para justificativa da desvalorização do trabalho feminino na esfera da produção.

As trabalhadoras rurais, como as demais mulheres, apesar de sua participação nas ações fora do espaço doméstico, não obtendo reconhecimento político no universo da visibilidade econômica e política, introjetaram, durante séculos, como sendo sua a tarefa de transformar matérias-primas em valores de uso para o consumo direto. Assim, ficaram limitadas ao preparo da alimentação, ao fabrico do vestuário da família, à manutenção da casa, ao cuidado dos animais de pequeno porte, da lavoura em pequena escala e à educação dos filhos. O trabalho na roça e sua participação nas atividades de cunho político eram considerados apenas como ajuda. As ocupações desenvolvidas pelas trabalhadoras rurais durante muitos séculos ficaram sem representação social, sem reconhecimento de participação efetiva, e, sem acesso a nenhum tipo de recurso financeiro. As tarefas que envolviam dinheiro e decisões, tradicionalmente, o homem as assumia (FISCHER, 2006).

Por outro lado, as relações homem e mulher transcorreram em contextos sociais sujeitos a mudanças nos quais tais relações foram afetadas pelas transformações processada na sociedade, incluindo as relações de gênero. As mudanças que marcaram a história ocidental europeia, vinculadas ao desenvolvimento da democracia por meio das revoluções Francesa e Americana, no século XVIII, estimularam a emergência de posicionamentos prático e teórico em defesa e no resgate da condição feminina, como aqui examinei. O que acontece nos dias atuais por meio do CMTR(PI) é, de certa forma, a continuação atualizada das corajosas manifestações públicas das mulheres chamando a atenção para a ausência delas na proclamação e na efetivação dos direitos resultantes da *Declaração dos direitos do homem e do cidadão,* hoje, muito mais para efetivação e inclusão de novos direitos. A propósito disso, a pioneira no processo de questionamento do modelo de cidadania foi Olympe de Gouges, que, imediatamente à referida declaração, fez sérias críticas à exclusão das mulheres dos direitos de cidadania, ao escrever, em 1791, a *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* (GROPPI e BONACCHI, 1995). Para Groppi e Bonacchi (1995, p. 12), a cidadania proclamada no século XVIII se "(...) baseia e se traduz no princípio abstrato do universalismo dos direitos", como se a condição social da mulher fosse a mesma dos homens. Isso significou que não houve, por parte das instituições e dos sistemas de ideias, disposições para o reconhecimento da mulher na convivência social com a mesma cidadania exercida pelos homens. Então, coube a elas o desencadeamento de sua própria luta.

Assim, a partir das primeiras manifestações do feminismo, as mulheres conheceram a possibilidade histórica de pensar a sua condição não mais como um destino natural biológico, consequente da imposição do mais forte, mas como sujeitos de uma situação social nova (BANDEIRA, 2000). Nesse sentido, o feminismo, por meio de sua posição política e elaborações teóricas, vem buscando dissipar a invisibilidade da participação das mulheres e a marginalização sustentada pelo caráter androcêntrico, que, durante séculos, se pautou pelos padrões patriarcais da dominação masculina.

Usando a metáfora utilizada por Fraser (2002), concluo o capítulo, dizendo que a realidade empírica possibilitou olhar a subordinação de gênero de uma forma bifocal, por meio do uso simultâneo de duas lentes. Através do visor de uma dessas, gênero tem afinidade com classe e ajuda a localizar o que as mulheres denominam de exclusão social dos bens e serviços. Através do visor da outra, gênero tem afinidade com *status* e situa a subordinação cultural, dando conta do que as mulheres trabalhadoras rurais denominam de discriminação, subordinação

e dominação. “Cada uma dessas duas lentes coloca em foco um aspecto importante da subordinação da mulher, porém, nenhuma delas sozinha é suficiente”. Já as duas lentes justapostas proporcionam visão completa da subordinação das mulheres. Nesse ponto, “gênero aparecerá como um eixo de categoria que alcança duas dimensões do ordenamento social, a saber, a dimensão da distribuição e a dimensão do reconhecimento”. (FRASER, 2002, p. 64).

No próximo capítulo – ao longo da discussão dos novos movimentos sociais associada ao exame da luta por reconhecimento de gênero e distribuição dos bens e serviços –, tratarei de compreender teoricamente como as mulheres foram se organizando na busca de superar a exclusão social e requerer para si a cidadania.

CAPÍTULO 4

OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA POR RECONHECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO

4.1. CMTR (PI): Ações que relacionam o velho e o novo na construção da cidadania.

A pesquisa colocou-me diante de um sujeito coletivo com múltiplas formas de ação em busca da cidadania, quer no campo da formação política, de gênero e dos direitos assegurados na *Constituição* de 1988, quer por meio das demandas às instituições públicas por reconhecimento e pela efetivação das políticas para as mulheres. Nesse processo, o CMTR(PI) interagiu com múltiplos sujeitos tanto no âmbito rural quanto no urbano, em esforço continuado para alcançar seus objetivos anteriormente citados.

Como se pode constatar no capítulo referente ao Coletivo das Trabalhadoras Rurais, o CMTR(PI) é um movimento que congrega em si especificidades relacionadas, em certos aspectos, aos "movimentos sociais tradicionais", como, por exemplo, a incansável luta pelos direitos básicos; congrega também especificidades que o colocam no patamar dos "novos movimentos sociais", uma vez que, com sua ação coletiva, tem buscado consolidar nova cultura política e de gênero.

Diante da complexidade desse fenômeno coletivo, Gohn fazendo referência ao pensamento de diferentes analistas, expressa: "[...] a teorização sobre os movimentos sociais é a parte mais difícil"(GOHN 1997, p. 12). Pois, como argumenta Melucci (1994), "[...] os movimentos sociais são parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não são cristalizadas em estrutura, onde ação é portadora imediata da tessitura relacional da sociedade e do seu sentido" (MELUCCI, 1994, p. 190). Em concordância com o pensamento de Melucci Gohn afirma: "[...] na maioria das vezes eles estão questionando as estruturas e propondo novas formas de organização à sociedade política, por isso eles são inovadores" (Idem). As considerações de ambos os autores apontam para fenômenos sociais dinâmicos que exigem olhar atento e desprendido de fórmulas fixas e acabadas.

Até a década de 1960, quando se escrevia ou se falava sobre movimento social, praticamente se fazia referencia ao revolucionário movimento do proletariado, entendido como

“classe determinada pelas relações capitalistas de exploração do trabalho pelo capital”(DOIMO, 1995, p. 39). Para Ana Doimo, apenas os sindicatos e os partidos políticos de orientação socialista e comunista representariam a forma mais acabada de tal tipo de organização.

A partir dos anos 1970 e após as importantes mudanças nos campos político e econômico, outros movimentos, ao tomar formas nas diferentes partes do mundo, passaram a significar a configuração de um novo tempo, o tempo dos “novos movimentos sociais” (DOIMO, 1995). Na sociedade pós-socialista, os movimentos, nos moldes do movimento operário cuja atenção se centrava na esfera econômica e confiava na racionalidade do Estado, foram superados pelo que Touraine (1988) identificou como “novos” movimentos sociais. Para designá-los, o autor elegeu os de gênero, os pacifistas, os ecológicos e os nacionalistas como seus representantes. Nesses movimentos, o campo cultural é o lócus onde se formam as principais contestações. Um exemplo ilustrativo usado pelo sociólogo francês é o movimento feminista, que desencadeou lutas por recriar relações onde a dominação masculina havia instaurado a ordem. (*Ibid*, p. 120-143). De algum modo o CMTR (PI) insere-se no conjunto desses novos movimentos, relacionando-se, mais intimamente, com o feminista. Para o autor eles incorporaram no debate questões de ordem política, cultural, econômica, ambiental, de gênero, raça e classe, influenciados, principalmente, pelas mudanças ocorridas em consequência do fenômeno da globalização da economia, transformações tecnológicas, dentre outras (TOURAINE,1988).

Diante do exposto, percebe-se que a análise dos movimentos sociais vem suscitando, ao longo de sua história, um leque de teorias e abordagens classificadas por diferentes autores como paradigmas. Paradigmas, segundo Khun (1996, p. 121), são “certos exemplos da prática científica atual tanto na teoria quanto na aplicação - estão ligados a modelos conceptuais de mundo dos quais surgem certas tradições de pesquisa”.

Nesse sentido, no paradigma dos novos movimentos sociais é que busco abrigo teórico. Conforme Gohn (1997), tal paradigma dá mais ênfase à cultura, à ideologia, às lutas sociais no cotidiano. Porém não posso desconsiderar que, se, por um lado, o movimento das trabalhadoras rurais está lutando por mudanças culturais por outro, luta também por distribuição dos bens e serviços. Desse modo, o CMTR (PI) requer um olhar teórico que dê conta das duas dimensões da luta: a do reconhecimento de gênero e a da distribuição dos bens e serviços.

No Brasil, no conjunto das mudanças socioeconômicas, políticas e culturais, bem como nos processos de construção democrática, as mulheres inseridas nos movimentos sociais direcionados pela temática de gênero vêm, ao lado de outros tantos, questionando o modelo de cidadania e de democracia que exclui grupos sociais e gera efeitos perversos para o exercício da cidadania.

As lutas sociais das mulheres, dos ambientalistas, dos migrantes, dos movimentos étnicos, *gay* e lesbianos constituíram categorias e problemáticas que, segundo Gohn (2008), dizem respeito a um paradigma em formação, o cultural, e requerem da sociologia olhares teóricos explicativos. Isso porque as antigas teorias já não dão conta da leitura das ações dos novos sujeitos, os quais passaram a ocupar posições distintas no interior da estrutura, substituindo os sujeitos homogêneos por sujeitos múltiplos, geradores de experiências distintas. No entanto, não posso desconsiderar a relevante contribuição do pensamento marxista para o avanço na teoria dos novos movimentos sociais. Razão por que trabalho alguns aspectos dessa contribuição na seção subsequente.

4. 2 Algumas contribuições do marxismo para a análise dos movimentos sociais

Nas considerações nesta seção, destaco apenas alguns pontos que considero relevantes como ponto de partida na discussão teórica sobre os movimentos sociais captados em alguns escritos de Marx e em leituras paralelas.

Embora Karl Marx (1818-1883) não se tenha ocupado com a criação de uma teoria própria para analisar os movimentos sociais, inspirou duas importantes correntes de pensamento. Uma, denominada heterodoxa, ligou-se ao "jovem Marx" e aos seus estudos sobre a consciência, a alienação e a ideologia etc. Segundo Gohn (1997, p. 172), essa leitura do marxismo levada a cabo por diferentes autores alimentou as análises contemporâneas sobre os movimentos sociais. A outra corrente, denominada ortodoxa, apoiou-se no Marx "maduro" e nos seus estudos sobre o desenvolvimento do capital em que os conceitos básicos foram "formação social, forças produtivas, relações de produção, superestrutura, ideologia e em última instância a mais valia". Nessa, privilegiou os fatores econômicos e macroestruturais da sociedade – enfoque predominante nos estudos do movimento operário até a primeira metade do século passado.

No prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*, é possível identificar três pressupostos nos quais estariam dadas as bases da construção teórica realizada por Marx: o primeiro pode-se identificar na afirmação de que o modo de produção da vida material determina a consciência; o segundo pressuposto consiste na concepção de desenvolvimento histórico linear; o terceiro consiste em ver a sociedade como uma totalidade. Isso conduz ao entendimento de que, na concepção teórica marxista, as transformações resultam de lógica interna ao sistema econômico cujo desenvolvimento já está dado. A mudança se coloca como necessidade à medida que as forças produtivas entram em contradição com as relações de produção. Dessa forma, as mudanças e os agentes das mudanças são desdobramentos do fator econômico, o que constitui a instância que governa o desenvolvimento social, obedecendo a uma lógica interna (MARX, 1977b, p. 3001-3002).

No *Manifesto do Partido Comunista*, escrito em 1847 por Karl Marx e Friedrich Engels, lançaram-se as bases do pensamento revolucionário que teria como propósito tirar os operários da obscuridade e dar-lhes as condições críticas para atuarem no mundo do qual são partícipes. Ali, Marx e Engels fazem uma análise histórica dos modos de produção e examinam o capitalismo em sua totalidade, mostrando o quão astuciosa fora a utopia burguesa, perpetrada na classe pobre sob a face obscura da Revolução Francesa. Para Marx, a propriedade privada não possibilitava a vivência da "liberdade, igualdade, fraternidade," palavras que não significaram mais do que sonhos criados para se manter a massa trabalhadora quieta e assegurar-se, de forma legítima, o direito de exploração da classe burguesa, nova detentora dos modos de produção (MARX e ENGELS, 1999, p. 29-30). Em outros escritos nos quais Marx analisa especialmente as lutas de classes na França – entre eles, o *Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte* (1852) –, Marx enfatiza mais a questão da práxis política daqueles movimentos, o que vai dando suporte para a criação de múltiplas leituras e interpretações dos movimentos sociais.

Para Gohn (2000), a grande contribuição de Marx para com a teoria dos movimentos foi estabelecer a relação entre a teorização e a ação política por meio do conceito de práxis social. Por práxis social entende-se a transformação do social "que se realiza em conexão com atividade teórica, por meio da produtividade e/ou atividade política" (GOHN, 2000, p. 176). Ao trabalhar tal conceito, Marx articula a atividade prática (ação do movimento) e a teoria (concepção do movimento) em um conjunto unitário, voltando-se para o objetivo da transformação social.

Contudo, a abordagem marxista dos movimentos sociais centra-se na análise dos processos históricos globais, contradições materiais existentes e nas lutas entre as principais classes sociais presentes no processo de produção. As mudanças produzidas no âmbito da sociedade são concebidas como fruto das contradições geradas por meio da oposição entre capital e trabalho, os quais se contrapõem, respectivamente, à burguesia e ao proletariado em ininterrupta luta de classes. Na concepção marxista, as lutas movem a história. Como resultado de todo esse processo, espera-se que as contradições geradas dentro do próprio processo de produção colaborem para a organização política do proletariado, de modo que se criem as condições necessárias para se superar a ordem capitalista. Em última instância, tal luta é determinada pelo fator econômico. Para Marx, eliminados os privilégios, diminuirá o grau de conflito e aumentará o bem-estar humano. Nessa concepção teórica, os movimentos sociais atuam como instrumento ou, conforme argumenta Alexander, "como meios mais eficientes para alcançar a distribuição dos bens"(ALEXANDER,1998, p. 5).

Para analisar o CMTR (PI) exclusivamente sob a ótica da teoria marxista, seria necessário buscar, na estruturação fundiária e na configuração dos processos produtivos as possibilidades da formação do movimento de mulheres. O movimento como sujeito coletivo seria apreendido e definido em função de uma categoria mais abrangente, como, por exemplo, as camponesas, as mulheres rurais, o que não me levaria a entender o CMTR (PI) como um coletivo específico de mulheres rurais que, movidas pela consciência de gênero, lutam por cidadania.

Nesse sentido, Sandra Harding (1993) ajuda a compreender melhor onde se encontram os limites do uso da teoria marxista para lidar com o meu objeto de estudo: segundo ela, por algum tempo, as feministas tentaram apropriar-se das teorias marxistas para esclarecer determinados temas atinentes à experiência das mulheres e perceberam que o marxismo ajuda a pensar a realidade como contraditória, em que suas categorias analíticas passam à margem da dinâmica das relações sexistas norteadoras das relações sociais que estruturam as ações dos indivíduos. O reconhecimento desse fenômeno abala a legitimidade das estruturas analíticas centrais de teorias, como a marxista para lidar com a realidade postas pelas mulheres.

Assim, a abordagem marxista, embora útil para a compreensão do meu objeto de estudo, torna-se frágil para elucidar análises das relações sociais entre homens e mulheres e a opressão sofrida pela mulher na dinâmica social.

Não é possível analisar o CMTR (PI) como mero reflexo das determinações materiais, pois as mulheres, além dos direitos básicos, como saúde, educação, terra, entre outros, reivindicam o reconhecimento de gênero e o fazem de forma criativa. Logo, o movimento precisa ser analisado de modo a contemplar também a subjetividade dos indivíduos.

Para Melucci (1989), teorias como a esboçada por Marx deixam dois problemas a resolver: a) por serem estruturais, fundam-se em sistema de análise capaz de explicar o porquê, mas não o como um movimento se estabeleceria e manteria sua estrutura; b) os conflitos sociais apresentados nas pesquisas dessa natureza enfatizam a ação dos sujeitos como mero dado da realidade, desprovido de significado, deixando fora as formas coletivas e os atores envolvidos. Em consonância com o pensamento de Melucci, Gohn argumenta: outras dimensões da realidade social igualmente produtoras de saberes precisam ser consideradas, tais como os saberes advindos do 'mundo feminino' das mulheres, do "corpo das pessoas, das religiões e seitas, da cultura popular, das aprendizagens cotidianas, da educação não formal, entre outras" (GOHN, 2008, p. 43), exigindo revisão crítica, reformulação dos velhos paradigmas e criação de novos.

4.3 A contribuição analítica de Melucci para os novos movimentos sociais: os sujeitos coletivos

O paradigma dos novos movimentos sociais (NMS) surgiu da crítica à abordagem ortodoxa marxista, aos "esquemas utilitaristas e às teorias baseadas nas lógicas racional e estratégica dos atores" (GOHN, 2000, p. 121). O novo paradigma avançou, em relação ao marxismo, no fato de diminuir o peso das classes sociais como sujeito central: apresentou-se o novo sujeito como um coletivo difuso e não hierarquizado. Para Scherer- Warren (1998), às práticas políticas dos novos sujeitos, em vez de se atribuir um significado classista e genérico, pode-se ser atribuir significado contingente, dependendo da práxis desenvolvida no interior de cada movimento, seja étnica, de gênero, de classe ou outros.

Logo, para facilitar o entendimento do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais e como este conduz suas ações coletivas na luta por cidadania, busco apoio em Melucci (2001), o qual, na tentativa de responder às exigências teóricas para a análise dos movimentos sociais nas

chamadas sociedades complexas[29], considera de início que as sociedades contemporâneas são afetadas por mudanças aceleradas e estão sob riscos constantes de catástrofes. Em tais circunstâncias, os processos sociais resultam de ações, escolhas e decisões.

Partindo desse pressuposto, Melucci (2001) estabelece uma crítica à tradição marxista centrada nas contradições do sistema capitalista – a qual, ao estudar os movimentos sociais, não leva em conta os processos de formação das ações coletivas, as formas de agregação dos protestos, a ambivalência e multiplicidade das orientações que caracterizam os novos movimentos sociais – e propõe nova definição analítica de tais movimentos.

Para Melucci (1997, p. 13-14), a análise de um movimento social deve considerar que não se trata de objeto empírico com significado em si mesmo. É indispensável, portanto, decompor essa unidade, essa homogeneidade aparente. "Porque a unidade e homogeneidade com as quais os atores coletivos se apresentam na cena social, é sempre resultado de processos sociais, e não ponto de partida". Assim, para o autor, é necessário haver movimento em direção à perspectiva que leva o/a analista a decompor e a analisar a homogeneidade aparente, visto que tal unidade e homogeneidade sempre resultam de processos sociais que tornam possível a formação de sujeitos coletivos e a manifestação de ação coletiva, que não é um dado, mas resultado de processos sociais diversificados. Desse modo, o que está posto como desafio para a sociologia, segundo o mesmo autor, é captar como essa multiplicidade de elementos forma um sujeito coletivo ou unidade de ação. Logo, não se pode buscar a ação como um ponto de partida, mas deve-se considerá-lo como fenômeno explicável.

Os movimentos sociais são, conforme Melucci, "um sinal" – não apenas produto da crise de uma sociedade que morre –, a mensagem daquilo que está nascendo: "Eles indicam uma transformação profunda na lógica e nos processos que guiam as sociedades complexas. Como profetas falam à frente anunciam aquilo que está se formando sem que ainda disso esteja clara a direção e lúcida à consciência" (MELUCCI, 2001, p. 21).

A elaboração do conceito de movimentos sociais, de acordo com Melucci, pressupõe uma definição de ação coletiva que englobe o conjunto de fenômenos, desde comportamentos

[29] Para Melucci (1997), a complexidade indica três processos sociais fundamentais: diferenciação, variabilidade e excedência cultural. O primeiro, o processo de diferenciação, significa afirmar que os âmbitos das experiências individuais e sociais se multiplicam e que cada um desses âmbitos é organizado segundo lógicas, formas de relações, culturas, regras diversas de outras. O segundo, variabilidade dos sistemas, refere-se à velocidade e à frequência de mudança. O terceiro é o alargamento das possibilidades de ação que ultrapassa amplamente a capacidade efetiva de ação dos sujeitos.

coletivos aos movimentos sociais, eventos de protestos, comportamento de multidões e outros. Melucci (1999) esboça uma definição mínima de ação coletiva que compreende uma série de práticas sociais que envolvem simultaneamente: um número de indivíduos ou grupos; exposições de características morfológicas semelhantes em contiguidade de tempo e espaço; implicação de um corpo social de relações e de a população envolvida ter capacidade de atribuir sentido ao que faz. Com base nessa referência, o mencionado autor propõe um conceito analítico de movimento social que o apreende como um nível particular de ação coletiva diferente de outros níveis de fenômenos coletivos. Daí, aponta alguns elementos importantes como princípios de análise dos movimentos sociais (MELUCCI, 2001, p. 33-46):

a) um movimento social não é a resposta de uma crise, mas a expressão de conflito. Aqui o autor procura desvincular a ação coletiva do sentido de patologia do sistema social e direciona o sentido de sua emergência mais para a dimensão do conflito; em outras palavras, a emergência de ação coletiva esteve frequentemente associada a uma situação de crise do sistema, mas, deslocada dessa compreensão e passada para a dimensão do conflito, supõe que a luta de atores se dá pela apropriação de recursos valorizados por ambos**.** Os atores de determinado conflito, segundo o autor, se enfrentam no interior de um campo comum, para o controle dos mesmos recursos;

b) um movimento social é a ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual se refere. Nessa concepção, o movimento é a mobilização de um ator coletivo na luta pela apropriação e controle de recursos valorizados por diferentes atores. A ação coletiva de determinado movimento se manifesta mediante a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema dentro do qual a ação mesma está situada. Com isso, Melucci indica três características indispensáveis para o reconhecimento de movimento social: **solidariedade, conflito e ruptura dos limites de um sistema** (*ibid*, p. 35). **Solidariedade** é a capacidade de os atores se reconhecerem e serem reconhecidos como parte da mesma unidade social; **conflito** implica a relação entre os atores opostos que lutam pelos mesmos recursos; já **limites de um sistema** é o espectro de variações toleradas no âmbito de uma estrutura existente – o rompimento desses limites joga a ação para fora da lógica do sistema.

O autor recusa compreender a realidade como detentora de uma essência ou como entidade metafísica; ao contrário, busca apreendê-la como sendo a conscidência de relações

interdependentes. O autor procura, também, identificar as relações entre atores e movimentos, enfatizando a formação de **redes de movimentos sociais**, o que ele considera fenômenos contemporâneos de manifestação articulada de atores sociais. Essas mudanças contemporâneas nas organizações sociais apontam, segundo o autor, para crescente autonomia frente aos sistemas políticos, conferindo aos novos movimentos identidade coletiva.

A identidade coletiva, para Melucci (2001, p. 23), não é um dado ou essência, como para outros autores, "mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre atores". Melucci (2001, p. 69) atribui à identidade coletiva uma definição interativa e compartilhada " construída e negociada através de um processo repetido de ativação das relações que ligam os atores". Nesse aspecto, ele avança em relação às teorias clássicas dos movimentos sociais as quais privilegiam os sistemas macrossocietais, e cria um conceito (novos movimentos sociais), um campo de análise (o cultural), demarcando, assim, as principais diferenças entre as análises anteriores centradas no estudo da classe operária (GOHN, 2000). Seu enfoque situa-se mais no microssocial, de forma a considerar a compreensão da ação coletiva e das relações cotidianas, na busca de compreender a formação do movimento. Ele descortina os motivos que levam os indivíduos a participarem de um movimento social e as influências das condições político-ideológicas de determinado contexto.

O modo de Melucci abordar o movimento social possibilita a análise da subjetividade dos indivíduos juntamente com a análise das condições político-ideológicas. Para o autor, os movimentos sociais "nunca são somente novos, mas são sempre resultados da história de uma sociedade e, na sua realidade empírica, consistem em um composto muito heterogêneo que combina orientações e níveis diversos de ação" (Melucci, 2001, p. 9). Ele trabalha, ainda, com a noção de identidade coletiva, mas, ao mesmo tempo, reconhece a heterogeneidade no grupo. Isso é importante para a análise do objeto desta pesquisa, pois não há homogeneidade quando se fala das mulheres: a luta por objetivos comuns não significa a inexistência de especificidade ou de necessidades diferenciadas.

De forma bastante sintética e simplificada, eu diria que, conforme Melucci (2001), na atualidade, os movimentos sociais constituem agentes centrais da renovação social e a ação destes contribui na reflexão sobre a realidade concreta, seja por indicarem problemas vivenciados, seja por encaminharem novas agendas ao Estado e à sociedade. Como já mencionei, "os movimentos sociais são profetas do presente"; usam, para suas conquistas, mais do que a força dos grandes aparatos, a força da palavra. As mudanças pleiteadas por eles não são para um futuro distante, mas para o

presente. De acordo com o mesmo autor, a simples existência dos novos movimentos sociais já afeta os códigos culturais e os sistemas simbólicos dominantes. Assim, afirma ele, "os movimentos sociais podem e influenciam a política, a cidadania e as relações sociais, à medida que promovem modificações nas regras e procedimentos". Com isso, incentivam novas formas de participação no interior das instituições, promovem mudanças na cultura, na moral por meio da introdução de novas linguagens e valores. Portanto, diante de tal abordagem, é possível caracterizar o CMTR(PI) como ação coletiva protagonizada pelo conjunto das trabalhadoras rurais que age em parceria com outras organizações no campo e na cidade na construção de uma nova cidadania

À luz da teoria de Melucci, torna-se mais fácil compreender como as mulheres do CMTR(PI) constroem suas ações coletivas e como foram definindo para si o campo dessas ações. A ação coletiva não é um fenômeno empírico unitário, porém, quando há unidade, esta resulta de processo permanente que envolve articulação, negociação e disputa. Os novos sujeitos produzem ações coletivas não lineares mediante interações, negociações e, algumas vezes, oposição a diferentes orientações relacionadas aos fins, aos meios ou relacionadas àquelas articuladas às relações com o próprio ambiente (MELUCCI, 1990).

Nesse sentido, Gohn corrobora o pensamento de Melucci quando reconhece que "[...] as ações coletivas de caráter sócio-político e cultural viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas" (GOHN, 2003, p.13). Na pesquisa em questão, as demandas do CMTR(PI) passam pela necessidade de reconhecimento, inclusão, participação das mulheres como sujeitos de direitos, bem como pela necessidade de uso dos bens e serviços, ou seja, distribuição.

As mulheres trabalhadoras rurais constroem socialmente suas ações, e, nesse processo de construção e de negação de alguns valores pré-estabecidos, os significados atribuídos e tais ações interferem na construção da identidade coletiva. No CMTR (PI), a identidade coletiva não se sobrepõe à pluralidade conforme visto anteriormente; há diversidades das mulheres no interior do CMTR (PI), porém, elas são capazes de congregar múltiplas formas de expressão representadas pelas próprias mulheres.

O CMTR (PI), enquanto ação coletiva, se expressa como movimento em que as mulheres conseguem construir unidade traduzida em identidade política. E, segundo Scherer-Warren, atuam no sentido de estabelecer novo equilíbrio de forças entre o Estado e a sociedade civil: "[...] o ideal básico que substancia o agir dos novos movimentos sociais é o da criação de um novo sujeito

social, que redefine o espaço da cidadania" (SCHERER-WARREN, 1993, p. 49). Nessa concepção, o que estava no âmago dos movimentos sociais que se foram organizando na década de 1980, no Brasil, por conseguinte do CMTR (PI), era o sentimento de exclusão em vários aspectos (econômico, político, cultural e ideológico). Daí a luta pelo direito de participação no consumo de bens, equipamentos coletivos, pelos direitos à moradia, à terra e a não sofrer discriminação cultural, étnica, sexual ou classista.

Ilse Scherer-Warren e Glória Gohn apropriaram-se de Melucci para examinar a realidade dos movimentos sociais no Brasil. Suas contribuições colaboram no sentido de se compreender a prática do movimento das trabalhadoras rurais, que, além de buscar a terra como condição para as suas vidas e de suas famílias, constroem nova cultura na relação sociedade e Estado em decorrência das ações concretas como membro da sociedade civil organizada. Com certeza tais movimentos representam condições de fortalecimento na relação com o Estado.

No caso do CMTR (PI), a perspectiva de gênero direciona a luta e permeia os conteúdos das demandas postos pelas trabalhadoras como condição para o exercício da cidadania. Essa é a razão por que tal movimento, movido pelas questões de gênero, também é olhado sob o enfoque teórico de Nancy Fraser, a qual vem tentando articular a política do reconhecimento e a política de redistribuição como opções para justiça social de gênero. Fraser, mais recentemente, tem procurado integrar no mesmo enfoque teórico as duas dimensões: a luta por direitos baseada nos referenciais analíticos culturalistas, que seria o empenho na luta por reconhecimento; a luta por direitos básicos baseados nos referenciais teóricos estruturalistas. Na verdade, trata-se de uma síntese que nem o marxismo nem a teoria dos novos movimentos sociais conseguem fazer.

4.4 Redistribuição e reconhecimento como condição para justiça de gênero

A história coletiva das mulheres do CMTR (PI) tem mostrado que sua luta não se limitou à distribuição de terra e aos serviços sociais, como eram as características dos movimentos sociais no campo, até meados dos anos 1980. Há um dado novo: elas buscam concomitantemente reconhecimento de gênero, visto que a exclusão se deu não apenas pela condição de empobrecimento nem pela ausência dos bens materiais, mas também pela negação política e de gênero. Tais aspectos, a teoria dos novos movimentos também não consegue explicá-los. Alguns estudiosos brasileiros já estão trazendo para o centro do debate sobre as

lutas coletivas a problemática da redistribuição e do reconhecimento como novo jeito de compreender o enfrentamento das desigualdades socioculturais e econômicas existentes no Brasil.

De acordo com Celi Pinto (2008), no Brasil as temáticas "distribuição" e "reconhecimento" foram, durante muito tempo, tratadas em separado, como duas realidades distintas. A temática "distribuição", segundo a mesma autora, encontra-se, sobretudo, nos estudos realizados na área econômica, quando relacionados ás desigualdades sociais. De modo especial, vê-se, ainda, nos discursos e programas governamentais de políticas compensatórias, implantados por governos de diferentes matizes ideológicos. Já a temática "reconhecimento" foi introduzida no país junto com as discussões sobre as diferenças, "bastante próximas das questões feministas e as do movimento *gay* (PINTO, 2008, p. 46). Mais recentemente, diferença e reconhecimento, entraram em discussão como uma questão de justiça social, assumida pelo movimento negro e por estudiosos dessa temática: "pobreza e negritude formaram um binômio quase sinônimo de distribuição e reconhecimento"(*Ibid*).

No caso do meu objeto de estudo, a não cidadania das trabalhadoras está relacionada à exclusão dos direitos sociais e de gênero (lembrando que gênero não está dissociado de classe e etnia), portanto, a problemática envolve distribuição e reconhecimento. Daí a contribuição para explicar a ação coletiva delas vem também de Nancy Fraser, que, juntamente com outros autores, entre os quais Axel Honneth, tem contribuído para lançar luzes na compreensão dos conflitos sociais contemporâneos.

De acordo com Honneth (2007), usa-se o conceito de "reconhecimeto" para estabelecer uma concepção da ordem moral na sociedade. Isso requer uma análise fenomenológica da "injúria moral."[30] Nessa abordagem, o papel central é desempenhado pela ideia de que os eventos experienciados como 'injustiça' forneçam a solução adequada para explicação inicial da conexão interna entre a moralidade e o reconhecimento. Segundo Honneth, as categorias centrais para a análise dos conflitos não são **distribuição igual ou igualdade econômica,** mas sim 'dignidade' e 'respeito' (HONNETH, 2007, p. 79).

Assim, na visão do mencionado autor, é fácil demonstrar a diferença entre ofensa e mero infortúnio. Não parece difícil explicar que, no primeiro caso, deve haver um elemento de

[30] A elaboração teórico-política de Honneth é complexa e não é nosso objetivo explicá-la em suas minúcias . Diz-se, de passagem, que ele se baseia nos escritos de Hegel e os inter-relaciona à psicologia de Mead para desenvolver sua análise sobre a luta por reconhecimento como objeto da filosofia política.

reconhecimento negado, enquanto, no segundo, não há lugar para esse tipo de inferência. A noção de reconhecimento está intimamente ligada a três padrões. Respaldado na teoria apreendida nos escritos de Mead e de Hegel, Honneth identificou três modos separados de reconhecimento recíproco: a) amor; b) ordem legal; c) solidariedade (HONNETH, 2007).

Para cada reconhecimento, o autor identificou um desrespeito correspondente ou vice-versa. O primeiro desrespeito relaciona-se a maus-tratos físicos, o que pode gerar a "morte - psicológica", por exemplo a tortura e o estupro (HONNET, 2007, p. 82-85). No caso, a injúria física se tornará injustiça moral se as vítimas as enxergarem como ação que intencionalmente tenha desprezado um aspecto central do bem-estar pessoal delas (*Ibid*). Para esse desrespeito, o reconhecimento se dá pelo amor. Assim, o reconhecimento se constitui na relação com os outros. O segundo desrespeito reside na negação dos direitos o que pode levar a segundo o autor "morte social". Em outras palavras, quando ao indivíduo se negam os direitos morais e as responsabilidades que dão forma à sociedade na qual ele se inseriu, causa-se-lhe a exclusão social. Logo o reconhecimento se relaciona à ordem legal, que implica a aceitação do indivíduo pelos outros na sociedade, como portador de direitos iguais (HONNETH, 2007, p. 86). O último desrespeito é negar ao indivíduo a estima social, ou seja, "[...] a depreciação do valor social das formas de auto-realização do mesmo". No caso, o indivíduo, ou o grupo, é recusado e visto com depreciação e insulto por causa do seu estilo de vida. O reconhecimento implica no fato de os indivíduos adquirirem "uma medida de auto-estima", ou seja deverão sentir-se aceitos em suas habilidades e estilos de vida, por meio da solidariedade de todos na comunidade (*Ibid*, p, 87). Assim, que para Honneth, as três formas de desrespeito exigem por parte do indivíduo, ou grupo, o autoreconhecimento da negação e, ao mesmo tempo, o reconhecimento por parte também dos outros. Desse modo, à medida que os indivíduos ou grupos se auto-reconhecerem como sujeitos prejudicados pelo desrespeito, lutarão pelo seu reconhecimento. Em tal cenário, distribuição seria consequência da luta por reconhecimento.

> Os conflitos sobre distribuição [...] são sempre lutas simbólicas pela legitimidade do dispositivo sociocultural que determina o valor das atividades atribuídos à contribuição. Desta forma as próprias lutas pela distribuição, ao contrário da hipótese de Nancy Fraser, estão travadas em uma luta por reconhecimento (HONNETH, 2007, p. 92).

Para Fraser, porém, o entendimento é outro: em princípio, a luta por reconhecimento se dá em cenário de "desigualdade material exacerbada, na renda e posse de propriedade; no acesso a trabalho assalariado, educação, cuidado de saúde e lazer; mas também, e ainda mais surpreendente, no consumo de calorias e exposição a toxidade ambiental" (FRASER, 2001, p. 246). Diante disso, ela não concorda com o imaginário teórico e político que considera a luta por reconhecimento apenas em noções de identidade e dominação cultural. A autora busca uma teoria que combine, ao mesmo tempo, política cultural da diferença com política social de desigualdade, pois, segundo ela, a justiça social requer reconhecimento e redistribuição.

De acordo com Fraser, com a perda da centralidade do conceito de classe na era pós-socialista, as reivindicações dos movimentos sociais com base em identidades tendem a predominar em detrimento das lutas por redistribuição. Os conflitos de classes são tendencialmente suplantados por conflitos de *status* social advindos da dominação cultural (FRASER, 2001). Sua preocupação reside na desconexão entre as duas dimensões dos conflitos sociais – a econômica e a cultural –, pois ambas, para a autora, estão normalmente associadas. O desafio dela é como conceituar reconhecimento cultural e igualdade social, de maneira que uma demanda não enfraqueça a outra. Já para Honneth, todas as demandas por justiça distributiva podem ser bem explicadas com ajuda de categorias normativas, que emergem da teoria do reconhecimento.

Por sua vez, Fraser considera as reivindicações por redistribução como aquelas que enfatizam a injustiça socioeconômica, em outras palavras, as enraizadas na estrutura político-econômica. Já as reivindicações por reconhecimento buscam vencer as injustiças culturais. As ações para enfrentam tais injustiças centram-se na destruição de padrões sociais de comportamento e de interpretações tidos como consenso e permeados por preconceitos. De acordo com a autora, analiticamente se pode perceber as injustiças separadas, mas, na prática, ambas estão interligadas: "Até mesmo as instituições econômicas mais materiais têm uma dimensão cultural constitutiva, irredutível; estão atravessadas por significados e normas" (FRASER, 2001, p. 251). Nesse sentido, "injustiça econômica e cultural estão normalmente imbricadas, dialeticamente, reforçando-se mutuamente" (Idem). Partindo desse entendimento, a autora formulou a seguinte explicação para a subordinação de algumas categorias:

> Normas culturais enviesadas de forma injusta contra alguns são institucionalizadas no Estado e na economia, enquanto as desvantagens econômicas impedem participação

> igual na fabricação da cultura em esferas públicas e no cotidiano. O resultado é frequentemente um ciclo vicioso de subordinação cultural e econômica. (FRASER, 2001, p. 251).

Diferentemente de Honneth, Fraser prefere chamar de injustiça o que ele chama de desrespeito e, para cada tipo de injustiça, ela propõe um remédio. Assim, o remédio para injustiça econômica é a reestruturação político-econômica de algum tipo, o que poderá envolver "redistribuição e renda, reorganização da divisão do trabalho, sujeitar investimentos a tomada de decisão democrática ou transformar outras estruturas econômicas básicas". Isso equivale a distribuição (*Ibid*). Já o remédio para injustiça cultural consiste em algum tipo de mudança cultural ou simbólica, o que, segundo a autora, poderia envolver reavaliação positiva de identidades desrespeitadas e dos produtos culturais de grupos marginalizados, a valorização positiva da diversidade cultural e, ainda mais, envolver a transformação geral dos padrões societais de representação, interpretação e comunicação com o objetivo de alterar todas as percepções de individualidade. A esse grupo de remédios Fraser chama de reconhecimento (FRASER, 2001).

O polêmico debate entre Honneth e Fraser refere-se à política de distribuição e ao reconhecimento como questão de justiça social. A divergência reside no conceito de reconhecimento e na possibilidade de separá-lo ou não da noção de distribuição. Para Fraser, é possível pensar em distribuição e reconhecimento separadamente: a primeira diz respeito aos bens materiais; o segundo, aos bens culturais. Ambos constituem uma questão de justiça social, isto é, de *status*[31]. Já Honneth não reconhece a possibilidade de o material expressar em si, mas de expressar-se por meio do simbólico representado nas ações por reconhecimento. Enquanto, para Fraser, reconhecimento é questão de justiça, para Honnet, é questão de ética (FRASER, 2007).

Pelo exposto, ambos contribuem para se compreender o CMTR (PI), porém a contribuição de Fraser me parece mais pertinente, porquanto ela pauta sua reflexão de combate à subordinação das mulheres, abordando, para efeito de análise, separadamente, política de redistribuição e política de reconhecimento, ambas como condição para justiça de gênero (FRASER, 2002). Segundo ela, o centro normativo de concepção da justiça é a noção de

[31] Fraser trata o reconhecimento como uma questão de *status*. Dessa perspectiva, o que exige reconhecimento não é a identidade específica de um grupo, mas a condição dos membros do grupo como parceiros integrais na interação social.

paridade de participação. O não reconhecimento em Fraser não significa depreciação, deformação da identidade de indivíduos ou grupo, como para Honneth, mas, sim, subordinação social, ou seja, o indivíduo, ou grupo, é privado de participar como igual na vida social.

Nessa perspectiva, a justiça requer arranjos sociais que permitam a todos os membros adultos da sociedade interagir uns com os outros como parceiros (FRASER, 2007). Daí, ela estabelece duas condições para tornar possível a paridade de participação. A primeira, a distribuição dos recursos materiais, deve dar-se de modo a assegurar a independência e a voz dos participantes – condição objetiva da paridade de participação. Em tal concepção, o que impede a paridade de participação são formas diversas e níveis de desigualdades econômicas, razão por que devem ser excluídos os arranjos sociais que institucionalizam a privação, a exploração e as grandes disparidades de riqueza, renda e tempo livre. Isso impede algumas pessoas acessarem os meios e as oportunidades de interagir com outras como parceiras (FRASER, 2007). Já a segunda condição requer que os padrões institucionalizados de valoração cultural expressem igual respeito a todos os participantes e assegurem igual oportunidade para alcançarem a estima social. A fim de que haja condição intersubjetiva de paridade participativa, a autora propõe a exclusão de normas institucionalizadas que sistematicamente depreciam algumas categorias de pessoas e características a estas associadas. Nesse caso, como visto anteriormente, excluem-se, portanto, padrões institucionalizados de valores que negam a alguns grupos de pessoas a condição de parceiros integrais na interação, seja "sobrecarregando-os com uma excessiva atribuição de diferença, seja falando em reconhecer o que lhes é distintivo" (FRASER, 2007, p.12).

Trazendo a construção teórica de Fraser para o campo dos direitos e aplicando-a à luta das trabalhadoras rurais no Piauí, pode-se dizer, a luta por distribuição vincula-se à busca por direitos sociais básicos, como saúde, saneamento, estrada, educação, terra, crédito, dentre outros, e a luta por reconhecimento se relaciona à busca das mulheres pelos direitos políticos de participação e pelos direitos culturais ligados ao reconhecimento de gênero.

A história do CMTR (PI) aponta que, desde o início, as mulheres estavam atentas e desconfiadas de que, se continuassem a perseguir um conjunto desses direitos separados dos demais, não alcançariam efeitos positivos, no sentido de ampliar a cidadania das mulheres. Daí, na descrição da organização e da luta do CMTR(PI), encontrei as mulheres à busca de implementação de políticas públicas e de quebra de normas e valores que vinham desfavorecendo seu reconhecimento como pares capazes de participar na vida social em iguais

condições com os homens. Isso, de acordo com a justiça social teorizada por Fraser, significa a busca de "reconhecimento recíproco e igualdade de status" (FRASER, 2002 p. 69). A peculiaridade entre a luta das trabalhadoras rurais e a realidade analisada por Fraser é que, no Brasil, os sujeitos coletivos têm no Estado importante referência como poder público institucional, quando se trata da questão da distribuição e reconhecimento. Segundo Pinto (2008), em cenários de grande pobreza e desigualdades sociais, como o Brasil, urge resgatar o elo perdido entre distribuição, reconhecimento e o sujeito sobre o qual as ações operam. É junto ao Estado que as mulheres demandam o aparecimento de possibilidades de políticas de reconhecimento, a exemplo das conquistas em âmbito nacional, como o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) 1985, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2003 e a I Conferência Nacional e Plano Nacional de Política para as Mulheres 2004.

Diante do exposto, acredito contar com elementos teóricos suficientes para explicar a luta coletiva das trabalhadoras rurais por cidadania. Na seção subseqüente, trato da discussão metodológica durante a qual tento responder à seguinte questão: como observar a realidade, de modo a explicá-la por meio das teorias acima apresentadas?

4.5 Procedimentos metodológicos da pesquisa

A produção do conhecimento científico em qualquer campo da ciência, em especial no da sociologia, requer do pesquisador ou da pesquisadora cuidados essenciais: desde a definição do problema que pretende investigar na realidade social até à escolha adequada de teorias e metodologias que ajudem na construção de sua pesquisa e ofereçam relevância científica às novas descobertas.

Assim, considerando a natureza do objeto posto para a investigação e os objetivos da pesquisa delineados ao longo do texto, optei por utilizar métodos qualitativos, pois, por meio dele, seria facilitado o acesso aos significados elaborados pelas trabalhadoras rurais do CMTR (PI) na luta por cidadania. Dentre eles, destaco suas motivações, objetivos, práticas de luta (mediante a linguagem comum na vida cotidiana) por reconhecimento político e de gênero bem como por ampliação dos ganhos em relação aos bens e serviços públicos.

Quando situo a abordagem no âmbito qualitativo, não se trata necessariamente de escolha entre qualitativo e quantitativo, ou seja, descartar um e privilegiar o outro. Cada método tem sua

importância e ambos podem ser usados simultaneamente, conforme a natureza e o objeto da pesquisa. No entanto, ao estudar o CMTR (PI) no processo de construção de cidadania, percebi que talvez o método quantitativo se tornasse inviável pela precariedade dos dados e a variedade das fontes a serem buscados, bem como pelas imprecisões nas informações etc. Desse modo, julguei mais adequado usar a abordagem qualitativa.

Após discorrer acerca do objeto de estudo, do problema e hipótese levantados na introdução, no primeiro e no segundo capítulo, apresentei o debate teórico no terceiro e no quarto. Nesta seção, meu objetivo é expor de que modo defini e me apropriei das técnicas e realizei a coleta de dados bem como sua posterior análise.

Os procedimentos metodológicos adotados ajudam a traduzir e expressar o sentido dos fenômenos no mundo social. No caso específico, busco apreender como a luta das trabalhadoras rurais do CMTR (PI) por reconhecimento político e de gênero contribuiu para o maior acesso aos direitos sociais no processo de construção continuada da cidadania. É perseguindo a resposta a essa indagação que circunscrevo o universo empírico onde se concretizou a pesquisa.

Desse modo, posso adiantar que foi do quadro das sócias do CMTR (PI), cuja história, relatei com detalhes no capítulo II, que retirei as mulheres para compor a amostra no processo da investigação. Sobre os critérios usados para a escolha, detalho-os mais adiante. Convém lembrar ao leitor que o Coletivo é uma entidade civil, sem fins lucrativos e com as seguintes características: popular, democrática, autônoma, apartidária e de luta, com sede e foro na cidade de Teresina, capital do estado do Piauí, e base territorial de âmbito estadual (ATA, 14/11/1992).

Com relação às associadas, reza o art. 5º, do estatuto da associação, em anexo, que o número de membros se limita a 60 sócias, sem distinção de cor, credo religioso ou político. Tais mulheres devem participar ativamente das atividades da associação, realizando tarefas para a efetivação dos objetivos expressos no estatuto. O corpo de associadas compõe-se de três categorias: sócias fundadoras, efetivas e colaboradoras. Os objetivos do CMTR (PI) e os critérios usados pelo Coletivo para aceitação das associadas podem ser conferidos (capítulo 2).

Posto isso, passo à definição do período da investigação. No momento de delimitá-lo, senti certa dificuldade por causa da peculiaridade histórica do CMTR (PI). Esse, diferentemente dos muitos movimentos sociais populares no Brasil, nasceu já nos últimos anos da década de 1980 e atingiu a fase de maior expansão naquele estado, na década de 1990. Nessa década, o Estado brasileiro legitimou a política de liberalização da economia, diminuindo, assim, o poder

público de atender às demandas postas pela sociedade civil organizada, que reivindicava para si os direitos assegurados na C*onstituição* de 1988, a qual acabara de nascer.

A segunda década de vida do CMTR (PI) coincidiu com a terceira fase vivenciada pelos movimentos sociais populares no Brasil, situada na conjuntura política do governo de Luis Inácio Lula da Silva, caracterizado, a princípio, como o governo que assumia o compromisso de recuperar a capacidade de o Estado atender às demandas da sociedade civil. Para tanto, criou os conselhos e as conferências de políticas públicas em âmbitos nacional e estadual e, em âmbito municipal, nas áreas de políticas públicas de saúde, educação, assistência social, mulheres, juventude, promoção da igualdade racial e política urbana.

Diante do exposto, optei por trazer à tona a luta do CMTR (PI) referente às duas décadas de sua existência, o que facilitaria apreender, ao longo do percurso, elementos que apontassem para avanços na conquista da cidadania das mulheres, as dificuldades enfrentadas, com quem se relacionavam, bem como a compreender melhor os caminhos trilhados por elas na busca do reconhecimento de gênero, sua transformação em sujeito político coletivo e suas demandas por políticas publicas. Isso me levou a optar pela análise documental e pela observação participante. Então, por meio de ambas as técnicas, procurei fazer a reconstrução histórica do referido coletivo no capítulo II.

Para tanto, participei de quatro assembleias anuais no decorrer da pesquisa: uma em dezembro de 2006; outra em 2007; a terceira em 2008; e, por último, a assembleia comemorativa dos 20 anos em 2009. Em cada uma delas, eu registrava os acontecimentos mais gerais, como, por exemplo, o tema discutido, o número de participantes, os problemas levantados pelas mulheres, os desafios, as propostas formuladas e os planejamentos. Em seguida, eu organizava tudo em forma de relatórios. Isso me levou a perceber as estratégias usadas por elas em busca de seus objetivos. Apreendi como se relacionam entre si, quem tem mais facilidade de expressão, o grau de consciência política delas, os conflitos mais frequentes, as conquistas apontadas, os entraves, as maiores dificuldades, os temas mais pertinentes, os rumos que o Coletivo foi tomando, a relação deste com a luta mais ampla das mulheres, as tendências gerais, a luta contra a opressão e pela ampliação dos direitos sociais, por maior participação política e assim por diante.

No ano de 2007, mais precisamente em novembro, participei de uma assembleia regional em Caruaru, na sede do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, citado no capítulo 1. Ali, pude encontrar representantes dos grupos de mulheres trabalhadoras rurais de todo

o Nordeste. Meu olhar, porém, voltou-se para o comportamento das trabalhadoras do Piauí: seu posicionamento no grupo maior, a contribuição delas para reflexão em âmbito mais abrangente; a capacidade de intervir no conjunto maior da luta das mulheres; os conflitos de ideias dentro do próprio grupo das trabalhadoras. Isso foi importante para perceber que a questão do reconhecimento das mulheres se dá também no âmbito interno, que nem sempre elas se sentem contempladas ou se reconhecem totalmente representadas pelo movimento, daí os conflitos. Também percebi divisões internas, tendências ideológicas etc. Descobri, no mesmo encontro, que o CMTR (PI) estava participando do projeto de formação das trabalhadoras rurais do qual resultou um livro didático intitulado *Estrada da sabedoria* (MMTR-NE, 2006), usado hoje, em toda região, para formação básica das mulheres. Isso, além de indicar visibilidade delas, fez-me compreender melhor aquela realidade, porque as conquistas em relação à cidadania apontadas por elas não se restringiam às conquistas buscadas pelo Coletivo.

Em agosto 2008, participei de uma oficina de formação no município de São João do Arraial na qual proferi uma palestra intitulada *Mulher, política e cidadania***.** Assim, pude contribuir com o debate e observar a ação das mulheres do CMTR (PI) no trabalho de formação na base. Participaram dessa oficina cerca de 35 mulheres provenientes de diversas comunidades e de diferentes tipos de engajamento no campo, em busca de formação política (considerando a proximidade das eleições municipais) e de troca de experiência relacionada aos grupos de produção, à saúde e à sexualidade.

Outro passo importante para a reconstrução histórica do CMTR (PI) foi a pesquisa documental (durou cerca de três meses). Realizei-a nos arquivos da sede do Coletivo situada na cidade de Teresina, Piauí e de entidades parceiras, como Cepes em Esperantina, CPT e Cáritas em Teresina. Nessas, também, colhi depoimentos dos coordenadores, pois eles haviam acompanhado o CMTR (PI) desde o início; logo, muito tinham a contribuir, inclusive a respeito da sua visão atual sobre a luta dessas mulheres e o reconhecimento delas como sujeito político autônomo.

As fontes documentais constituíram-se de atas, relatórios, planejamento, programação, projetos, cartilhas, folders e depoimentos de pessoas que ajudaram a organizar o CMTR (PI) e de suas parceiras atuais. Apesar de as trabalhadoras rurais estarem mais voltadas para a tradição de transmissão oral do conteúdo de sua luta, encontrei bastante informação nos arquivos, embora registrada de forma simples e sem preocupação com a precisão dos detalhes. Muitos dados se

perderam; alguns momentos significativos não foram registrados, como, por exemplo, as respostas às reivindicações enviadas por meio dos documentos às instituições públicas e outros acontecimentos relevantes, o que tentei recuperar depois, por meio de conversas informais e nas próprias entrevistas.

Diante disso, decidi classificar todo o material cronologicamente, de acordo com o tipo de suporte da fonte. Assim, o tempo só me possibilitou trabalhar os documentos impressos, por exemplo, atas, relatórios, boletins, informativos, cartazes, projetos circulares, cartilhas etc. Deixei de fora então, um rico acervo fotográfico, álbum de cartazes, vídeos e fitas cassete. Apesar de interessantes, percebi que a ausência deles não empobreceria o meu trabalho, considerando, o limite do tempo.

Na análise documental, procurei deter-me mais no aspecto histórico, visando à reconstrução histórica do próprio Coletivo: a formação política e de gênero, as ações das mulheres, as demandas, os programas, os conflitos, as formas de resistência, as estratégias, as parcerias, enfim, as conquistas mencionadas por elas.Em suma, o contato direto com as mulheres e sua realidade no processo de observação, a análise documental e os depoimentos dos representantes das instituições parceiras proporcionaram escrever em detalhes a organização, o desenvolvimento e a atuação política do CMTR (PI) como visto no capítulo 2. Pude perceber, ao concluir a história do CMTR (PI), que essa apontava os mesmos indicadores levantados anteriormente, ou seja, participação das mulheres em outras organizações, enfrentamento das relações desiguais de gênero na família e na sociedade e de indícios de ganhos materiais no campo dos direitos sociais. Outro ganho relevante, no processo da observação participante, foi a maior clareza para a composição da amostra para as entrevistas.

4.6 A composição da amostra e os desdobramentos da pesquisa

A princípio, pretendi entrevistar as 60 sócias do CMTR (PI), conforme aponta o estatuto; porém, à medida que me aproximava da realidade, percebia que apenas 30 a 38 sócias vinham assinando as últimas atas das assembleias. Parte significativa da presença das mulheres nas referidas assembleias devia-se ao fato da abertura para outros engajamentos sociais, como sindicato, associações, CPT, MMQCB etc.

Ainda, de acordo com os relatórios das atividades, conforme consta no capítulo 2, a quantidade daquelas que estavam desenvolvendo atividades nos municípios coordenadas pelo CMTR (PI) era também reduzida. Diante disso, em algum momento, pensei trabalhar só com as mulheres da coordenação, porque eu as encontrava com mais frequência; porém isso me levaria a perceber o CMTR (PI) na sua luta por cidadania apenas sob o ponto de vista das mulheres da coordenação. Tentei, ainda, via sindicatos, manter contato com um número maior de mulheres associadas, mesmo as que não estavam desenvolvendo atividades em seus municípios, mas não obtive êxito. As distâncias, a ausência de telefone nas suas localidades, a falta de endereço certo para possível correspondência, o limitado tempo programado para a pesquisa de campo, bem como os recursos disponíveis levaram-me a optar por trabalhar as mulheres associadas que, naquele momento, desenvolviam atividades em seus municípios. Desse modo, a pesquisa contou com a participação de 23 mulheres: 12 da coordenação do CMTR (PI), 10 provenientes dos grupos de atividades desenvolvidas nas bases no período da pesquisa e uma sócia-colaboradora.

Em relação à escolha das mulheres dos grupos de base, foi decisiva minha participação nas oficinas de formação. Percebi a relevância de eleger como informantes mulheres dos grupos de base, pelo seu diferenciado nível de participação; sem pretensão de fazer comparação entre os grupos, e sim considerar o fato de estarem mais presentes na base, nos trabalhos com as comunidades, lidando com grupos de produção de formação das mulheres, o que poderia trazer maior riqueza para o trabalho.

A pesquisa contou, ainda, com a participação de uma sócia-colaboradora que exercia função relevante durante a caminhada da associação no campo da assessoria para as mulheres. Depois de longo período de observação e convivência com elas, amadureci a decisão de entrevistar as 12 mulheres que, na ocasião, coordenavam o CMTR (PI). Isso porque, como se tratava de pessoas presentes na entidade, desde sua fundação, e de recém-associadas com desenvoltura e capacidade de intervenção nas assembleias e lutas sociais, elas poderiam agir como interlocutoras das ações coletivas e da história daquela associação referente às suas duas décadas.

Os critérios para escolher as mulheres na base foram os seguintes: ser sócia do CMTR(PI) e haver participado de atividades coordenadas pela entidade nos municípios ou desenvolvido atividades a ela ligadas nos municípios supracitados. Assim, encontrei mulheres integrantes dos grupos de produção e as que ajudavam na articulação das mulheres de outros

engajamentos sociais nos municípios, para a formação conjunta com o CMTR(PI). Os grupos de base aos quais me refiro – convém lembrar – são os que se reuniam para atividades diversas nas comunidades, nos diferentes municípios: associações de mulheres, associações mistas, mulheres dos sindicatos, grupos de produção organizados pelas secretarias das prefeituras e os grupos de produção formados por mulheres de diferentes engajamentos sociais coordenados pelo CMTR(PI). Desses grupos, baseada nos critérios acima mencionados, elegi as mulheres a serem entrevistadas. Quando, no grupo, havia mais de uma associada, eu escolhia a que estava na associação há menos tempo no intento de apreender diferenciadas visões.

Ao definir a amostra entre as mulheres do CMTR (PI), acreditei dispor de olhares privilegiados que possibilitariam ampliar-me a capacidade de perceber os avanços na conquista do reconhecimento e da distribuição dos bens e serviços, bem como enriquecer o debate acerca da cidadania da trabalhadora rural.

A fim de preservar a identidade das trabalhadoras entrevistadas, decidi nomeá-las de modo que fosse possível identificar cada uma facilmente. Nomeei as mulheres da coordenação com nomes formados com as 12 primeiras letras do alfabeto: Amélia, Betina, Celina, Diva, Enertina, Francione, Guilhermina, Hilda, Iara, Joana, Lídia, Mariana. Quanto às não pertencentes à coordenação, atribuí-lhes o nome de flores: Rosa, Jasmim, Violeta, Sempre-Viva, Cravo, Buganvília, Lírio, Crisântemo, Orquídea, Tulipa, Vitória-Régia.

Definida a amostra, utilizei, como instrumento para coleta dos dados, a entrevista semiestruturada, pois essa me possibilitaria a elaboração de um roteiro com os aspectos a pesquisar e daria margem a que as mulheres falassem, com mais espontaneidade, dos temas propostos sem as limitações do questionário fechado.

Assim, no período de junho a dezembro de 2008, fiz contato prévio com as mulheres nos diferentes municípios: Piripiri, São João do Arraial, Batalha, Barras, União, Amarante, Campo Maior, Queimada Nova, Esperantina e Pio IX, ou seja, os 10 municípios onde se encontravam as coordenadoras do CMTR (PI) no período da pesquisa. Alguns contatos, realizei-os pessoalmente; outros, por meio da secretaria do CMTR(PI), de modo que, depois de muitas tentativas, tudo estava pronto para as entrevistas.

Organizada a agenda, arrumei meu material – caderno de campo, gravador e câmera fotográfica – e me pus a caminhar à procura das mulheres. A algumas tive acesso mais fácil: as residentes nos municípios mais próximos de Teresina, onde pude viajar de ônibus escolar junto

com os alunos, de moto-táxi, às vezes de bicicleta, de uma comunidade a outra. Outras a quem o acesso era mais complicado moravam nos municípios mais distantes; então, ou eu as encontrava viajando de ônibus de linha, ou viajava de pau de arara, porque, para alguns lugares, nem estrada havia.

Esse foi, de fato, o tempo de maior aproximação com o objeto de estudo em questão. Pude conviver com elas, sentir um pouco suas dificuldades, alegrias, desafios, medos, esperanças, desencantos e suas conquistas na vida. A família das trabalhadoras constituiu-se em lugar privilegiado para o estudo. Dali,foi esboçando-se um diário de campo com detalhes interessantes vivenciados no cotidiano delas: o relacionamento com os maridos, filhos, vizinhos; a divisão das tarefas na família; o relacionamento da mulher com a sua comunidade; as relações de poder; o que as pessoas falavam agora a respeito da trabalhadora rural; coisas relacionadas com a vivência prática da cidadania e o reconhecimento dos direitos no chão da vida das trabalhadoras. Isso foi possível, porque convivi com elas nas comunidades rurais; participei das atividades domésticas, de atividades políticas durante a campanha eleitoral; visitei os roçados comunitários; vivi momentos celebrativos na comunidade, como, por exemplo, festejo do padroeiro, casamento de familiares etc. Assim, pude observar as situações com as quais elas se deparavam normalmente no cotidiano e como agiam diante de tais situações. Enfim, dialoguei, para apreender suas interpretações sobre os acontecimentos observados.

Nesse sentido, busquei, por meio da entrevista, apreender o perfil das referidas mulheres; o que as teria movido a aderir ao movimento; as lutas desencadeadas; as estratégias para conciliar família, trabalho e luta no Coletivo; as tensões; as conquistas no campo dos direitos sociais e de gênero e, principalmente, quais os espaços de participação política já ocupados por elas.

Quanto às entrevistas nos chamados grupos de base, agendei com as trabalhadoras que os acompanhavam em cada município um encontro com as mulheres que os constituíam. Visitei a comunidade rural Zundão dos Binhas no município de União, onde os grupos de produção estavam envolvidos na criação de galinhas e roça comunitária, a comunidade rural quilombola chamada Tapuio, município de Queimada Nova, onde o grupo de base estava organizado e produzindo remédios caseiros e sabonete de aroeira; a comunidade de São Pedro, município de Morro do Chapéu, onde elas produziam o material de limpeza; a comunidade quilombola Cuia, município de Queimada Nova, onde elas fabricavam remédios caseiros e sabonetes; por fim, visitei a comunidade rural de Sobradinho, município de Pio Nono, onde o grupo variava de

atividade – às vezes, fazia pequenas roças comunitárias e, às vezes, confeccionava roupa ou artesanato.

As reuniões para as entrevistas ocorreram em espaços indicados por elas: na capela da comunidade, debaixo das árvores, no terreiro das casas ou na casa de reunião das comunidades. Pretendia com isso adicionar detalhes apreendidos por pessoas do CMTR (PI) em níveis diferenciados de participação. De fato, com as mulheres dos grupos de base, foi diferente, porque demonstravam maior dificuldade de se expressarem, ficavam mais tímidas. Então, procurei simplificar o roteiro de entrevista semiestruturada; outras vezes, conversava sobre as questões quando as entrevistadas demonstravam dificuldade de ler.

Dessa forma, eu concluí a coleta com rico material que, por motivos óbvios, não foi todo usado nesta tese. Em seguida, trato os dados de acordo com os objetivos propostos no trabalho. No próximo capítulo, procedo à analise, buscando responder à questão central e corroborar ou negar a hipótese levantada no decorrer da construção da tese.

4.7 Tratamento dos dados coletado

As informações obtidas nos documentos do Coletivo (cartilhas, atas, folders), as mensagens contidas nas entrevistas e os depoimentos das instituições parceiras, tratei-os por meio da técnica de análise temática dos conteúdos. A análise temática possibilitou que, em algumas categorias, como, por exemplo, distribuição e reconhecimento, os indicadores tivessem tratamento quantitativo e qualitativo. Então, sistematizei os dados quantitativos em forma de tabelas; já os qualitativos, foram tratados mediante a análise temática de conteúdo (BARDIN,1977).

Para demonstrar como ocorreu a leitura dos dados, disponibilizo algumas categorias de análise temática identificadas no referencial teórico e nos objetivos preestabelecidos para cada capítulo. Para a construção do capítulo 2, por exemplo, utilizei como categorias temáticas: o processo de estruturação e funcionamento do CMTR (PI), formação política e de gênero, dilemas e conflitos, parceiros e aliados e principais demandas. A leitura transversal do material se deu com base nas categorias temáticas eleitas. Durante tal leitura, construí indicadores de qualidade e ou quantidade presentes nos textos – isso está detalhado nos próximos capítulos, nos quais procuro estabelecer o perfil das mulheres entrevistadas, espaços de participação das mulheres na

conquista da cidadania, bem como, conquistas no campo das políticas públicas, conquistas no âmbito do reconhecimento de gênero além dos avanços na construção da justiça social, consequentemente, da cidadania.

CAPÍTULO 5

O PERFIL DAS MULHERES ENTREVISTADAS DO CMTR (PI)

5. 1 Apresentação das entrevistadas e alguns elementos da realidade social no momento de suas falas

Com o objetivo de facilitar análise dos sentidos que emergem do material colhido nas entrevistas, relatos e demais fontes de coleta, busco aqui situar a realidade vivida pelas trabalhadoras e trazer alguns aspectos do lugar e da condição a partir da qual elas continuavam sua luta para conquista e construção da cidadania. Tais mulheres provieram de diferentes municípios onde o CMTR (PI) funcionava no momento da pesquisa, conforme aponta a tabela abaixo.

TABELA 1: Distribuição das mulheres nos municípios por tipo de participação no movimento

Municípios	***Mulheres ligadas à coordenação***	***Mulheres ligadas aos grupos de base***	**Total**
Amarante	01	01	02
Barras	01	01	02
Batallha		01	01
Esperantina	01		01
Morro do Chapéu	02	01	03
São J. Do Arraial	01	01	02
Piripiri	01	01	02
União	02	02	04
Pio IX	02	01	02 01
Queimada Nova	01	02	03
TOTAL	**12**	**11**	**23**

Como mencionado anteriormente, o universo desta pesquisa consiste das 60 sócias da associação e mais de 400 mulheres que indiretamente estão relacionadas às ações da referida entidade e a sua luta por cidadania. Porém, por causa do processo de desarticulação ou de rearticulação enfrentado pelo CMTR (PI) no momento da pesquisa, conforme narrado no capítulo 2, a amostra usada na tese limitou-se a 23 mulheres pertencentes ao quadro das associadas que estavam desenvolvendo atividades. Foram elas:

Amélia residia na sede do município de Amarante. Ela é aposentada, separada, mãe de dois filhos, católica integrante da CEB, sindicalizada, filiada ao PT, trabalhadora rural desde os 7 anos de idade e sócia-fundadora do CMTR(PI);

Betina residia em um assentamento rural do município de Morro do Chapéu. Casada, mãe de dois filhos, católica integrante da CEB, filiada ao PT e sindicalizada, entrou na luta desde a juventude.Trabalhava na agricultura e quebrava coco.Era presidente da associação de produtores rurais de sua comunidade e sócia fundadora CMTR (PI);

Celina, morava na sede do município de Pio IX. Separada, mãe de três filhas, católica integrante da CEB, filiada ao PT e sindicalizada, por desentendimento, havia passado para o PMDB. Um expediente trabalhava como zeladora de colégio e outro, na agricultura. Sócia-fundadora CMTR (PI);

Diva, aposentada, viúva, mãe de seis filhos, católica integrante da CEB, filiada ao PT e sindicalizada, morava numa comunidade rural no município de Esperantina, onde lutava por desapropriação há 25 anos. Praticava a agricultura e quebrava coco. Sócia-fundadora do CMTR(PI);

Enertina, viúva, mãe de seis filhos, aposentada, católica integrante da CEB, filiada ao PT e sindicalizada, residia na sede do município de União. Não mais trabalhava na agricultura; dedicava todo seu tempo às lutas sociais, inclusive estava fundando novo sindicato no seu município. Sócia-fundadora do CMTR (PI);

Francione, solteira, um filho, católica integrante da CEB, filiada ao PT e participante da CPT, morava na sede do município de Pio Nono com a família e trabalhava na agricultura. Sócia efetiva do CMTR (PI);

Guilhermina, casada, mãe de quatro filhos, católica integrante da CEB, filiada ao PT, sindicalizada, residia e trabalhava em terra arrendada no município de Piripiri. Teve participação direta no primeiro governo do PT no estado do Piauí (2002-2004), na Secretaria Especial de Gênero. Socia-fundadora do CMTR (PI);

Hilda, solteira, mãe de dois filhos, católica integrante da CEB, filiada ao PT, curso superior incompleto, sindicalizada, é assentada no município de Barras, porém, no momento morava com os pais velhinhos na sede do município. Entrou na luta sindical aos 15 anos. É sócia-fundadora do CMRT (PI);

Iara, separada, mãe de cinco filhos, católica integrante da CEB, filiada ao PT, sindicalizada, residia na sede do município no Morro do Chapéu. Trabalhadora rural e quebradeira de coco. Secretariava o sindicato. Sócia-efetiva do CMTR (PI).

Joana, casada, mãe de quatro filhos, católica integrante da CEB, sindicalizada e filiada ao PT, trabalhava na agricultura, mas não tinha terra. Sócia-efetiva do CMTR (PI);

Lídia, solteira, sem filho, católica integrante da CEB, estava presidindo o sindicato dos trabalhadores em seu município, residia e trabalhava em terra de quilombo, no município de Queimada Nova, fazia parte da Associação Estadual das Comunidades Quilombolas integrava o conselho do programa de erradicação da pobreza do Estado e era candidata a vereadora pelo PT depois conseguiu eleger-se. Sócia-fundadora do CMTR (PI);

Mariana, casada, mãe de oito filhos, aposentada, católica integrante da CEB, sindicalizada, filiada ao PT, iniciou a luta pela terra ainda em 1983 e integrou a CUT. Trabalhava, no momento da pesquisa, como agricultora e quebrava coco; morava no assentamento rural no município de São João do Arraial. Sócia-fundadora do CMTR (PI). Essas as integrantes da coordenação no período da pesquisa.

E ainda:

Rosa, casada, mãe de cinco filhos, católica, sindicalizada, coordenava a secretaria de mulheres do sindicato do município. Integrante do grupo de mulheres do município, trabalhava na agricultura familiar, terra arrendada, e residia na sede do município de São João do Arraial. Sócia-efetiva do CMTR (PI);

Jasmim, casada, mãe de cinco filhos, católica integrante da CEB, da CPT, Associação de Mulheres, sindicalizada, filiada ao PT, residia no assentamento no município de Barras. Socia-fundadora do CMTR (PI);

Violeta, casada, mãe de um filho, sindicalizada, membro da Assembleia de Deus, fazia parte do CEDH, participava do fórum de assentamentos e presidia a Associação de Mulheres. Residia no assentamento das mulheres organizadas na zona rural de Piripiri. Sócia-efetiva do CMTR (PI);

Sempre-Viva, casada, mãe de dois filhos, católica integrante da CEB, participava da pastoral da criança. Filiada ao PT, sindicalizada, quilombola, trabalhava na agricultura familiar e coordenava também o grupo de produção de remédio caseiro de sua comunidade. Residia na zona rural de Queimada Nova. Sócia-efetiva do CMTR (PI);

Cravo, casada, mãe de três filhos, católica integrante da CEB, sindicalizada, era tesoureira do sindicato e trabalhava na agricultura em terra de herança, além de fazer parte do grupo de artesanato de sua comunidade, município de Pio IX. Sócia efetiva do CMTR (PI);

Buganvília, mãe de um filho, católica, sindicalizada, agricultora e agente de saúde, fazia parte do grupo de produção e trabalhava em terras arrendadas. Residia na sede do município, Amarante. Sócia-efetiva do CMTR(PI);

Lírio, casada, mãe de dois filhos, católica integrante da CEB, sindicalizada, militante do PT, estava candidata à vereadora, assentada urbana, fazia parte da Associação de Mulheres. Trabalhava na agricultura grupo de produção da roça comunitária, mas residia na zona urbana de União. Sócia-efetiva do CMTR (PI);

Crisântemo, casada, cinco filhos, católica integrante da CEB, sindicalizada, militante do PT e integrante da Associação de Mulheres da CPT e assentada, trabalhava na agricultura, quebrava coco e participava do grupo de produção Morro do Chapéu. Sócia-efetiva do CMTR (PI).

Orquídea, casada, seis filhos, católica integrante da CEB, sindicalizada, fazia parte da Associação de Moradores e da Associação de Mulheres. Trabalhava na agricultura, em terra de herança, e fazia parte do grupo de produção na criação de galinha caipira. Morava na comunidade rural do município de União. Sócia- fundadora do CMTR(PI);

Tulipa, solteira, sem filho, católica integrante da CEB, Pastoral da Criança, sindicalizada, filiada ao PT, quilombola, participava do movimento de consciência negra, grupo de capoeira. Trabalhava na agricultura e no grupo de produção. Residia com os pais na comunidade quilombola, no município de Queimada Nova. Sócia-efetiva do CMTR(PI);

Vitória Régia, casada, mãe de dois filhos, católica integrante da CEB, funcionária pública municipal (professora), sócia do Cepes, fazia parte do conselho pastoral comunitário da paróquia de Batalha onde residia, e atuava na assessoria para as bases e para a coordenação Sócia-colaboradora do CMTR (PI).

Essas, de acordo com os critérios estabelecidos no capítulo 4, estavam engajadas ou desenvolviam atividades ligadas à base em seus municípios. Dentre elas, oito encontravam-se engajadas nos grupos de produção coordenados pelo CMTR (PI) e três (Buganvlía, Jasmim e Violeta) atuavam na articulação das mulheres de diferentes engajamento – CPT, MIQCB e sindicato – nos quais elas estavam engajadas com o CMTR (PI), principalmente em atividades de formação oferecida àqueles municípios.

Morro do Chapéu, União, Pio IX e Queimada Nova aparecem com maior número de mulheres, porque nos três primeiros, moravam duas mulheres da coordenação no mesmo município. Já em União e Queimada Nova no momento da pesquisa, dois grupos de produção funcionavam em cada um deles. O fato de estarem nos grupos de base não significa que todas fossem sócias efetivas, assim como nem todas engajadas na coordenação sejam sócias-fundadoras, ou seja, havia sócias-fundadoras e sócias-efetivas tanto na coordenação do CMTR (PI) quanto nos grupos de base. As mulheres que hoje atuam na coordenação continuam, na medida do possível, vinculadas às atividades nas bases. No momento da pesquisa, a associação se voltava sobretudo para três atividades: a formação das trabalhadoras rurais nos municípios pesquisados, o acompanhamento aos grupos de produção e a tentativa de rearticular as atividades do CMTR(PI) em maior número de municípios. Para o ano de 2010, previa-se a rearticulação em mais dois municípios. Desse modo, as informações oferecidas pelas mulheres entrevistadas e alguns dados de sua realidade constituíram o núcleo principal dos dados aqui apresentados.

Moravam na sede de seus municípios oito delas: Amélia, Celina, Ernestina, Francione, Hilda, Iara, Rosa e Lírio. As demais, nas comunidades rurais dos municípios já mencionados. Ali, suas casas eram construídas próximas umas das outras – geralmente o vizinho mais próximo era um parente. Exceto uma delas que não possuía casa própria, todas as outras moravam em casas que ofereciam, segundo elas, um padrão mínimo de segurança, ou seja, paredes seguras de tijolos, porta e chave.

Porém nem todas as casas das trabalhadoras tinham esse padrão, pois algumas ainda eram de barro cru ou, como chamavam, de adobe em condições precárias. Isso vem confirmar,

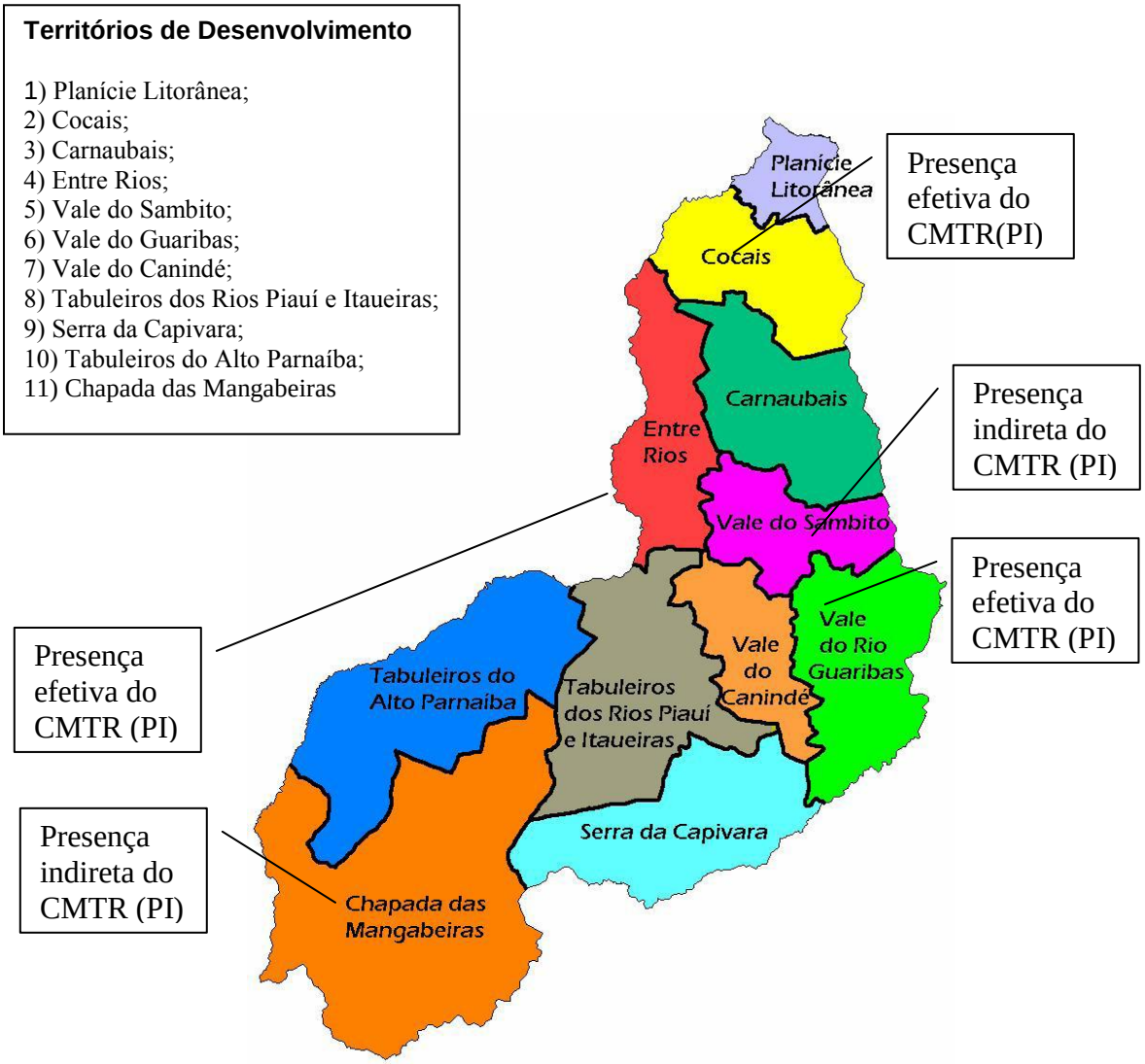
em parte, os dados sobre o *deficit* habitacional do Piauí apresentados no Seminário da Região Nordeste sobre Habitação, realizado em Recife, em novembro de 2007. Naquele evento, apontou-se um *deficit* habitacional rural no Piauí de 0,06 milhões, o qual corresponde a 21,7% de habitações dignas, que satisfazem à necessidade da população rural.

De acordo com as entrevistadas, quase todas as trabalhadoras dividiam o seu tempo entre as atividades da roça, trabalhos alternativos para complementação de renda e atividades de cunho social, político e religioso. A maioria eram mulheres casadas e mães, umas com filhos pequenos e outras já aposentadas. Mas havia também aquelas não casadas, e com filhos; algumas não casadas e sem filhos e duas viúvas.

A maioria das entrevistadas no momento da pesquisa trabalhava nas comunidades rurais, com exceção de duas da coordenação: estavam aposentadas, moravam na cidade e não mais trabalhavam na roça. Pude constatar que, em geral, conviviam ainda com inúmeras dificuldades em suas comunidades, a começar pelas necessidades básicas, como saúde, educação, estradas, água, transporte, inclusive as condições para um trabalho digno no cultivo do solo. Dentre as muitas dificuldades, destaca-se a pobreza – um dos elementos mais presentes na vida das famílias das trabalhadoras rurais e da população em geral no Piauí. Apesar de se tratar de um estado onde cresce a olhos vistos a implantação do agronegócio (principalmente na produção de carne e grão), os municípios padecem da realidade da exclusão social. No mapa subseqüente, apresento a localização das ações diretas e indiretas do CMTR (PI) de acordo com a divisão territorial do Estado.

Segundo dados Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí, 2004, a divisão do Estado por regiões, reconhecidas pelos órgãos governamentais, se dá baseada em outros critérios, e não os usados pelas trabalhadoras rurais, como visto no capitulo 2. Hoje, por exemplo, a organização se dá da seguinte forma: o estado está organizado em quatro macrorregiões e onze territórios de desenvolvimento. As macrorregiões são: a) litoral, b) meio-norte, c) semiárido, d) cerrado (ver tabela anexo). Os territórios de desenvolvimento são: I e II, (as planícies litorânea e cocais); territórios III e IV, (carnaubais e entre os rios); territórios V, VI, VII e VIII, (Vale do Sambito, Vale do Rio Canindé e Serra da Capivara); território de desenvolvimento IX, X, XI, (vale dos rios Piauí e Itaueiras, tabuleiro do Alto Parnaíba e Chapada das Mangabeiras).

Mapa territorial do estado do Piauí – 2004[32]



Os municípios de Barras, Batalha, Piripiri, Esperantina, Morro do Chapéu e São João do Arraial fazem parte do território do desenvolvimento II, denominado território dos Cocais. Já Amarante, União e Teresina estão inseridos no território de desenvolvimento IV, denominado de Entre Rios; e Pio Nono e Queimada Nova fazem parte do Vale do Guaribas.

As atividades econômicas realizadas na zona rural, nessas regiões incluem a extração vegetal e a agricultura. Algumas trabalhadoras – sobretudo as que habitam a região dos cocais – extraem amêndoa do coco-babaçu, pó da carnaúba e da amêndoa do tucum como atividades complementares de renda.

[32]Fonte: Plano de ação para o desenvolvimento integrado da região dos cocais. SEPLAN/CODEVASF, 2004

Em relação à agricultura, há a permanente e a temporária. Constitui a agricultura permanente: o cultivo da banana, da castanha de caju, da laranja, do limão e da manga. Constitui a agricultura temporária: o cultivo do algodão, do arroz, da cana-de-açúcar, do feijão, da mandioca, do milho e da soja. A soja, o algodão, o milho e a cana principalmente se tornaram produtos de exportação, alvo do investimento do agronegócio no estado e da produção em forma do monocultivo.

Apesar de os últimos dados da PNAD 2008 indicarem crescimento econômico no campo, no estado do Piauí, os indicadores sociais presentes na realidade de onde as entrevistadas emitiram suas falas apontavam para a persistência da exclusão social naqueles municípios. Porém isso não é exclusividade de tais municípios, pois o estado do Piauí e outros do Nordeste ainda se encontram em elevado grau de exclusão social. Os indicadores sociais do Piauí contidos nos documentos da fundação Cepro[33] apontam que, em cada um dos municípios onde as mulheres entrevistadas residiam, o índice de exclusão social é extremamente alto, conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela 2: Índice de desenvolvimento humano e de exclusão social por município

Tabela 2: Índice de desenvolvimento humano e de exclusão social		
MUNICÍPIO	**IDH-M**	**ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL**
Amarante	0,630	0,349
Barras	0,581	0,321
Batalha	0,553	0,311
Esperantina	0,591	0,337
Morro do Chapéu	0,519	0,276
Pio IX	0,572	0,3

[33] De 2003 e 2005. Em 2003, a fundação lançou o livro *Atlas da exclusão social no Piauí*: *a herança deixada.* Em 2005 Lançou a *7ª edição do Piauí em número.*

		34
Piripiri	0,641	0,3 72
Queimada Nova	0,531	0,3 12
São João do Arraial	0,528	0,3 02
União	0,601	0,3 28
Teresina	0,767	0,5 21

Fonte*:* *Piauí em números 2005*,7ªedição

De acordo com os resultados dispostos na tabela, verifiquei que a maioria dos municípios onde residiam as entrevistadas evidenciava IDH relativamente baixo – média de (0575) – comparado com o de Teresina (0,767). Como já havia índices de crescimento nos municípios relacionados, espera-se que o próximo censo aponte alteração positiva nos índices gerais da realidade social, haja vista o volume de recursos que os governos federal[34] e estadual vêm aplicando, em especial na educação, na saúde, na reforma agrária, na infraestrutura e na erradicação da pobreza, conforme sugerem os programas. Mas a verdade é que os números disponíveis sobre a realidade estudada estão ainda aquém do esperado.

Quanto ao índice de exclusão social, a situação era ainda mais crítica. De acordo com os dados da fundação Cepro (2005), tal índice não deveria ser menor que 0,5, porém constata-se um índice médio de (0,3242). Esse resultado reflete baixo desenvolvimento dos referidos municípios cujo PIB médio é de 1.989,49; também muito baixo em relação ao de Teresina, que é de 4.553,00, PIB relativamente baixo.

Percebe-se que se trata de uma realidade cujos problemas sociais, econômicos e ambientais, de modo geral, estão longe de encontrar soluções satisfatórias. Hoje as trabalhadoras rurais figuram como um sujeito a mais em busca de mudanças nesse cenário rural, em contínuas disputas. As mudanças propostas pelas trabalhadoras rurais do CMTR (PI) não só visam às

[34] Os investimentos do governo federal no Piauí podem ser encontrados no portal federal, por meio do *site*: http://www.brasil.gov.br/

transformações sociais no sentido das desigualdades de classes, mas também consideram as múltiplas ou tríplices desigualdades nas relações sociais nas quais as mulheres estão inseridas. Assim, elas reivindicam reconhecimento de gênero e maior acesso aos bens e serviços como condição para sua cidadania. Nesse sentido, ganha relevância conhecer melhor o perfil das mulheres entrevistadas.

5.1. 2 A idade das mulheres entrevistadas

Em relação à idade, as mulheres entrevistadas estavam na faixa entre 22 a 70 anos (ver tabela 03 a seguir). Pelo visto, o CMTR (PI) continuava atraindo para seu quadro associadas de diferentes idades.

Tabela 3: Faixa etária das mulheres entrevistadas, segundo participação no movimento

Faixa etária	***Mulheres ligadas à coordenação***	***Mulheres ligadas aos grupos de base***	**Total**
22 - 38	02	05	07
40 - 49	01	05	06
50 - 60	04	01	05
61 - 70	05	-	05
TOTAL	**12**	**11**	**23**

A amostra aponta para um percentual homogêneo na faixa dos 50 aos 60 anos e dos 61 aos 70 anos. Nota-se também leve predominância de mulheres relativamente jovens (entre 22 e 38 anos), seguida das entre 40 e 49 anos. Isso indica, de certo modo, que a carência em relação

ao reconhecimento político e de gênero e, consequentemente, dos direitos pertinentes aos bens e serviços públicos atinge as mulheres trabalhadoras rurais em todas as idades. Ao contrário do que apontam outros estudos – de que as mulheres se envolviam com seu movimento na faixa dos 20 aos 50 anos idade (FARIAS, 2001) –, o CMTR (PI) congrega trabalhadoras em diferentes estágios da vida. O fato de haver um número maior de mulheres com mais idade na coordenação do CMTR(PI), sugere, a meu ver, que as mulheres confiavam na experiência acumulada pelas suas companheiras para gerir o movimento naquele momento de rearticulação, porém não posso afirmar isso como regra geral, pois a coordenação do CMRT(PI) é feita em rodízio com eleição de três em três anos.

Para assegurar esse processo participativo, a entidade recorreu a algumas estratégias que têm favorecido a participação das mulheres em diferentes momentos de suas vidas, na luta pelos direitos. Além do processo de grande mobilização das trabalhadoras ocorrido nos anos de 1988 a 1995 (período durante o qual o CMTR (PI) contou com o apoio expressivo da CPT, Caritas, das CEBs e com o apoio financeiro de organizações internacionais a exemplo da Oxfam), a associação permitiu que as trabalhadoras rurais trouxessem seus filhos, em qualquer idade, para as reuniões. Assim, em vários encontros, muitas mães participantes estavam acompanhadas com bebês ou crianças maiores. Isso tem beneficiado as mães mais jovens com dificuldade de sair de casa por causa dos cuidados com os filhos pequenos. Dentre as demais atividades, o CMTR (PI) vem desenvolvendo, ao longo dos anos, trabalhos que envolvem a família, como, por exemplo, as palestras ministradas nos municípios ou nas comunidades onde moram as trabalhadoras, quer seja no campo da saúde, da discussão de gênero e ou de outras temáticas. Essa estratégia constitui uma tentativa de ampliar a consciência de gênero na família, ambiente, por excelência, da configuração das relações de poder (HUGUET, 2006).

Outra iniciativa nesse sentido foi a tentativa de envolver a juventude e a parcela maior da sociedade na celebração de 08 de março, nos diferentes municípios, conforme exposição no capítulo 2, tornando públicos os objetivos, as denúncias e as reivindicações das trabalhadoras ligadas à entidade. Outra estratégia adotada para atrair mais mulheres foi estimular as próprias filhas e outras mulheres da família para participarem do movimento e do processo de formação nos municípios, como as trabalhadoras rurais dos diferentes engajamentos sociais, como sindicato, CPT, MIQCB etc.

5.1.3 Estado civil das mulheres e quantidade de filhos

Outro dado considerado importante no perfil das entrevistadas para ajudar a compreender, os conflitos familiares relatados no capítulo sobre a história do CMTR (PI), bem como para compreender quando elas falam da "libertação do marido" como uma grande conquista foi o estado civil das mulheres e a quantidade de filhos. Quanto ao primeiro, constatei que mais da metade do total das mulheres entrevistadas eram casadas, seguido das solteiras, separadas e viúvas.

Tabela 4: Estado civil das entrevistadas, segundo participação no movimento

Estado civil	***Mulheres ligadas à coordenação***	***Mulheres ligadas aos grupos de base***	**Total**
Casadas	04	09	13
Separadas	03	01	04
Solteiras	03	01	04
Viúvas	02	-	02
TOTAL	**12**	**11**	**23**

Observa-se, na tabela acima, que, entre as mulheres que no momento assumiam a coordenação, a quantidade das casadas era relativamente pequena. Uma foi abandonada pelo esposo antes de ela associar-se ao CMTR (PI); as outras duas se separaram quando faziam parte da associação. Nem uma delas quis casar-se de novo. Três não casaram e mantinham os filhos sozinhas ou com ajuda da família.

Em relação à maternidade, apenas duas afirmaram não ter filhos; as outras (a maioria) disseram ter entre dois e quatro filhos. De acordo com o exposto na tabela 5, adiante, quase todas tinham filhos, eram donas de casa e algumas atuavam como chefes das respectivas

famílias. Dentre estas, incluam-se as mães solteiras, as separadas e as viúvas, as quais arcavam com toda a responsabilidade familiar. Assim, o fato de participarem do CMTR (PI) e de outros espaços políticos significava não só a possibilidade de sair do espaço doméstico mas também o acúmulo de responsabilidade sobre a trabalhadora rural. Agora, elas precisavam habilitar-se para lidar com a realidade de conflito na família e com os trabalhos domésticos, além de ter que enfrentar a adversidade das relações lá fora. Para isso, seria necessária a formação, aspecto trabalhado ainda nesta seção. Em relação à quantidade de filhos, constata-se leve tendência à diminuição da quantidade de filhos nas mulheres engajadas nos grupos de base, o que pode ser compreendido como consequência do conhecimento dos métodos contraceptivos trabalhado pelo CMTR(PI) como tema relacionado à saúde da mulher. Só uma da coordenação era mãe de oito filhos.

Tabela 5: Quantidade de filhos das mulheres entrevistadas segundo a participação no movimento

Qauntidade de filhos	*Mulheres ligadas à coordenação*	*Mulheres ligadas aos grupos de base*	**Total**
Sem filho	01	01	02
Um filho	01	02	03
Dois filhos	02	03	05
Três filhos	02	02	04
Quatro filhos	02	02	04
Cinco filhos	01	01	02
Seis filhos	01	01	02
Oito filhos	1	-	01
TOTAL	**12**	**11**	**23**

Para compreender a ênfase dada pelas trabalhadoras na luta por reconhecimento de gênero como parte essencial para a construção da cidadania da mulher, convém trazer o dado familiar, pois, conforme visto no referencial teórico e sugerido em alguns depoimentos das próprias trabalhadoras, a família constituía o espaço de produção e sustentação das desigualdades de gênero. Em outras palavras, as desigualdades de gênero produzidas nas famílias e reproduzidas na sociedade e vice-versa mediante processo de socialização determinavam os papéis sociais para homens e mulheres ancorados em valores patriarcais.

Assim, a família, ao mesmo tempo, constituía-se em lugar da vivência da mulher com seu esposo e filhos e também em lugar privilegiado de luta para ela poder conquistar, ali mesmo, relações iguais, reconhecimento e, consequentemente, cidadania.

5.1.4 Escolaridade das mulheres entrevistadas

Ainda em relação ao perfil das mulheres entrevistadas, busquei apreender seu grau de escolaridade, pois a educação, segundo Marshall (1967), é um dos critérios indispensáveis para o exercício da cidadania. Assim, quanto à escolaridade, a tabela 7 aponta que mais da metade das

entrevistadas completaram o ensino fundamental. De acordo com conversas informais, percebi que a maioria terminou o fundamental após sua inserção no CMTR (PI). No estado do Piauí – vale ressaltar –, onde a educação ainda é muito aquém da expectativa, completar o ensino fundamental produz nessas mulheres um sentimento de conquista. Lembro aqui que, em algumas comunidades daqueles municípios, só a partir dos últimos oito anos, vem sendo dada maior atenção às escolas públicas. No censo de 2000, realizado pelo IBGE[35], por exemplo, o índice de alfabetização no estado do Piauí (0,135) era superior apenas ao estado de Alagoas (0,016) – muito distante do índice nacional (0,696). Quanto à escolaridade, a situação é ainda pior, pois o Piauí conseguiu ser o último no *ranking* brasileiro, com o índice de 0,124 – também longe do índice nacional (0,455).[36]

Mais recentemente, percebe-se, com base em alguns indicadores sociais, que houve aumento significativo das pessoas que começaram a estudar, a exemplo da diminuição da taxa de analfabetos, sobretudo, em quatro dos seis anos aqui usados, conforme se vê na tabela abaixo.

Tabela 6: Taxa de analfabetismo no Piauí – 2002-2007

Taxa de analfabetismo no Piauí – 2002-2007						
Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007
%	25,59	28,40	27,31	27,37	26,25	23,41

Fonte: PNAD/Fundação Cepro.

No entanto, os dados do IBGE para 2008 mostram que 29% da população do estado é ainda de analfabetos. No caso das entrevistadas, apesar das conquistas recentes, um percentual menor, porém significativo, ainda não completou o ensino fundamental, como demonstra a tabela 7. Dentre as que não haviam concluído o ensino fundamental, algumas estavam retornando à sala de aula por meio do programa Educação de Jovens e Adultos (EJA). Três entrevistadas completaram o ensino médio e duas tinham o curso superior incompleto. O fato de apenas uma das mulheres dos grupos de base não ter o ensino fundamental completo pode indicar que estão mais assíduas à escola. Porém, os dados revelam que, apesar de toda a luta e dos avanços das trabalhadoras rurais, o nível de escolaridade das mulheres é ainda baixo, mas de certo modo, nos limites com os dados referentes à escolaridade da população do estado do Piauí.

[35] *Atlas de exclusão social no Piauí* (LIMA, 2003).
[36] Idem.

Tabela 7: Escolaridade das mulheres entrevistadas, segundo participação no movimento

Escolaridade	***Mulheres ligadas à coordenação***	***Mulheres ligadas aos grupos de base***	**Total**
Fundamental incompleto	05	01	6
Fundamental completo	06	06	12
Médio completo	01	02	03
Superior incompleto	01	01	02
TOTAL	**12**	**11**	**23**

Talvez em virtude das suas condições em relação à escolaridade, as trabalhadoras rurais – mesmo antes de criarem oficialmente o CMTR (PI) (como está evidente no capítulo 2) –, já se preocupavam com a formação das mulheres, sobretudo, nos aspectos de gênero, sexualidade, política e dos direitos de modo geral. A prova disso é o material elaborado por elas próprias auxiliadas pela CPT, o qual resultou numa espécie de cartilha com nove temas para serem trabalhados com as mulheres, antes da realização do primeiro grande encontro das trabalhadoras rurais em 1988 (assunto já desenvolvido no capítulo 2). Os temas de cada encontro diziam respeito a:

> Mulher e organização; a mulher e o sindicato; a mulher e a política; a mulher e os direitos; a mulher e as relações de gênero; a mulher e a sexualidade; por que a cozinha e a Igreja?; as diferentes formas de participação da mulher na sociedade. O nono encontro seria uma espécie de avaliação e tinha como proposta discutir os resultados práticos e a repercussão da cartilha na comunidade (RELATÓRIO DA CPT, 1987).

Da mesma forma, em dezembro de 1989, publicou-se a cartilha *Nos olhos de Irene*. Esse material foi elaborado já pela coordenação do CMTR (PI) com ajuda de uma voluntária italiana, que, por meio da Igreja Católica, prestava serviço nas comunidades de base, em algumas paróquias e à CPT na diocese de Teresina, no período do nascimento da mencionada associação das trabalhadoras rurais.

Com a cartilha pretendia-se oferecer a possibilidade de as mulheres refletirem sobre vida delas próprias a qual era de extrema pobreza e opressão de gênero, conforme se vê no início

do capítulo 2, e, assim, alimentar o sonho de acabar com as desigualdades, construir nova sociedade sem discriminação de classe e sem discriminação de sexo.

A tentativa de reconstituição histórica do CMTR(PI) mostrou que tais temas foram tornando-se parte do cotidiano das mulheres nas comunidades, nos grupos de base, nos encontros municipais, regionais e nas assembleias estaduais. A história mostrou, ainda, que, com o passar dos anos e o surgimento de novos desafios (por exemplo, a participação direta nos conselhos, na coordenação dos sindicatos e em outras organizações sociais, como mostrarei mais adiante), foram sendo incorporados outros temas: políticas públicas, violência, meio ambiente, geração de renda, economia solidária, política partidária, saúde da mulher, sexualidade. Contudo as temáticas gênero, política e direitos sempre estiveram presentes na formação, desde antes do nascimento da entidade até os dias atuais. Isso parece confirmar-se no fato de que a luta das mulheres por reconhecimento político, de gênero e pelos demais direitos não poderia ser enfrentada sem elevado grau de consciência por parte das associadas.

Diante do exposto, percebi que a formação aparece como uma das preocupações centrais do CMTR (PI), segundo se pode ver no capítulo 2, nas prioridades eleitas para cada triênio. Chamou a minha atenção o fato de o CMTR(PI) ter usado a realidade de miséria e opressão como conteúdo para o que elas chamavam de "formação para a luta"[37], aspecto primordial no combate aos entraves para sua visibilidade como sujeito coletivo.

O modo de conduzir o processo de formação, conscientização e mobilização das "companheiras" (como assim se denominam) apresenta indícios de certa relação do movimento das mulheres com a pedagogia e, especificamente, com o método educacional de Paulo Freire: a realidade do oprimido passa a ser o conteúdo de formação para sua libertação. Segundo argumenta o autor mencionado, "A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica" (FREIRE, 1987, p. 05). Embora não esteja clara a relação desse movimento com a pedagogia freiriana, os fundamentos e seu método têm servido de inspiração aos movimentos sociais.

Nas conversas informais com as mulheres, facilmente se identificam trechos que revelam princípio metodológico de educação popular, por exemplo: "formação dentro do movimento",

[37] Expressão comum no movimento das trabalhadoras rurais para expressar o saber que elas constroem fora da educação sistemática. Formação construída coletivamente, no movimento e parceiros.

“formação dentro do grupo”, “formação nas lutas”. Portanto, a prática cotidiana é, para a formação delas, o ponto onde tudo começa e para onde tudo converge. Nesse processo, ganharam relevância os aspectos político, de gênero e a formação no campo dos direitos. Conforme já disse, tais aspectos trabalhados conjuntamente proporcionam o envolvimento direto das trabalhadoras rurais com os movimentos sociais e a sociedade civil organizada, o que vai possibilitar-lhes a ampliação da capacidade de leitura sociopolítica e a formação prática para a participação na conquista dos seus direitos. Quanto mais elas conseguem engajar-se, mais crescem politicamente. O CMTR (PI) sempre esteve preocupado em ampliar a capacidade crítica das trabalhadoras como condição para a conquista da cidadania. A relação direta com o PT, a CUT, o MST, a parceria feita com a CPT, o Cepes, EPT, como demonstrado no capítulo 2, dentre outros, favoreceram, em grande parte, a formação política, inclusive político partidária.

Mesmo sem a leitura prévia de Marshall (1967), que colocou a educação como critério fundamental para a cidadania, as trabalhadoras apostaram e investiram na formação alternativa. Depois disso, entendi por que elas, principalmente algumas remanescentes do início da associação, evidenciavam discurso bem elaborado e eram corajosas para falar em qualquer lugar. Inclusive, conheci uma das trabalhadoras rurais do Piauí a ministrar palestra em um auditório cheio de alunos, na Universidade Federal do Piauí. A fala dela chamou-me a atenção pelo grau de consciência política e de gênero. No entanto, esse nível de formação e de politização não contemplava todas as mulheres da entidade: as mais antigas ligadas à associação (20 anos ou mais) manifestavam nível de formação privilegiado em relação às associadas há pouco tempo.

Além do exposto acima, verifiquei o aspecto ocupacional das mulheres entrevistadas. Esse tornou-se relevante para a pesquisa, porque elas se colocavam o tempo todo como combatentes não só pelo reconhecimento de gênero e político na construção da cidadania (direitos, de certa forma, ligados aos direitos mais subjetivos) mas também pelos direitos que implicassem mudança da qualidade de vida. Tal mudança levaria as mulheres e suas famílias a saírem da condição de extrema pobreza, onde reinavam fome, falta de água, falta de terra para trabalhar, de saúde, de estrada, dentre outros serviços públicos.

5.1.5 A ocupação das trabalhadoras rurais e renda

O dado ocupacional e, em seguida, o referente à renda são elementos que podem ajudar a compreender o poder econômico das mulheres trabalhadoras rurais e de suas famílias, o que, de uma forma ou de outra, aponta para participação ou não em padrão de vida compatível com o bem-estar social vigente na sociedade na qual está inserida a cidadã. Marshall (1967), ao aludir ao gozo dos direitos sociais, dizia em resumo que o elemento social se refere ao "direito a um mínimo bem-estar econômico, à segurança, ao direito de participar por completo na herança social e levar uma vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade" (MARSHALL, 1967, p 63).

Dito isso, vamos aos dados empíricos em relação às mulheres entrevistadas. A maioria delas tinha mais de uma ocupação, porém a principal era a agricultura, conforme se pode ver na tabela 8. Essa ocupação absorvia quase todas as mulheres. Duas responderam ter a agricultura como segunda ocupação; uma era professora. Segundo aponta o nome da entidade, tratava-se de um coletivo de trabalhadoras rurais com atividades voltadas para a agricultura, embora pudesse agregar outras trabalhadoras. Dentre as que tinham outras atividades, estavam as quebradeiras de coco-babaçu[38]. Em relação a essa atividade, percebe-se que as mulheres do grupo de base não declararam serem quebradeiras de coco. Os dados sugerem que elas estavam voltando-se mais para outros tipos de produção a fim de complementar a renda.

[38] As mulheres quebradeiras de coco estavam concentradas em alguns municípios na região Norte do estado, onde predomina a vegetação do babaçu, chamada de região dos cocais.

Tabela 8: Ocupação principal das mulheres entrevistadas, segundo participação no movimento

Ocupação 1	***Mulheres ligadas à coordenação***	***Mulheres ligadas aos grupos de base***	**Total**
Agricultura	08	10	18
Professora	-	01	01
Zeladora	01	-	01
Aposentadas	03	-	03
TOTAL	**12**	**11**	**23**

Tabela 9: Ocupação secundaria das entrevistadas, segundo participação no movimento

Ocupação 2	***Mulheres ligadas à coordenação***	***Mulheres ligadas aos grupos de base***	**Total**
Agente de saúde		01	01
Agricultora	1	-	01
Artesã	-	01	01
Roça comunitária, horta	01	08	09
Não tem	04	-	4
Quebradeira de coco	05	-	05
Secretaria sindical	-	01	01
Vereadora	01	-	01
TOTAL	**12**	**11**	**23**

O fato de a maioria das mulheres terem ocupação complementar não as fazia produzir renda superior ao salário-mínimo, pois, como se pode verificar na tabela 10, a maioria declarou viver com renda familiar menor que o salário-mínimo. Na realidade, o Piauí é um dos estados com renda *per capita* mais baixa do Brasil. De acordo com dados do IBGE, no ano de 2007, a

renda *per capita* do brasileiro foi, em média, R$ 14.183,11, enquanto a do Piauí, R$ 4.662,00, o que representa renda mensal inferior a R$ 400,00. A pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD), realizada em 2008, mostra o Piauí como aquele cuja população rural tem renda média de R$ 682,0. No entanto, segundo o próprio PNAD, 142 mil famílias (de uma população rural de 1.054,688) que vivem no campo têm renda de até um salário-mínimo; 56% da população geral do Estado sobrevivem com até dois salários-mínimos, sendo que a maior parte desse percentual vive no campo. Portanto, apesar dos avanços econômicos, fruto do grande investimento no agronegócio[39] na zona rural, naquele estado, a maioria da população rural vive na pobreza (IBGE, 2008).

Nas entrevistas, pude constatar que todas as trabalhadoras que declararam a agricultura como primeira ocupação praticavam a agricultura de subsistência por meio do processo empregado tradicionalmente, denominado "sistema de roça-de-toco" (MORAES, 2009, p. 131). Em tal processo, na prática, não se emprega insumo químico nem se usam máquinas para mecanização do solo. Assim, a agricultura praticada pelas trabalhadoras combinava as técnicas apreendidas no círculo familiar com os recursos naturais, como a chuva, por exemplo, associadas à tentativa de se incorporarem técnicas que ajudassem no aproveitamento do que fosse produzido pela própria natureza para fertilização do terreno.

Portanto, as trabalhadoras visavam ao provimento para sua família e o faziam de modo a preservar o meio ambiente. Percebe-se, pelos relatórios – como se pode ver no capítulo 2 – e pela minha participação direta em algumas assembleias, romarias e marchas promovidas pelas trabalhadoras e trabalhadores rurais do Piauí, a grande preocupação com a devastação ecológica noEstado. Testemunhei suas tentativas de proteger a natureza, cuidando das nascentes de água existentes em seus terrenos, usando inseticida fabricado em casa, fazendo a seleção da semente, usando a palhada como adubo.

A inserção dos produtos agrícolas das famílias das entrevistadas no mercado se restringia ao local nas feiras livres, porquanto o que se produzia às vezes nem era suficiente para o consumo familiar. Apesar do volume de recursos que o governo do Piauí alegou ter investido na agricultura familiar[40], a renda familiar das trabalhadoras rurais entrevistadas continuava muito baixa, conforme tabela abaixo.

[39] A respeito do agronegócio e da moderna agricultura do complexo carnes/grão, ver Moraes (2002).
[40] Dados disponíveis no site do INvestNE, do Banco do Nordeste.

Tabela 10: Renda familiar das mulheres entrevistadas segundo participação no movimento

Renda familiar	Mulheres ligadas à coordenação	Mulheres ligadas aos grupos de base	Total
Menos de um salário-mínimo	05	08	13
Um salário-mínimo	02	02	04
Dois salários-mínimos	04	01	05
Três salários-mínimos	01	-	01
TOTAL	**12**	**11**	**23**

Nota-se que a renda familiar dessas mulheres era muito aquém de suas necessidades; além disso, tinham muita dificuldade de informá-la, porque, segundo (Sempre-Viva) uma delas, "a gente quase não pega em dinheiro, assim por mês, o certo mesmo é o da bolsa família" Outra fonte de renda certa: a aposentadoria por idade – inclusive uma delas recebia três salários, porque tinha pensão por morte do marido e do filho. Nesse aspecto, algumas mulheres da coordenação já aposentadas tinham salário fixo, enquanto as mais jovens teriam assegurado apenas o salário-maternidade quando engravidassem.

Com renda familiar menor que um salário-mínimo mensal, ficava comprometido, dentre outras coisas, o acesso das trabalhadoras rurais e de suas famílias a direitos, , jurídicos e mesmo o político-partidário, que exigem poder aquisitivo alto para custeio das despesas com os profissionais que possam garantir acesso a tais direitos – principalmente onde o atendimento público é precário – e com o consumo de bens e serviços.

Pelo exposto, os dados sobre ocupação e renda têm reflexo direto na situação econômica das trabalhadoras rurais e apontam para poder aquisitivo e consumo de bens muito aquém dos padrões por elas desejados. O sonho de "vida digna", como falavam as mulheres, parece ainda muito distante. Da mesma forma, distante parece ainda ser a autonomia econômica das próprias trabalhadoras, de modo a lhes conceder *status* mais elevado de cidadania.

Por outro lado, percebi que a busca por autonomia econômica não se reduzia aos pequenos grupos de produção; ao contrário, havia investimento maior cujos efeitos positivos emergiriam a alongo prazo. Esse investimento consistia em questionar os paradigmas e a lógica androcêntrica do sistema econômico patriarcal rural que condicionara o trabalho da mulher à invisibilidade econômica e política. Tratava-se da luta vinculada à documentação, incorporada pelo CMTR(PI) desde as primeiras campanhas desencadeadas pelo movimento das trabalhadoras rurais em âmbito nacional, na década de 1990.

A luta pelo reconhecimento da mulher rural como trabalhadora junto aos sindicatos da categoria, a luta por uma linha de crédito que beneficiasse a mulher na agricultura familiar, o PRONAF, a luta pelo acesso à terra, à reforma agrária, à titularidade da terra conjunta com seu companheiro foram questões muito bem definidas pelas trabalhadoras rurais e identificadas ao longo do capítulo 2, sobretudo na seção que trata das principais demandas do CMTR(PI) e nas reivindicações do primeiro fórum de trabalhadoras rurais do Piauí realizado em 2003, na cidade de Teresina.

5.1.6 O elemento religioso na vida das trabalhadoras rurais

O Piauí aparece na pesquisa E*conomia das religiões*, da FGV (2005), como o estado mais católico (95,53% de sua população) da federação brasileira. Desse modo, não me estranhou que praticamente todas as mulheres entrevistadas tivessem declarado praticar alguma religião. Segundo elas mesmas, a Igreja e, de modo especial, as CEB foram o lugar – além da própria casa – onde começaram sua experiência de participação. O primeiro material elaborado pelas entrevistadas, para efeito de conscientização e mobilização das trabalhadoras ao final da década de 1980 (conforme consta no capítulo que trata da história do CMTPI (PI)), foi inspirado na da *Bíblia sagrada* para legitimar sua luta. Com certeza, ainda não tinham conhecimento das grandes referências feministas do século XVIII nem talvez das do século XX, porém estavam imbuídas dos elementos feministas, pois o embate desencadeado no meio rural piauiense era também contra o sistema patriarcal que submetia as mulheres à condição de submissão e exclusão social. Como tinham muita intimidade com a bíblia, encontravam certa identificação com a situação de sofrimento e escravidão do povo judeu no Egito, onde as mulheres tiveram papéis relevantes no enfrentamento dos opressores e na libertação do seu povo. Os relatos bíblicos – com os quais

elas mantinham contato por meio da religião – principalmente os contidos no livro do Êxodo, foram muito importantes pela coragem e estratégias das mulheres, por exemplo, Miriam, Débora, Judite, Ester, as parteiras do Egito e outras. Outro aspecto diz respeito a algo mais velado, por exemplo, fazer encontros para se discutirem as histórias da bíblia tornou-se um meio de conseguir que as mulheres saíssem de casa sem maiores problemas, pois ir à igreja e fazer orações era liberado, não criava conflito com os maridos. Assim, a religião, em algum momento, serviu também como estratégia política, não só teológica, para atrair outras mulheres.

Por outro lado, todas as reuniões de que participei foram marcadas por momentos de oração, o que elas chamavam **mística.**[41] Para elas, a mística é o que dá força, o que revigora, momento forte de comunhão com Deus, com os irmãos e com a natureza. No momento forte da mística, ninguém fica fora – momento ecumênico, como acontece na CEB, onde todos têm lugar. Em geral, há um cenário preparado que contém elementos da vida cotidiana delas, como sandálias, símbolo da caminhada; a bíblia, sinal da presença de Deus por meio de sua palavra; a cruz, lembrança das dificuldades e da possibilidade de superação e ainda outros elementos extraídos da natureza: flores, produtos alimentícios, terra, água. Ali há cantos, partilha de vida, leitura da *Bíblia*, louvores, agradecimentos, preces, enfim, é um dos momentos muito prazerosos do encontro, que, de certa forma, parece dar muita força para continuar a luta.

Durante a leitura do material contido nos arquivos do CMTR (PI), encontrei registro de celebrações religiosas na abertura ou fechamento de atos públicos, como comemoração do 08 de março promovida pelas mulheres. Em conversas informais, elas usavam muitas expressões, como "nada pra Deus é impossível", "eu, estando com Deus e nos meus direitos, não temo nada," "assim como Deus libertou o povo das garras do Faraó, ele liberta nós das garras de nossos opressores" (Enertina) Na representação das mulheres, portanto, o elemento religioso é importante na vida e para a luta das trabalhadoras.

Coloquei, no roteiro da entrevista, uma pergunta sobre religião. Resultado: a maioria fazia parte da Igreja Católica, com experiência de vivência da fé na CEB, e uma delas conforme mostra a tabela 11, participava da Igreja Evangélica (Assembleia de Deus). Segundo mostrei no

[41] "A espiritualidade libertadora ou a mística das CEBs é a energia que vem do projeto de Jesus. Ele é o "**Enviado do Pai**" e o "**excluído do Templo**" como sistema onde as decisões econômico-politicas das elites dominam as atitudes e prescrições religiosas" (SUESS, 2005).

capítulo 2, a CEB e a CPT serviram de grande estímulo e apoio para a criação e caminhada do CMTR(PI).

Tabela 11: A religião das entrevistadas segundo participação no movimento

Religiosidade	***Mulheres ligadas à coordenação***	***Mulheres ligadas aos grupos de base***	**Total**
Católica	12	10	22
Evangélica	-	01	01
TOTAL	12	11	23

De certo modo, isso se deve, em parte, ao fato de a maioria vivenciar a experiência religiosa na CEB – organização católica que cresceu e se disseminou, sobretudo, nos países da América Latina, depois do Concílio Vaticano II. Tal evento, realizado entre os anos de 1962 e1965, estimulou os cristãos a se comprometerem com a busca de respostas para a realidade de opressão e miséria do povo de Deus, como exigência de fidelidade ao projeto de Jesus Cristo. Essa experiência de Igreja ganhou maior projeção no Brasil, entre 1965 e 1982, período de maior repressão militar. Aqui, alguns setores católicos desempenharam papel relevante, agindo em defesa dos direitos civis e políticos e dos direitos humanos em geral, fortalecendo e apoiando os movimentos populares e de resistência à ditadura.

As CEB, nas quais a maioria das trabalhadoras rurais faziam a experiência da fé, alimentavam a espiritualidade pautada nos princípios da justiça e da libertação. Suess (2005) argumenta:

> Nossa missão é uma missão de *justiça* e *esperança* que visa à transformação das macro-estruturas e à transformação do coração de cada um. A fé inspira sempre novas razões de esperança e novas possibilidades de libertação. Contra as mensagens insistentes dos meios de comunicação e seus sinais sedutores a serviço do mercado, a missão produz sinais de justiça e cria imagens de esperança. No mundo onde os privilegiados perderam o sentido da vida e os pobres, muitas vezes, a força de resistência, o anúncio missionário elementar é a esperança, a esperança militante e profética. (SUESS, 2005, p. 5).

A experiência da vivência da fé nas CEB muito contribuiu para as trabalhadoras começarem a se expressar fora de casa, ou seja, para a grande maioria, foi o passo inicial para participarem deoutros grupos. Assim, a amostra das mulheres rurais diz respeito também a um grupo que atuava em grupos diversos, como se vê na tabela 12, ou seja, sindicatos, pastorais,

associações, dentre outros, porém os mais indicados foram: sindicato, partido político, CEB e associações.

5.1.7 A presença das entrevistadas em diferentes grupos

Para as trabalhadoras sócias-fundadoras, o CMTR(PI) foi praticamente o primeiro grupo específico de mulheres do qual elas participaram. Por meio dele, começaram a se integrar em outros grupos sociais, como sindicato, partido político e outras associações. No momento da pesquisa, 22 delas faziam parte do sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais; 19 estavam filiadas ao Partido dos Trabalhadores; 21 declararam participar ativamente das CEB; 20 participavam de diferentes associações; seis participam de outros movimentos sociais, como MST, MMQCB, Movimento da Consciência Negra etc.

Em relação aos conselhos, destaco sua participação no CEDH, nos conselhos municipal e escolar. Uma delas chegou a fundar e coordenar uma ONG no seu município.

Tabela 12: Participação das entrevistadas em outras organizações, segundo participação no movimento

Organização	Mulheres ligadas à coordenação	Mulheres ligadas aos grupos de base	Total
Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras	12	10	22
ONG	02	-	02
Partido político	12	07	19
Conselhos	04	-	4
CEB	12	09	21
Associações diversas	10	10	20
Outros movimentos sociais	04	02	06
TOTAL	**56**	**38**	**94**[42]

Convém ressaltar que elas exerciam participação ativa, ou seja, muitas vezes até liderando tais organizações, segundo apontam os dados da tabela a seguir. Apesar de todas já haverem exercido algum tipo de liderança nos espaços de participação (como se observa na

[42] A quantidade de mulheres consideradas neste estudo, conforme mencionado anteriormente, é de 23; entretanto, como cada pessoa participava de mais de uma associação, o total ultrapassou 23.

tabela 13), as que estavam na coordenação do CMTR (PI) pareciam manifestar nível maior de engajamento, conforme sugerem os dados abaixo, inclusive na política partidária, embora só uma tenha conseguido eleger-se em 2008.

Tabela 13: Funções desenvolvidas pelas entrevistadas nas diferentes organizações, segundo participação no movimento

Liderança	**Mulheres ligadas à coordenação**	**Mulheres ligadas aos grupos de base**	**Total**
Diretoria sindical	05	02	07
Presidente de associação	05	05	10
Candidata a cargo político-partidário	05	1	05
Coordenação do grupo de produção	03	05	08
CEB	08	06	14
Secretaria Especial de Gênero no Estado	01		01
Diretora de ONG	01		01
TOTAL	**28**	**19**	**46**[43]

Se compararmos a realidade referente à participação das trabalhadoras atualmente com aquela narrada no capítulo 2, quando da criação do CMTR (PI), na qual elas estavam presentes apenas nas reuniões da CPT, e ainda, sem voz ativa, constata-se grande avanço no processo participativo das mulheres entrevistadas. Os dados na tabela acima dizem respeito a sua participação não apenas no momento da pesquisa; elas mencionaram as funções exercidas em outros grupos desde sua entrada no CMTR (PI). Apesar disso, a atuação delas como liderança nos espaços político-partidários e na diretoria sindical (instâncias em que há maior probabilidade de provocar mudanças), tem sido relativamente pequena – menor ainda para as mulheres engajadas nos grupos na base, como sugerem os números da tabela 13.

Os motivos que impulsionaram a participação das entrevistadas para luta coletiva se relacionavam à sua condição de mulher, ao trabalho e sobrevivência no rural, qual descrito na tabela 14.

[43] Idem.

Tabela 14: Motivações para o envolvimento no processo coletivo segundo participação no movimento

Motivação	Mulheres ligadas à coordenação	Mulheres ligadas aos grupos de base	Total
Luta pelo reconhecimento da mulher	12	09	19
Conquista de direitos iguais	06	8	14
Conquista da terra	06	02	08
Desejo de se organizar e participar	04	02	06
Melhoria de vida	02	02	04
TOTAL	**30**	**23**	**51**

As respostas das mulheres se relacionavam à busca pelo reconhecimento de gênero e pelo resgate dos direitos sociais, como sugere a questão central levantada no início deste trabalho. Em outras palavras, quando elas se referiram à busca pelo reconhecimento, da mulher, conquista de igualdade nos direitos, condição de organização e melhoria de vida, estavam apontando que a conquista dos direitos não seria efetivada sem que houvesse o reconhecimento, delas como sujeito de direito, sem que houvesse igualmente mudanças nas relações sociais e, consequentemente na organização das relações de poder (SCOTT, 1995).

Finalizando a identificação das entrevistadas, perguntei sobre as principais dificuldades enfrentadas para participarem ativamente nos espaços onde, naquele momento, se encontravam. As repostas indicaram questões decorrentes do enfrentamento ou da luta pela superação das condições que as distanciavam do exercício da cidadania, ou seja, as questões relativas à condição da mulher, à pobreza e à ausência de serviços essenciais, como a educação, dentre outros.

Tabela 15: Dificuldades enfrentadas pelas mulheres, segundo participação no movimento

Dificuldades	Mulheres ligadas à coordenação	Mulheres ligadas aos grupos de base	Total
Pobreza	05	04	9
Machismo na família / na sociedade	06	05	11
Discriminação da trabalhadora rural	1	02	03
TOTAL	12	11	23

As respostas referentes às dificuldades enfrentadas pelas mulheres do CMTR(PI), por um lado, indicaram a pertinência da negação das mulheres como sujeito de direito quando 11 delas se referiram a certas dificuldades, como machismo na família e na sociedade. Isso implica dizer que elas continuavam, sentindo-se inferiorizadas pela condição de mulher, tanto no âmbito familiar quanto no da sociedade. Essa realidade vivenciada por elas, associada às condições de exclusão e ao empobrecimento, mencionado por nove delas, movia as mulheres a investirem sempre em ações coletivas que buscassem a superação de tais carências, conforme se pode constatar no capítulo 2.

De certo modo, o que elas colocaram como dificuldade para a sua participação, como a pobreza e o baixo índice de escolaridade, confirma o que se constatou indicadores nos sociais enunciados anteriormente, ou seja, elevado grau de exclusão social nos municípios onde moravam as mulheres entrevistadas.

Pelo exposto, não se percebe muita diferença entre as respostas das integrantes da coordenação e as dos grupos de base. Porém, na convivência com elas nas famílias, percebi que, em algumas, havia mais divisão das tarefas na casa do que em outras. Essa realidade foi mais observada entre as sócias- fundadoras, que pareciam ostentar mais autonomia em relação a sua família.

Embora as condições sociopolítica e econômica vividas pelas entrevistadas apontassem para uma realidade mesclada de discriminação e exclusão social, não significa que não tenha havido mudanças. De acordo com Melucci (2001), a simples existência dos novos movimentos sociais já afeta os códigos culturais e os sistemas simbólicos dominantes. Diante do exposto, no

próximo capítulo, analiso as conquistas que, na representação das mulheres, significaram avanço nas conquistas da cidadania, tomando como eixo a noção de reconhecimento e distribuição no processo de construção da cidadania das mulheres.

CAPÍTULO 6

AS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO CMTR (PI) : ENTRE O RECONHECIMENTO POLITÍCO, DE GÊNERO E A CONQUISTA DOS DIREITOS

6.1 Desdobramento da luta das trabalhadoras rurais do CMTR (PI): as conquistas no campo do reconhecimento e da redistribuição

Diferentemente do que preveem algumas teorias relacionadas aos novos movimentos sociais, segundo as quais eles se preocupam mais com o reconhecimento de uma identidade, em detrimento da redistribuição dos bens pertinentes às questões de classe, as ações protagonizadas pelo CMTR (PI), em busca da cidadania (ver capítulo 2) estiveram sempre apontando para duas dimensões: distribuição e reconhecimento (FRASER, 2002). Assim, tais ações contribuíram para maior visibilidade das mulheres rurais como sujeito coletivo[44].

A construção coletiva da identidade das trabalhadoras rurais caracteriza-se mais como estratégia política, para fortalecer as ações das mulheres e de diferentes movimentos sociais no campo e na cidade, o que, de acordo com a representação delas, serviu para o fortalecimento do seu reconhecimento político e implementação de políticas públicas para elas e os demais segmentos da sociedade.

Como se observa ao longo da tese, a luta pela cidadania envolveu questões estruturais, conjunturais e subjetivas, que, por vezes, foram enfrentadas de forma conflituosa, entre os movimentos sociais e o Estado, entre as mulheres, a família e sociedade. No primeiro caso, estava em jogo a disputa por bens, que, ao mesmo tempo, eram pleiteados por outros segmentos sociais. Por exemplo, por longas décadas, latifundiários e trabalhadores rurais vêm disputando terra como consequência da inadequada reforma agrária no campo brasileiro (capítulo 1). Quanto às questões subjetivas, culturais, estavam em jogo valores, normas, costumes que, ao longo dos séculos, legitimaram relações de dominação dos homens sobre as mulheres, na família e na sociedade.

O embate pela terra está para a história do CMTR (PI) como um dos principais eixos de sua ação. Tal ação já figurava na agenda de algumas mulheres desde quando faziam parte da

[44] No sentido atribuído por Sader (1988), uma coletividade se elabora uma identidade e se organizam práticas das quais os membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas.

CPT, antes da criação do CMTR (PI), e se envolviam na luta geral dos trabalhadores, a qual já vinha acompanhada da exigência de outros direitos que possibilitassem nela morar e trabalhar dignamente.

Outro eixo de igual ou maior relevância foi a luta pelo reconhecimento político e de gênero, a qual forçou a ampliação do espaço público para abrigar as mulheres e a exigência do reconhecimento do seu corpo e voz como portadores de direitos. Conforme argumenta Pinto (1992), a constituição desse sujeito, a partir de posições portadoras de significados sociais, atribui a ele características como "sujeito incansável sujeito consciente, a presença de seu corpo ou de sua voz, ou de seu nome assinado em um papel é constituinte da relação com o outro" (PINTO, 1992, p. 133).

Nesse sentido, a demonstração dos ganhos representados pelas mulheres como conquista e avanço na construção da cidadania relaciona-se a sua concepção de cidadania, segundo mostra a tabela abaixo.

Tabela 16: Ser cidadã na concepção das entrevistadas, segundo tipo de participação no movimento

Cidadania	Mulheres ligadas à coordenação	Mulheres ligadas aos grupos de base	Total
Ser reconhecida na família e na sociedade.	12	10	21
Ter conhecimento e condição para administrar a vida e os negócios, sem depender de ninguém.	09	07	16
Organizar-se e participar, como sujeito de direito, em todos os espaços de decisões.	10	07	17
Ter documentos	04	06	10
Acesso à terra, água, saúde educação, estrada, transporte e a condições para viver dignamente na terra.	12	09	21
TOTAL	**47**	**39**	**85**

Os objetivos[45] com os quais as trabalhadoras rurais do CMTR (PI) iniciaram suas ações na construção e conquista da cidadania já apontavam a direção de sua luta e a cidadania pleiteada por elas. Assim, os dados da tabela 14 evidenciam que a maioria, 21 delas, continuavam acreditando que a cidadania das mulheres passaria pelo reconhecimento e respeito à sua condição de mulher e de trabalhadora. Isso implicaria acabar com a discriminação (entendida aqui como comportamento resultante de preconceito) e marginalização. Esta pode ser entendida sob dois aspectos: a) *invalidação* pelo sistema patriarcal da experiência feminina e atribuição à experiência masculina como norma dominante e definitiva na sociedade (BONNICI, 2007); b) *marginalização* como exclusão social, que inclui pobreza, discriminação, subalternidade não equidade, não acessibilidade, não representação pública (SPOSATTI, 1996). Mais da metade delas, 16 mulheres, entendiam que cidadania implicava também autonomia econômica, a fim de poderem gerir sua vida e o que a ela dissesse respeito.

Outro item também relevante para a maioria das entrevistadas é a participação como sujeito de direitos, ou seja, participar em igual condição nos espaços de proposição e decisões que envolvessem as questões sociais. Nesse sentido, destacou-se a documentação, mencionado por 10 delas, condição indispensável para o Estado ter conhecimento da existência da trabalhadora rural como tal e demandatária de direitos. Finalmente, a maioria, 21, apontou para a necessidade do acesso a bens e serviços públicos como condição para uma vida digna. Alguns depoimentos abaixo transcritos ilustram os dados coletados.

> Eu acho que cidadania é ser reconhecida. Ter documentos é cidadania; ter seus direitos respeitados é cidadania. Poder fazer negócios no banco sem precisar de ninguém. (Amélia).

> Cidadania, nós já compreendemos que é ter esse livre acesso à terra, ter educação, poder participar, ter dinheiro, saber administrar. (Betina)

[45] Objetivos: a) promover a articulação de mulheres trabalhadoras do Piauí para lutarem contra a discriminação e a marginalização, visando à sua organização política, social, econômica e cultural;
b) organizar as mulheres para construírem nova relação de gênero, mudando as relações de poder hoje existentes, em vista da verdadeira igualdade entre homens e mulheres;
c) lutar pelos direitos das mulheres em relação ao trabalho, à segurança, creche, cultura, saúde, previdência social e à reforma agrária;
d) trabalhar no sentido de elevar o nível da consciência e participação política da mulher para que ela possa defender os seus direitos e combater todo e qualquer tipo de violência;
e) apoiar os movimentos populares e entidades que lutam pela melhoria das condições de vida da classe trabalhadora.

> Cidadania para trabalhadora rural é quando ela descobre seu valor, sua importância, quem ela é. Aí ela passa a ser o que ela acha que é, e não o que está na cabeça dos outros, vive por sua própria cabeça. (Celina).
>
> Uma das bandeiras de luta da gente é tirar essa palavra 'cidadania' do papel e fazer com que venha para a prática, porque para gente ser cidadã de verdade, precisa ter uma vida digna, onde se tenha educação justa, saúde, terra, liberdade, todas as condições, o respeito e a valorização. Tudo isso já existe na palavra cidadania, mas ainda não veio para a prática. Ainda somos discriminadas, desrespeitadas, violentadas. Em muitos dos nossos lugares, a saúde é precária, a educação também. Mesmo dentro das repartições públicas, somos discriminadas, por que falamos errado, por que somos analfabetas. Às vezes, nos sentimos discriminadas por ser mulher, por ser trabalhadora rural e por ser pobre. (Guilhermina).
>
> Hoje, a partir da luta, já tem muita escola aí nas comunidades; mas nós, mulheres que já atingimos uma certa idade, tá difícil de estudar, falta melhores condições para trabalhadora rural. Então, agente sabe, para acontecer a cidadania do jeito que agente espera, ainda está muito longe. (Orquídea)
>
> Eu acredito que a cidadania seja quando a gente tiver o direito de participar de tudo quanto o governo distribui, que é necessário a trabalhadora rural receber todos os benefícios. Eu conheço comunidades que já têm terras desapropriadas pelo Incra, mas falta o acompanhamento que deveria ter para a gente produzir para ter alimento, saúde [...] tudo aquilo que a família precisa para viver em paz. (Lírio).
>
> Eu acho a palavra 'cidadania' muito bonita pra ser verdade. Hoje ela ainda existe só no papel, nós ainda somos cidadãs só na hora de votar. Nós mesmas estamos deixando de ser cidadã, pois tem um movimento de mulher tão grande. Então, na hora de nós votar devíamos escolher pessoas do nosso Coletivo para nos representar, para dar valor ao nosso trabalho e para nos dar o valor que temos como cidadã. Na hora de pedi o voto, todo mundo quer; depois ninguém faz nada. Nós precisamos estar lá, precisamos de uma cidade limpa, de quem cuide do rio que fica perto de nossas casa, que cuide do meio ambiente, que preserve a vida. Isso é cidadania (Buganvília)
>
> Hoje tem cidadania por uma parte, as pessoas todas já têm seus documentos; mas, sobre o respeito da igualdade, não existe, as pessoas nunca vão se unir. Com as trabalhadoras rurais, a discriminação é muito grande. (Amélia)
>
> Eu não posso dizer que existe cidadania enquanto tiver muita gente sem ter onde morar. É uma luta muito pesada. Então, para ter os direitos, o ser humano precisa ter o mínimo de respeito e ser ajudado pelas entidades governamentais. A gente vive conseguindo levar a vida, mesmo sem ser a vida que a gente quer e merece, mas é a vida que a gente tem. (Jasmim)

Os depoimentos apontam que havia ainda certa distância entre o conjunto dos direitos formais assegurados na *Constituição* de 1988 e a perspectiva de cidadania das trabalhadoras rurais, ou seja, muitos direitos estavam só no papel. Elas reclamavam da falta de reconhecimento, de autonomia para mulher, de participação com igualdade de direitos, do reconhecimento da mulher na sua diferença. Pelo exposto, faltavam-lhes condições para elas

poderem ser o que “está na sua própria cabeça” em relação à cidadania, contudo apresentaram algumas conquistas. Na seção subsequente, exponho as conquistas dos direitos culturais, políticos, civis e sociais que, na representação das mulheres, as aproximavam da condição de cidadã.

6.1.1 **Reconhecimento político e de gênero na construção da cidadania**

Aqui destaco a fala das mulheres pertinente à representação sobre o reconhecimento como ganhos não materiais, subjetivos, de caráter relacional e direitos civis e políticos. O que tenho demonstrado ao longo deste capítulo revela que as trabalhadoras davam muita ênfase aos ganhos não materiais conquistados por elas próprias os quais, por vezes, apareciam mais numerosos, comparados aos direitos materiais alcançados por meio das políticas públicas.

A representação das mulheres em relação às suas conquistas no campo de tais direitos foge aos padrões ideais da cidadania clássica e aponta para uma nova cidadania, ainda em construção. As conquistas apontadas vão além das enquadradas nas políticas públicas. É o que tento demonstrar na seção subsequente.

Aos ganhos não materiais elas associaram a condição de igualdade e de participação e os relacionaram ao conhecimento adquirido por meio da luta (saberes), às novas habilidades, ao reconhecimento coletivo e ao respeito a elas atribuídos por outros e por elas mesmas, inclusive pela família, aos sentimentos de empoderamento por meio das habilidades desenvolvidas no cotidiano, como tomada de decisões, administração de recursos e exercício da liberdade.

Incluo ainda, nesta seção, a conquista da documentação da trabalhadora, pois as mulheres a consideraram um passo concreto para serem reconhecidas como trabalhadoras e condição para o acesso aos bens e serviços públicos.Estrategicamente, tal conquista será colocada ao final da seção, onde trato dos direitos não materiais antes dos direitos sociais.

Nesse sentido, o próprio CMTR (PI) aparece como grande conquista rumo à cidadania das trabalhadoras. Diferentemente das organizações ou movimentos sociais já existentes no Estado, foi a primeira organização das mulheres no Piauí. Surgida não na cidade nem nas universidades, e sim no campo, de onde as trabalhadoras rurais saíram à frente, com o grito por reconhecimento e direitos para as mulheres.

Desse modo, quando elas se referiram à importância da entidade em suas vidas para a construção e conquista da cidadania, as falas apontavam para aquela associação como espaço de formação e de construção de si mesmas como sujeito político coletivo de direito. Nele e por meio dele, construiu-se nova identidade – de mulher trabalhadora rural portadora de direitos, saberes, habilidades, com condição de participação e de exercício de liberdade.

Tabela 17: O coletivo na representação das entrevistadas, segundo participação no movimento

Coletivo das mulheres trabalhadoras rurais do Piauí	Mulheres ligadas à coordenação	Mulheres ligadas aos grupos de base	Total
Ajuda na organização das trabalhadoras rurais e formação para os direitos sociais e de gênero	10	06	16
Preparação da trabalhadora para a participação política e sindical	08	05	09
TOTAL	18	11	28

Até a articulação desse coletivo de mulheres na zona rural do Piauí, as trabalhadoras rurais viveram no anonimato. Algumas das que estavam inseridas na luta geral dos trabalhadores, por exemplo, nas reuniões da CPT, nas comunidades eclesiais de base ou mesmo no sindicato, a exemplo de Betina, Guilhermina e Mariana, não conseguiam articular sua discussão política e de gênero nos espaços de reuniões mistas, (capítulo 2). Foi a partir da organização de um movimento específico, autônomo, que elas começaram a aparecer como sujeitos políticos e se tornaram visíveis nos espaços social e político. É o que sugerem os depoimentos a seguir.

CMRT (PI) como instrumento de articulação das trabalhadoras:

> Foi com a criação do CMTR (PI) que as mulheres trabalhadoras conseguiram se articular a nível de estado, começaram a serem capacitadas para lutar contra a discriminação que existe contra as mulheres. Hoje, já temos mulher na política, na liderança sindical e em outros grupos. Agora, tudo é mais fácil, tem muitas organizações de mulheres, mas o

> CMTR (PI) foi o pioneiro em pensar um novo jeito, uma nova maneira de se relacionar na sociedade aqui, no Piauí. (Vitória -Régia)

Como escola de formação no campo dos direitos:

> Para mim, o CMTR (PI) foi onde eu nasci, onde eu me descobri como mulher e onde eu me formei nos meus conhecimentos, nos meus direitos. Traz vida nova, traz consciência e coragem para enfrentar as dificuldades. (Enertina).

> Para mim, o CMTR (PI) é uma escola. A
> A escola que nós não tivemos a oportunidade de ter na vida encontrei no movimento. Aqui, foi onde eu aprendi a crescer, a respeitar as outras e a conviver. É um movimento específico de mulher: as nossas propostas aqui são ouvidas, são aceitas; é diferente de quando estou num movimento misto, que as propostas das mulheres, quando dita, não são aprovadas. Então, esse movimento dá espaço total para nós, com liberdade, com autonomia. (Guilhermina).

> O coletivo das mulheres trabalhadoras rurais significa, assim, vamos dizer: trazer a mulher para a realidade, trazer a mulher para conhecer, lutar e vencer, buscar aquilo que tem direito, buscar seu poder, sua força. Lutar é a mulher saber que tem espaço, que pode chegar lá, que pode gritar, pode mandar, pode resolver, porque a nossa luta é a luta que busca supera, em parte, as necessidades que seria do Estado. E assim é também no mundo. Pode se dizer no mundo. Porque a mulher é que é a chefe, é a chave; a mulher é a força, é a metade e a mãe da outra metade. Então sem mulher, não existe luta nenhuma. (Hilda).

> Para mim, o movimento é muito importante. Eu estou no movimento, porque ele ensina os direitos e defende as trabalhadoras rurais. Por isso eu acho ele importante. (Joana).

Como espaço de formação política e de gênero que tem ajudado as mulheres a participarem e a resistirem.

> Para mim, o movimento é muito importante, porque foi ele que me tirou o medo. Eu não participava de nada, era muito nervosa. E, por causa do movimento de mulher, com a formação sobre gênero, sobre política e força das outras mulheres, eu resolvo meus problemas, participo em qualquer lugar e dou a minha opinião. Tudo que vem de ruim eu enfrento sem depender de favor de político. (Amélia).

> Eu faço parte do CMTR (PI) e me sinto feliz. Só aqui, eu descobri quem sou, descobri meus valores. Hoje sei que tenho direitos, reconheço que os tenho como mulher. Nasci com direito de ser uma pessoa enxergada, com o direito como um ser humano; hoje eu sou respeitada e me sinto feliz. (Jasmim).

> Aconteceu, muitas vezes, das mulheres apanharem dos maridos e haver desunião dos casais. Porém vi mulher botar a trouxa na cabeça e dizer: "Marido, eu vou para reunião, ou que você deixe ou que não deixe; eu lhe pedi e você não deixou. Eu tenho que ir, porque eu tenho que lutar pelos meus direitos. Não estou indo fazer o que não devo, estou indo lutar pelo nosso benefício". (Sempre -Viva).

A forma como a última entrevistada se refere a "os meus direitos" reflete a importância daquele espaço, no sentido de ter contribuído para que ela conhecesse os direitos e esses viessem para o "chão da vida". O CMTR (PI) parece haver renovado a vida e as expectativas daquelas trabalhadoras rurais e apontado novo rumo, uma vida diferente.

> Antes do Coletivo, nenhuma trabalhadora rural tinha vez e voz nos sindicatos. Era costume nosso dizer: "Eu não sei falar". O marido era quem dizia tudo. Até se viesse uma pessoa fazer uma pesquisa do IBGE, tudo era ele que respondia. Hoje, a gente fala, porque sabe, aprendeu no Coletivo a participar, a debater assunto de política, de sindicato e de direitos. (Diva).

Essa mulher anunciou um corte, uma quebra no já estabelecido, nas normas e nos valores patriarcais, segundo os quais as mulheres estavam destinadas apenas ao espaço do lar.

> Eu quero testemunhar que escola o Coletivo de Mulheres foi pra mim e para as outras mulheres que a gente acompanha e ver a diferença daquelas que não participam. É que nós começamos a se conscientizar e a ocupar espaço. Um exemplo são os sindicatos que só era homem; hoje, nós podemos ver mulheres presidente, tesoureira. As associações eram só para homens; hoje, as mulheres estão ocupando os mesmos espaços, nos assentamentos, nas cooperativas, até na política. Eu mesma fui candidata três vezes e ajudei a fundar o Partido dos Trabalhadores em meu município. (Enertina).

Esse parece ter sido o grande passo rumo à cidadania dado pelas mulheres do CMTR(PI); começaram a vencer o medo, a insegurança; deixaram de sentirem-se sozinhas e isoladas e entraram em outros espaços. Vejamos os próximos depoimentos.

> Eu diria que o Coletivo, para as trabalhadoras rurais, é o centro de tudo, por exemplo, da educação de reivindicar saúde. Enfim, é um tipo de semente que foi plantada e a gente está colhendo bons frutos. E que a gente não quer que isso morra nunca, porque cada sementinha dessa é um resultado muito importante na vida da gente, inclusive até no sentido da gente saber se comportar na família e na sociedade de um jeito de não ser mais pisada, machucada e sem valor. (Francione).

As palavras de uma das sócias-fundadoras sintetizam tais avanços.

> O Coletivo foi como uma luz que tirou a trabalhadora rural das trevas da dominação e escravidão; acendeu, assim, um clarão dentro dos corações de muitas mulheres. Embora não tenha ainda incendiado a todas, mas esse fogo da luta nunca mais vai se apagar, enquanto as mulheres não estiverem todas libertas. (Orquídea).

Os depoimentos sugerem que à medida que, elas iam crescendo na consciência de seus direitos, tornavam-se mais ousadas como se forçassem, de certa forma, seu reconhecimento nas relações primárias e no âmbito mais amplo da sociedade. Com isso pareciam transpor algumas barreiras impostas pelo sistema patriarcal, no qual o lugar da mulher era o lar, colocando-se como alguém que, tal qual seus companheiros, poderia sair em busca dos próprios interesses.

Os acontecimentos, as dificuldades no processo de organização e na luta das trabalhadoras nesse aspecto iam-se tornando motivo de reflexão, de retomada. Algumas mulheres desistiram na caminhada, mas as que ficaram se fortaleceram como coletivo e conseguiram engajar-se em outros espaços de participação (tabela. 12). A posição delas na rede das relações de poder começava a aparecer diferente, a princípio pela família, conforme já visto. As mulheres perceberam que, isoladas, cada uma em sua casa, dificilmente seriam reconhecidas.

Na seção seguinte, exponho as principais conquistas na luta pela construção da cidadania quanto ao reconhecimento político e de gênero.

6. 1. 2 Os novos saberes, liberdade, habilidades e reconhecimento

Os novos saberes a serem apresentados resultaram de longo processo de aprendizado na "escola da vida", a partir do engajamento no CMTR (PI) e em outros grupos ou "na formação para luta" que, de acordo com as mulheres, se dá na própria vida. Trata-se de saberes que elas não aprenderam na escola formal, nos seus poucos anos de estudo. Incorporados por elas no processo da luta, foram importantes, porque lhes conferiram outras condições para lidarem com a realidade. Tais saberes as encorajaram a não desanimar, pois constituíam-se fatores de segurança e lhes conferiam certo *status*.

À trabalhadora rural participante do CMTR (PI) se oferecia formação em vários campos, conforme visto ao longo do capítulo 2. Ademais, tinha a possibilidade de conviver com diferentes experiências, conforme exposto nas tabelas 12 e 13, com outras mulheres das diferentes organizações e, agora, com homens também no sindicato e associações. Mesmo aquela que não viajava muito podia participar dos encontros no CMTR, sindicato etc. Nesse sentido, as mulheres que estavam mais nas bases dispunham de muitas outras opções para enriquecer seus conhecimentos e experiências pelo engajamento em outros grupos.

O aprendizado também lhes conferiu maior respeito por parte das famílias, pois, em decorrência dos conhecimentos adquiridos, foram mais procuradas pelas vizinhas, pessoas da comunidade, para saberem, por exemplo, como encaminhar a aposentadoria, como requerer o salário-maternidade, a quem apelar quando se sentir lesada em seus direitos, dentre outros. Tais saberes lhes proporcionariam nova compreensão da realidade circundante.

Tabela 18: Novos saberes conquistados na caminhada coletiva, segundo participação no movimento

Saberes	Mulheres ligadas à coordenação	Mulheres ligadas aos grupos de base	Subtotal
Conhecimento dos direitos e do valor da mulher	12	11	23
Saber falar, expressar-se, reivindicar	10	06	16
Gerenciar recursos, PRONAF, projetos, associação	04	02	06
Consciência do poder da mulher	12	09	21
Educar diferente os filhos	06	04	**10**
TOTAL	**44**	**32**	**76**

No geral, entre saberes incluem-se a informação sobre os direitos e deveres das mulheres, o alargamento da consciência política e de gênero, a importância de ser mulher e trabalhadora rural, a nova forma de educar os filhos e se relacionar na família e na sociedade.

Como visto na tabela 18, todas as entrevistadas apontaram como relevantes, no campo dos novos conhecimentos, os relacionados aos direitos civis, políticos, sociais e os associados ao conhecimento de gênero. Na sequência, vem a consciência, que 21 delas alegam ter, sobre o poder da mulher. Vejamos alguns trechos a esse respeito: “Hoje conheço os meus direitos;” (Amélia) “ Não tenho mais medo de reclamar”; (Enertina) “ Sei que sou capaz como qualquer

homem"(Guilhermina); " Sei que tenho poder também"(Hilda); " Tenho consciência política e de gênero" (Lídia); "Conheço meus direitos e meus deveres" (Vileta).

À medida que a trabalhadora rural crescia na consciência dos direitos, passava exigir a efetivação desses direitos e a exigir que se acrescentassem outros, como, por exemplo, os direitos reprodutivos e a criminalização de qualquer tipo de violência contra a mulher. Embora não se tratasse de luta específica das trabalhadoras, eram reivindicações assumidas no conjunto de suas ações. Isso contribuiu para a desmistificação dos papéis sociais de gênero. Elas começaram a se considerar como alguém que também detinha o saber. Assim, mesmo não havendo atingido a igualdade nas relações de poder e de gênero, algumas conquistas nesse aspecto as animavam a não desistir de lutar para fazer acontecer. Veja o que falou uma delas:

> [...] As mulheres que participam do movimento são muito diferente das mulheres que ficaram paradas. No meu caso, eu já participo de audiência, pode ser com o presidente da República, juiz, deputado em Brasília, pode ser em Teresina ou em qualquer lugar. Já tenho conhecimento, eu não tenho mais medo. Eu tinha tanto medo de um prefeito, achava que um prefeito era tudo; hoje sei que ser prefeito é ser funcionário dos trabalhadores; o cargo dele é uma responsabilidade para ele manter com a gente. (Betina).

O saber falar e expressar-se significa que a trabalhadora conseguia conversar sem acanhamento, sem vergonha ou medo de errar; significa que ela podia falar em reuniões e ser ouvida, pois seu discurso tinha significado, conteúdo, era digno de crédito – isso graças aos conhecimentos e experiências acumulados pelas entrevistadas ao longo de sua trajetória de luta. O silêncio, durante muitos séculos, foi regra na vida das mulheres, conforme visto no capítulo 3. À mulher não cabia falar em público, papel exclusivo do homem tanto na família quanto na sociedade. Em relação às mulheres entrevistadas, conforme consta na história do próprio CMTR(PI), até a década de 1980, elas não tinham voz, nem na família, nem nas reuniões da CPT, nem no sindicato. Hoje elas falam assim de si mesmas: "sabemos nos expressar diante das autoridades"(Lírio) ; "sou capaz de me comunicar publicamente, no rádio, na televisão, nas praças, na igreja" (Betina); " sei me expressar nas repartições, sou esclarecida"; "aprendi conversar com as pessoas em qualquer lugar"(Violeta); " coordeno reunião tanto na associação, quanto no grupo de produção" (Orquídea).

Outro saber em destaque refere-se à educação dos filhos: 11 delas afirmaram poder proporcionar educação diferente da que elas tiveram em suas famílias para seus filhos. Isso

significa que elas estavam buscando formar as novas gerações dentro da visão diferente no tocante às relações de gênero; em outras palavras, não mais alimentavam as diferenças entre o trabalho do menino e da menina, dividiam as tarefas da casa, de modo que tanto os meninos quanto as meninas pudessem participar, o que pude observar durante a pesquisa de campo. Em algumas famílias, principalmente na casa de mulheres que estavam há mais tempo no CMTR(PI), o esposo ajudava nas tarefas da casa – fazia café, almoço, lavava louça etc.

Em proporção menor, segue o saber referente ao gerenciamento de recursos: seis delas falaram desse saber com base na experiência vivida, o que revela restrições ao acesso das mulheres aos recursos destinados ao fortalecimento da agricultura familiar e, em especial, os destinados ao fortalecimento do poder econômico das mulheres.

Como se observa, quando se tratava dos avanços no campo do saber em vista do exercício da cidadania, elas valorizavam o que era possível experimentar. Falavam de aprendizados para se referirem àquilo que se podia viver. Deixaram implícito nas falas que não somente as abstrações e teorizações lhes importavam, mas também, reiteradas vezes, afirmavam, valorizavam, especialmente, o concreto na vida cotidiana.

6.1.3 Libertando-se do medo: uma das amarras de gênero

A fim de compreender as expressões contidas na tabela 19, é importante que voltemos os olhos para tabela 15 no capítulo anterior, relacionado às dificuldades enfrentadas ainda hoje pelas mulheres, bem como para a seção 2.4.1, do capítulo 2, no qual discorro sobre conflitos enfrentados pelas trabalhadoras rurais para participarem das atividades fora de casa. Assim, é possível entender por que elas falavam, com tanta ênfase, de liberdade.

De costume, essas mulheres usavam metáforas para designar sua situação anterior à "consciência política e de gênero", por exemplo: "eu era cega" (Tulipa), "eu vivia no cabresto"(Diva), "eu vivia acorrentada"(Idem) "tinha uma venda nos olhos"(Crisântemo) "vivia oprimida"(Tulipa), "de cabeça baixa" (Idem). Tais afirmações ganham maior relevância nas falas referentes à liberdade considerada como grande conquista. Tal conquista, a meu ver, se insere no campo dos direitos civis, ou seja, o direito à liberdade de ir e vir, de expressão, de organização e, ainda, liberdade no sentido da não restrição, da autonomia. – conquista inacabada,

caracterizada como um processo em aberto, em contínuo fazer-se. Segundo argumenta Norberto Bobbio, toda conquista de liberdade representa uma luta contra a opressão:

> Não há nem uma liberdade perdida pra sempre, nem uma liberdade conquistada pra sempre: a história é uma trama dramática de liberdade e de opressão, de novas liberdades que se deparam com novas opressões, de velhas opressões derrubadas, de novas liberdades reencontradas, de novas opressões impostas e de velhas liberdades perdidas. Toda época se caracteriza por sua forma de opressão e por suas lutas pela liberdade (BOBBIO, 1997, p. 75).

A opressão às trabalhadoras rurais relacionava-se às questões de classe e de gênero. Nesse sentido, o medo, a insegurança, a timidez, no entendimento delas, estavam ficando para trás no cotidiano de suas vidas, conforme aponta a tabela 19.

Tabela 19: A liberdade como conquista na luta das mulheres, segundo participação no movimento

Conquistas relacionadas à liberdade	Mulheres ligadas à coordenação	Mulheres ligadas aos grupos de base	Total
Perdeu o medo de falar e das autoridades.	12	09	21
Sente-se mais livre na família e na sociedade.	11	06	17
Perdeu o medo do marido.	05	08	12
TOTAL	**12**	**11**	**34**

A ênfase com que elas falavam dessas experiências levou-me a considerá-las como importante conquista no campo dos direitos civis. Expressões curtas e enfáticas, como “não tenho medo de falar meus direitos”(Amélia), “ não tenho mais medo de ninguém”(Gulhermina), “hoje tenho mais autonomia”(Mariana) “perdi o medo de sair de casa, de viajar,”(Idem) “sou capaz de dizer não”(Sempre-Viva), “quebrei o cabresto”(Mariana), “sou livre para me associar”, “não recuo diante das ameaças do patrão” (Joana)” , “sou mais livre diante do

preconceito”(Tulipa), “perdi o medo de lutar, viajar e assumir liderança”(Gulhermina), “liberdade em relação ao marido” (Betina), “enfrento meu marido”(Guilhermina) “liberdade para sair de casa” (idem), traduzem postura de quem conquistou certa autonomia diante daquela realidade social marcada pela discriminação de gênero.

Nesse aspecto, as mulheres ligadas à coordenação pareciam mais ousadas, conforme mostra a tabela 19, em relação ao enfrentamento das autoridades e da própria sociedade; mas, na relação com o marido, o número é menor, porque sete delas declararam que não estavam casadas (ver tabela. 04). A sensação de segurança parecia advir não só do conhecimento dos direitos e da compreensão de que a relação de subordinação poderia ser alterada, mas também do empenho do CMTR (PI) que trabalharia para as mulheres, se assumirem como sujeitos de sua própria história.

Nesse sentido, estimulava-as a enfrentar as dificuldades, principalmente, na relação familiar – tarefa muito difícil para as mulheres. Porém, diante de qualquer sinal de libertação, elas comemoravam com muito entusiasmo. Se considerarmos o conjunto das mulheres, a maioria absoluta alegava ter perdido o medo de falar (em público), do marido e das autoridades, e 17 delas sentiam-se mais livres em relação à família e à sociedade. Os dados apontam para relações mais democráticas na família e na sociedade.

6.1.4 Habilidade como conquista no exercício da cidadania

Outro aspecto que se sobressaía quando as entrevistadas falavam das conquistas não materiais se refere às “novas habilidades”, como mostra a tabela 20. Elas se apropriaram do substantivo “habilidades” para designar o que já haviam conseguido fazer na luta por cidadania, ou seja, tentavam demonstrar aquilo para o que se sentiam aptas a realizar sozinhas ou em parceria, o que, até pouco tempo, parecia impossível para mulheres. Tais conquistas constituíram, na representação delas, algo que as aproximava do exercício da cidadania (veja tabela 20).

Tabela 20: Habilidades desenvolvidas pelas entrevistadas por meio da luta coletiva, segundo participação no movimento

Habilidades	Mulheres ligadas à Coordenação	Mulheres ligadas aos grupos de base	Subtotal
Administrar	10	06	16
Assumir liderança.	12	09	21
Participar de grupos, sindicatos, associações, marchas, fóruns, política, ato público, conselhos.	12	11	23
Negociar direitos.	12	09	21
TOTAL	**44**	**32**	**76**

Como se vê, mais da metade delas (16) consideraram-se aptas para administrar, ou seja, manifestaram condição de gerir recursos, de participar da administração na família, nos projetos comunitários, no sindicato, na política partidária, na igreja, nas organizações sociais, dentre outras. Nesse sentido, encontrei as seguintes afirmações: "sou capaz de negociar nossos direitos"(Amélia); "lidero e administro os recursos dos projetos no assentamento"(Betina); "participo nas decisões na família"(Vitória Regia); "assumo liderança no grupo e associação"(Orquídea); "gerencio os recursos dos empréstimos"(Sempre-Viva); somos capazes de administrar com justiça os recursos públicos"(Hilda); "as mulheres, mais do ninguém, aprenderam em sua casa administrar poucos recursos para muita coisa" (Idem).

Quanto à liderança, 21 manifestaram ter condição para coordenar ou comandar grupos. O fato de assumirem qualquer liderança, para as entrevistadas, era relevante. Na representação das trabalhadoras, o fato de participar da coordenação do próprio movimento significava, assumir liderança: chefiar a família era liderança; o fato de se candidatar a cargo público era liderança; participar da diretoria sindical significava liderança. Logo, se conseguiam fazer tais atividades sentiam-se mais capazes. O fato de decidirem por si mesmas já as fazia sentirem-se mais autônomas. As expressões "viajo para longe sozinha, viajo de avião" (Guilhermina), "viajei para fora do país, para Itália e para Pequim em 1995"(Idem); "sou liderança no sindicato"

(Cravo), “assumi liderança no grupo e associações” (Orquídea) ; “Sou capaz de assumir lideranças no sindicato”(Lídia); “consigo liderar a comunidade na luta pelos projetos” (Betina); “a mulher também tem poder”(Francine) sugerem que exercer liderança e conduzir os próprios passos vem sendo consolidado como uma prática na vida delas. Isso resultou da perseverança do enfrentamento das inúmeras dificuldades, dos conflitos e de inserção em diferentes espaços, conforme apontaram as 23 mulheres entrevistadas, o que, segundo 21 delas, contribuiu para habilitá-las a negociar direitos.

É possível perceber que, a partir de tais mudanças, elas incorporaram profunda autoestima, não apenas quanto ao autorreconhecimento mas também pela sensação de empoderamento, da ideia de participação na construção do processo democrático e da cidadania.

6.1 5 Reconhecimento e respeito conquistados pelas mulheres

Todas as conquistas elencadas pelas mulheres apontam para um significado positivo em relação à sua participação como mulher na família e na sociedade, porque, segundo elas mesmas, passaram a ser mais respeitadas e reconhecidas como sujeitos com voz, de saberes e de poderes. Vejamos a tabela 21.

Tabela 21: As entrevistadas sentiram-se mais reconhecidas e respeitadas, segundo participação no movimento

Reconhecida e respeitada	Mulheres ligadas à coordenação	Mulheres ligadas aos grupos de base	Total
Reconhecida pelo marido, comunidade e sociedade	12	09	16
Reconhecida como sujeito de direito	12	09	21
Respeitada pelo marido e pela sociedade	07	05	12
TOTAL	**44**	**32**	**76**

Percebi que o discurso sobre elas próprias elaborado pelas trabalhadoras rurais do CMTR (PI) já não era o mesmo mencionado por Farias (2001, p. 146) em que "nem elas próprias se reconheciam como trabalhadoras, [...] mas denominavam-se como ajudantes" do marido. No momento da pesquisa, a trabalhadora rural falava diferente sobre si, por exemplo: "me sentir reconhecida fora do Piauí, tive voz na Marcha das Margaridas em Brasília"; "sou reconhecida pela sociedade do meu Estado e no Brasil pela historia de luta"; "sou conhecida até pelo presidente Lula lá em Brasília"(Diva); "sou conhecida em âmbito nacional e internacional pela minha história de luta" (Gulhermina); saímos da cozinha e ganhamos as ruas"(Betina); "hoje somos reconhecidas em outras instituições"(Enertina); "onde falarem meu nome aqui no Piauí, as pessoas conhecem pela história da luta" (Mariana).

Já 21 mulheres do conjunto das entrevistadas se consideraram reconhecidas como sujeito de direitos. Tal reconhecimento se relaciona ao que está formalmente escrito nas leis, mas algo se concretizou na percepção delas mesmas, por exemplo: "fizemos valer nossos direitos raciais"(Tulipa)); "temos direitos iguais aos homens pela *Constituição* de 1988"(Diva); "Acho que há mais respeito e igualdade para as mulheres"(Francione); "conquistamos também direitos para mulher negra, nós entendemos iguais direitos raciais"(Lídia); "a mulher hoje se reconhece e é reconhecida como sujeito de direito, assume liderança"(VitóriaRegia).

Percebe-se que a maioria das entrevistadas se consideraram reconhecidas, porém, quando há referência ao respeito que se supõe advir desse reconhecimento, evidencia-se diferença significativa para menos, pois apenas sete mulheres da coordenação e cinco das que se encontravam na base afirmaram haver respeito por elas, ou seja, se não há respeito, o reconhecimento como sujeito de direito ainda está aquém do esperado pelas trabalhadoras.

Ainda assim, a fala das trabalhadoras aponta, de forma positiva, que o reconhecimento representado por elas não se restringe a autorreconhecimento ou reconhecimento restrito às relações primárias conforme menciona Honneth (2007). As falas sugerem reconhecimento mais relacionado à teoria de Fraser, que desenvolve a teoria do reconhecimento paritário (*status*). Nos dias atuais, as mulheres lutam no sentido de mais se firmarem como sujeitos e recriarem novos sentidos com base nas experiências vividas (CAMURÇA, 2001). Tais conquistas, segundo estudo aqui desenvolvido, repercutiram positivamente na família e na sociedade, segundo

sugerem as falas de representantes de entidades parceiras, como a coordenadoria da Secretaria de Direitos Humanos para a Juventude do Piauí

> Eu vejo como uma iniciativa pioneira das trabalhadoras rurais do CMTR (PI) a construção delas como sujeito político. Isso vem influenciar no processo de construção de políticas públicas que possa dá à categoria acesso maior a sua dignidade, a sua cidadania. A grande contribuição que eu vejo é delas se transformarem em protagonistas de sua própria história, o fato delas terem conseguido conquistar identidade profissional como trabalhadoras rurais. Eleva o reconhecimento de que elas não são simplesmente aquelas que complementam renda e ajudam a identidade de seus companheiros, mas sua própria identidade e, com isso, conquista sua autonomia (Dulce Silva, coord. da Secretaria de Direitos Humanos para Juventude).

> Hoje existe trabalhadora rural atuando como presidente de sindicato, presidente de associação e representando o Piauí em outros países. É uma organização que tem gerado bons frutos nesse caminho, que é a participação da mulher, a participação ativa da mulher na sociedade. (Gregório Borges, da coord. da CPT)

> No Coletivo, a gente pode perceber a questão da participação da mulher. Na diretoria sindical, nas associações e como associadas, elas têm a oportunidade de discutir seus problemas e conhecer melhor e mais a capacidade da mulher. O Coletivo, tem uma vasta participação na questão do empoderamento da mulher. As mulheres, que fazem parte do Coletivo, a gente percebe que são mulheres com uma consciência formada, capaz de discutir e de propor mudanças sociais e de gênero. Elas conquistaram espaços na sociedade. (Rosa Lobato, coordenadora da CPT).

> A gente percebe que mudou a vida delas. Elas adquiriram autoestima, capacidade de mobilização, que elas têm o jeito de falar, como elas se expressam, a vontade de mudança, o reconhecimento da importância das lutas pra ter melhores condições de vida. Elas são mulheres que têm uma consciência política diferente do mundo aí fora. O sindicato onde uma delas é presidente é combativo e faz a diferença. O exemplo é o sindicato de Luzilandia, que é referência na região (Vilma Amorim, coordenadora do CEPES).

Os depoimentos apontam para o reconhecimento das trabalhadoras rurais em diferentes instâncias das suas relações sociais e para o reconhecimento do próprio CMTR (PI) como aquele que tem contribuído para a consolidação do processo democrático e de relações mais igualitárias. Isso ampliou a visibilidade das referidas trabalhadoras quanto à forma de participar e conduzir o processo de efetivação dos direitos, a fim de fazer avançar a construção da cidadania.

6.1.6 Conquistas relacionadas aos direitos políticos

Os dados da tabela 12 e 13 no capítulo anterior apontam não só para reconhecimento de gênero, pois as mulheres foram inseridas pelo Coletivo nos espaços antes apenas destinados aos

homens, mas também para o exercício dos direitos políticos, os quais, segundo Marshall, se referem aos direitos de voto e de acesso a cargos públicos. Algumas delas já se candidataram a cargos públicos como vereadora ou candidata a deputada estadual: Hilda, Betina, Diva, Enertina, Guilhermina, Lídia e Lírio. Tais mulheres tiveram coragem de, do seu lugar social, pleitearem cargos públicos, embora só uma tenha ganhado as eleições para vereadora no ano de 2008. O fato de candidatar-se era comemorado como o exercício de um direito político. Nas entrevistas, elas não associaram, de imediato, a participação nos movimentos sociais e outros espaços organizacionais ao exercício do direito político ou civil. Ao mencionarem as conquistas relacionadas aos direitos políticos apresentaram, sobretudo, duas: candidatar-se a cargo político e associar-se ao sindicato, conforme se observa na tabela a seguir.

Tabela 22: Percepção das conquistas relacionadas aos direitos políticos, segundo a participação no movimento

Direitos políticos	Mulheres ligadas à coordenação	Mulheres ligadas aos grupos de base	Total
Candidatar-se a cargo político	12	11	21
Associar-se ao sindicato	12	10	21
TOTAL	**44**	**21**	**42**

Quando elas se referiam às conquistas no campo desses direitos, destacavam apenas duas conquistas: candidatar-se a cargos políticos, ou seja, votar e ser votada e poder associar-se aos sindicatos e lá concorrer também em eleições. Este segundo é, ao mesmo tempo, um direito concedido a todos os trabalhadores desde a década de 1960 (capítulo. 1). Porém o modo de falarem desse conquista dava impressão de fato novo, talvez porque só puderam associar-se na década de 1980.

Como já destaquei, só algumas se aventuraram à candidatura, mas sem sucesso do ponto de vista de ganhar as eleições. As razões para o insucesso estão evidentes nos relatórios, nas

discussões levantadas por elas. Algumas razões para a não candidatura de maior número de mulheres podem ser conferidas na seção 2.10, do capítulo 2, dentre as quais destaco algumas:

> A falta de recursos econômicos por parte das trabalhadoras, falta de real interesse dos partidos para ter em seus quadros uma candidata trabalhadora rural, descompromisso dos partidos para incluir a agenda dos direitos humanos das mulheres nos seus programas de governo (RELATÓRIO DA ASSEMBLEIA DO CMTR(PI) DE 2008).

Em relação à associação no sindicato, todas as trabalhadoras entrevistadas eram associadas, conforme a tabela 22, exceto a professora, que não fazia parte do sindicato dos trabalhadores.

Os entraves apontados pelas trabalhadoras para o insucesso no campo da política partidária não dizem respeito só a questões relacionadas a sua condição mas também à ausência de um processo democrático consolidado na sociedade brasileira no qual os direitos de cidadania sejam extensivos a todos os segmentos da sociedade, sem discriminação territorial, socioeconômica, de raça e de gênero, conforme argumenta Avelar (2001), ao discutir *Mulheres na elite política brasileira*.

Foi considerado um avanço significativo pelas trabalhadoras rurais exercer o voto com "liberdade", ou seja, poder escolher o partido, o candidato no qual quer votar, pois, segundo conversas informais, até pouco menos de duas décadas, o voto de suas famílias estava condicionado à vontade do dono da terra: "Todo mundo tinha que votar em quem o patrão mandasse", disse uma trabalhadora. Essa realidade não era de apenas uma, mas sim das famílias que viviam de favor ou arrendadas nas terras do "dono" (capítulo 2).

A superintendente regional do Trabalho e Emprego do Estado do Piauí, em 2008, em entrevista sobre a relação daquele órgão com o CMTR (PI), apesar de reconhecer o avanço na conquista dos espaços públicos pelas trabalhadoras rurais, lamentou que elas tivessem apenas 30% de cota na diretoria do sindicato e na Fetag. Isso indica a distância entre o ideal no processo participativo paritário e o real, o efetivo. Apesar de 30% ser um percentual muito pequeno, quando se trata de representação em país tão grande como o Brasil, essa política das cotas (resultado das lutas organizadas das mulheres) vem dando, no mínimo, mais visibilidade à exclusão da mulher nos espaços políticos e à disparidade existente no âmbito da política, entre os homens e as mulheres. Dizer isso não implica nessariamente que eu esteja defendendo o sistema

de cotas; apenas o considero como uma conquista, um ganho no campo dos direitos políticos por parte das mulheres trabalhadoras.

Por outro lado, ao entrevistar o representante regional da Caritas brasileira, em relação ao reconhecimento e à visibilidade política da ação coletiva das mulheres, ele se referiu a elas da seguinte forma:

> [...] as mulheres do Coletivo são mulheres que têm outra visão da sociedade, têm visão dos direitos e querem participar coletivamente da conquista da cidadania não só delas. Aqui no Piauí, o movimento tem dado contribuição não só com a organização das mulheres, mas também contribuiu com toda mobilização social, inclusive com a mudança na consciência política, trabalhando na conquista das políticas públicas (Carlos Roberto, secretário regional da Caritas brasileira).

Em outras palavras, a luta das mulheres trabalhadoras rurais por reconhecimento político e de gênero não é isolada; desenvolve-se dentro de um conjunto maior dos anseios populares. Como lembra Melucci (2001): os novos movimentos sociais atuam em rede, resultado de processo social diversificado.

Em outro trecho da entrevista da superintendente já referida, ela disse:

> [...] as trabalhadoras rurais não são mulheres de muita leitura, mas a compreensão delas em relação a muitas coisas, muitas vezes, transcende a leitura. Então, elas têm a noção exata do que elas podem contribuir e de como elas podem interferir nas políticas públicas. Governo nenhum dá nada. As mulheres vão atrás e inclusive na questão fundiária [...] ocupando esse espaço do governo. Nós entendemos que somos sujeitos de obrigação, elas sujeitos de direitos, aquelas que são alvo das políticas públicas. No entanto, eu diria, esse diálogo é um diálogo sofrido. O Estado não atendeu, não chegou ao percentual desejado em relação às exigências das mulheres (Paula Mazulla, superintendente regional do Trabalho e Emprego no Piauí).

A superintendente falou de um lugar privilegiado, o Estado. Nele, as trabalhadoras, além de reivindicar políticas públicas, ou seja, o seu reconhecimento como portadora de direitos, foram buscar apoio, parcerias para desenvolver suas atividades; ao mesmo tempo, porém, trata-se de parceria perigosa em virtude das prováveis acusações de cooptação por parte do governo em relação aos movimentos sociais.

De qualquer forma, no depoimento da superintendente, o próprio Estado já reconhece a luta das trabalhadoras rurais e, ao mesmo tempo, sua interferência para a viabilização das políticas públicas; reconhece também sua ineficiência no atendimento a essas políticas, o que vem reafirmar os limitados ganhos no campo dos direitos sociais.

6.1.7 Conquista relacionada à documentação da trabalhadora rural

Ainda no campo do reconhecimento, de acordo com os relatórios dos arquivos do CMTR(PI), de 1994, uma das primeiras campanhas assumidas pelas trabalhadoras dessa entidade foi a da documentação, lançada em 1994 pelo movimento das trabalhadoras em âmbito nacional, com o lema "Nem uma trabalhadora rural sem documentos**".** Dali em diante, as mulheres passaram a perceber que a documentação civil seria fundamental para a conquista dos demais direitos; a ausência dela, ao contrário implicaria também a falta de reconhecimento social. Assim, as ações das trabalhadoras rurais de todo o país pela documentação desenvolveu-se associada à busca pelo reconhecimento da profissão.

Nesse aspecto, é importante saber sobre a documentação das trabalhadoras rurais do CMTR(PI), pois, de acordo elas próprias, mulheres sem documentos não existem para a sociedade, ficam fora da lista de pessoas que devem e precisam ser protegidas pelo Estado, seja por meio das políticas públicas, seja por meio dos direitos previdenciários. Logo, portar os documentos significaria mais possibilidade de ser reconhecida pelo próprio Estado.

Quando as mulheres se deram conta dessa realidade, passaram a aderir à campanha de documentação e aproveitaram-na para regularizar suas situações. Tanto que, pelo menos as entrevistadas, exibiram os principais documentos, segundo mostra a tabela abaixo.

Tabela 23: Conquista da documentação por parte das entrevistadas, segundo participação no movimento

Documentos	Mulheres ligadas à coordenação	Mulheres ligadas aos grupos de base	Total
Registro de Nascimento	12	11	23
RG	12	11	23
CPF	12	11	23
Título de Eleitor	12	11	23
Carteira de Trabalho	9	07	16
Carteira do sindicato	12	10	22
Inscrição no INSS	05	06	11
Cadastro no INCRA	04	02	06
Titulo da terra	04	02	06
TOTAL	**82**	**71**	**153**

Como se observa, as trabalhadoras rurais estavam munidas dos documentos da pessoa física; porém, quanto aos pertinentes à ocupação, ainda pareciam carentes. Em relação ao bloco de nota da produtora rural, só aparece como discussão nos relatórios; a inscrição no INSS, só 11 mencionaram; o talão do INCRA, só seis o possuíam; título da terra, também só seis o possuíam em seu nome e do seu companheiro. Tais documentos facilitam o acesso aos direitos previdenciários.

A concessão de documentos para elas resultou de "muito esforço e muita luta", pois, até 1994, quando surgiu a primeira campanha nacional de documentação, poucas tinham documentos; mesmo assim, não eram registradas como trabalhadoras rurais, e sim como domésticas (CORDEIRO, 2004). Isso aponta para a ausência de conhecimento da trabalhadora rural sobre a importância da documentação no exercício da cidadania e para o descaso do Estado com as cidadãs. Nesse sentido, havia um débito tão grande da sociedade brasileira, que o governo federal, em cumprimento ao compromisso firmado no primeiro Plano Nacional de

Política para as Mulheres, criou o *Programa nacional de documentação da mulher trabalhadora rural*, responsável pelas últimas campanhas de documentação realizadas em âmbito nacional.

Com a realização de tais campanhas e muito esforço por parte do CMTR (PI) para conscientizar as trabalhadoras sobre a importância dessa documentação na conquista dos demais direitos, as mulheres passaram a valorizar e buscar seus documentos – uma forma de exigir o seu reconhecimento como categoria, com os mesmos direitos de seus companheiros. Assim, embora o beneficio não tivesse contemplado ainda todas as trabalhadoras rurais, havia maior conscientização quanto à necessidade e à importância de cada documento para o reconhecimento e o exercício da cidadania. Dados da Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Estado do Piauí (MDA-PI, 2006) revelaram que 40% da população do Estado não tinham documentos; desse percentual, 60% eram mulheres.

O que foi declarado, pelas trabalhadoras, em relação às suas conquistas e dificuldades, ajuda a compreender por que, na prática, os direitos civis e políticos – liberdade de expressão e o direito de participação no processo social e na vida política, – não se dissociam dos direitos sociais e coletivos, como direito ao trabalho, à saúde, à educação, à segurança e à alimentação. Ademais, seu discurso sugere que as mulheres do CMTR (PI) não reproduziam a dicotomia entre os direitos. O empenho delas pela conquista da liberdade, identidade, organização e de participação se efetivava nas ações pela conquista da terra como propriedade coletiva ou individual, da renda, da cultura e da identidade de gênero.

6. 2 Direitos relacionados à conquista de bens e serviços

De acordo com a Secretaria Especial de Política para as Mulheres (2008), o Estado brasileiro vem, ao longo das últimas décadas, assegurando, de forma direta ou indireta, a possibilidade da vivência da cidadania das mulheres, haja vista que os direitos mais significativos relacionados a elas presentes na *Constituição de* 1988 foram reafirmados pelo Estado brasileiro na assinatura da Plataforma de Ação Mundial, em 1995, por ocasião da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres. Isso significa um estreitamento da distância entre o que é formal em termos de direitos e o que é positivado na vida delas.

Outro passo significativo assumido pelo Brasil rumo ao reconhecimento dos direitos das mulheres foi a criação da Secretaria Especial de Política para as Mulheres no ano de 2003, a qual tem a missão de formular, coordenar e articular as políticas específicas. Mais recentemente, a

luta organizada em âmbito nacional levou o governo federal a dar outro importante passo: a realização da I Conferência Nacional de Política para as Mulheres em julho de 2004. De acordo com a Secretaria de Política para as Mulheres (2009), tal evento foi um marco na afirmação dos seus direitos – fruto da mobilização de cerca de 120 mil mulheres que participaram diretamente dos debates e apresentaram as propostas para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. O referido plano passou a orientar as políticas públicas desenvolvidas pelo governo federal e a nortear as realizadas pelos governos estaduais e municipais.

Hoje está em vigor o segundo Plano Nacional de Política para as Mulheres (PNPM), elaborado com base na II CNPM, em 2006. Essa conferência contou com a participação de 200 mil brasileiras por meio das conferências estaduais e municipais. O PNPM está organizado em onze eixos que representam temas prioritários e áreas de preocupações levantadas pelas mulheres já na primeira conferência, da qual surgiram cinco eixos, estratégicos e, no processo de revisão na segunda conferência, foram acrescentados seis novos eixos abaixo relacionados.

a) Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social;
b) Educação inclusiva, não sexista, não racista, não homofóbica e não lesbofóbica;
c) Saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos;
d) Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres;
e) Participação política das mulheres e igualdade em todos os espaços de poder;
f) Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta com garantia de justiça ambiental, inclusão social, soberania e segurança alimentar;
g) Direito das mulheres à terra e a moradia digna, bem como serviços com cidadania garantindo a qualidade de vida nas áreas urbanas e rurais, considerando as etnias e comunidades tradicionais;
h) Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas, não discriminatórias, não sexistas, ani-racistas, não lesbofóbicas e não homofóbicas;
i) Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia;
j) Enfrentamento das desigualdades que atinge as mulheres jovens e idosas em suas especificidades;
l) Gestão e monitoramento do plano.

Fonte: II Plano Nacional de Política para Mulheres, 2008.

As conquistas relacionadas à possibilidade de se estender a cidadania das mulheres em território nacional são, de certo modo, o reflexo das ações no cotidiano dos grupos de mulheres espalhados por todo o país. Da mesma forma, a luta empreendida em cada grupo, em cada Estado encontra respaldo legal nos dispositivos assegurados em âmbito nacional.

Desse modo, inicio a análise sobre a representação das trabalhadoras rurais do CMTR(PI) sobre suas conquistas no campo dos direitos sociais, retomando a hipótese levantada e perseguida ao longo desta tese: a luta coletiva das trabalhadoras rurais por reconhecimento político e de gênero contribui para a conquista dos direitos sociais e, consequentemente, para o fortalecimento da cidadania das mulheres. Para facilitar a percepção dessa afirmação, os direitos que, na representação das trabalhadoras rurais, se relacionam à distribuição dos bens e serviços – vistos aqui não como "distribuição", mas como conquistas por meio da luta popular – estão dispostos em três blocos: a conquista e a situação das mulheres entrevistadas em relação à posse da terra; os direitos previdenciários e, por fim, os bens e serviços públicos postos pelas trabalhadoras rurais como conquista no processo da luta por cidadania.

6.2.1 Representação das mulheres entrevistadas sobre conquistas relativas à propriedade da terra, bens e serviços públicos

Os esforços pela posse da terra se constituíram em um dos eixos que motivou algumas trabalhadoras a se engajarem no processo de luta coletivo (ver tabela 14). Na representação delas, ocorreram conquistas em relação à posse da terra, reconhecida como parte do empenho coletivo na busca de cidadania, segundo mostra a tabela 24.

Tabela 24: Situação das entrevistadas em relação à posse da terra

Situação da trabalhadora na terra	Mulheres ligadas à coordenação	Mulheres ligadas aos grupos de base	Total
Terra arrendada	02	1	03
Herança da família	01	02	03
Terra conquistada	03	05	08
Terra em questão	01	-	02
Terras pertencentes ao DNOCS	01	-	01
Terras quilombolas	01	02	03
Sem terra	01	-	01
Desfizeram-se da terra	02	-	02
TOTAL	**12**	**10**	**22**

Apesar do esforço coletivo em favor da conquista da propriedade como um direito, nem todas as entrevistadas conseguiram terra para morar e trabalhar. Quando elas falavam de sua situação em relação à terra, indicavam situações diferenciadas: algumas produziam, mas não eram donas da terra; três trabalhavam como arrendatárias; três trabalhavam em terra de sua família, chamada de "terra de herança"; uma, havia 25 anos que lutava pela desapropriação das terras onde trabalhava; duas, já aposentadas, se desfizeram das terras; uma não tinha terra, fora expulsa em 2008 do local onde morava e trabalhava com sua família havia mais de 30 anos – motivo da expulsão: representava uma ameaça para o proprietário. Enquanto isso, outra parte vivia em terras coletivas ou, como preferem designar, **terra de conquista**: são as mulheres assentadas e as que viviam em áreas demarcadas e reconhecidas como terras de quilombolas – quatro da coordenação do CMTR (PI) e sete das atividades na base.

O número de mulheres que moravam e trabalhavam em terra conquistada por meio da luta coletiva era expressivo comparado com o das entrevistadas. Mas a conquista das trabalhadoras em relação à terra não era isolada, pois, antes mesmo da criação do CMTR(PI), já havia registro de conflitos pela posse da terra na região, o que pode ser conferido na primeira parte do capítulo 2. Tais conflitos se haviam concentrado, principalmente, no norte do Estado, conforme apontam Adad e Lima (1987), região onde atualmente estão concentradas as ações do CMTR(PI) (ver mapa regional capítulo 2 e Territorial capítulo 5). De acordo com o *Plano de reforma agrária para o Piauí 2003-2010:*

> A distribuição espacial dos assentamentos do Incra e os do Estado reconhecidos pelo Incra, os quais totalizam 290, se concentra em dois territórios: Cocais e Entre Rios, na região Norte (Figura 3). Tais concentrações são resultados de uma maior atuação dos Movimentos Sociais, principalmente da Fetag, Fetraf e MPA, que vêm desenvolvendo um trabalho mais intenso nessas regiões, bem como da existência de grandes áreas sem a devida utilização pelos proprietários, o que, aliado à presença de trabalhadores rurais sem terra na região, provocaram intervenções do Incra, culminando com desapropriações (PLANO DE REFORMA AGRARIA PARA O PIAUÍ 2003-2010).

Embora o INCRA não mencione a presença das mulheres trabalhadoras organizadas, reconhece que as desapropriações de terras resultaram da luta e pressão dos movimentos sociais. O mapa territorial, no capítulo anterior, aponta para a maior concentração do CMTR (PI) nos dois territórios de desenvolvimento mencionados pelo plano de reforma agrária acima citado. Os depoimentos que seguem apontam para o engajamento das mulheres na luta pela terra naquela região. O primeiro, na sequência, é a fala da coordenadora de um assentamento conquistado só por mulheres no município de Piripiri sobre as dificuldades enfrentadas.

> Foi muito difícil para nós conquistarmos isso aqui (a terra); foi uma luta só das mulheres organizadas, por isso tem o nome "assentamento das mulheres organizadas". Quando o dono que estava querendo se desfazer da terra viu que a negociação para a desapropriação era feito por uma mulher, ele se recusou a negociar. Eu fiquei insistindo, insistindo, conversando, mostrando segurança, experiência. Nós fizemos varias reuniões. Demorou muito tempo, até convencer o gerente do banco de nosso interesse, da nossa preferência pela terra. E, mais ainda, o proprietário, ele não aceitava que seriam as mulheres trabalhadoras rurais que iriam negociar a compra e administrar as terras desapropriadas. (Violeta).

> Nossa terra é coletiva e é pequena; somos 20 famílias que trabalhamos com hortas comunitárias. A dificuldade maior para essa conquista foi porque nós somos assentados urbanos aqui, em União. Daí que as pessoas pensam que quem está na cidade não precisa comer, não precisa trabalhar na terra. Nós estamos na cidade, porque não temos terra no campo, mas nós só sabemos trabalhar na terra. (Lírio).

> [...] imagina você passar a semana todinha quebrando coco no mato. Quando dava sexta-feira, ia deixar na casa daquela pessoa que dizia que era dono da terra. Chegava lá, não tinha um feijão, não tinha um arroz, não tinha farinha, ele dava um vale como se fosse um cheque. Você voltava pra trás com a mão no feixe, outra no cano, sem ter o que comer. Foi isso que me fez perder o medo de morrer [...] Eu ia vender ou deixar os formulários e trazia nada de novo. Aquilo me revoltou. Aí eu resolvi ou morrer ou escapar, eu vou lutar por aquele direito que é meu. E comecei pelo coco: tirava das terras, quebrava, vendia onde eu queria. Eu dizia pra mim mesma: não é roubado né! Aí começou a luta, o conflito começou. Depois passei a lutar pela terra. E assim se passaram 18 anos até vencer. Hoje estamos aqui, 52 famílias assentados, a terra e o coco é nosso. (Mariana).

> Nós começamos lutar aqui, pela terra, em 1983. Foi muito sofrido, muito conflito. Quando nós começamos a exigir o cumprimento do *Estatuto da terra* e a colocar em prática o que havíamos aprendido, começou a violência por parte dos latifundiários. Nos agrediam por meio da própria polícia. Quem mais sofria a violência era as mulheres; até o padre Ladislau, que nos ajudava na luta pela terra, foi agredido e espancado na hora que ia celebrar a missa na comunidade. O caso ganhou repercussão internacional e houve pressão pela desapropriação. Somos assentados desde 1992. Na época, foram 140 famílias; hoje somos 380. (Betina).

> Eu nasci pobre demais, meus pais não tinham terra, trabalhava na palha da carnaúba. Meu pai morreu e viemos para cá. Aqui não tinhamos como trabalhar com carnaúba; minha mãe não sabia quebrar coco; passamos tanta fome de chorar; meus irmãos, morreram três. Minha mãe quebrava coco na pedra; pra não morrer todo mundo de fome, minha vó nos deu para outras pessoas e assim nós sobrevivemos [...] Depois de participar do movimento e da luta, foi que comecei a lutar por terra. Estou com 25 anos lutando e ainda não chegou a desapropriação, mas vai chegar. A terra que eu moro está em questão. (Diva).

> Passei muita dificuldade e sofrimento para criar meus filhos: quebrava coco, fazia carvão, fazia farinha e trabalhava na roça sem ter terra. Eu trabalhava o dia todinho, para ganhar dez litros de arroz, às vezes três litros de feijão ou cinco litros de milho. Assim passei anos e anos para criar meus filhos, sozinha. Meu marido me deixou quando eu ganhei meu último filho. Fiquei com 5 filhos; criei tudinho trabalhando na roça, mas não tenho terra.(Iara).

> Eu casei sem meus pais querer. Aí eu e meu marido fomos trabalhar, sem ter terra, sem ter casa, morando em espaços cedidos pelos outros. Nós sofremos tanto, eu tinha os meninos, mas nós não conseguíamos nem alimento suficiente, era muito difícil. Eu vi dois filhos meus morrerem de fome. Eles ficavam doentes e não tinha como cuidar, alimentar; eu sabia que eles estavam morrendo por falta de comida (choro). Eu já estava começando a lutar pelos direitos, pela a terra, daí nunca mais parei. (Guilhermina).

Desse modo, a luta das mulheres pela terra ocorria simultaneamente à luta pelo o coco-babaçu, produto extrativista já citado, que serve como complemento de renda. A terra e o coco-babaçu naquela região são elementos essenciais para a sobrevivência delas e de suas famílias. Atualmente, algumas mulheres do CMTR (PI) fazem parte também do MIQCB, movimento em

defesa da liberdade e da preservação dos babaçuais. Não bastava libertar a terra, disse uma trabalhadora, "os frutos da terra também precisam estar à disposição da vida como um direito de todos". Para tanto, as trabalhadoras contavam com a força política coletiva e os conhecimentos adquiridos ao longo da caminhada, para exigir, nas instâncias de decisão, o que para elas se constituía um direito fundamental conforme aponta o depoimento seguinte:

> [...] nós, as quebradeiras de coco, depois de muitos anos de sofrimento e luta, chegamos até o presidente Lula, com nossas reivindicações pela libertação do babaçu. Nossas mãos calejadas pegaram as mãos do presidente; fui abraçada por ele. E lá mesmo, após uma apresentação cultural sobre as quebradeiras de coco, realizada no palácio da Alvorada, entregamos nossas reivindicações [...] Hoje nosso babaçu está liberto na maioria dos diferentes municípios nos Estados da nossa região. (Diva).

Viver da terra constituía a primeira condição que aproximava as mulheres da luta por esse direito e provocava nelas a consciência para lutar por ela como condição para o exercício da cidadania. A terra era o seu território, o espaço de cultivar a vida da família, de moradia, seu espaço psicológico, cultural e social. Daí a busca por cidadania não se dava de forma a privilegiar um aspecto da vida em detrimento de outro. A conquista da terra, por exemplo, por si só, não era suficiente, pois as condições econômicas não lhes proporcionavam um bom desempenho na produção. Então, reivindicavam, entre outras políticas, o crédito específico para ser administrado pelas mulheres, com o objetivo de melhorar sua condição econômica por meio da própria produção.

6.2.2. O Pronaf Mulher: uma conquista das trabalhadoras rurais

Em relação à conquista do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (Pronaf), a maioria das entrevistadas mencionou-o como relevante no rol das conquistas celebradas pelas trabalhadoras rurais em todo o país, porém apenas cinco haviam conseguido acesso ao recurso. Em outras palavras, conquista assegurada, mas ainda sem beneficiar a todas.

Atualmente, o Pronaf – um programa governamental de abrangência nacional inserido nas políticas públicas – é considerado elemento importante para o avanço da melhoria de vida das trabalhadoras rurais. Essa ação governamental, iniciada e difundida ainda na década de 1970, integra a política compensatória que tem como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar, que, segundo Melo (2003), representa 75% dos estabelecimentos agrícolas brasileiros e

na categoria dos mais pobres. De acordo com o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil, só a partir de 2002, por meio de muita pressão das trabalhadoras rurais, mobilizações, debates, audiências junto com outras organizações, conseguiram fazer o Ministério de Desenvolvimento Agrário determinar a inclusão de gênero no programa. Ficou, então, assegurado pelo referido ministério, por meio da portaria nº. 121, que, no mínimo, 30% dos recursos relativos à linha de crédito do Pronaf, nos termos do *Plano Safra da Agricultura*, seriam destinados às mulheres.

Apesar de esta ser uma política compensatória, se fosse acessada e administrada por todas as trabalhadoras rurais, teria impacto positivo na vida delas; no entanto, conforme mencionei, apenas cinco das mulheres entrevistadas disseram trabalhar com o Pronaf. Na verdade, a maioria das entrevistadas não havia conseguido acessar o benefício. A primeira dificuldade estava na burocracia bancária. Os bancos não facilitavam o acesso ao crédito; cada vez que iam, faltava algo, o que gerava gastos com os deslocamentos. Acrescente-se aí o fato de que elas tinham muito medo de contrair dívida bancária e nem sempre os maridos as estimulavam e ou apoiavam.

> A gente sabe que tem o Pronaf Mulher, mas não é só a gente querer e conseguir, precisa viajar várias vezes e não temos dinheiro. Tudo para as mulheres ainda é mais difícil. No banco, a gente ainda fica acanhada, precisa ir alguém que sabe falar, se explicar melhor. (Joana).

> Hoje já tem alguns projetos destinados para nós, mulheres rurais, que a mulher já está sabendo aproveitar nesse momento da história do Brasil. Quando soube do PRONAF Mulher, não tardei,fui atrás. Eu cheguei até a discutir com um cara lá no banco. Eu cheguei lá, ele disse: Você quer o Pronaf mulher, né? O valor do seu projeto é 2.000,00? eu disse: não, senhor, eu quero o empréstimo de 4.000,00. Se a gente não tiver firmeza, não consegue. (Guilhermina).

> Eu sei que tem o Pronaf Mulher, que é fruto da luta pela conquista dos créditos. Mas aqui, no município, é muito devagar; eu acho que nem funciona ainda esse pronaf. Mas é um direito que já foi conquistado (Cravo).

Como já mencionei, não é simples o acesso ao direito mesmo depois de estar formalmente conquistado. Elas reclamaram ainda de muita discriminação, de dificuldades que enfrentavam pela condição de serem trabalhadoras rurais.

> A trabalhadora rural sofre muito mais, ela sofre todo tipo de discriminação. Quando é para ir a um médico, ela não tem dinheiro para pagar a consulta. E tudo isso é difícil. Nos bancos também, porque, até mesmo pela aparência da pessoa, quando ela chega em

> um lugar, já é discriminada; coitada, ela chega, não sabe falar bonito, ela não tem aquela desenvoltura, aquela intimidade com as realidades, né? A gente chega ali e não tem, como se diz, um "peixe"; a gente fica de fora, primeiramente vão atender quem eles querem. Então, tem isso, a questão do atendimento. (Hilda).

> Eu lembro: teve um período quando eu fiz o primeiro empréstimo no Banco do Nordeste. Aí, pelo fato de ser pobre e negra, o empréstimo era de R$ 500,00 (quinhentos reais). A gente nem via o dinheiro. O gerente vinha e dizia: "você tem que comprar ovelhas". Eu dizia: eu quero essa ovelha aqui. Ele pagava as ovelhas e deixava R$ 15,00 (quinze reais) para comprar um saco de milho. Nesse tempo, eu tinha pouco conhecimento, mas depois a gente formou um grupo de pessoas e fomos para Brasília. Passamos 45 dias no acampamento lá, dizendo que não queria empréstimo daquele jeito. Dali em diante, a coisa foi mudando. Hoje eu trabalho com o Pronaf. (Sempre Viva).

As que já se haviam beneficiado do Pronaf falavam positivamente do crédito e honravam os compromissos assumidos: pagamentos no prazo e estímulo às companheiras a enfrentarem a burocracia e obterem o crédito.

> Hoje estou na coordenação de uma associação e tenho prazer de estar mostrando grande trabalho por meio da conquista dos créditos aqui para o assentamento por meio do PRONAF A – adquirimos um empréstimo de 15.000.00 (quinze mil reais) e nós beneficiamos mais de 137 famílias para compra de pequenos animais. (Betina).

No depoimento acima, a trabalhadora fala da experiência com o Pronaf A; no depoimento seguinte, ela estimula as companheiras a quebrarem as barreiras de acesso ao crédito específico para as mulheres.

> [...] é nossa vez, mulherada, de mostrar para o presidente e para o Brasil que pode confiar nas mulheres, que nós somos capazes de administrar os recursos e honrar nossos compromissos. Não vamos ter medo de cara feia e nem das piadas de mal gosto que nós escutamos nos bancos. (Betina).

Pelo exposto, houve avanços nas conquistas, porém as mulheres continuavam deparando-se com diversas dificuldades ao lidar com instituições públicas ou governamentais, como os bancos, identificados ainda com a figura masculina. Isso certamente é consequência do lugar de subordinação que elas ocupavam até pouco tempo e da lenta mudança das instituições com relação às transformações nas suas vidas. (ALVES, 2009).

6.2.3 Conquistas relacionadas aos direitos previdenciários

Uma vez que as trabalhadoras rurais conseguiram seu reconhecimento como tais e documentos que comprovassem o pertencimento a essa categoria, elas passaram a ter direitos aos benefícios previdenciários: salário-maternidade, aposentadoria, auxíilio-doença, auxílio por acidente de trabalho, auxílio por invalidez, pensão por viuvez e auxílio-reclusão.

Em relação a esses direitos, as entrevistadas mencionaram, principalmente, alguns mais acessados por elas: salário-maternidade, aposentadoria, auxílio-doença, pensão por acidente de trabalho. Vejamos, na representação das entrevistadas, as conquistas. (Tabela 25).

Tabela 25: Conquistas que, na representação das entrevistadas, estão relacionadas aos direitos previdenciários

Direitos previdenciários	Mulheres ligadas à coordenação	Mulheres ligadas aos grupos de base	Total
Aposentadoria	12	04	16
Salário-maternidade	12	08	20
Auxílio-doença	03	02	05
Pensão por morte	01	01	02
Acidente de Trabalho	02	-	02
Total	**30**	**17**	**45**

Percebe-se que, aos poucos, o leque de direitos acessados pelas trabalhadoras se abre; elas avançam na conquista dos diferentes direitos, o que, na representação delas, as leva mais próximo da igualdade com os seus companheiros. Percebe-se, ainda, que os direitos

previdenciários mais citados são aposentadoria e salário-maternidade, porém os dados apontam que, embora com menos frequência, elas já se beneficiaram de outros e os assumem como conquistas suas também, pelo fato de haverem participado no processo de conquista, mesmo no conjunto das lutas mais gerais das trabalhadoras rurais no Brasil.

No momento atual, para acessar tais direitos, não se exige a contribuição ao INSS, mas sim a comprovação de exercer atividade na terra, com a finalidade exclusiva de garantir a subsistência ou o sustento do grupo familiar. Os depoimentos abaixo ajudam a compreender por que elas ostentam como conquista sua também os referidos direitos

> Nós do movimento, juntamente com a Contag, o MST, a Articulação Nacional das Mulheres e outras muitas mulheres de outros movimentos rurais do Brasil, conseguimos, por meio da grande luta, o salário-maternidade para todas as trabalhadoras. Hoje temos, em nosso Piauí e em todo Brasil, as trabalhadoras rurais recebendo o salário-maternidade. (Vitória-Régia)

> Nosso objetivo era direitos iguais. Assim como os homens tinham direitos de se aposentar, nós também devíamos ter. Por isso nós lutamos pela aposentadoria, depois salário-maternidade, quase tudo junto às mesmas lutas, pois a trabalhadora rural não tinha quase nenhum direito, nem sequer documento. Tudo que nós tem hoje não foi nada de graça, tudo é fruto da luta nossa e de nossas companheiras.(Diva).

> Primeiro, nós lutamos pelo salário-maternidade para as trabalhadoras rurais, pois só quem tinha direito era as mulheres de carteira assinada; as trabalhadoras rurais não tinham ainda esse direito. Foi uma luta muito forte; os homens lá, em Brasília, não queria aceitar, eu lembro. Depois que nos conseguimos aprovar lá, em Brasília, quando chegou o direito, as mulheres não tinham os documentos. Aí foi outra luta para conseguir documentos. Logo veio aposentadoria, e assim vai. Tudo da gente é com muita luta, mas tá aí para todas. (Amélia).

O salário-maternidade foi o mais citado por elas; em seguida, a aposentadoria. Com o salário-maternidade, a produtora rural teve outra conquista – equiparação com a trabalhadora que tinha carteira assinada. Assim, de certo modo, ganhou as condições mínimas para recuperar também o valor da proteção à maternidade, ou seja, cuidar melhor de seu bebê, recuperar-se melhor do parto.

> Nós queríamos, assim como as funcionárias públicas, o direito de ficar três meses de licença cuidando do nosso filhinho. Foi também uma luta nossa ir buscar isso aí também, pois não tem como a trabalhadora rural ficar três meses parada sem um centavo. Morre de fome. Hoje essa é mais uma vitória para trabalhadora rural, ganhamos seis messes. (Iara).
>
> Antigamente a mulher só recebia pensão se o marido morresse. Nós, trabalhadoras rurais, tanto lutamos, que conseguimos que a mulher se aposentasse aos 55 anos.

> Primeiro, ficamos recebendo ½ salário; quando foi em 1992, passamos a receber o salário integral. Mas essa luta já começou em 1978. Ali, eu lembro, eu já fui para Brasília, como viúva de um sindicalista,brigar por direitos. Naquele tempo, eu lembro, tinha só duas mulheres na caravana. E depois que chegou o movimento de mulheres, aí a pressão foi maior e conseguimos esse direito. (Enertina).

Tal direito já havia sido assegurado quando da elaboração do *Estatuto do trabalhador rural* no início da década de 1960; porém, só a partir de 1993, elas vêm sendo beneficiadas. O salário-maternidade – garantia da Previdência Social a todas as trabalhadoras – pode ser requerido por ocasião do nascimento dos filhos, desde que as mães estejam filiadas à Previdência Social como seguradas especiais. A idade mínima é de 16 anos.

Em relação à aposentaria aos 55 anos, esse direito aparece também como relevante conquista (16 mulheres). A maior ênfase foi dada pelas mulheres da coordenação, porque a aposentadoria representa melhora significativa na renda familiar e as mulheres que já se aproximam da idade de requerê-la ficam contando os dias para a realização do exercício de tal direito. Esse direito, tal qual o salário-maternidade, foi inserido na *Constituição de 1988,* a qual concedeu à mulher rural a condição de segurada especial da Previdência Social. O beneficio, porém, só entrou em vigor em 1991, quando foram regulamentadas pelo Congresso Nacional as leis nº 8.212/91 (*Lei de Custeio da Seguridade Social) e 8.213/91 (Lei de Benefícios da Previdência Social*).

De acordo com o Movimento de Mulheres Camponesas (2004), o presidente Fernando Collor vetou o salário- maternidade na *Lei da Previdência Social* em 1991. A partir de então, contínuas mobilizações nacionais e estaduais foram desencadeadas pelas trabalhadoras rurais, inclusive do CMTR (PI) (ver capítulo 2 e o depoimento abaixo), para pressionar a derrubada do veto do presidente. Como se vê, apesar de assegurado na *Constituição* que elas gozassem de tais direitos, foi necessário intensificar as lutas tanto nos Estados quanto em âmbito nacional, até 1994, quando, finalmente, no dia 25 de março, o presidente da República sancionou o projeto que criava o salário-maternidade.

> No Piauí, nós fizemos muitos movimentos nas praças, nas diferentes cidades, para reivindicar, entre as muitas coisas, como escola, saúde, educação, trabalho, terra. Reivindicamos também o salário-maternidade e aposentadoria aos 55 para as mulheres rurais. Essa foi conquista nossa; os homens lá, em Brasília, não queriam liberar; mandamos tanto abaixo-assinados pra Teresina, pra todo canto. Hoje toda mulher rural tem direito, foi conquista nossa. (Celina).

Isso assegurou o acesso a todas as trabalhadoras rurais, resultado das ações e esforço de todas as trabalhadoras rurais do Brasil.

6.2.4 Conquistas relacionadas aos bens e serviços públicos

Na representação das trabalhadoras, houve algumas conquistas referentes aos bens e serviços públicos nos últimos anos, no meio rural. Tais mudanças dão ideia de evolução, de progresso e de desenvolvimento, como, por exemplo, a chegada da televisão, telefone, motocicleta etc. Com isso, as pessoas no campo ficaram mais próximas dos benefícios usufruídos antes apenas pelas pessoas das cidades, privilegiadas pelo maior conforto. Percebe-se, em alguns aspectos, certa proximidade entre o rural e o urbano pelas mudanças nos meios de transporte, na comunicação, no uso da luz elétrica, dentre outros. Quando as entrevistadas falaram de tais transformações, atribuíram-nas também a sua luta.

A história do CMTR (PI) narrada no cap. 2 aponta para constantes reivindicações, sobretudo, quanto à educação, saúde, estradas, transporte, água, segurança etc. Na tabela abaixo, relaciono tais conquistas de acordo com as entrevistadas.

Tabela 26: Conquistas que, na percepção das entrevistadas, estão relacionadas aos bens e serviços públicos

Bens e serviços públicos	Mulheres ligadas à coordenação	Mulheres ligadas aos grupos de base	Total
Água	08	06	14
Energia	12	11	23
Telefone	06	02	08
Estrada	09	05	14
Saúde	03	02	05
Escola	07	06	13
Total	**45**	**32**	**77**

Esses foram os serviços e bens públicos acessados pelas entrevistadas. Diante do exposto, acredito que as mudanças não decorreram exclusivamente das ações populares, pois a dinâmica vivida pelos novos sujeitos na luta pelos direitos de cidadania não se deu de forma isolada das **mudanças no mundo rural**, embora não me proponha aprofundar tal temática. Retomo, aqui, o processo de mudanças no mundo rural já anunciado no capítulo 1, quando falei do chamado **desenvolvimento rural** implantado, sobretudo, pelo Estado no processo que se convencionou chamar de "modernização conservadora".

No segundo parágrafo do capítulo 2, mencionei o rural como espaço em mudanças na sua caracterização, como espaço de produção agrícola e de diferentes atores (WANDERLEY, 2001 e 2004; CAVALCANTI, 2004; GOMES, 2006). Tais mudanças, embora contraditórias, expressam que o capitalismo está conseguindo implantar um modelo de desenvolvimento que visa a transformar o modo de produção e de vida no meio rural, uma vez que impõe outros padrões e formas de produção e consumo. Com isso, força mudanças de padrões culturais, as quais, por sua vez, terminam por influenciar o modo de vida, os valores culturais das trabalhadoras e, em alguns aspectos, aproximam o cotidiano delas das vantagens tecnológicas antes experimentadas apenas no mundo urbano, o que dá a sensação de conforto, de bem-estar. Como exemplo, tomo o comentário de Cavalcanti (2004) em relação às exigências globais impostas aos produtores agrícolas, as quais implicam o uso de mais tecnologia no campo, o que, às vezes, indiretamente, acaba beneficiando as pessoas nas proximidades das unidades de produção.

> [...] ao mesmo tempo em que se analisa a circulação das mercadorias nos mercados globais, dirige-se a atenção para os locais de produção cujas especificidades somam-se aos itens da qualidade dos novos produtos agrícolas; a ruralidade passa, assim, a ser uma qualidade distintiva no processo de produção e distribuição dos alimentos, estes cada vez mais monitorados pelas técnicas e padrões de qualidades externos (CAVALCANTI, 2004, p. 18).

Com certeza, as trabalhadoras rurais do CMTR (PI) não se incluem nessa cadeia de produção. Mas, em virtude da circulação do grande capital no Estado, por meio dos investimentos no complexo carne/grãos, conforme mencionado anteriormente, alguns serviços sociais, mesmo ainda precários e insuficientes, têm chegado também ao rural piauiense. Serviços como telefonia fixa e móvel, aos poucos, vão surgindo nos lugares mais distantes, facilitando, de certo modo, a comunicação entre as pessoas residentes no campo bem como entre essas e as

residentes na cidade. Têm melhorado também os serviços de educação e saúde, os quais atingiram um percentual maior da população rural em razão da exigência da mão de obra mais qualificada (ver tabela 06).

Percebe-se, embora incipiente, melhoria das vias de transporte: de um lado, aumento da quantidade de automóveis (no caso do Piauí, a motocicleta vem substituindo, de certo modo, o jumento, o cavalo, o burro e a bicicleta); de outro, é visível a melhoria das estradas e rodovias, o que possibilita maior acesso das pessoas do rural à cidade e vice-versa.

Na região rural, o acesso à eletrificação aumentou – hoje 92% da população do Estado têm energia elétrica. Em relação às trabalhadoras, em alguns casos, o uso de refrigeradores, ferro elétrico, entre outros eletrodomésticos, facilita o trabalho doméstico e produtivo das mulheres e lhes possibilita dedicar mais tempo fora de casa, aumentar a capacidade de deslocamento e de visibilidade em outras organizações.

Ainda assim, os dados dispostos na tabela acima e disponíveis na tabela 26 levam a inferir que o acesso das trabalhadoras rurais aos bens e serviços públicos como conquistas de direitos é relativamente baixo, porém compatível com os indicadores sociais no Piauí, os quais, até bem pouco tempo se referiam ao pior índice social do nosso país (LIMA, 2003).

Os maiores índices de acesso se referem à energia elétrica: 23 alegaram ter acesso a esse serviço. Trata-se de uma conquista recente, fruto do programa *Luz para todos*, do governo federal. Quanto ao acesso a água (14 entrevistadas), dá-se, quase sempre, por meio de poços e nascentes, no caso das entrevistadas que vivem na região norte do Estado.

O baixo índice de acesso das entrevistadas aos bens essenciais e serviços de utilidade pública associado a outros indicadores, como, por exemplo, renda e produção, indicam um padrão de vida decorrente da condição de exclusão social. No entanto, essa condição não se restringia às trabalhadoras rurais do CMTR (PI), abrangia a maior parte da população daquele Estado, conforme apontam os indicadores sociais (ver tabela 02). Assim sendo, ao analisar as conquistas das trabalhadoras rurais em questão, relativizo o que elas apresentaram como ganho no campo dos bens e serviços, ou seja, coloco tais conquistas no contexto mais amplo, a própria realidade do Piauí.

Desse modo, o que parece irrisório e baixo a quem olha de fora ganha maior significado do ponto de vista de quem o apresenta como conquista. Em outras palavras, embora pareçam

pertinentes as evidências nas desigualdades de gênero, as trabalhadoras rurais demonstraram que as relações de poder construídas e alimentadas culturalmente pela ideologia patriarcal são suscetíveis de mudanças. Ademais, o fato de as mulheres, por meio de suas lutas coletivas, terem conseguido inserir as questões de gênero nas políticas públicas lhes confere visibilidade e aponta para mudanças em relação a um padrão de vida diferente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, a experiência das mulheres do CMTR (PI) na luta pela conquista e construção de sua cidadania levou-me a inferir que muitos elementos presentes hoje em seu cotidiano expressam mudanças, as quais, na representação das trabalhadoras, significam novas práticas nas relações sociais, tanto no âmbito familiar quanto no espaço público.

Ao iniciar a pesquisa, propus-me problematizar que, embora as trabalhadoras rurais estivessem inseridas na luta geral por direitos básicos junto aos seus companheiros, elas dificilmente alcançariam tais direitos sem serem reconhecidas como sujeitos políticos, ou seja, as ações pela cidadania necessariamente ocorreriam por outro viés, o de gênero. Isso porque, enquanto não impusessem o reconhecimento como **pares** na família e na sociedade, permaneceriam como massa anônima, sobretudo, nos ganhos em relação aos direitos. Para tanto, foi necessário as mulheres questionarem e se posicionarem politicamente frente ao modelo de organização patriarcal na família e na sociedade. Tal modelo, conforme mostrei no capítulo 3, legitimou a condição de subordinação das mulheres, construiu e definiu o modelo formal de cidadania em oposição ao elemento feminino, deixando-as, séculos a fio, à margem da cidadania.

Então, pela reconstrução histórica da trajetória do CMTR (PI), busquei identificar sua contribuição na conquista e criação continuada da cidadania das mulheres. Nesse processo, parti da seguinte questão: a luta das mulheres por direitos culturais e políticos contribuiu para maior acesso aos direitos sociais no processo de construção continuada da cidadania? Daí, levantei a seguinte hipótese: a luta coletiva das trabalhadoras rurais por reconhecimento político e de gênero contribuiu para conquista dos direitos sociais e, consequentemente, para o fortalecimento da cidadania das mulheres. Isso fez surgir o desafio de analisar o próprio CMTR (PI).

Tal movimento se insere no conjunto de afluência de movimentos e manifestações coletivas complexas que, por meio das próprias as ações, buscam assegurar o reconhecimento de direitos e, por consequência, cidadania. Esses movimentos vêm desafiando os instrumentos teóricos analíticos construídos em períodos de mudanças sociais menos aceleradas. As experiências coletivas atuais fogem ao alcance das referidas teorias. De acordo com Mutzenberg (2002),

> Um dos sintomas desta dificuldade analítica é denunciada nas tentativas de nomear a sociedade contemporânea para a qual se recorre a conceitos adjetivados ou anteposto de um ‘pós’ ou da partícula ‘des’ como tentativa de encontrar num outro tempo um

> parâmetro que possibilite uma identificação do nosso tempo. (MUTZENBERG, 2002, p. 213).

Assim, de acordo com Martins (1998) (*apud* MUTZENBERG, 2002), convém atentar para o desafio da análise das manifestações coletivas no contexto de uma reinvenção permanente das sociedades e da própria sociologia.

Diante do exposto, outros fatores vêm à tona nesse processo de análise, um dos quais é o fenômeno da globalização que, segundo Vieira (2005), vem impondo a substituição dos paradigmas clássicos das ciências sociais por paradigmas emergentes baseados na sociedade global, na qual começam a sofrer reformulações conceitos clássicos, como soberania, hegemonia e o Estado-nação como centro do poder. Em outras palavras, as novas forças que operam na atual ordem mundial, dominada pela economia capitalista de cunho neoliberal, reduzem os espaços do Estado-nação, obrigando-os a reformular os projetos nacionais. No caso brasileiro, isso tem comprometido a capacidade de o Estado viabilizar, em larga escala, as políticas públicas e a efetivação dos direitos assegurados na *Constituição* de 1988. Em âmbito global, as nações buscam proteger-se de tal sistema, criando blocos geopolíticos e celebrando acordo sob o controle de organizações internacionais, como o FMI, a OMC, a ONU, o BIRD. (VIEIRA, 2005, p.72).

Ao mesmo tempo, surgem, a partir das diferentes formas de organização da sociedade civil, mecanismos institucionais que agem em todos os níveis, do local ao global, estabelecendo normas e leis que podem fortalecer os interesses públicos da sociedade civil, incluídos aí grupos específicos, como, por exemplo, as mulheres. Nesse sentido, tomo, como base de todos os direitos, a *Declaração universal dos direitos humanos de 1948* e decorrentes dessa os grandes tratados e as conferências internacionais que, nas últimas décadas, têm exigido maior compromisso dos diferentes países com a viabilização dos direitos para todos.

Assim, à luz de um conjunto de discussões teóricas, como gênero, cidadania, novos movimentos sociais, redistribuição e reconhecimento, foi possível apreender os significados da luta e da construção da cidadania esboçados pelas mulheres do CMTR (PI). Por tanto, pode-se dizer, ao participarem de um processo coletivo, as trabalhadoras rurais do CMTR (PI) lutaram em prol de reconhecimento e direitos. E foram, lentamente, distanciando-se dos padrões

tradicionais que as restringiam apenas ao espaço doméstico – dedicação aos cuidados dos filhos, da casa e dos animais de pequeno porte – e à ajuda ao marido na roça.

Vale ressaltar que, antes da institucionalização do CMTR (PI), algumas mulheres já vinham engajando-se na luta pela conquista da terra e pela liberação do coco-babaçu, o que, de certo modo, contribuiu para configuração do seu espaço político. Dizendo melhor: o empenho das mulheres, no sentido da sua sobrevivência e da própria família e a atitude de contestação quanto à concentração da terra por parte do grande latifundiário, revelava interesse e atitude fora das preocupações e do espaço do lar; faltava tão somente o reconhecimento político por parte dos seus companheiros e da própria sociedade. Tornou-se, então, clara a relevância da construção do sujeito coletivo por meio do itinerário de gênero, pois tal identidade coletiva e o exercício da participação é que possibilitariam o aprendizado político para que elas participassem de outros espaços da sociedade.

Os resultados das análises indicam que as conquistas e as mudanças ocorridas na vida das trabalhadoras rurais ultrapassaram o que Cordeiro (2004) classifica como conquistas que ocorrem dentro de um ideário 'clássico de movimentos social', segundo o qual o sucesso do movimento é avaliado com base nos ganhos materiais e políticos. Assim, as conquistas das trabalhadoras rurais vão além.

Os ganhos relacionados às questões de gênero evidenciam a postura de elas não mais aceitarem passivamente o papel designado pelo sistema patriarcal – o de estarem presas a casa, aos filhos, ao marido e à roça – em razão de sua condição biológica e inabilidade política. Por meio das lutas, questionaram também as noções clássicas de cidadania definidas em função de um "sujeito masculino universal" e exigiram expandi-la, inserindo novos direitos, a exemplo dos direitos reprodutivos e da criminalização da violência contra a mulher, embora essas conquistas não sejam exclusivas do CMTR (PI), pois, como deixei claro ao longo da tese, a luta das trabalhadoras rurais não está desvinculada dos anseios das mulheres em geral nem dos ideais feministas.

Assim, apesar de conflitos internos e externos, as trabalhadoras vieram a ocupar lugares públicos: sindicatos, associações, movimentos, conselhos, partidos políticos e têm neles um espaço assegurado. Neles, exigem o reconhecimento de sua voz pelos saberes e pela autonomia política que portam. Isso permite serem ouvidas e proporem demandas em relação aos seus direitos.

Em relação aos papéis sociais, observam-se alguns avanços nas relações no âmbito familiar. O poder parece um pouco mais difuso: elas tomam parte nas decisões domésticas e participam no âmbito público, enquanto eles aceitam cozinhar e cuidar da casa e dos filhos quando elas estão mais envolvidas com viagens, compromissos políticos, afazeres do movimento, dentre outros. Embora isso não seja ainda regra geral na vida das trabalhadoras (elas mesmas reconhecem), eu considero ponto de inclusão e reconhecimento social das mulheres do CMTR (PI).

Tais mulheres, na sua singularidade, imprimem um jeito diferenciado de se fazer política e de serem políticas; não desvinculam de suas lutas a mística, a poesia, a harmonia que brota de sua íntima convivência com a natureza. Há rica simbologia referente a tal relação e que vem carregada de um agir político. Há denúncias, críticas e demonstração de que elas sabem onde querem chegar. Fujo agora dos padrões acadêmicos só para mostrar o que está expresso no canto da autoria de Doraci Ebina, trabalhadora rural do Maranhão. Além de muito cantado pelas trabalhadoras rurais do CMTR (PI) nos encontros e assembleias, foi adaptado por elas como parte do seu próprio cotidiano: em vez de mulher do NORDESTE, cantam mulher do PIAUÍ.

> Refrão: Eu sou mulher, seu doutor o que é?
> Eu sou mulher do nordeste, eu sou mulher!Eu sou mulher, seu doutor o que é?
> Eu sou mulher do Piauí, eu sou mulher! (adaptação)

Lá na cozinha, eu sou mulher, pra fazer comida eu sou mulher, pra lavar roupa eu sou mulher e na política por que é que não sou mulher?

Pra ir pra roça, eu sou mulher, fazer farinha eu sou mulher, na prefeitura por que é que não sou mulher?

Pra ir pescar eu sou mulher, pra quebrar coco eu sou mulher, pra vigiar galinhas eu sou mulher, e lá câmara por que é que eu não sou mulher?

Pra cuidar do marido, eu sou mulher, pra cuidar dos meninos eu sou mulher, pra ser machucada, eu sou mulher, e na sociedade por que é que eu não sou mulher?

Pra varrer rua eu sou mulher, sem o salário eu sou mulher, pra ficar calada, eu sou mulher, nos movimentos por que é que eu não sou mulher?

Pra ir votar eu sou mulher, pra não ter voto, eu sou mulher, pra não ter vez , eu sou mulher, no sindicato por que que eu não sou mulher?

O canto ilustra a gama de direitos aos quais elas fazem alusões. Conforme consta no capítulo 6, muitos deles, de algum modo, já foram conquistados.

No âmbito da participação política, elas dão ênfase à presença nos movimentos sociais, sindicatos, partidos, políticos, congressos, marchas, fóruns sociais, nas conferências, o que tende a lhes conferir maior habilidade no fazer político.

Essa noção de cidadania cantada pelas mulheres e identificada, de certo modo, com os direitos formais, está mais intrinsecamente ligada à própria experiência do movimento de mulher e, portanto, ao que Dagnino (1994) chama de "nova cidadania", na qual são reinventadas e redefinidas as noções de direitos. Assim, as trabalhadoras rurais partiram da descoberta de que a mulher tem direito a ter direitos – é o que parece revelar o canto acima. Conforme Dagnino, a noção de direitos nessa concepção de cidadania:

> Não se limita, portanto, a conquistas legais ou acesso a direitos previamente definidos, ou à implementação efetiva de direitos abstratos e formais, e inclui fortemente a invenção/criação de novos direitos que emergem da luta específica e de sua prática concreta. A disputa histórica é aqui também pela fixação de direito e pela afirmação de algo enquanto um direito. O direito à autonomia sobre seu próprio corpo, o direito de proteção ambiental e o direito à moradia são exemplos. (DAGNINO, 1994, p. 108).

Em relação aos ganhos relacionados à distribuição de bens e serviços, ou seja, o acesso às políticas e aos recursos públicos, fica difícil separar os que, de fato, foram conquistados pois, quando as mulheres identificam as conquistas nessa área, "elas abarcam tanto aquelas que são fruto da luta das mulheres como outras que não têm uma relação direta com a ação do movimento, mas representam uma melhoria na condição de vida das pessoas".(CORDEIRO,2004, p.156).

Nesse sentido, conforme demonstrei no capítulo 6, houve melhorias em relação às condições de vida no campo (embora ainda aquém dos padrões desejados, reconhecidos por muitas das entrevistadas), pela conquista da terra, de benefícios previdenciários e, como afirmam pelas conquistas dos programas de complementação de renda do governo federal. Conquistaram o título e a posse da terra em conjunto com o esposo ou em seu próprio nome; estão acessando,

mesmo com dificuldade, o crédito fundiário específico para as mulheres; têm acesso a luz, água; têm liberdade para colher o babaçu. Enfim, muitas coisas mudaram para melhor na vida das trabalhadoras rurais do CMTR (PI) e de suas famílias.

No âmbito individual, apresentam postura mais autônoma e mais crítica em relação à vida pessoal, afetiva, familiar; são politicamente mais críticas nas relações com o sindicato, movimentos e associações e no partido; conhecem, portanto, os seus direitos. Isso, segundo esta tese, sugere que o CMTR (PI) contribuiu positivamente para a construção e conquista continuada da cidadania das mulheres, apesar da exclusão social e da opressão que persiste como problemas referentes aos papéis de gênero.

As mudanças positivas em andamento são relevantes para as trabalhadoras rurais do Piauí, porém estão longe de alcançarem todas as trabalhadoras rurais; logo, é de se esperar que a ação coletiva do CMTR (PI) venha a ser ampliada, de modo que o esforço de todas ajude a construir uma sociedade mais democrática. Isso requer mais apoio de setores governamentais e não governamentais, para expandir o potencial de mudanças proporcionadas por tais movimentos. Do mesmo modo, a academia poder voltar-se mais a pensar criticamente e analisar, com maior profundidade, os sentidos das ações dessas mulheres para a construção da cidadania.

Por fim, gostaria de destacar aspectos que merecem, ainda, atenção imediata dos pesquisadores: os problemas da violência contra a mulher rural e da sexualidade da trabalhadora, realidades poucos pesquisadas, praticamente não apareceram nos trabalhos produzidos sobre as trabalhadoras rurais lidos por mim, o que deveria ser considerados quando se trata da cidadania dessas mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. 5. ed São Paulo: Global, 2009.

ADAD, L. M. S.e LIMA, M. G. F. Tensões sociais na zona rural piauiense. *Carta CEPRO*, Teresina, n. 9 p. 30-90, 1987.

ALEXANDER, J. C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.13, n.37, p. 5-31, jun 1998.

ALMEIDA, A.W. B. et al. *Economia do babaçu* – Levantamento preliminar de dados. 2. ed. São Luis: MIQCB, 2001.

ANIMAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS. Cartilha: nem uma trabalhadora rural sem documento, Brasília: ANMTR, 1997.

ANIMAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS. Cartilha: mobilização nacional de mulheres trabalhadoras rurais. Brasília: ANMTR 2000.

ALVES, Maria de Fátima. Dificuldades no acesso ao crédito pelas mulheres rurais: discutindo a experiência do PRONAF mulher no oeste potiguar. In: VII Congresso Latino americano de Sociologia Rural. 20-24 de novembro de 2006, Quito, Ecuador. Disponível em: <http://www.baseportal.com/cgi-bin/baseportal.pl?htx=/HdeBarros/ VIICongresoALASRU&localparams=5&range=40,40>. Acesso em: 10 fev. 2010.

ANDRADE, M. C. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1989.

ARENDT, H. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2001.

ARISTOTÉLES. *Política*. Trad. Mario da Gama Cury. Brasília: UNB. 1985. p 31- 61.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira.* São Paulo: Fundação Konrad Adenuer: Editora da UNESP, 2001.

ÁVILA, M. B. (Org.). *Textos e imagens do feminismo*: mulheres construindo igualdade. Recife: SOS Corpo, 2000.

BANCO DO NORDESTE. IninvestNE. Disponível: <thttp: //www.investne.com.br/Semiarido/investimentos-na-agricultura-familiar-e-no-semiarido-sao-feitos-no-piaui >. Acesso em: 12 out 2009.

BANDEIRA, L. M. Feminismo: memória e história. In: CELECINA, M. V. S. et al. (Org.). *Feminismo*: memória e história. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000, v. 1, p. 15-41.

BARBOSA, Viviane Oliveira de. A caminho dos babaçuais: gênero e imaginário no cotidiano das trabalhadoras rurais do Maranhão. In: WOORTMANN, Heredia at al. (Org.). *Margarida Alves*: coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA : IICA, 2006. p 35-64.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BASSANEZI, C. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, M. D. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997. p 607-640.

BASTOS, E. *R. As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984. 141 p.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

BECKER, H. S**.** Problemas de inferência e prova na observação participante: In: _____. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. Trad. Aguiar, M. E. R. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 47-64.

BOBBIO, N. *A era dos Direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 2004. 232 p.

BOBBIO, N. *Igualdade e* liberdade. 3 ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

_____. A Revolução Francesa e os direitos do homem. In: BOBBIO, N. *A era dos Direitos* . Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 85-130.

BOFF, L. *Eclesiogêneses:* as comunidades de bases reinventam a Igreja. Petrópolis: Vozes, 1972.

BONACCHI, G.; GROPPI, Â. (Org.). *O dilema da cidadania:* direitos e deveres das mulheres. São Paulo: UNESP, 1995.

BONNICI, Thomas. Teoria e critica literária feminista: conceitos e tendências. Maringá: Eduem, 2007.

BORDALO, C. A. Para Além do Gênero: uma reflexão sobre os movimentos de mulheres no campo. Disponível em: <http://www.alasru.org/cdalasru2006/10% 20GT%20Caroline%20Ara%C3%BAjo%20Bordalo.pdf >. Acesso em: 23 fev. 2009.

BOSCHI, R. R. (Org.). *Movimentos coletivos no Brasil urbano.* Petrópolis: Vozes, 1982. (Série Debates Urbanos n. 5)

BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento Marxista.* Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAGA, Uldineia Braga. Canudo: sob uma perspectiva de gênero. In: IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: SUJEITOS, SABERES PRATICAS, 2008. Vitória da Conquista. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/anais_eletronicos/Udineia%20Braga%20Braga.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Secretaria Nacional Habitação M.Cidades. *Seminário região Nordeste*: Fórum dos Secretários de Habitação e Des. Urbano. Recife: Assoc. Brasileira de COHABs, 2007.

BRASIL. Secretaria de Política Especial para Mulheres.Brasilia. *II plano nacional de politica para as mulheres*.Brasilia, 2008

BRASIL. Ministério da Previdência Social. *O trabalhador rural e a previdência social.* Disponível em:< http://www2.faep.com.br/palestras/INSS_trabalhador_ previdencia.pdf>. Acesso em: fev. 2009

BRASIL. Secretaria Especial de Política para as Mulheres e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. *As mulheres e os direitos humanos*. (mimeo) Brasília: nov. 2008.

BRYM, Roberto; J. LIE, John; HAMLIN, Cynthia Lins. et al. (Org.) Sociologia: sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. (Coleção Documentos Brasileiros).

CAPELLIN, G. P. Igualdade das oportunidades nas relações de trabalho: a ética de reparação antecede o dever de responsabilidade. In: COSTA, A.A. et al. (Orgs.). *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT Brasil, 2004. p. 13-20.

CAPPELLIN, G. P. Silenciosas e Combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976/1986. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). *Rebeldia e submissão*: Estudos sobre a condição Feminina. São Paulo: Vértice, 1989. p. 255-300.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalização e Ruralidade. In: WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. *Globalização e Desenvolvimento Sustentável:* dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro. São Paulo, Pólis;Campinas,SP, CERES, 2004, p. 17-32.

CARVALHO, A. V. A Igreja católica e a questão Agrária: Alguns elementos para a analise dos pronunciamentos do episcopado brasileiro no período de 1945-1964. In: PAIVA, V. (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985. p. 68-103.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, M. G**.** O conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho: notas sobre impasses teóricos*. Cad. CRH,* Salvador, v. 17, p. 80-105, 1992.

CFMEA. *Além do Cairo e Beijing*: fortalecendo as ONGs na América Latina. Brasília: CFEMEA, 1999.

CHIZZOTTI, A. *A pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1998.

CHOINACKI, L. Relatório final. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POR UM BRASIL SEM DESIGUALDADES. BRASÍLIA: Câmara dos Deputados, 2004. p. 32-45.

COLETIVO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO PIAUÍ. *Relatório* do primeiro encontro de mulheres trabalhadoras rurais do Piauí, Teresina, 1988.

_____. *Relatório* do primeiro encontro regional de Picos. Picos,1989.

_____. *Relatório* do II encontro de mulheres trabalhadoras rurais do Piauí, Teresina, 1990.

_____. *Boletim informativo* das mulheres trabalhadoras rurais, Teresina, 1990.

_____. *Relatório* do III encontro de mulheres trabalhadoras rurais da Região Norte - PI, 1991.

_____. *Relatório* do IV Encontro de Mulheres Trabalhadoras rurais do Piauí 1992.

COLETIVO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO PIAUÍ. *Boletim informativo* das mulheres trabalhadoras rurais, Teresina, 1992.

_____. *Cartilha*: nos olhos de Irene. Esperantina: 1992.

_____. *Ata* da assembleia geral de fundação do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí. Teresina,1992.

_____.*Estatuto* do Coletivo das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí. Teresina, 1992, 12 p.

_____. *Boletim informativo* das mulheres trabalhadoras rurais do Piauí, Teresina, 1993.

_____. *Ata* da II assembleia do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piau, Teresina,1994

_____. *Relatório* das Atividades do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí. Teresina,1994.

_____. *Estatuto* do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí, Teresina, 1994.

_____. *Boletim informativo* do CMTR (PI), Teresina , 1995

_____. *Relatório* do Encontro Regional de Picos, Picos, 1996.10 p.

_____. *Ata* da III da assembléia do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí, Teresina,1997.

_____. *Boletim informativo* do CMTR(PI), Teresina, 1997.

COLETIVO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO PIAUÍ. Boletim informativo do CMTR(PI), Teresina, 1997.

_____. *Relatório* das Atividades do CMTR (PI) 1996.16 p.

_____. *Relatório* do encontro da Diretoria Estadual do CMTR (PI), Teresina, 1996. 9 p.

_____. *Relatório* da visita da OXFAM, Teresina, 1996. 7 p.

_____. *Relatório* das Atividades do CMTR (PI), Teresina 1997. 18 p.

_____. *Relatório* da Reunião de Intercambio do município de Monsenhor Gil, e município de União, União, 1997. 11 p.

_____. *Relatório* do Encontro Estadual do CMTR (PI),Teresina,1998. 12 p.

_____. *Planejamento* para o triênio 1998-2001, 1998. 16 p.

_____. *Relatório* da pesquisa realizada para o seminário dos 10 anos do CMTR(PI), Teresina, 1998. 158 p.

_____.Relatório dos dez anos de caminhada do CMTR/PI,1988-1998. Teresina (PI): CMTR/PI, 1998. 150 p.

_____. *Relatório* de comemoração dos 10 anos do CMTR (PI),Teresina, 1998. 11 p.

_____. *Relatório* da oficina Estadual de Educadores, para as mulheres do CMTR (PI) Teresina, 1999. 10 p.

_____. Ata IV da assembléia geral do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí, Teresina, 2001

COLETIVO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO PIAUÍ. Relatório do Primeiro Fórum das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí, 2003. 13 p.

_____. *Relatório* da assembléia geral do CMTR (PI), Teresina, 2003. 13 p.

_____. *Relatórios* dos encontros municipais de Mulheres trabalhadoras rurais do Piauí, São João do Arraial, 2003. 12 p

_____. *Ata* V da assembléia geral do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí, Teresina, 2003

_____. *Ata* VI da assembléia geral do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí, Teresina, 2006

_____. *Relatório* do Seminário regional sobre a documentação das trabalhadoras rurais, Picos,2006. 10 p

_____. *Ata* VII da assembléia geral extraordinária das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí, Teresina, 2007

_____. *Relatório* das Ações do CMTR (PI) do primeiro semestre de 2007, Teresina, 2007.

_____. *Relatório* das atividades do CMTR (PI), segundo semestre de 2007. 29, p.

_____. *Relatório* da Assembléia anual de 2007. Teresina, 2007. 12 p.

_____. *Projeto*: Mulher Trabalhadora Rural Construindo Cidadania, CMTR(PI, Teresina, 2008.

COLETIVO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO PIAUÍ. Plano de atividades do CMTR (PI) para o ano de 2008, Teresina, 2008.

_____. *Relatório* do seminário comemorativo dos 20 do CMTR (PI), 2008, Teresina, 2008, 28 p.

COMISSÃO NACIONAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS. *Revista* da Marcha das Margaridas, Brasília, CNMTR;CONTAG 2008.

CORDEIRO, R. L. M. Além das secas e das chuvas: O uso da nomeação trabalhadora rural no sertão de Pernambuco. In: WOORTMANN, H. et al. (Org.). *Coletânea sobre estudos rurais de gênero.* Brasília: MDA, IICA, 2006. p. 216-244.

_____. *Além das secas e das chuvas*: O uso da nomeação trabalhadora rural no sertão de Pernambuco. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade católica de São Paulo, 2004.

CORREIA, S.; COUVEIA, T. *As conferências da ONU*: as mulheres na política global: uma resenha. Rio de Janeiro: IBASE : SOS CORPO : Fundação MacArthur, 1995.

CORTINA, A. *Cidadãos do mundo:* para uma teoria da cidadania. Trad. Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos; Fundação Carlos Chagas, 1992.

CRUZ, E. F. *Ação Política, transformações e reconstrução de Identidades:* um olhar a partir do feminismo para a militância das mulheres rurais nos movimentos. 2008. Tese (Doutorado em sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

CRUZ, L. A. *A emergência da mulher como sujeito político e coletivo na história do MMT/PB*. 1999. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, J. Pessoa, 1999.

_____.; LOBATO, R. L. A participação da trabalhadora rural na luta pela terra no Piauí e os novos espaços de organização. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: MUNDIALIZAÇÃO E ESTADOS NACIONAIS A QUESTÃO DA EMANCIPAÇÃO E DA SOBERANIA. 2., 2005, São Luis. *Anais*: UFMA, 2005, p. 10.

DAGNINO, E. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania: In: DAGNINO, E. (Org.). *Os anos 90*: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-115.

_____. *Os anos 90*: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEERE, C. D.; LÉON, M. *O empoderamento da mulher*: direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: UFRGS, 2002

DOIMO, Maria Ana. *A vez e a voz do popular*: movimentos sociais e participação politica no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DONATI, Pier Paolo. Ciudadanía y sociedade civil: dos paradigmas. *Reis*: Revista española de investigaciones sociológicas, Madrid, n. 98, p. 37-64, 2002.

DUPAS, G. *Economia global e exclusão social:* pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ENGELKE, I. *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural*: estudos da CNBB – Pastoral da Terra. 3. ed. São Paulo: Paulinas 1981.

FALCI, M. K. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, M.D. (Org.) *História das Mulheres no Brasil.* 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997. p 241-278.

FARIA, N. et al. (Org.). *Gênero nas políticas públicas*. São Paulo: SOF, 2000.

FERREIRA, B. W. *Analise de conteúdo*. Disponível em: <http.www.ulbra.br/ psicologia/ index 1.htm>. Acesso em: 4 jan. 2007.

FERREIRA, M. et al. (Org.). *Os saberes e os poderes das mulheres:* a construção do gênero. Salvador: REDOR, 2001.

_____. *As "caetanas" vão a luta*: a trajetória do movimento de feminista no Maranhão face às políticas públicas. 1999. (Dissertação de mestrado em políticas públicas) – Universidade Federal do MA. 1999.

FIRESTONE, S. The dialectic of sex. Disponível em: <http://www.marxists.org/ subject/women/authors/firestone-shulamith/dialectic-sex.htm>. Acesso em: 28 nov. 2008.

FISCHER, I. R. *O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2006.

_____. *A trabalhadora Rural*: conscientização política e social na empresa agrícola moderna. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 2000.

FRASER, N. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf.>. Acesso em: abr. 2009.

_____.Da redistribuição ao reconhecimento? Dilema da Justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.). *Democracia hoje*: novos desafios para a teoria democrática contemporânea.Brasilia: UNB, 2001. p. 245-283.

FRASER, N. Justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. r*evista Critica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63, p. 7-20, out. 2002.

FRASER, N. Política feminista na era do reconhecimento: uma abordagem dimensional da Justiça de Gênero. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S.G. (Orgs.). *Gênero, Democracia e sociedade Brasileira.* São Paulo: FFC, 2002. p. 61-78

_____.; NICHOLSON, L. Social criticism without philosophy: an encounter between Feminism and postmodernism. In: NICHOLSON, L. (Org.). *Feminism / postmodernism*. Nova York: London: Routledge, 1990. p. 19-38.

FREYRE, G. O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro. In: _____. *Casa grande & senzala:* formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49. ed. São Paulo: Global, 2004. p. 366-498.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Pesquisa economia das religiões. Disponível em: http://www4.fgv.br/cps/simulador/site_religioes2/ >. Acesso em:25 de jan. 2010.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto imagens e som*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 64-89.

GEBARA, Ivone. Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal. 2.ed. Petrópolis. Vozes; 2000.

GIULIANI, P. C. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976/1986. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). *Rebeldia e submissão:* estudos sobre a condição feminina. São Paulo: Vértice: Ed. Revista dos Tribunais: Fundação Carlos.1989. p. 12- 20.

GOHN, M. G. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 2008..

_____. *O protagonismo da sociedade civil:* movimentos sociais ONGs e redes solidária. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões de nossa época, v. 123).

_____. (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI:* antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. *Teorias dos movimentos sociais*: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, Aldenor. Pobreza qualidade de vida e segurança alimentar: as famílias rurais norte-rio-grandenses. In: _____.(Org.) Da mobilização às mudanças sociais: dinâmicas das novas ruralidades do Nordeste brasileiro. São Paulo: Polis; Campinas, CERES- Centro de Estudos Rurais, 2006.

GOUVEIA, Taciana e CAMURÇA Silvia. *O que é gênero*. Recife: Cadernos SOS CORPO, 2000.

GRZYBOWSKI, C. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.* Petrópolis: Vozes, 1987.

GUARINELLO, N. L. Cidades-estados na Antiguidade Clássica. *In*: PINSKY, J.; PINSKY, C.B. (Org.). *Historia da Cidadania*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 29-49.

HAGUETTE, T.M.F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

HARAWAY, D. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual da palavra. *Cadernos Pagu*, Santa Maria, n. 22 , p. 201-246, 2004.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*, Florianopolis, n. 1, p. 7-31, 1993.

HARSTSOCK, N. Foucault on Power: a theory for women? In: LEMERT, C. (Org.). *Social theory*: the multicultural and classic readings. Colorado. Westview, 1999. p. 157-175.

HARTMANN, H. Capitalism, patriarchy, and job segregation by sex. In: BLAXALL, M.; REAGAN, B. (Org). *Women and the workplace: the implications of occupational segregation.* Chicago:University of Chicago, 1976. p. 137-169. Disponível em: <http://www2.widener.edu/~spe0001/266Web/266Webreadings/HartmanCapPat.pdf>.Acesso em 28 nov. 2008.

HEREDIA, B.; MENASCHE, R. (Orgs). *Margarida Alves***:** coletânias sobre estudos rurais e de gênero. Brasília: MDA: IICA, 2006.

HIRATA, H. O universo do trabalho e da cidadania das mulheres: um olhar do feminismo e do Sindicalismo. In: COSTA, A. A. et al. (Org.). *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT Brasil, 2004. p. 13-20.

_____. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. *Revista Latino-Americana Estudos do Trabalho*, Ribeirão Preto, ano 3, n. 6, p. 6-25, 1977.

HIRATA, H.; KERGOAT. D. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade homens e mulheres no mercado de trabalho*. Trad. Clevi Rapkievicz. São Paulo: SENAC, 2003. p. 111-123.

HOBSBAWM, E. *Rebeldes Primitivos*: estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

HONNETH, Axel. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectiva na ordem moral. In: SOUZA Jessé, MATTOS, Patrícia (Org.) *Teoria crítica no século* XXI. São Paulo: Annablume, 2007. p. 79-93.

_____. Democracia como cooperação reflexiva: John Dewey e a toeria democrática hoje. In: SOUZA, J. (Org.). *Democracia hoje*: novos desafios para a teória pratica contemporânea. Brasília: UNB, 2001.

_____. *Luta por reconhecimento*: a gramática moral dos conflitos sociais.Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HUGUET, M. L. L. Consideraciones generales sobre los conceptos de patria potestas, filius-, pater-, y materfamilias: una aproximación al estudio de la familia romana. *REDUR*, n. 4, 2006. Disponível em: <http://www.invenia.es/oai:dialnet.unirioja.es: ART0000122097>. Acesso em: 24 fev. 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA. *Plano Regional de Reforma Agrária Período 2003/2006*. Teresina: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/ Acesso em: jan. 2010.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LARGUIA, I.; DUMOULIN, J. Para uma ciência da libertação da mulher. *Revista Casa das Américas*, Havana, n.1, 1971. p.

LAVALLE, A. G. Cidadania, igualdade e diferença. *Lua Nova*: Revista de Cultura e Política, São Paulo n. 59 p. 75-94, 2003

LIBARDONI, A. (Org.). *Direitos humanos das mulheres:* em outras palavras: subsídio para capacitação legal de mulheres e organizações. Brasília: AGENDE, 2002.

LIMA, A. J. *Cidadania e cultura política:* percepções e práticas de trabalhadores urbanos de Teresina acerca de seus direitos. Relatório final da pesquisa do Programa de Iniciação Cientifica. Teresina: PIBIC : CNPp: NUPEC / UFPI. Teresina, 2002. 51 p.

LOMBARDI, M. R.; BRUSCHINI, C. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. In: COSTA, A.M.A. et al. (Org). *Um debate crítico a partir do feminismo:* reestruturação produtiva reprodução e gênero. São Paulo: CUT, 2002 p 157-196.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1997. 184 p.

LOVELL, T. Feminist social theory. In: TURNER, B.S. (ed.). *The Blackwell Companion to social theory*. Oxford; Cambridge, 1996. p. 307-339.

LYOTARD, J.F. *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva, 1989.

MACEDO, A. G.; AMARAL, A. L. (Org.). *Dicionário da critica feminista*. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

MATTOS, Patrícia. *A sociologia Política do reconhecimento*: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser. São Paulo: Annablume, 2006.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS A. S. et al. *Piauí:* evolução realidade desenvolvimento. 3. ed. Teresina: Fundação CEPRO, 2003.

MARTINS, J. S. A Igreja face a política agrária do Estado. In: Paiva, V. (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985. p. 110-126.

MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil:* as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Martin Clarete, 2004.

MARX, Kal. Prefacio à contribuição à critica da economia política. In: _____; Friedrich Engels. *Textos* 3, São Paulo: Ed. Sociais, p. 300-303. Disponível em: <:http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/Cursos/09.Prefacio_Contribuicao_Critica_Economia_Politica.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2009.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira (org.). Tratado Internacional de Direitos Humanos Ratificados pelo Brasil In: _____. *Coletânea de Direito Internacional*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. p. 561-658.

MEDEIROS, A. J. *Movimento sociais e participação política*. Teresina: CEPAC, 1996.

MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE 1989.

MELLO, F. P. Guerreiros do Sol: o banditismo no nordeste brasileiro. Recife: FUNDAJ: Massangana, 1985.

MELO, D. M. Subjetividade e gênero no MST: observações sobre documentos publicados entre 1979 a 2000. In: GOHN, M.G. (Org.). *Movimentos Sociais no início de século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 113-141.

MELO, H. P. *Gênero e pobreza no Brasil.* Relatório final do Projeto Governabilidad Democratica de Género en America Latina y el Caribe: Brasília: Cepal ; SPM, 2005. 47 p.

MELO, L. A. *Relações de gênero na agricultura familiar*: o caso do PRONAF em Afogados da Ingazeira. 2003. 141 f.Tese (Doutorado em sociologia) Universidade Federal de Pernanbuco, Recife, 2003.

MELUCCI, A. *A invenção do presente:* movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução Maria do Carmo Alves Bomfim. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Movimentos sociais e sociedades complexas. *Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisa Movimentos Sociais na Contemporaneidade*, *Serviço Social,* São Paulo, n. 2, p. 11-32, abr. 1997a.

_____. Sociedade complexa, identidade e ação coletiva. Entrevista a Dalila Pedrine e Adriano Scabriano. *Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisa Movimentos Sociais na Contemporaneidade*, *Serviço Social,* São Paulo, n. 2, p. 33-63, abr. 1997b.

MELUCCI, A. *Challenging codes:* collective action in the information age. Cambridge: Sindicate of the University of Cambridge, 1996.

MENGA, L.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação:* abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. 100 p.

MICHEL, A. *O feminismo*: uma abordagem histórica. Trad. Ângela Loureiro de Souza. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 102 p.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento:* pesquisa qualitativa em saúde. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Publica,* Rio de janeiro, vol. 9, n. 3, p. 239-262**.** 1993.

MITCHELL, J. *Woman's estate*. London: Penguin Books, 1971. Disponível em: <http://www.marx.org/subject/women/authors/mitchell-juliet/womens-estate>. Acesso em: 29 nov. 2009.

MOCELLIN, R. *Os guerrilheiros do contestado*. São Paulo:. Ed. do Brasil, 1989.

MONIZ, E. *Canudos*: a luta pela terra. São Paulo: Parma, 1981. (Coleção História popular, n.1)

MOREIRA. A. S. *O dom da terra leitura teológica dos conflitos agrários no Brasil*. Trad. Nélio Schneider. Bragancia Paulista: Universitária São Francisco: Comissão Pastoral da Terra, 2006.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. Um povo do serrado entre baixos e chapadas: modo de vida e crise ecológica de camponeses (as) nos cerrados do sudoeste piauiense. In: GODOI, E.Pietrafesa, MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Org.). *Diversidade do campesinato*: expressões e categorias. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: NDA, 2009. v.2.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. *Memória de um sertão desencantado;* modernização agrícola, narrativa e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense. 2000 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Unicamp Campinas, 2000.

MUTZENBERG, Remo. *Ações coletivas, movimentos sociais*: aderência, conflitos e antagonismo social 2002. Tese (Doutorado em sociologia) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

NICHOLSON, Linda; FRASER, Nancy. Social criticism without philosophy: na encounter between feminism and postmodernism. In: NICHOLSON, Linda ed. *Feminism / postmodernism*. London: Routledge, 1990.

O'BRIEN, M. *The politics of reproduction*. London: Kegan Paul, 1981.

PALMEIRA, M. Diversidade da luta no campo: camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, V. (Org). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985. p. 43-51.

PEREIRA, Francisca das Chagas do Nascimento. História de luta da trabalhadora rural Francisca das Chagas do Nascimento. *In* WOORTMANN, Heredia at al. (Org.). *Margarida Alves*: coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA: IICA, 2007. p. 123-134.

PERROT, M. *Mulheres públicas*. São Paulo. Unesp, 1998.

_____. Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros 4. ed. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). *Historia da cidadania*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

PITANGUY, J. Gênero cidadania e direitos humanos. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S.G. (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FFC, 2002. p. 109-119.

PLATÃO. *A República*. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1949. Livro V.

PROGRAMA DE COMBATE A POBREZA NO ESTADO DO PIAUI: situação e perspectiva. 2002-2005. Disponível em: <http://www.monografias.com/trabajos26/ combate-a-pobreza/combate-a-pobreza.shtml>. Acesso em: out. 2009.

QUEIROZ, M. I. P. *História do cangaço*. 4. ed. São Paulo: Global, 1991. (Coleção história popular Brasil, n. 11).

_____. O *messianismo no Brasil e no mundo*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

ROUSSEAU, J. J. *Emílio, ou, da Educação*. Trad. Roberto Leal Ferreira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Do Contrato Social***.** Trad. Rolando Roque da Silva. Disponível em: <www.jahr.org>. Acesso em: 20 jan. 2008.

RUA. M. G.; ABRAMOVAY, M. *Companheiras de lutas ou coordenadoras de panelas*? Relações de gênero nos assentamentos. Brasília: UNESCO, 2000.

RUBIN, G. *O tráfico de mulheres*. Notas sobre a 'Economia Política' do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

RUSCHEINSKY, A. *Metamorfoses da cidadania*: sujeitos sociais, cultura política e institucionalidade. São Leopoldo: UNISSINOs, 1999.

SADER, E. (Org). *Pós-neoliberalismo:* as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 205 p.

_____. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 332 p.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero e patriarcado: a necessidade da violência. In: MARTIN, M. C.; OLIVEIRA, S. (Orgs.). *Marcadas a ferro*: violência contra a mulher uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. p. 35-91.

SAFFIOTI, H. I. B. *No caminho de um novo paradigma***.** Araraquara: Centro de Referência da Mulher Profa. H. Saffioti. Prefeitura Municipal de Araraquara, 2002 14 p. Disponível em: <htp://www.araraquara.sp.gov.br/ secretaria governo/ pagina_ ndice.asp?iditem= 196>. Acesso em: 20 dez. 2009.

_____. Rearticulando gênero e classe social: In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

_____. Pósfácio: conceituando gênero. In: _____; MUNHOZ-VARGAS, M. (Org.). *Mulher brasileira é assim.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: UNICEF, 1994, p. 271-283.

_____. *Ontogênese e filogênese do gênero*. Série estudos e ensaios/ ciências sociais. FLACSO-Brasil- Junho de 2007. p. 2-48. Disponível em: <http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=ontogenese+e+filogenese+do+g%
C3%AAnero+&btnG=Pesquisar&meta=&aq=f&oq=>. Acesso em: 18 set. 2009.

SALES, C. M. V.; AMARAL C.G. (Org.). *Feminismo:* memória e história. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.

SANTOS, Carlos Alexandre Barbosa Plinio. As vidas de Maria: da visibilidade de uma mulher trabalhadora rural quilombola. In: WOORTMANN, Heredia at al. (Org.). *Margarida Alves*: Coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA: IICA, 2006. p 79-104.

SECRETARIA DE POLÍTICA ESPECIAL PARA MULHERES. II plano nacional de política para mulheres. Brasilia, 2008.

SCHERER-WARREN, I.; YRISCHKE, P. (Orgs.). *Uma revolução no cotidiano?* Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. *Movimentos sociais:* um ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 1980.

SCHIEBINER, L. Introdução. In: _____. O *feminismo mudou a ciência*? Trad. Raul Finker. Bauru, São Paulo: Edusc, 2000. p. 9-51

SCOTT, J. O enigma da igualdade. *Revista estudos feministas*, Florianopolis v. 13, n. 216, p. 8-30, 2005.

_____. Igualdade *versus* diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. *Debate feminista*, São Paulo, Cia. Melhoramentos: 1999. p. 203-222, 1999.

_____. *Gênero:* uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e realidade*, v. 16, n. 2, p. 12- 25, 1995.

SCOTT, Russell Parry. Mulheres chefes de família: estudos apresentados em associações acadêmicas nacionais. In: _____.*Pré-evento mulheres chefes de família*: crescimento, diversidade e políticas.Ouro Preto: CNPD: FNUAP : ABEP, 2002.

SILVA, B. G. *A marcha das Margaridas: resistências e permanências*. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

SILVA, Aldenor Gomes da; CAVALCANTI, J.S. Barbosa;WANDERLEY, Maria de Nazath, B. (Org.) *Dinâmicas rurais no nordeste:* teses e dissertações. João Pessoa: Zarinha Centro de Cultura, 2009.

SILVA, Carmem (Org.). *Nosso trabalho tem valor*: mulher e agricultura familiar. Recife: SOS CORPO: I.F.D: MMTR-NE, 2005.

SILVEIRA, M. L. *Itinerários de gênero e re-significação da cidadania*. 1999 f. 279 Tese (Doutorado em Ciências Políticas) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1999.

SOARES, M. C. Repensar “A dialética do senhor e do escravo” na perspectiva de gênero. *Revista Eletrônica Estudos Hegelianos*, ano 2, n. 3, 2005. Disponível em: <htt://www.hegelbrasil.org/rev03n.htm>. Acesso em:14 set. 2009.

SORJ, B. O feminismo e os dilemas da sociedade brasileira. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S.G. (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FFC, 2002. p. 97-108.

SORTO, Fredys Orlando. A Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu sexagésimo aniversário. *Verba júris*: Anuário da Pós-graduação em Direito, João Pessoa, ano 7, n. 7, p. 9-34, Jan./dez. 2008.

_____ ; MAIA, M. S. Falcão. Cidadania, direitos sociais e indivisibilidade dos direitos humanos. *In*: LEAL, M. C. Hennig. et al. (Org.). *Trabalho, constituição e cidadania*: reflexões acerca do papel constitucionalismo na ordem democrática. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2009. p. 97-109.

SOUSA, L. E. *A classe operária tem dois sexos:* trabalho de dominação e resistências. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SOUSA, Maria Aparecida Alves. Memória da camponesa Maria Aparecida Alves de Sousa. *In*: WOORTMANN, Heredia at al. (Org.). *Margarida Alves*: Coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA, IICA, 2007. p. 135-145

_____. *Una Donna resistente bel nordest Brasileir*. Milano: Bussero, 2005.

SUESS, Paulo. A missão das CEBS: seguir Jesus no compromisso com os excluídos. Disponível em:< http://www.pom.org.br/aprofundando/miss_cebs.html>. Acesso em 21 de jul. 2009.

SOUZA, Venceslau Alves de. Direitos no Brasil: necessidade de um choque de cidadania. *Revista Sociologia Politica*, Curitiba, n. 27, p. 211-214, 2006.

SPOSATI, Aldaísa. *Mapa da exclusão/ inclusão social da cidade de São Paulo*. São Paulo: EDUC, 1996.

_____. Exclusão social abaixo da linha do equador. Disponível em: http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/exclusao.pdf. Acesso em 02 de maio de 2010

TELLES, V. S. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. *In:* DAGNINO, E. (Org.). *Anos 90*: política e sociedade no Brasil . São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 90-102.

THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 103-130, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/ pdf/ ref/ v9n1/ 8605.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2005.

THOMPSON, E. P. "As Fortalezas de Satanás". In: _____. *A Formação da classe operária Inglesa.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 57-81.

TOSI, Giuseppe. O Significado histórico e o alcance da Declaração Universal de 1948. Escola judicial e de administração jurídica do Tribunal Regional do Trabalho- 13ª Região- PB. 2009. Disponível em: < https://www.trt13.jus.br/ejud/images/arquivos/ a_declaracao_universal_48.pdf>. Acesso em: abr. 2009.

TOURAINE, A. O sujeito e a identidade. In: _____.*Um novo paradigma*: para compreender o mundo hoje. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 119-167.

TOURAINE, A. Sujeito como movimento social. In:_____. *A crítica da modernidade*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

TOURAINE, A. Novos movimentos sociais. In: _____. *O pós- socialismo*. Trad. Sonia G.; Ramon Américo Vasques. São Paulo: Brasiliense, 2004.

VAINSENCHER, S. A. *O Cangaço.* Fundação Joaquim Nabuco. Disponivel: <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=300&date=currentDate>. Acesso em: 4 fev. 2009.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005

_____. *Os argonautas da cidadania*: a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001. 411 p.

VINHAS, M. *Problemas agrários camponeses do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. 334 p. (Coleção retratos do Brasil, v. 65).

WANDERLEY, M. N. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, 2004.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, n. 15, p. 87-145, 2000.

_____. *A ruralidade no Brasil moderno*. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural.¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/ wanderley.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2009.

ANEXO 1

1.A – BANDEIRA DO MOVIMENTO

1.B – MULHERES DA COORDENAÇÃO DO CMTR (PI) 2009

1.C – OFICINA DE FORMAÇÃO COM GRUPOS DE BASE

1.D – DISCUSSÃO NOS PEQUENOS GRUPOS

1.E – LANÇAMENTO DO LIVRO A ESTRADA DA SABEDORIA - 2008

1.F – COROAÇÃO DA RAINHA CMTR(PI) 2008

1.G – ABERTURA DO SEMINÁRIO COMEMORATIVO DOS 20 ANOS

1.H –ASSEMBLEIA COMEMORATIVA DOS 20 ANOS DO CMTR(PI) 2009

1.I – MOMENTO DE LAZER

1.J – DINÂMACA GRUPAL

1.K – MUNICÍPIOS PRESENTES NO SEMINÁRIOCOMEMORATIVO DOS 20 ANOS DO CMTR (PI)

ANEXO 2

Tabela com as macrorregiões do Piauí

Macrorregião	Território de Desenvolvimento	Aglomerados de Municípios
Litoral	1 - Planície Litorânea	**AG 1** - Cajueiro da Praia; Ilha Grande; Luís Correia; Parnaíba **AG 2** - Bom Princípio do Piauí; Buriti dos Lopes; Caraúbas do Piauí; Caxingó; Cocal; Cocal dos Alves; Murici dos Portela
Meio-norte	2 - Cocais	**AG 3** - Barras; Batalha; Campo Largo do Piauí; Esperantina; Joaquim Pires; Joca Marques; Luzilândia; Madeiro; Matias Olímpio; Morro do Chapéu; Nossa Senhora dos Remédios; Porto; São João do Arraial **AG 4** - Brasileira; Piripiri; Piracuruca; São João da Fronteira; São José do Divino; Domingos Mourão; Lagoa do São Francisco; Milton Brandão; Pedro II
	3 - Carnaubais	**AG 5** - Boa Hora; Cabeceiras do Piauí; Boqueirão do Piauí; Campo Maior; Capitão de Campos; Cocal de Telha; Jatobá do Piauí; Nossa Senhora de Nazaré; Sigefredo Pacheco **AG 6** - Assunção do Piauí; Buriti dos Montes; Castelo do Piauí; Juazeiro do Piauí; Novo Santo Antônio; São João da Serra; São Miguel do Tapuio
	4 - Entre Rios	**AG 7** - Alto Longa; Coivaras; Miguel Alves; Altos; José de Freitas; Lagoa Alegre; Teresina; União; Pau-d'Arco do Piauí **AG 8** - Beneditinos; Curralinhos; Demerval Lobão; Lagoa do Piauí; Miguel Leão; Monsenhor Gil **AG 9** - Agricolândia; Água Branca; Amarante; Angical do Piauí; Barro Duro; Hugo Napoleão; Jardim do Mulato; Lagoinha do Piauí; Olho D'Água do Piauí; Palmeirais; Passagem Franca do Piauí; Regeneração; Santo Antônio dos Milagres; São Gonçalo do Piauí; São Pedro do Piauí
Semi-árido	5 - Vale do Sambito	**AG 10** - Aroazes; Prata do Piauí; Santa Cruz dos Milagres; São Félix do Piauí; São Miguel da Baixa Grande **AG 11** - Barra D'Alcântara; Elesbão Veloso; Francinópolis; Inhuma; Lagoa do Sítio; Novo Oriente; Pimenteiras; Valença do Piauí; Várzea Grande; Ipiranga do Piauí
	6 - Vale do Rio Guaribas	**AG 12** - Aroeiras do Itaim; Bocaina; Geminiano; Picos; Santana do Piauí; São João da Canabrava; São José do Piauí; São Luís do Piauí; Sussuapara; Santo Antônio de Lisboa; Itainópolis; Vera Mendes **AG 26** - Alagoinha do Piauí; Alegrete; Francisco Santos; Monsenhor Hipólito; Pio IX; São Julião; Campo Grande do Piauí; Fronteiras; Vila Nova do Piauí **AG 13** - Belém do Piauí; Caldeirão Grande do Piauí; Francisco Macedo; Jaicós; Marcolândia; Massapê do Piauí; Padre Marcos; Simões **AG 14** - Acauã; Betânia do Piauí; Caridade do Piauí; Curral Novo do Piauí; Jacobina do Piauí; Patos do Piauí; Paulistana; Queimada Nova
	7 - Vale do Rio Canindé	**AG 15** - Cajazeiras do Piauí; Colônia do Piauí; Dom Expedito Lopes; Oeiras; Paquetá; Santa Cruz do Piauí; São Francisco do Piauí; Santa Rosa do Piauí; São João da Varjota; Tanque do Piauí; Wall Ferraz **AG 16** - Bela Vista do Piauí; Campinas do Piauí; Conceição do Canindé; Floresta do Piauí; Isaías Coelho; Santo Inácio do Piauí; São Francisco de Assis do Piauí; Simplício Mendes
	8 - Serra da Capivara	**AG 17** - Campo Alegre do Fidalgo; Capitão Gervásio Oliveira; João Costa; Lagoa do Barro do Piauí; São João do Piauí; Coronel José Dias; Dirceu Arcoverde; Dom Inocêncio; São Lourenço do Piauí; São Raimundo Nonato **AG 18** - Anísio de Abreu; Bonfim do Piauí; Caracol; Fartura do Piauí; Guaribas; Jurema; São Braz do Piauí; Várzea Branca
Cerrados	9 - Vale dos Rios Piauí e Itaueira	**AG 19** - Arraial; Francisco Aires; Floriano; Nazaré do Piauí **AG 20** - Nova Santa Rita; Paes Landim; Pedro Laurentino; Ribeira do Piauí; Socorro do Piauí; São José do Peixe; São Miguel do Fidalgo **AG 21** - Flores do Piauí; Itaueira; Pavussu; Rio Grande do Piauí; Brejo do Piauí; Canto do Buriti; Pajeú do Piauí; Tamboril do Piauí
	10 - Tabuleiros do Alto Parnaíba	**AG 22** - Baixa Grande do Ribeiro; Ribeiro Gonçalves; Uruçuí; Antônio Almeida; Bertolínia; Landri Sales; Marcos Parente; Porto Alegre do Piauí; Sebastião Leal; Canavieira; Guadalupe; Jerumenha
	11 - Chapada das Mangabeiras	**AG 23** - Colônia do Gurguéia; Eliseu Martins; Manoel Emídio; Alvorada do Gurguéia; Bom Jesus; Cristino Castro; Currais; Palmeira do Piauí; Santa Luz **AG 24** - Redenção do Gurguéia; Avelino Lopes; Curimatá; Júlio Borges; Morro Cabeça no Tempo; Parnaguá **AG 25** - Santa Filomena; Barreiras do Piauí; Gilbués; Monte Alegre; São Gonçalo do Gurguéia; Corrente; Cristalândia; Riacho Frio; Sebastião Barros